

Documentos para Disseminação

Memória Institucional

15

# TEIXEIRA DE FREITAS,

## Um Cardeal da Educação Brasileira

### Sua Atualidade Intelectual



Presidente da República  
**Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Paulo Bernardo Silva**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Eduardo Pereira Nunes**

Diretor-Executivo  
**Sérgio da Costa Côrtes**

### **ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES**

Diretoria de Pesquisas  
**Wasmália Socorro Barata Bivar**

Diretoria de Geociências  
**Luiz Paulo Souto Fortes**

Diretoria de Informática  
**Luiz Fernando Pinto Mariano**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Sérgio da Costa Côrtes** (interino)

### **UNIDADE RESPONSÁVEL**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

## **Documentos para Disseminação**

**Memória Institucional 15**

### **Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira Sua atualidade intelectual**

Rio de Janeiro  
2008

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro – 200021-120 – Rio de Janeiro - Brasil

ISSN 0103-6335 **Documentos para disseminação**

ISSN 0103-6459 **Memória institucional**

Divulga textos sobre o IBGE e personalidades que contribuíram para a história do Instituto.

ISBN 978-85-240-4053-5 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4052-8 (meio impresso)

© IBGE. 2008

Este volume foi organizado por Nelson de Castro Senra, Doutor em Ciência da Informação (ECO/UFRJ), pesquisador no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, e Professor de “Sociologia das Estatísticas” no Programa de Mestrado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, ambos no IBGE.

**Capa**

Marcos Balster Fiore

**Ilustração** - Aldo Victorio Filho

Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informação - CDDI



No plano educacional não foi menor nem menos constante a contribuição que trouxe ao estudo e à solução de problemas fundamentais. Todas as técnicas de investigação ao seu alcance e, particularmente, a estatística, ele as explorou e pos a serviço da educação, em pesquisas e comunicações em que a cada afirmação se seguiam, para documentá-la e prová-la, os dados pacientemente coligidos, interpretados e confrontados. Algumas delas se tornaram famosas pelo rigor da aplicação dos métodos e pela importância de suas severas conclusões, fundadas em fatos e números. Não houve campanha em que não tivesse tomado parte ativa, e na vanguarda, com bravura, superioridade de vistas e dedicação modelar. Professor, não o era de profissão. Mas, na verdade, passou a vida ensinando, doutrinando e pregando, em discursos e conferências, por publicações de tipos diversos, – estudos, ensaios e monografias, por entrevistas aos jornais, por cartas e por essa técnica de comunicação em que era mestre, – a da conversação. Ele foi, à maneira de tantos outros, um professor sem cátedra. Entre os excelentes trabalhos que publicou, nesse domínio, destacam-se “A educação no Estado da Bahia”, “Estatística e Educação” e “A educação no Brasil”. Com ser, porém, um dos líderes autênticos da educação no Brasil, cuja autoridade era reconhecida por todos nós, a sua modéstia e o seu desprendimento pessoal sempre o levaram a considerar-se em segundo plano e a situar no primeiro aqueles educadores que ele se comprazia em chamar com reverência “os três [Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo] cardeais da educação.”\*

\* AZEVEDO, Fernando de. Idealismo e espírito público (como eu via Teixeira de Freitas). In: \_\_\_\_\_. Figuras de meu convívio. São Paulo: Melhoramentos, [19--]. (Obras completas, v. XVII). p. 107.

# Sumário

---

- 7 **Apresentação**
- 11 **Teixeira de Freitas, uma excelência brasileira**  
*Nelson Senra*
- 15 **Comentários sobre Teixeira de Freitas e seus trabalhos na área da educação**  
*Rubem Klein*
- 25 **A contribuição de Teixeira de Freitas para a educação brasileira**  
*Libânia Nacif Xavier*
- 33 **Horizontes do urbanismo como disciplina e ação ou Teixeira de Freitas: das estatísticas da educação às colônias-escolas (1908-1932)**  
*Margareth da Silva Pereira*
- 45 **Teixeira de Freitas e a escola primária brasileira: a questão da qualidade do ensino a partir de análises estatísticas**  
*Natália de Lacerda Gil*
- 57 **Teixeira de Freitas, educador e ruralista**  
*Alexandre de Paiva Rio Camargo*
- 75 **Os enamorados da educação**  
*Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone*  
*Barbara Nunes Alves Loureiro*  
*Bianca Izumi Maeda*  
*Rafaela Nichols Calvão*  
*Beatriz Moreira Monteiro*
- 93 **Depoimento: “O meu tio, M.A. Teixeira de Freitas”**  
*Jusel Piá de Andrade*
- 103 **Estatística e Educação**  
*Lourenço Filho*

109	<b>Concluindo: o postulando dos números</b> <i>Teixeira de Freitas</i>
129	<b>A educação e a cultura no recenseamento geral de 1940</b> <i>Carneiro Felipe</i>
137	<b>A missão do órgão estatístico da educação e saúde</b> <i>Jardim Germano</i>
213	<b>O órgão de estatística do Ministério da Educação e Saúde, antes e depois do IBGE</b> <i>Teixeira de Freitas</i>
229	<b>A estatística educacional no Brasil</b> <i>José Quadros Franca</i>
243	<b>O Brasil e as estatísticas educacionais e culturais</b> <i>Alberto Martins</i>
251	<b>Anexos</b> 1 Lista de textos constantes do CD-ROM 2 Lista das correspondências constantes no CD-ROM 3 Painéis

# A

## Apresentação

---

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE houve por bem nomear 2008 como o “Ano Teixeira de Freitas da Estatística Brasileira”, marcando o centenário de sua entrada na atividade estatística (1908-2008), na antiga Diretoria Geral de Estatística, ao tempo de Bulhões Carvalho. Por certo, uma justa lembrança ao nosso fundador.

Nesse contexto, fizemos realizar este ano dois seminários: um, em homenagem ao Embaixador Macedo Soares, nosso primeiro presidente, com quem Teixeira de Freitas trabalhou em estreita sintonia; outro, alusivo à temática do municipalismo, marcando os 60 anos da criação da *Revista Brasileira dos Municípios*, e que o IBGE editou por 20 anos (nesta ocasião focamos as figuras de Rafael Xavier e do próprio Teixeira de Freitas, ambos militantes do movimento municipalista). Afora isso, nos unimos à Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, em abertura aos festejos do centenário de nascimento de Lyra Madeira (1909-1979), grande mestre da demografia brasileira, que conviveu com Teixeira de Freitas.

Pois agora, para encerrar esses festejos, promovemos um seminário nomeado “Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira. Sua atualidade intelectual”, usando a forma com que ele mesmo se referia a Fernando de Azevedo, a Anísio Teixeira e a Lourenço Filho, e que bem vale para ele, pelo tanto que pensou e influenciou na medição da educação brasileira. Além disso, como disse Fernando de Azevedo, “sem ser professor, passaria a vida ensinando, doutrinando e pregando. Incansável produtor de discursos, de ensaios, de estudos e monografias, infatigável conferencista, grande missivista e mais ainda conversador; homem de idéias, passava rápido à ação, em suas famosas campanhas, sempre com solicitude e tenacidade; conquistava e persuadia com maestria.”

Os textos a seguir deixam claro seu papel no pensar e no medir a educação brasileira. Há textos de época: alguns dele e de outros, pelas polêmicas que provocou; há textos sobre o repartição de estatística da educação, que criou e chefiou por duas décadas; e há os afins àquele tempo, e por ele inspirados. Fora esses textos de época, há textos atuais pensando e avaliando suas contribuições, bem assim, sua atualidade. Eles deixam evidente a correção da escolha da temática educação para focar, agora, este homem múltiplo, que atuou em muitos lugares, sobre muitos temas, e que não cansa de nos surpreender, como nos têm mostrado seus documentos pessoais, que estão sendo organizados em um trabalho conjunto com o Arquivo Nacional, em cujo acervo estão.

David Wu Tai

Coordenador Geral do  
Centro de Documentação e Disseminação de Informações.

**Teixeira de Freitas,  
um cardeal da educação brasileira**



## Teixeira de Freitas, uma excelência brasileira\*

Nelson Senra\*\*

Em 1908, *Mário Augusto Teixeira de Freitas*, então com 18 anos, entraria no quadro da Diretoria Geral de Estatística - DGE, desde 1907 sob o comando de Bulhões Carvalho. Sua atuação na atividade estatística brasileira, iniciada naquele momento, só seria terminada na aposentadoria em 1952 (mas, até sua morte em 1956, mesmo doente, seguiria pensando a estatística brasileira). Teria uma atuação de sucesso, com foco no IBGE; pelas informações estatísticas e geográficas, cujos sistemas empenhou-se em formalizar, o Brasil seria melhor sabido, pensado e mudado; e é dele a frase símbolo dessa concepção: “Faça o Brasil a estatística que deve ter, e a estatística fará o Brasil como deve ser”.

Quando ele morreu, o poeta-maior, também notável cronista, Carlos Drummond de Andrade (1956, p. 6), dedicou-lhe magnífico necrológio:

Antes dele, nossa estatística era um serviço à espera de uma fórmula, e essa fórmula foi ele quem a cunhou e fez aplicar: cooperação interadministrativa. Não teríamos nunca estatística brasileira por um esforço federal isolado, maciço que fosse; era necessário, transpondo montanhas de inibições, interessar no assunto todas as unidades políticas, chegar até o município, criar um sistema.

E diz mais: “sem governar o menor pedaço do Brasil, influía profundamente na sua evolução”; e conclui, dizendo-o “um dos melhores brasileiros do seu tempo”.

Para além de estruturar as informações estatísticas e geográficas, numa pioneira concepção sistêmica, tendo-as prontas, com elas, pensou o Brasil. Com elas, fez conhecido, próximo e presente, portanto pensável, um Brasil até então desconhecido, distante e ausente. Nesse aspecto, ao pensar o Brasil, não raro beirou à utopia, não sem boa dose de lúcida teimosia; ao estatista (como se dizia daquele que produzia e utilizava as estatísticas), há de se somar o edu-

\* Este texto foi antes publicado no *Brasil em números* (v. 16, 2008) e no *Anuário Estatístico do Brasil* (v. 67, 2007, saído em 2008), ambos editados pelo IBGE.

\*\* Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/ECO; Pesquisador no Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI / IBGE e Professor no Mestrado em “Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais” da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE.

gador, o ruralista, o municipalista, o articulador político, o matemático (que deixou inédita uma solução do famoso Teorema de Fermat, que dedicou aos militantes da atividade estatística), e o filósofo (que deixou também inédito um copioso diálogo sobre a fé).

Ao tempo da DGE, quando do Censo 1920, foi enviado como delegado censitário em Minas Gerais, e lá viveria uma ebulição intelectual. Sim, ao término do censo seria convidado pelas autoridades mineiras a assumir o comando da repartição estatística mineira, o que faz, nela fazendo uma revolução. Entre tantas outras notáveis realizações, resolveu o problema atordoante, que vinha já de longo tempo, do acesso aos registros administrativos, fonte primeira das estatísticas, e o faz através da figura dos agentes municipais de estatística, ora permanentes posicionados nos municípios, ora apenas itinerantes, como visitantes dos municípios. Sua prática mineira seria teorizada nas famosas teses que planejou submeter à Conferência de Estatística convocada por Bulhões Carvalho para realizar-se em outubro de 1930 (e não havida, na conta da revolta que derrubou a primeira República). Por fim, como simples curiosidade, valerá registrar que, tendo João Guimarães Rosa (futuro diplomata e logo um dos maiores romancistas brasileiros), como auxiliar de redação, introduziu o Esperanto como língua auxiliar da atividade estatística (medida que depois traria ao IBGE).

Em sua década mineira, fará uma rede variada de relações políticas e intelectuais, e por essa via voltará à Capital Federal. Virá pelas mãos de Francisco Campos, incumbido por Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública; terá, então, a difícil tarefa de providenciar as estatísticas de educação e conexas, para tanto criando a Diretoria de Informações, Estatística e Publicidade (cuja chefia ocupará de 1931 a 1952). Promove, então, um convênio de cooperação interadministrativa entre as esferas políticas federal, estaduais e municipais, para o acesso aos registros administrativos, naturalmente localizados nos municípios; na verdade, vai além disso, e trata da criação ou da reforma dos registros educacionais e conexos existentes. Nesse tempo, inicia um contato profícuo com Juarez Távora, então Ministro da Agricultura, que lhe pede ajuda para criar unidade análoga no ministério; mais que afinidade estatística, vê ecoar suas idéias de reforma da divisão política do Brasil. Desse diálogo, saber e poder se juntam numa reforma completa e abrangente da atividade estatística brasileira; e em 1934 surge o Instituto Nacional de Estatística - INE que, depois de vários adiamentos, por razões diversas, seria instalado em 29 de maio de 1936, com a posse na sua presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares (então Ministro das Relações Exteriores); Teixeira de Freitas seria seu secretário-geral, a principal função executiva da instituição, de 1936 a 1948, quando se retira para poder dinamizar a Sociedade Brasileira de Estatística. Pois, no ato dessa posse, Getúlio Vargas, querendo marcar seu grande apreço pelo novel Instituto, disse que lhe dava o seu ministério e a sua casa (de fato, o Instituto funcionaria, por algum tempo, em salas do próprio Palácio do Catete).

Naquele mesmo ano, em 11 de agosto, na presença de Getúlio Vargas, seria celebrada e assinada a chamada Convenção Nacional de Estatística, tida como "carta magna" ou "pedra angular" da estatística brasileira. Por ela o INE, logo IBGE, ganharia estrutura, surgindo o Conselho Nacional de Estatística - CNE, órgão colegiado permanente, movimentado anualmente por uma Assembléia Geral, em ato convocatório do presidente da República (a quem o INE, e logo o IBGE, estaria sempre diretamente subordinado); surgia, então, um sistema estatístico por "federação de repartições" ou por "consórcio federativo", uma instituição dita *sui generis*, com poderes de elaborar sua própria legislação, e tendo recursos próprios. Em 1937-38, ao CNE se juntaria um Conselho Nacional de Geografia - CNG, e o INE se tornaria o IBGE; nada mudava na essência, pois desde o início se queria uma associação à Cartografia, ainda que viesse algo maior, a Geografia, havendo ganhos óbvios, nada mudava mesmo, e por isso o 29 de maio de 1936, seguiu sendo o Natal do IBGE. As Agências Municipais de Estatística foram implantadas, e o IBGE se tornou um dos raros órgãos públicos presentes em todo o território brasileiro, o que lhe deu uma potência magnífica. Utilizando as informações estatísticas e geográficas produzidas, o IBGE fez capaz de iniciar os grandes planos nacionais, com realce ao documento *Problemas de base do Brasil*, internamente conhecido como "Ideário cívico do IBGE". Ademais, para se poder configurar uma comunidade, um programa de capacitação continuada foi

pensado e executado, voltado a todos os níveis, em todo o Brasil. Pois, Teixeira de Freitas, incansável, sempre criativo, pontificava, e se empenhava verdadeiramente.

Teixeira de Freitas tinha visão de mundo, não apenas nas searas das informações estatísticas e geográficas, seja no IBGE, seja na Sociedade Brasileira de Estatística. Nessas searas, inclusive, teve papel internacional, sendo o primeiro presidente Inter-American Statistical Institute - IASI. Enfim, atuou em várias outras frentes, com realce à educação, tendo ocupado a presidência da prestigiada Associação Brasileira de Educação, de 1935 a 1938. Daí, seus vínculos políticos e até mesmo de amizade com Gustavo Capanema, o poderoso ministro de Vargas, bem assim, com Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho. Por demais, sempre recebeu a admiração de Juarez Távora, de Macedo Soares, de Carneiro Felipe, de Luiz Simões Lopes, de Alceu Amoroso Lima, do Padre Leonel Franca, de Roquete Pinto, entre outros, e, vale dizer, dos próprios presidentes da República Getúlio Vargas e Eurico Dutra; por demais, vale lembrar, que em seu velório esteve presente, entre inúmeras autoridades, o então presidente Juscelino Kubitschek.

Fernando de Azevedo, que dele recebeu convite para escrever uma introdução à divulgação do Censo 1940, a que chamou *A cultura brasileira*, uma obra notável, dele disse:

Professor, não o era de profissão. Mas, na verdade, passou a vida ensinando, doutrinando e pregando, em discursos e conferências, por publicações de tipos diversos, – estudos, ensaios e monografias, por entrevistas aos jornais, por cartas e por essa técnica de comunicação, em que era mestre, – a da conversação. Ele foi, à maneira de tantos outros, um professor sem cátedra.. (AZEVEDO, [19--], p. 107).

Enfim, afirma:

Só pensava, sentia e agia em termos do País e de seus problemas, que constituíam, em toda sua vida, sua preocupação dominante. Não houve de fato, um só dentre eles que não tivesse entrado em suas cogitações cotidianas ou não tivesse abordado: a economia nacional, o petróleo, a divisão administrativa do País, a organização social e política, a mudança da Capital para o Planalto, a reforma ortográfica, a educação nacional e, sobretudo, a organização dos serviços estatísticos, – a obra de maior vulto e alcance que empreendeu. (AZEVEDO, [19--], p. 107).

Nessa linha, Lourenço Filho, criador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, com quem conviveu no Ministério da Educação, dele disse: “Exaltar a memória de Teixeira de Freitas será, sempre, obra de verdadeira educação. Porque será, exaltar os ideais construtivos da nacionalidade, que nele sempre encontrou o paladino mais vigilante, e o servidor mais incansável” (LOURENÇO FILHO, 1999, p. 66).

Por tudo isso, em homenagem a Teixeira de Freitas, no centenário do início de sua atuação na atividade estatística, sempre acrescida de reflexões em Geografia, o IBGE declarou 2008 como o “Ano Teixeira de Freitas da Estatística Brasileira”.

## Referências

AZEVEDO Fernando de. Idealismo e espírito público (como eu via Teixeira de Freitas). In: \_\_\_\_\_. *Figuras de meu convívio*. São Paulo: Melhoramentos, [19--]. (Obras completas, v. XVII). p. 108-110.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstron. A extraordinária figura humana de M. A. Teixeira de Freitas. In: UM grande brasileiro: idealismo e ação, devotamento e espírito público, pertinência e trabalho: M. A. Teixeira de Freitas. “In Memoriam”. Recife, PE:[s.n.], 1999. p. 66.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Servidor público n. 1. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 25 fev. 1956.

## Comentários sobre Teixeira de Freitas e seus trabalhos na área da educação

Rubem Klein\*

Neste artigo pretendemos analisar e dar um depoimento sobre o importante trabalho de Mário Augusto Teixeira de Freitas na área educacional. Para isso, faremos um breve resumo de como entramos nessa área e em contato com os trabalhos e a vida de Teixeira de Freitas. Teixeira de Freitas estava muito a frente de sua época e infelizmente não foi compreendido por seus pares. Esse fato atrasou em muito o desenvolvimento da educação brasileira.

Começamos a trabalhar com os dados de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD em 1989 a convite do Prof. Sergio Costa Ribeiro, que tinha desenvolvido junto ao Dr. Philip Fletcher, o método PROFLUXO para estimar as taxas de transição entre séries a partir dos dados da PNAD (FLETCHER; RIBEIRO, 1988). Posteriormente, em 1991, começamos a trabalhar com os dados dos censos escolares a convite do Ministério da Educação, para explicar as diferenças de resultados das taxas de transição entre séries obtidas pelo PROFLUXO e as obtidas pelos dados dos censos escolares.

Percebemos então uma inconsistência dos dados dos censos escolares em todas as séries do ensino fundamental e do ensino médio (KLEIN; RIBEIRO, 1991; KLEIN, 2004). Quase sempre o número de alunos novos em uma turma, a partir da 2ª série, era maior que o número de alunos aprovados na série abaixo no ano anterior, o que é absurdo, pois os alunos novos em uma série são alunos promovidos da série abaixo, isto é alunos, aprovados na série abaixo no ano anterior. Esse argumento considera que o número máximo possível de alunos novos em uma série é o número de alunos aprovados na série abaixo no ano anterior. A diferença entre os aprovados na série abaixo no ano anterior e o número de alunos novos na série é o que se chama de evadidos aprovados, isto é, alunos aprovados, que não retornam a escola no ano seguinte. Neste argumento estamos considerando desprezível o número de alunos que entram em uma série provenientes de fora do sistema escolar.

A conclusão é que o número de alunos novos estava inflado e como pelo censo, o número de alunos novos mais o número de alunos repetentes é igual à matrícula na série, o número de repetentes tem que estar subestimado.

\* Consultor da Fundação Cesgranrio; Pesquisador aposentado do Laboratório Nacional de Ciência da Computação, do Ministério da Ciência e Tecnologia - LNCC/MCT

A explicação desse fato é que no Brasil existe um grande número de alunos que abandonam a escola durante o ano, não sendo considerados aprovados ou reprovados no final do ano. Diz-se que esses alunos foram afastados por abandono.

O grande erro conceitual do sistema escolar estava na definição de repetente. Segundo os censos escolares até 1994, inclusive, um aluno repetente é um aluno que frequenta a mesma série que no ano anterior por ter sido reprovado por avaliação ou frequência. Dessa maneira, um aluno afastado por abandono não foi reprovado e, por conseguinte, não é um repetente. Portanto esse aluno afastado por abandono entra como um aluno novo no censo escolar. Isso causa um sub-registro de repetentes e uma inflação de alunos novos. No conceito correto, um aluno repetente é um aluno que frequenta a mesma série que no ano anterior, não importa o motivo. Esse aluno pode ter sido reprovado, afastado por abandono e até mesmo ter sido aprovado, como veremos mais adiante.

Dessa maneira consideramos mais correto trabalhar com os conceitos de aprovado e não aprovado. O aluno afastado por abandono entra na categoria de não aprovado. Novamente isso nos leva ao conceito de que o número máximo possível de alunos repetentes em uma série é igual ao número de alunos não aprovados na mesma série no ano anterior.

Na 1ª série do ensino fundamental não há aprovados na série anterior para comparação. Aqui os argumentos demográficos sobre o número de alunos novos possível na matrícula da 1ª série do ensino fundamental utilizados por Costa Ribeiro e Fletcher (1988), e Schiefelbein (1975), são necessários. Segundo eles, o número máximo possível de alunos novos na 1ª série deve ser o número de crianças de sete anos (tamanho da coorte ou geração de 7 anos), idade correta para a série no Brasil, mesmo sabendo-se que há alunos novos de várias idades nessa série. Esse máximo só poderia ser ultrapassado em alguns poucos anos, quando houvesse uma intervenção no sistema forçando a entrada de alunos com 8 anos ou mais, que ainda estavam fora da escola.

Na 1ª série do ensino fundamental, observa-se que o número de alunos novos segundo o censo escolar é muito maior que o tamanho da coorte de 7 anos. Apesar do número de alunos afastados por abandono na 1ª série do ensino fundamental ser grande, acima de 15% da matrícula inicial na década de 1980 e cerca de 9% hoje em dia, não era suficiente para corrigir o número de alunos novos nessa série. Mesmo supondo que todos os alunos reprovados e afastados por abandono na 1ª série retornassem a escola no ano seguinte como repetentes (isto é, sem evasão), ainda assim, o número de “novos” calculado pela diferença entre a matrícula na 1ª série e a soma dos reprovados e afastados por abandono ainda é maior que o tamanho da coorte de 7 anos, especialmente no início da década de 1980. Isso implica que deve haver muitos alunos considerados como aprovados que estão repetindo a 1ª série. É o que chamamos de repetentes aprovados.

A explicação achada para esse fato foi a existência de sub-seriação na 1ª série do ensino fundamental. Na realidade a 1ª série era composta oficialmente de dois ou três anos. O aluno seria promovido de uma 1ª série fraca para uma 1ª série forte, por exemplo, mas em termos de coleta de dados, continuaria na 1ª série sendo, portanto, um repetente aprovado.

Pode haver repetentes aprovados em outras séries, mas normalmente esse número é muito pequeno, difícil de ser coletado e não é considerado. Mas até a década de 1980, havia repetentes aprovados na 4ª série e até mesmo na 2ª série na zona rural, pois em muitos lugares não havia escolas com séries superiores e alunos, mesmo aprovados nessas séries, permaneciam na escola para não saírem.

Ao realizar esse trabalho, contamos com o conceito de modelo de fluxo bem explicitado, (THONSTAD, 1980), com a existência da PNAD e dos censos escolares.

Outro dado importante é estimar o percentual de conclusão do ensino fundamental, por exemplo, de uma coorte escolar, isto é, de alunos novos que entram na escola, em um determinado ano. Isso é feito por simulação de fluxo, com várias suposições e utilizando as taxas de transição entre séries ou através da PNAD.

A explicação do mecanismo da repetência foi finalmente entendida e a correção das taxas de transição entre séries aceita. Ficou claro que a repetência é um dos grandes problemas da educação brasileira e que apesar de ficar muito tempo na escola, muitos

alunos não terminam o ensino fundamental e o ensino médio. A Tabela 1 mostra as taxas de conclusão via ensino regular ou supletivo (Educação de Jovens e Adultos – EJA) para as 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e a 3ª série do ensino médio. Pode-se ver que as taxas de conclusão (admite-se várias repetências) são muito baixas em 1985 e sobem muito até 2007. O período de rápido crescimento é de 1995 a 2005, conseqüência da queda das taxas de repetência e evasão ocorridas na década de 1990, até 1998. Com a estabilização dessas taxas a partir de 1998, e um pequeno crescimento nas últimas séries do ensino fundamental e do ensino médio nos últimos anos, pode-se ver que as taxas de conclusão estão se estabilizando, faltando muito ainda para a universalização do ensino fundamental e do ensino médio. Sem nova queda das taxas de repetência e evasão a níveis muito baixos, não há como universalizar a conclusão do ensino fundamental e do ensino médio.

**Tabela 1 - Taxas de conclusão, em percentagem, via ensino regular ou supletivo (EJA) obtidas a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**

Anos	4ª série	8ª série	3ª série EM
1985	74	40	23
1995	78	43	27
2005	92	71	50
2006	93	74	53
2007	93	75	54

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1985/2007.

Isso leva o foco do problema para as escolas e os sistemas escolares que não estão cumprindo com seu dever de ensinar e formar. Hoje em dia temos avaliações de aprendizagem como o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB que mostram que mesmo os que chegaram a essas séries têm, em geral, graves problemas de aprendizagem.

Foi somente após descobrirmos as diferentes formas de repetência e como calcular o número de alunos novos é que tivemos conhecimento do trabalho de Teixeira de Freitas.

Foi com espanto que verificamos que muitos dos conceitos com que trabalhamos nos últimos anos já eram conhecidos de Teixeira de Freitas e que suas conclusões são válidas até hoje.

O Brasil das décadas de 1930 e 1940, anos de estudo de Teixeira de Freitas era muito diferente do Brasil de 1980 em diante, época de nossos estudos. Para começar, nas décadas de 1930 e 1940, o ensino primário obrigatório era somente para as três primeiras séries. Segundo ele, havia ainda escolas com somente uma ou duas séries e também algumas escolas com quatro ou cinco anos. O Brasil era predominantemente rural enquanto hoje em dia é predominantemente urbano.

Teixeira de Freitas formou-se em Direito, mas logo começou a trabalhar no serviço público em órgão de estatística e participou da realização do Censo Demográfico 1920 como delegado geral do recenseamento em Minas Gerais. Em 1931 foi nomeado diretor da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. É um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tendo sido seu secretário geral até 1948. Foi também um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Estatística e membro da Associação Brasileira de Educação, desde 1931, tendo sido seu Presidente de 1935 a 1938, o que demonstra seu interesse pela Educação.

Teixeira de Freitas iniciou os censos escolares em 1932 após o Convênio Nacional de Estatísticas Educacionais, de dezembro de 1931. Em 1940, começa uma série de artigos sobre os resultados dos censos escolares a respeito do ensino primário, culminando com um artigo em 1947, no qual reconhece o erro no registro de alunos novos e repetentes e anuncia a correção do censo a partir de 1948, que reproduzimos aqui (FREITAS, 1947, p. 417):

Não é difícil apreender a causa principal dessa inflação dos novos, que vamos tentar retificar.

Uma taxa alta de reprovações é elemento que a inspeção escolar aprecia como circunstância desfavorável ao professor. E este, num compreensível movimento de defesa, sugere aos alunos mal preparados a conveniência de não se submeterem à prova final, dada a certeza de insucesso. Entendem então que esses alunos “não reprovados”, mas também “não aprovados”, devem ser considerados, não, como “repetentes” da série no ano seguinte (que de fato o são), e, sim, como “alunos novos”. Para eliminar na estatística tal erro, -- já agora identificado com segurança, -- vai ser tentado a partir de 1948, com fundamento no Convênio de Estatísticas Educacionais, e uniformemente em todo o país, um novo modelo de escrita escolar.

Infelizmente não funcionou. E essa razão mencionada por Teixeira de Freitas continua até hoje, apesar da correção das definições dos conceitos e estatísticas em 1995. Segundo o conceito do modelo de fluxo, a definição correta de taxa de aprovação é a razão entre o número de aprovados e a matrícula inicial. Mas a definição equivocada é a razão entre o número de aprovados e a matrícula final (soma de aprovados e reprovados). Logo a taxa de aprovação equivocada é sempre maior ou igual a taxa de aprovação correta.

Pelos artigos de Teixeira de Freitas, esse conceito de matrícula final, que não faz sentido, já existia naquela época, quando era chamada de matrícula efetiva. Teixeira de Freitas chama a matrícula inicial de matrícula geral.

É impressionante ver que já no primeiro artigo de 1940, *Dispersão demográfica e escolaridade*, Teixeira de Freitas (1940) mostra conhecer o argumento demográfico de que a referência para o número máximo de alunos novos na 1ª série deve ser o tamanho da coorte de 7 anos. De fato, essa é sua primeira premissa.

Teixeira de Freitas faz várias considerações sobre a idade escolar e conclui corretamente que sendo o ensino primário obrigatório de três anos, a taxa líquida de matrícula tem que ser em relação as coortes de 7 a 9 anos, que deve ser a idade escolar e não em relação as coortes de 7 a 14 anos.

Esse fato é relevante mesmo hoje em dia, quando é comum considerar a idade escolar para o ensino superior de 18 a 24 anos, o que não faz sentido, pois a maioria dos cursos superiores tem duração de quatro anos. O argumento de Teixeira de Freitas mostra que a idade escolar correta para o ensino superior a ser considerada é a de 18 a 21 anos.

Em contraste com este artigo de Teixeira de Freitas, o artigo de Lourenço Filho (1940), do mesmo ano, compara a matrícula primária em relação à população total do País.

Nesse artigo, pode-se ver ainda que Teixeira de Freitas, já reconhece o problema da repetência e do abandono durante o ano e a estabilidade das razões entre as matrículas das diversas séries, das razões dos repetentes em relação a matrícula e do abandono em relação a matrícula (FREITAS, 1940, p. 510).

No entanto, ainda não reconhece o erro do registro dos alunos novos e dos repetentes, que só vai aparecer no seu artigo de 1947 (FREITAS, 1947). A época é outra e Teixeira de Freitas tem que estimar as coortes de idade a partir de hipóteses sobre os dados do Censo Demográfico 1920. Ter os dados corretos faz muita diferença. Teixeira de Freitas superestimou os tamanhos das coortes de idade em 1940, só corrigido com os dados do Censo Demográfico 1940, que ele usa no artigo de 1947. A Tabela 2 exhibe os dados apresentados em 1940 e em 1947. Pode-se ver a diferença absoluta das estimativas dos tamanhos das coortes mostrada na coluna “dif40-47” da Tabela 2. Já entre os novos, de 1932 a 1937, os dados de 1947 apresentam pequenas correções, que não alteram as conclusões. Finalmente as duas últimas colunas desta Tabela, mostram a proporção de alunos novos na 1ª série em relação a coorte de 7 anos para os dados dos artigos de 1940 e 1947. Pode-se ver que para os dados apresentados em 1940, as proporções são sempre menores que 1, de fato menores que 0.87, enquanto que para os dados apresentados em 1947 são sempre maiores que 1, exceto para o ano de 1932, quando é 0.94. De fato, Teixeira de Freitas (1947, p. 415-416), apresenta essa comparação entre número de alunos novos na 1ª série e coorte de 7 anos na Tabela IX. Parte dos dados exibidos na Tabela 2 provém de Assis (1941).

Deve ser por isso que ele só percebe o erro no número de alunos novos no artigo de 1947.

**Tabela 2 - Tamanho das coortes de 7 anos de idade estimados em 1940 e em 1947, número de novos e proporção de novos em relação a coorte de 7 anos**

Ano	Pop7-40	Pop7-47	dif40-47	Novos-40	Novos-47	Prop40	Prop47
1932	1292033	909738	382295	823159	855157	0.637	0.940
1933	1317992	929318	388674	925362	931995	0.702	1.003
1934	1344472	945318	399154	1022115	1032579	0.760	1.092
1935	1371485	969748	401737	1077326	1076516	0.786	1.110
1936	1399040	990619	408421	1208176	1209450	0.864	1.221
1937	1427149	1011937	415212	1211978	1232392	0.849	1.218
1938		1033715			1277457		1.236
1939		1055937			1322224		1.252
1940		1078687			1302367		1.207
1941		1101901			1303331		1.183

Fontes: Assis, A. P. A evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 5, p. 139-144, 1941; Freitas, M. A. T. Dispersão demográfica e escolaridade. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 3, p. 497-527, 1940; Freitas, M. A. T. A escolaridade média no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30-31, p. 295-474, 1947.

Não cremos que Teixeira de Freitas tivesse a noção exata do modelo de fluxo, mas tem o conceito do que é afastamento por abandono (matrícula geral – matrícula efetiva) (FREITAS, 1940, p. 512), ele mostra saber calcular a evasão total na coluna total sob o título de evasão escolar, embora usando uma decomposição estranha: evasão no decurso do ano letivo (abandono) + evasão no trânsito para o ano seguinte (embora esteja escrito para a série seguinte).

Teixeira de Freitas não calcula as taxas de transição entre séries, mas as proporções de novos e repetentes dentro da matrícula.

Seu propósito nesse artigo é acompanhar o fluxo de uma coorte escolar e para isso faz várias hipóteses fortes sobre repetência e promoção. Teixeira de Freitas exhibe a idéia da simulação do fluxo escolar.

Teixeira de Freitas já mostra também uma preocupação com a eficiência do sistema escolar, quando compara o número de aprovados na 3ª série com o tamanho da coorte de 10 anos de idade e verifica que essa relação é muito baixa. De fato, se todos os alunos entrassem com sete anos na 1ª série, e não houvesse repetência nem evasão, aos dez anos todos já deveriam ter concluído os três anos do ensino primário.

Mas ele é mais ambicioso e procura saber qual seria o alunado (ele chama de matriculado) virtual, no qual entraria toda a coorte de 7 anos e os repetentes de 8 anos, supondo a proporção de repetentes exibida pelos censos escolares. O Brasil era muito rural e ele procura ver pela densidade demográfica onde pode haver escolas ou não. Faz várias considerações sobre o assunto e apresenta algumas idéias de como “socializar” as populações rurais. Aqui ele mostra seu forte lado humanista e sua preocupação social.

Em 1941, Teixeira de Freitas (1941a) apresenta seu artigo *A evasão escolar no ensino primário brasileiro*, na *Revista Brasileira de Estatística*, que no mesmo ano traz uma réplica ou crítica de Lourenço Filho e uma resposta de Teixeira de Freitas.

Nesse artigo, Teixeira de Freitas continua com sua preocupação sobre a eficiência do sistema escolar, sua conclusão e já comenta sobre o abandono durante o ano e evasão da escola. Ele procura incluir isso tudo no acompanhamento de uma coorte, novamente com hipóteses fortes.

Outro fato que chama a atenção é a comparação internacional que ele faz citando dados da Argentina, Uruguai (Republica Oriental) e Chile, concluindo, que a situação do Brasil “é mais sombria” (FREITAS, 1941a, p. 714).

Neste artigo, Teixeira de Freitas já faz várias afirmações do tipo:

O ponto de partida dessas conclusões político-sociais foi estatística educacional sobre a exata situação do ensino primário brasileiro, a qual, como demonstraram os números, já não clamava tanto por ‘novas escolas’, quanto por ‘escolas melhores’. Ora, essa cons-

tatação é de alcance capital para todos os que quiserem examinar de perto o assunto, na procura de soluções para os árduos problemas que nesse terreno se podem pôr em equação. (FREITAS, 1941a, p. 698).

[...] Tal acontecendo – ainda que pareça um paradoxo – não “por falta de escolas” mas “por falta de ensino”, pois as nossas escolas deixam-se esvaziar de alunos, esvaziando-se, por conseguinte, do seu verdadeiro sentido social.

Por onde se vê que a escola primária brasileira - infelizmente, dolorosamente, e perigosamente – ainda está longe de retribuir em justa medida o sacrifício que sua manutenção exige da comunidade nacional, e, por outro lado, de salvaguardar os interesses vitais que lhe estão confiados. (FREITAS, 1941a, p. 718).

‘É realmente impressionante’ – palavras do General Pedro Cavalcanti em recente telegrama ao Chefe da Nação – ‘que entre mil candidatos ( a um concurso de Auxiliar de Escrita) só 66 fossem habilitados, O problema da Instrução no Brasil ainda não teve solução e as gerações presentes pagarão esse tributo e amanhã a Nação sofrerá as conseqüências’. (FREITAS, 1941a, p. 722).

Lourenço Filho responde a Teixeira de Freitas e queremos aqui citar uma consideração sua muito importante sobre o estudo da evasão, no início de seu artigo:

A questão parece, à primeira vista, de extrema simplicidade. Há quem pense resolvê-la, pelo confronto dos efetivos de matrícula, nas várias séries do curso, em um mesmo ano-calendário. Num sistema escolar, perfeita e completamente desenvolvido, em país de contingente demográfico estável, esse cotejo nos poderá dar, realmente uma impressão do conjunto, bastante aproximada. Não assim, em países, como o nosso, de rede escolar em franco desenvolvimento, e em que os efetivos de matrícula, pela abertura, em grande número, de novas escolas, hão de adensar-se, por muitos anos ainda, nas primeiras classes de ensino, até que um equilíbrio natural se possa estabelecer entre o movimento escolar e o movimento demográfico.

Aqui o processo de estudo terá de ser direto. Considerando um quantitativo inicial de matrícula, num ano qualquer, ter-se-á de acompanhar o decréscimo que ele venha a sofrer, através dos anos letivos. A primeira vista, parece que bastará , então cotejar a matrícula inicial, cujo número traduza o grupo considerado, com a matrícula obtida, em anos-calendário sucessivos, nos quais esse grupo passe pelas séries também sucessivas de ensino: 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, etc..

Freqüentemente, vemos assim encarado o problema, e disso temos exemplos citados na própria comunicação do dr. Teixeira de Freitas, com relação ao sistema escolar de outros países. Mas esse modo de ver não é adequado, por não levar em conta os contingentes de alunos repetentes de uma mesma série. Não promovido, mas matriculado para repetir a série, o aluno não se evadiu. Permaneceu no sistema, a ele ainda está pertencendo e deve ser contado.

Todos quanto tiveram o prazer de assistir à importante comunicação do dr. Teixeira de Freitas, ou a tenham lido, depois, na cópia mimeografada que a Sociedade fez distribuir, sabem que método muito mais completo e cuidado foi ensaiado pelo nosso eminente consócio. Se esse método é inteiramente satisfatório, ou se deve ser ainda aprimorado, para mais perfeitos resultados, é o que deseja verificar o seu ilustre autor, ao submeter o trabalho ao exame desta Sociedade. (LOURENÇO FILHO, 1941, p. 540).

Citamos esse trecho, pois Lourenço Filho está descrevendo o método da Pirâmide Educacional, que ele (e certamente também Teixeira de Freitas) sabe que é inadequado, pois não leva em conta a repetência. O curioso é que tal método foi largamente empregado pelo antigo Ministério da Educação e Cultura – MEC e educadores brasileiros até

meados da década de 1990 e também por organismos internacionais. O pior é que tal método leva a conclusões e políticas equivocadas (KLEIN, 2004).

Lourenço Filho (1941, p. 544) mostra conhecer o problema da sub-seriação da 1ª série, e considera isso normal. Também acha que Teixeira de Freitas não pode considerar o ensino primário com três anos, pois ainda haviam muitas escolas com somente um ou dois anos. Temos a impressão de que Lourenço Filho não entendeu direito o argumento demográfico, mas critica a estimativa da coorte de 7 anos, como muito elevada.

Teixeira de Freitas em sua réplica, procura responder a todos os pontos de Lourenço Filho, e achamos correta sua atitude sobre a realidade. Promoção dentro da sub-seriação da 1ª série caracteriza-se, em termos dos dados, como repetência, pois o aluno permanece na 1ª série. E também por considerar como evadidos os alunos que só cursaram uma ou duas séries, pois suas escolas só tinham essas. Esse é o fato e o sistema escola precisa corrigir o problema. Lourenço Filho acha que o sistema escolar está melhorando pois, suas matrículas estão aumentando e que Teixeira de Freitas está equivocado em estar tão pessimista.

Teixeira de Freitas responde no mesmo número da *Revista Brasileira de Estatística*, em um extenso artigo intitulado: *Ainda a evasão escolar no ensino primário brasileiro*, no qual rebate as críticas de Lourenço Filho e reafirma sua crença sobre a falta de qualidade da escola.

Teixeira de Freitas (1941b, p 554, grifo do autor), escreve:

Eis aí como um arguto comentador dos números já vislumbrava em 1884 os dois equívocos que os trabalhos do Serviço de Estatística da Educação e Saúde vêm pertinazmente procurando afastar. Um deles é que avultamento dos números brutos da estatística escolar oferece uma ilusória impressão otimista sobre o progresso da educação primária no país. E o segundo equívoco está, ao revés, na impressão pessimista que se colhe erradamente a respeito da **insuficiência** do nosso aparelho escolar, quando se compara a matrícula com a população dita ou suposta em **idade escolar**.

Com efeito, não tem sido outro, em última análise, o objetivo dos nossos esforços nos trabalhos que vimos divulgando, e especialmente nos que mereceram a crítica do nosso prezado e eminente consócio, o professor Lourenço Filho, senão dissipar os dois gravíssimos e opostos equívocos, afim de que se apreenda claramente a verdade da nossa situação, que se poderá bem resumir naquela nossa afirmativa, o Brasil não vem precisando tanto de mais escolas quanto de melhores escolas.

Teixeira de Freitas (1941b, p. 641, grifo do autor), termina assim seu artigo:

XVI – BRADO DE ALERTA O TIMONEIRO NECESSÁRIO

Meus amigos !

Cremo-nos chegado ao termo da tarefa a que nos submeteu o patriotismo, a sinceridade e a amizade do Prof. Lourenço Filho.

**Mais uma vez os números falaram.**

Eles não querem ser Cassandras. Mas teem o seu estribilho, a sua Delenda Cartago: ou o Brasil triunfará da deseducação, ou a deseducação não permitirá ao Brasil que transponha os umbrais dos novos tempos.

Certamente, .....

Como já dissemos antes, Teixeira de Freitas (1947), reconhece o erro de coleta dos alunos novos e repetentes, e em sua metodologia, cria os “possíveis novos” e os “possíveis repetentes” para sua metodologia de correção dos dados, que ele chama de “retificação”. Para a 1ª série, ele cria uma metodologia baseada na relação aluno/professor. Não é fácil entender sua metodologia. Mas ele obtém estimativas muito razoáveis.

No artigo de Klein e Ribeiro (1995), calculamos as taxas de transição entre séries a partir das estimativas de Teixeira de Freitas e as comparamos com as taxas a partir de 1981.

As taxas são muito parecidas, indicando que a estabilidade do sistema observada por Teixeira de Freitas manteve-se até essa época. Só a partir da década de 1980, começamos a ver mudanças, acentuadas na década de 1990 após as discussões sobre repetência iniciadas no final dos anos 1980.

A seguir, utilizando os dados fornecidos por Teixeira de Freitas (1947), calculamos as taxas de afastamento por abandono e as taxas de transição entre séries para a 1ª série com os dados sem correção e com correção.

Na Tabela 3, pode-se ver que as taxas de afastamento por abandono na 1ª série aumentam de 14% para 17% de 1932 a 1941. Lembramos que essa taxa é cerca de 16% no início da década de 1980.

**Tabela 3 - Alunos novos, e repetentes na 1ª série segundo os censos escolares, a matrícula geral, efetiva e a taxa de afastamento por abandono**

Ano	Novos1-47	Rep1-47	MatG	MatE	TxAban
1932	855157	313374	1168531	1001154	0.143
1933	931995	353761	1285756	1104880	0.141
1934	1032579	325884	1358463	1148501	0.155
1935	1076516	313255	1389771	1180898	0.150
1936	1209450	311504	1520954	1274553	0.162
1937	1232392	331795	1564187	1313497	0.160
1938	1277457	351576	1629033	1345162	0.174
1939	1322224	366386	1688610	1390792	0.176
1940	1302367	394955	1697322	1397240	0.177
1941	1303331	390931	1694262	1402279	0.172

Fonte: Freitas, M.A.T. A escolaridade média no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30-31, p. 395-474, 1947.

As Tabelas 4 e 5 fornecem os novos na 2ª série (promovidos da 1ª série, os repetentes e as taxas de transição entre séries. Lembramos que:

Taxa de repetência no ano t = repetentes na mesma série no ano t+1 / matrícula no ano t

Taxa de promoção no ano t = promovidos a série seguinte no ano t+1 / matrícula no ano t

Taxa de evasão no ano t = 1 – taxa de promoção no ano t – taxa de repetência no ano t

Pode-se ver que as taxas de repetência não corrigidas são menos que a metade das taxas de repetência corrigidas e que as taxas de evasão não corrigidas são mais que o dobro das taxas de evasão corrigidas.

No início da década de 1980, as taxas de repetência na 1ª série continuavam próximas de 60%, embora as taxas de evasão tenham caído muito para próximo de 2%.

**Tabela 4 - Taxas de transição entre séries segundo o modelo de fluxo para os dados não corrigidos**

Ano	Novos2-47	Rep1-47	MatG	TxProm	TxRepet	TxEvat
1932	317108	313374	1168531	0.29632	0.30274	0.401
1933	346258	353761	1285756	0.29727	0.25346	0.449
1934	382220	325884	1358463	0.3216	0.2306	0.448
1935	436879	313255	1389771	0.32802	0.22414	0.448
1936	455878	311504	1520954	0.32188	0.21815	0.460
1937	489570	331795	1564187	0.34538	0.22477	0.430
1938	540235	351576	1629033	0.33129	0.22491	0.444
1939	539680	366386	1688610	0.33504	0.23389	0.431
1940	565757	394955	1697322	0.33023	0.23032	0.439
1941	560502	390931	1694262			

Fonte: Freitas, M.A.T. A escolaridade média no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30-31, p. 395-474, 1947.

**Tabela 5 - Taxas de transição entre séries segundo o modelo de fluxo para os dados corrigidos**

Ano	Novos2-47	Rep1-47	MatG	TxProm	TxRepet	TxEvat
1932	273182	663910	1168531	0.239	0.667	0.094
1933	279563	779554	1285756	0.232	0.644	0.124
1934	298074	828220	1358463	0.254	0.600	0.147
1935	344611	814748	1389771	0.238	0.660	0.102
1936	330749	917254	1520954	0.256	0.598	0.146
1937	389006	910165	1564187	0.273	0.612	0.115
1938	427520	956729	1629033	0.252	0.626	0.123
1939	409818	1019148	1688610	0.264	0.595	0.141
1940	445816	1004841	1697322	0.256	0.576	0.168
1941	434002	978026	1694262			

Fonte: Freitas, M.A.T. A escolaridade média no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30-31, p. 395-474, 1947.

Concluimos com o comentário de que o trabalho de Teixeira de Freitas é realmente impressionante pelo que ele conseguiu fazer com os recursos e conhecimentos de sua época. Certamente muito mais pesquisas sobre seu trabalho na área da educação devem ser feitas. Por exemplo, qual é relação entre Teixeira de Freitas e o demógrafo Giorgio Mortara, citado em alguns de seus artigos?

Infelizmente seus artigos não são de fácil compreensão e isso talvez explique a sua não aceitação. Teixeira de Freitas chegou a diagnósticos corretos sobre a educação brasileira da época e já concluía que a escola não estava cumprindo seu papel de ensinar e formar.

Hoje em dia, a situação é diferente, mas seus comentários sobre a escola e sua qualidade continuam muito atuais. Os problemas de abandono continuam, a sub-seriação da 1ª série foi formalizada com uma série adicional, a não universalização do ensino fundamental continua, só que agora são oito anos em vez de três, e o problema da qualidade de aprendizado continua, e agora medidos pelo SAEB.

Esperemos que a ação da sociedade civil que estão aparecendo façam com que finalmente a educação brasileira ganhe qualidade, sonho de Teixeira de Freitas.

## Referências

ASSIS, A. P. A evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 5, p. 139-144, 1941.

FLETCHER, P. R.; RIBEIRO, S. Costa. *Projeto Fluxo dos Alunos de Primeiro Grau – PRO-FLUXO*, 1988. Versão preliminar. Mimeografado.

FREITAS, M. A. T. Ainda a Evasão Escolar no Ensino Primário Brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 7, p. 553-642, 1941b.

\_\_\_\_\_. Dispersão demográfica e escolaridade. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 3, p. 497-527, 1940.

\_\_\_\_\_. A escolaridade média no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30-31, p. 395-474, 1947.

\_\_\_\_\_. A evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística* 1(4), pg. 697-722, 1941a.

KLEIN, R. Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo de indicadores do fluxo escolar da educação básica, 2004. Versão revista. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, v. 84, n. 206-208, p. 107-157, out. 2004.

KLEIN, R.; RIBEIRO, S. C. O censo educacional e o modelo de fluxo: o problema da repetência. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 52, n. 197-198, p. 5-45, 1991.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. A pedagogia da repetência ao longo das décadas. *Ensaio*, Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, v. 3, n. 6, p. 55-61, 1995.

LOURENÇO FILHO, M. B. A evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 7, p. 539-552, 1941.

\_\_\_\_\_. Tendências da educação brasileira. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 2, p. 257-269, 1940.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Avançados, v. 5, v. 12, p. 7-21, 1991.

SCHIEFELBEIN, E. Repeating: an overlooked problem in latin american education. *Comparative Education Review*, Chicago, US: Comparative and International Education Society, v. 19, n. 3, p. 468-487, 1975.

THONSTAD, T. *Analysing and projecting school enrolment in developing countries: a manual of methodology*. Paris: Unesco, 1980. (Statistical reports and studies, n. 24).

# A contribuição de Teixeira de Freitas para a educação brasileira

Libânia Nacif Xavier\*

O presente texto propõe examinar a atuação de Teixeira de Freitas no âmbito da história da educação brasileira. Inicialmente, aborda a sua participação na reestruturação institucional promovida no País, a partir da revolução de 1930. Em seguida, comenta algumas de suas concepções e propostas de solução relativas aos problemas educacionais brasileiros. Ao final, analisa as suas contribuições em face do contexto político e intelectual da época.

Importa destacar que a trajetória de Teixeira de Freitas se insere em um contexto muito particular de nossa história, pois, a primeira metade do século XX marca um período de grande mobilização em torno ao problema da identidade nacional e da criação de instituições adequadas ao ingresso do País na modernidade. O período carrega, ainda, o tom dos grandes debates ideológicos, bem como das expectativas de mudança nos rumos da organização política e social geradas por acontecimentos de repercussão internacional, como a revolução socialista, ocorrida na Rússia em 1917 e a ascensão do nazifascismo, na Itália e na Alemanha. No Brasil, a revolução de 1930 prometia contornar os obstáculos postos à efetivação do regime republicano no País. Isso explica, em certa medida, a adesão de vários intelectuais ao projeto de governo, bem como o empenho em ampliar e reformular o arcabouço institucional do País, com vistas a garantir maior sustentação às ações do Estado.

## Educação e estatística na Era Vargas

A criação do Ministério da Educação, em 1930, registra o momento em que esta área de atuação adquire certo grau de autonomia. As evidências do processo de especialização e autonomização do campo educacional se apresentam, não só porque com a criação do Ministério este passa a contar com uma estrutura burocrática própria, destinada à orientação e execução da po-

---

\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Pesquisadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes/FE-UFRJ).

lítica educacional em todo o Território Nacional mas, também, porque no interior desta estrutura despontaram grupos de especialistas vinculados a um projeto educacional (e nacional) definido. Em geral, seus quadros se dedicaram ao desenvolvimento de pesquisas e à elaboração de diagnósticos, assim como à indicação de tendências e à proposição de medidas práticas para o encaminhamento dos problemas educacionais. Em certa medida, este também foi o fio condutor da atuação de Teixeira de Freitas que, logo após a revolução de 1930, foi convidado pelo Governo Vargas a compor os quadros do Ministério da Educação, onde exerceu o cargo de diretor da Divisão de informações, estatística e divulgação, por mais de 20 anos, lá permanecendo de 1931 até 1952, quando se aposentou do serviço público.

A criação de um órgão voltado para o levantamento das estatísticas educacionais no interior do Ministério da Educação e a posterior criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 1938, incluem-se na estratégia de dotar o País de um quadro abrangente da situação dos mais variados setores da vida nacional em suas expressões nacionais e regionais. A expectativa era que os diagnósticos daí resultantes apresentassem subsídios para orientar o planejamento das ações do Estado no âmbito da educação, saúde e intervenção urbana, entre outros setores. Nesse quadro, as atividades desempenhadas pelo setor de Estatística do Ministério da Educação o qualificam como representativo de um momento no qual as áreas de conhecimento ligadas à educação e à estatística, assim como o desenho das instituições públicas do País ainda não haviam adquirido forma especializada e funções específicas, tal como exibem nos dias atuais. Por outro lado, a inserção desses serviços na estrutura do Ministério da Educação é indicativa de que a necessidade de se produzir uma síntese nacional a partir do conhecimento das particularidades regionais / locais, desde muito cedo se colocou como um desafio para a atuação do órgão central de educação.

Como diretor da Divisão de Estatística, Teixeira de Freitas se empenhou na institucionalização desse campo de atividades, bem como de sua legitimação científica, o que significa, também, garantir a sua validação como instrumento de intervenção política. Ciente da importância de submeter os modelos de produção das estatísticas educacionais à apreciação dos especialistas, Teixeira de Freitas buscou ampliar suas relações com os educadores, participando de fóruns específicos da área educacional, como a Associação Brasileira de Educação - ABE, entidade da qual foi presidente, de 1935 a 1938.

A fundação da Associação Brasileira de Educação - ABE, em 1924, constitui um passo importante para o processo de autonomização do campo educacional, pois esta funcionou como fórum de debates, congregando parte importante da intelectualidade em torno ao problema educacional brasileiro. Como observou Marta Carvalho (1998), as primeiras ações da ABE estiveram associadas ao ideal cívico-nacionalista, à higiene e ao trabalho, mobilizando campanhas de luta contra o analfabetismo e cruzadas de cunho higienista. Na década seguinte, a publicação do *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, em 1932, marca uma nova fase na história da ABE. Escrito para atender a uma solicitação do presidente Getúlio Vargas aos educadores reunidos na IV Conferência Nacional de Educação, promovida por esta entidade, o manifesto de 1932 expressa as cisões existentes no interior da ABE, explicitando as propostas de um dos grupos ali atuante. Suas principais bandeiras pugnavam a responsabilidade do Estado para com a universalização do ensino público e gratuito e da escola comum ou única, isto é, igual para todos. Consideravam, ainda, que a escola pública deveria ser laica e organizada com base na co-educação. A defesa da laicidade provocou intensa reação dos educadores católicos, demarcando um campo de disputas que, em linhas gerais, ficou polarizado entre os defensores da renovação educacional e aqueles que eram favoráveis ao ensino tradicional e à formação religiosa da população brasileira.

Gozando de amplo reconhecimento junto ao grupo dos “renovadores”, a presença de Teixeira de Freitas na Diretoria de Estatística do Ministério da Educação, bem como na ABE, evidencia um movimento de aproximação entre “zonas de fronteiras”. Em outras palavras, ao transitar nos espaços legítimos e participar das redes sociais de um grupo de educadores em franco processo de legitimação e reconhecimento públi-

co, Teixeira de Freitas marcava sua presença em campos que ora se articulavam e se complementavam, ora procuravam se distinguir, validando seus atributos particulares. Dessa maneira, ampliava suas redes de apoio e, ao mesmo tempo, promovia a validação de sua especialidade. A esse respeito, cabe assinalar com Pierre Bourdieu (1996, p. 100), que é na “zona de fronteira” que se situa o campo de poder no interior do qual se desenvolvem as lutas pelo poder do Estado.

Sob sua direção, o setor de Estatística promoveu a divulgação dos dados ali produzidos nos mais variados veículos de informação, - tal como nos jornais de grande circulação e no *Diário Oficial*; nas revistas especializadas e de divulgação; nas publicações criadas pelo próprio órgão e em outras publicações institucionais; ou, ainda, em congressos, seminários e exposições – de modo a demonstrar a importância da estatística aos intelectuais e homens de governo, bem como para, nos dizeres do próprio Teixeira de Freitas, torná-la acessível à mentalidade popular.

Tal esforço logrou erigir um lugar de memória que atribui qualidades de pioneirismo e qualifica determinadas atividades desenvolvidas pela diretoria e por seu diretor como marcos fundadores do processo de institucionalização do campo estatístico no Brasil. Cabe registrar que, até aquele momento, os levantamentos estatísticos sobre a realidade educacional do País ainda não haviam alcançado uma metodologia padronizada e sistematizada em nível nacional, o que impossibilitava estabelecer comparações e interpretações globais. Esta situação seria modificada com a realização do Convênio Interadministrativo de Estatísticas Educacionais e Conexas, firmado em 1931, sob a liderança de Teixeira de Freitas.

## O Convênio de 1931 e a solução do problema educacional

De fato, uma das atividades mais destacadas nos relatórios do setor de Estatística do Ministério da Educação, assim como nas publicações que fazem referência à relação histórica entre educação e estatísticas no Brasil é o Convênio de 1931 (JARDIM, 1941; FREITAS, 1941; LOURENÇO FILHO, 1941; MARTINS, 1953). Esse fato demonstra a importância da referida experiência, evidenciando, também, a eficácia alcançada por Teixeira de Freitas no trabalho de divulgação e validação histórica desse feito.

Conforme observou Natália Gil (2007), a referência ao Convênio é tema recorrente nos escritos de Teixeira de Freitas, particularmente nas apresentações que antecedem as publicações da série *O Ensino no Brasil*, por ele dirigida e publicadas a partir de 1939. Por outro lado, a perspectiva de promover a divulgação dos dados estatísticos e de validar a sua importância junto ao público não especializado sugere a estratégia de assegurar uma forma específica de legitimidade. Isto porque, ao mesmo tempo em que reconhecia as funções sociais daquela área de conhecimentos, promovendo a ampla socialização dos dados produzidos, esse esforço de divulgação também visava garantir reforço simbólico nas lutas por posição no campo burocrático.

O anteprojeto do Convênio foi debatido na IV Conferência Nacional de Educação, realizada pela ABE, no Rio de Janeiro, em 1931, ocasião em que foram explicitados os objetivos de uniformizar e coordenar todos os trabalhos oficiais de estatística educacional e conexa, de modo a conhecer e divulgar as condições gerais do Brasil, bem como a situação particular de cada ente federado, abarcando todos os ramos de ensino e considerando os vários aspectos da educação e da cultura nacional.

Ao longo do processo de preparação, desenvolvimento e divulgação dos dados e informações relativos ao Convênio, Teixeira de Freitas participou de vários eventos nos quais apresentou a metodologia e os passos adotados no seu desenvolvimento. Na sequência, comentou os resultados obtidos e apresentou as conclusões que extraía dos levantamentos efetuados, bem como os planos e propostas de orientação da política educacional dali decorrentes. Assim, em Conferência proferida na abertura da “Semana de Educação”, organizada pela ABE, em novembro de 1933, Teixeira de Freitas procurou demarcar a relevância dos campos nos quais ele vinha se movimentando, afirmando o seguinte:

A Pátria brasileira e as suas condições só podem ser bem conhecidas mercê das indagações estatísticas [...] Mas não bastam os dados conhecidos [...] Força é que a educação lhes dê ao espírito a necessária permeabilidade às noções que fazem, primeiro, **conhecer**, e às forças que obrigam, em seguida, a **agir**.

Eis aí, pois, taçadas as duas linhas paralelas que hão de orientar os passos da nacionalidade nesse momento de incertezas – **estatística** e **educação**. Porque tudo que não seja fundamentalmente isto, redundará em esforços quase estéreis, marcha ziguezagueante desviada de seu norte. (FREITAS, 1934, p. 41, grifo do autor)

Conhecer e agir com a consciência esclarecida. Esta era, para Teixeira de Freitas, a fórmula por meio da qual seria possível dotar as ações políticas da racionalidade que lhes era imprescindível. Para tanto, ele defende o poder das estatísticas em fornecer o conhecimento racional da situação e conclama a educação para forjar, através do trabalho dos mestres nas escolas, uma mentalidade científica capaz de se transformar em guia para a ação consciente sobre os rumos da nação. Contudo, apesar da pujante declaração de aliança, complementaridade e reconhecimento recíproco, as disputas por posição no campo burocrático seguiam o seu curso e se acirraram com a criação de um órgão que viria concorrer com a Diretoria de Estatísticas em funções como a produção de informações, a interpretação das estatísticas e a formulação de planos e políticas educacionais.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP foi criado em janeiro de 1937, sob a denominação inicial de Instituto Nacional de Pedagogia. Apenas em 1938, no entanto, ele começa a ter existência real, sob a liderança do educador Lourenço Filho e já com a denominação acima referida. Múltiplos objetivos foram atribuídos a este órgão através do Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938, envolvendo funções de naturezas diferentes, voltadas, por um lado, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da educação visando, entre outras coisas, a subsidiar as políticas desenvolvidas pelo Ministério e, por outro, atribuições de caráter executivo, como a assistência técnica aos sistemas estaduais municipais e particulares, além do objetivo de divulgação, por diferentes meios de difusão, do conhecimento pedagógico. Nesse contexto, as disputas por posição junto ao governo explicitaram pontos de vista divergentes no que tange às interpretações e recomendações elaboradas com base nos resultados dos levantamentos estatísticos realizados.

Nesse caso, há um conjunto de publicações que explicita claramente as disputas pela interpretação legítima da situação educacional brasileira. São elas: *A evasão escolar no ensino primário*, no qual Teixeira de Freitas toma como base a análise de dados da série histórica de 1932-1939; o artigo homônimo, assinado por Lourenço Filho, que tece críticas ao primeiro; e a resposta de Teixeira de Freitas a essas críticas, consubstanciadas no artigo intitulado *Ainda a evasão escolar no ensino primário*. Um dos temas em debate se refere à definição das categorias orientadoras dos levantamentos e interpretações dos dados estatísticos até então levantados, tal como a definição de categorias como “grupo de idade e grupo de matrícula” na aferição dos índices de “suficiência e de eficiência” do ensino primário. Outro aspecto destacado foi a duração média do curso primário, oficialmente de três anos, mas empiricamente, como defendeu Lourenço Filho, sua duração se estendia até quatro ou cinco anos, por iniciativa das próprias escolas que, para atenuarem as dificuldades de aprendizagem de seus alunos, incluíam a abertura das classes preparatórias; do primeiro ano atrasado e do avançado, além das classes paralelas, resultando em que a aprovação no terceiro ano significasse, em alta percentagem, escolaridade de três, quatro e cinco anos e não a de três anos, como supôs o estatístico.

O que se percebe é que tais definições poderiam exercer grande influência na síntese dos levantamentos efetuados, alterando radicalmente os contornos do quadro educacional do País e, em decorrência, indicando rumos diferenciados para a política educacional. Por outro lado, alguns conceitos e questões contemplados neste debate chamam atenção pelo potencial analítico que suscitam. Entre estes, destacamos a diferenciação entre “suficiência” e “eficiência” da escola (o primeiro de dimensão quantitativa e o segundo indicando relação com a qualidade do ensino); a importância de

dados como evasão e permanência; promoção, repetência e retenção do aluno na escola primária (sugerindo elementos instigantes para a compreensão de aspectos relativos ao fluxo idade-série) e a própria noção de movimento escolar, trazendo à lume características relevantes da trajetória das crianças brasileiras em seu processo de escolarização (e fora dele). Com base nessas balizas, a observação das escolas primárias passa a ser conduzida em interação com a dinâmica da vida social de seus alunos. Consideramos que a apresentação desses critérios de observação da dinâmica educacional, dentre outros, contribuiu para que, posteriormente, fossem dados passos significativos na superação de percepções cristalizadas acerca do funcionamento da escola, ora vista como uma instituição estática, apartada dos condicionantes sociais aos quais se encontrava submetida, ora super estimada em suas funções de regeneração social e em suas perspectivas de transformação da realidade social. Há ainda, uma gama de ideias e proposições, de levantamentos e inquéritos a partir dos quais Teixeira de Freitas buscou contribuir para a solução das questões educacionais, ora dialogando com seu pares, ora apresentando contribuições originais e pessoais.

Tendo em vista a clivagem percebida entre o “Brasil urbano” e o “Brasil rural” – este último, visto como atrasado e apartado dos benefícios da modernização – a preocupação com a educação da população do campo ocupou lugar relevante nas primeiras décadas republicanas. Nesse sentido, a aproximação com a ideologia agrarista, defendida à época pela Sociedade de Amigos de Alberto Torres, levou Teixeira de Freitas a apoiar campanhas e eventos promovidos pela referida associação, colaborando com a publicação do jornal *O Educador Rural* e posicionando-se favoravelmente à criação das vilas escolares, que seriam grandes educandários rurais previstos para funcionarem em regime especial de internato ou semi-internato. Merecem registro, ainda, as proposições de Teixeira de Freitas em prol da criação de escolas normais rurais, tendo em vista a constatação de que a grande maioria dos professores qualificados se concentrava nos grandes centros urbanos, enquanto o ensino no interior do País, quando existia em sua forma institucionalizada, se encontrava a cargo de leigos.

Suas concepções a respeito do problema da dispersão demográfica e dos desafios dela decorrentes inspiraram a proposta de construção das colônias-escolas. A ideia que as justificava era a possibilidade de integrar a população sertaneja à nacionalidade por meio da elevação de suas condições de existência.<sup>1</sup> Conforme ele próprio esclareceu, tratava-se de obra de socialização a ser estendida às populações rurais, visando a condensação demográfica e a regeneração do homem pela assistência educativa integrada com a assistência sanitária e econômica. Segundo suas próprias palavras, a condensação demográfica devia visar a efetiva ruralização, como contrapeso ao deformado e exagerado urbanismo. (FREITAS, 1940a, p. 521). Em linhas gerais, a proposta de criação das colônias-escolas incluía, em sua primeira etapa de realização, um conjunto de ações de colonização e de educação, visando difundir as práticas do cooperativismo e o espírito de iniciativa e auto-governo no desenvolvimento de atividades produtivas por deliberação própria das famílias atendidas, mas sob direção técnica e educativa conveniente. A segunda etapa previa a fixação dos egressos das colônias-escolas em área próxima, mediante saneamento e loteamento prévios, facultando-lhes a abertura de crédito para custear a exploração econômica da propriedade recém adquirida.

A perspectiva expressa nesse projeto se enquadra em uma corrente de pensamento que teve na preocupação para com a ocupação do Território Nacional a sua linha forte, variando, sobretudo, no que tange à avaliação relativa à conveniência de se reformar ou de se manter inalterada a estrutura agrária do País. Durante a década de 1930, o agrarismo acabou por ser superado por outros projetos concorrentes, vindo a constituir uma dimensão não-realizada do projeto de modernização brasileiro gestado na Primeira República, particularmente em seu componente mais radical, que considerava a realização de um certo modelo de reforma agrária de modo a formar uma classe de pequenos proprietários rurais.

<sup>1</sup> O projeto foi apresentado por Teixeira de Freitas à Sociedade de Amigos de Alberto Torres, sob o título *Organização e educação do Brasil rural pelas colônias-escolas* e, posteriormente, no I Congresso de Ensino Regional realizado em Salvador, em 1934.

Teixeira de Freitas lançou atenção, também, para o funcionamento interno das escolas, para as quais a Diretoria de Estatística veiculou propaganda no sentido de promover a larga utilização escolar do fonógrafo, do cinema e do rádio educativos (FREITAS, 1943). Demonstrou, assim, a intenção de influenciar, mesmo que de forma indireta, na definição dos conteúdos, métodos e procedimentos de ensino, em sintonia com as orientações provenientes do movimento da Escola Nova.<sup>2</sup>

## Considerações finais

Tendo em vista o quadro anteriormente apresentado, podemos perceber que a contribuição individual de Teixeira de Freitas se articula ao idioma geral de sua época (DARNTON, 1986). Isso significa considerar que o envolvimento para com a *organização nacional* constituiu um padrão de comportamento próprio do grupo de intelectuais contemporâneos a Teixeira de Freitas.

De acordo com Daniel Pécaut (1990, p. 40), essa geração de intelectuais pautou-se pela busca dos fundamentos da nacionalidade brasileira, reflexão que apresentou como ponto problemático a diversidade regional e cultural do País (heterogeneidade), a degenerescência dos costumes e a ignorância (analfabetismo), bem como a desorganização das classes populares (cegueira política). Esse quadro problemático justificou a necessidade de intervenção do intelectual junto ao governo e para tanto, eles se legitimaram com base na competência e complementaridade entre três saberes que detinham: o relativo à dinâmica das massas, o concernente à formação da cultura e o que tratava da organização do político. Entendemos que em várias esferas de ação, estas três dimensões de saber estiveram articuladas, variando apenas em intensidade. Assim, na imprensa, nas universidades ou nas instituições burocráticas, a articulação com a esfera política (no sentido instituinte), a definição de princípios e teorias científicas, juntamente com a com a formação de opinião e a educação do povo delimitaram os espaços preferenciais de atuação dos intelectuais.

Apoiados no trabalho clássico de Luciano Martins (1987), sugerimos que esse grupo se caracterizou, ainda, pelo desejo de transformar a sociedade, ensejado pela sua posição de isolamento social e pelo conteúdo utópico de seu pensamento. Em oposição ao sentimento de impotência frente à sua expectativa em relação à vida social brasileira da época – diante do fato de viverem em meio a uma elite que cultivava uma cultura ornamental e um povo analfabeto – esse grupo assumiria como sua a missão de exercer a liderança moral da sociedade. Tal comprometimento, ao mesmo tempo que reforçava o sentimento de isolamento desses intelectuais, também os induziria a assumir uma relação direta com o Estado. A *organização nacional* aparece, então, como o lugar no qual esses intelectuais configuram uma identidade social que lhes habilita a criar instituições modernas, abertas ao espírito renovador e à pesquisa científica, criando condições para saírem de seu isolamento e divulgarem as suas idéias.

É nesse contexto, portanto, que qualificamos a contribuição de Teixeira de Freitas para a educação brasileira. Ele fez parte de uma geração que logrou mobilizar um conjunto de concepções inscritas no ideário republicano de racionalização das esferas de governo ao lado do desenvolvimento de ações de cunho modernizador. Atuando na perspectiva de articular estatística e educação - enaltecendo o potencial racional da primeira e reivindicando a sua aplicação na formulação das políticas educacionais – ele forjou o seu projeto de modernidade para o País, não sem contradições. Tal como expresso por Fernando de Azevedo, ele encarnou

<sup>2</sup> O movimento reuniu um grupo de especialistas em torno às reformas dos sistemas de ensino levadas a efeito nos principais centros urbanos do País, desde a Primeira República e teve como principais expoentes, Anísio Texeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Suas bandeiras foram explicitadas no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932). No que tange às questões diretamente ligadas ao ensino, os escolanovistas consideravam, tal como John Dewey, que a experiência deveria constituir a base da aprendizagem, a ser efetivada na articulação entre a escola e o meio social por meio de métodos pedagógicos ativos (XAVIER, 2002).

[...] uma singular mistura de realismo e de imaginação, de sedução pelo grandioso e do gosto de detalhes que o levam à prolixidade; de um espírito geométrico e maciço nos seus planos e de impulso para o ideal. [Esta] constituía mesmo uma das características da forte personalidade de Teixeira de Freitas, que, embora sempre disposto a apegar-se aos números para agarrar a realidade, se deixava por vezes arrebatado pela fantasia em construções arbitrárias. (AZEVEDO, 1958, p. 47)

Porém, a despeito de ter defendido planos utópicos e de ter comungado concepções elitistas a respeito do povo brasileiro – bem ao estilo do pensamento político e social predominante nas esferas de governo, à época – é interessante enfatizar um outro aspecto particular da contribuição de Teixeira de Freitas. Trata-se de seu *idealismo e espírito público*, conforme também assinala Fernando de Azevedo. Estas características de sua personalidade desenham uma trajetória marcada pelo empenho pessoal e pela crença nas possibilidades de transformação, para melhor, da sociedade brasileira. E, ao nosso ver, é isto que permite renovar, permanentemente, a atualidade de suas contribuições.

## Referências

AZEVEDO, Fernando de. Idealismo e espírito público: como eu via Teixeira de Freitas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, v. 29, n. 70, p. 42-50, abr./jun. 1958.

BOURDIEU, Pierre. Espírito de estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. *Teixeira de Freitas, pensamento social e ação política*. Rio de Janeiro, 2006. Mimeografado.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: Ed. da EDUSF, 1998.

DARNTON, Robert. *Grande massacre dos gatos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

A ESTATÍSTICA educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 30/31, p. 624-634, abr./set. 1947.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Dispersão demográfica e escolaridade. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 497-527, jul./set. 1940a.

\_\_\_\_\_. A evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 697-722, out./dez. 1940b.

\_\_\_\_\_. Ainda a evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p. 553-642, jul./set. 1941.

\_\_\_\_\_. O órgão de estatística do Ministério da Educação e Saúde, antes e depois do IBGE. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 4, n.14, p. 235-248, abr./jun. 1943.

\_\_\_\_\_. *O ensino primário no Brasil (através dos comunicados do Ministério da Educação)*. São Paulo: Melhoramentos, 1934. (Biblioteca de Educação, v. XXI).

GIL, Natália de Lacerda. *As dimensões da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira*. 2007. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

JARDIM, Germano. A missão do órgão estatístico de educação e saúde. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, p. 1045-1118, out./dez. 1941.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. A evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 7, p. 539-552, jul./set. 1941.

MARTINS, Alberto. O Brasil e as estatísticas educacionais e culturais. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 55, p. 238-243, jul./set. 1953.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia : os intelectuais e a política no Brasil de 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v. 2, n. 4, 1987.

MELO, Marcus André B. C. de. Municipalismo, *nation building* e a modernização do Estado no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v. 6, n. 23, p. 85-99, 1993.

MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif (Org.). *Por uma política de formação do magistério nacional: o INEP, MEC dos anos 1950-1960*. Brasília, DF: INEP, 2008. (INEP 70 anos, n. 1).

OLIVEIRA, Regina Célia Acioli. *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no projeto político cultural do Estado Novo*. 2005. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. (Tema, v. 16 – Sociologia e Política).

RIBEIRO, Sérgio Costa. Comentário ao artigo "A escolaridade média no ensino primário brasileiro." *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 194, p. 153-160, jul./dez. 1989.

SENRA, Nelson de Castro. Teixeira de Freitas: uma excelência brasileira. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 67, p. IX – XI, 2008.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da Escola Nova (1932)*. Bragança Paulista, SP: Ed. da EDUSF, 2002.

# Horizontes do urbanismo como disciplina e ação ou Teixeira de Freitas: das estatísticas da educação às colônias-escolas (1908-1932)\*

Margareth da Silva Pereira\*\*

“Quando a educação se torna uma causa”, este poderia ter sido o segundo título deste texto e esta certamente é uma das chaves de leitura mais apropriadas para se entender as ligações, hoje pouco usuais, entre a arquitetura, o urbanismo e os estudos estatísticos no passado.

De fato, nas décadas de 1920-1930 arquitetos e urbanistas construíram em varias partes do mundo diálogos estreitos com o campo da educação. Esses laços mostraram-se não apenas férteis mas foram, ainda, criativos, plurais e indissociáveis de reflexões sobre a vida coletiva e os direitos sociais e, neste sentido, sobre os equipamentos necessários para as novas metrópoles.

Naquelas décadas educação, arquitetura, urbanismo – e em resumo a vida nas cidades - foram temas de tal maneira imbricados que muitas vezes parece impossível distinguir as decisões que emanam de um ou outro campo disciplinar numa simbiose que ainda hoje não cessamos de buscar compreender e analisar.

O resultado desta convergência de esforços – o que não significa dizer homogeneidade de pontos de vistas políticos ou pedagógicos - é que obras até hoje consideradas excepcionais, construídas nos anos 1920-30, marcam assim a cena artística, pedagógica e a paisagem das cidades. Pensemos apenas na *Bauhaus en Dessau* (1926), na *École de plein air em Suresnes* de Eugène Beaudoin e Marcel Lods (1931-1935), nas escolas italianas dos anos 1930 ou na célebre obra de Jan Duiker em Amsterdã, a *Openluchtschool*.

\* Este texto se beneficia de reflexões desenvolvidas no projeto de pesquisa, em andamento: “Globalização, municipalismo e urbanismo no Rio de Janeiro: das palavras às práticas: o direito à cidade e aos seus serviços em uma perspectiva histórica.” Com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

\*\* Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/FAU. Graduada em Urbanismo pela Université Paris VIII, DEA em Études Urbaines e Doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Pós-doutorado no Institut d’Urbanisme de Paris e na École des Hautes Études en Sciences Sociales e no Centre for Urban History da University of Leicester. Vice-decana do Centro de Letras e Artes da UFRJ e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/PROURB.

Entretanto, poderíamos alargar ainda mais esta lista, uma vez que para esta geração a questão educacional não significou apenas construir “edifícios destinados às escolas, liceus, escolas técnicas, universidades”. Assim, podem ser citados uma série de outros equipamentos socioculturais que, embora colocando a educação no centro de interesse dos debates, mostra-se atenta à uma visão mais alargada de conhecimento e de formação. Das políticas de construção de museus e bibliotecas, aos restaurantes universitários e clubes operários - dos quais o coroamento no Brasil foi, já na década de 1940, a Casa do Baile de Oscar Niemeyer, na Pampulha - inúmeras outras obras, foram pensados como “catalisadores sociais” e como espaços educativos. Poderíamos citar ainda as moradias para estudantes, como o projeto da *Cité universitaire de Paris* - que dentre seus diversos pavilhões exibe a famosa *Maison de la Suisse de Le Corbusier* (1931) destinados aos estudantes suíços que vinham estudar na França - ou a construção da Casa do estudante do Brasil (1931), no Rio de Janeiro e como se vê os estilos arquitetônicos mudam, os programas construtivos variam, as orientações pedagógicas diferem, mas a reflexão sobre o papel da educação nas agora complexas sociedades urbanas permanece.

Ora, nessa série de iniciativas impõe-se internacionalmente a própria construção de um edifício que ainda hoje emblematiza a importância que a educação ganhara naqueles anos. Trata-se da sede do Ministério de Educação e Saúde (1936) no Rio de Janeiro, o primeiro órgão que o governo revolucionário de 1930 criou, afirmando suas metas de colocar a educação e a saúde no centro do projeto de desenvolvimento e modernização do País. Como se sabe, a intensa colaboração entre o arquiteto franco-suíço Le Corbusier e, um grupo de jovens arquitetos brasileiros tendo à frente Lúcio Costa, nesse projeto e naquele para a construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, provocou uma renovação no modo de fazer arquitetura no Brasil, marcando as grandes cidades do País com dezenas de obras modernas.

É evidente que a interlocução entre artistas, arquitetos e educadores atravessara o século XIX. Mas a pergunta que fica é como estes intercâmbios, de início pontuais e que se tornam mais regulares depois da Exposição Universal de 1867<sup>3</sup>, não só se consolidaram mas também mudaram de escala? Isto é, como a questão da educação tornou-se uma “questão urbana” ?

É aqui que vemos educadores e arquitetos se aproximarem do urbanismo nascente como uma disciplina “reguladora” da vida social, ao mesmo tempo em que os levantamentos e estudos estatísticos passam a ser vistos, cada vez mais, como uma das ferramentas maiores das questões administrativas e municipais. Lembremos a coincidência temporal entre os debates sobre os melhoramentos urbanos do Município Neutro na década de 1870, a construção das chamadas “escolas do Imperador”<sup>4</sup> no Rio de Janeiro e a criação da Diretoria Geral de Estatística, em 1871, com a atribuição inclusive de realizar - ainda que isso não tenha saído do papel - as estatísticas da instrução.

De fato, as ligações que vemos ganhar plena visibilidade 50 anos mais tarde, já no século XX, apenas mapeiam, em grande linhas, intercâmbios e interlocuções que envolvem diferentes campos de saber e de ação política e social, definindo o que vem sendo convencionalmente chamado as diferentes “profissões do urbano”. Muitas dessas profissões - arquitetura, urbanismo, sociologia, antropologia, direito administrativo, par-

<sup>3</sup> Frédérique Le Play, ao organizar a Exposição Universal de 1867, trouxe os debates sobre as condições das classes operárias para o primeiro plano ao instituir um prêmio para as iniciativas que tivessem contribuído para “o melhoramento das condições da existência, da inteligência e da harmonia entre patrões e empregados” (prêmio da seção X). Neste evento, os organizadores abriram espaço para que os operários pudessem também visitar a mostra e “dessem a conhecer seus pontos de vista, exprimissem suas necessidades e votassem” nos produtos e nas obras exibidas. A questão da habitação operária mas também da instrução se impõem nos debates. Analisando os mais de 600 dossiers julgados, apenas nesta categoria, dos quais somente 12 foram considerados, parcialmente meritórios, um jornalista afirmava que, de todo modo “o bem começado não iria parar e que se existiam diversas formas de [ação social], há apenas três bases imutáveis: a religião, a moral e a instrução” (LE LIVRE..., c1983).

<sup>4</sup> A partir de 1870, no Município da Corte foram construídas as “Escolas do Imperador”, estabelecidas em prédios próprios, para a instrução primária. De início, as obras contaram com os recursos de uma subscrição para a construção de uma estátua equestre em homenagem a D. Pedro II, que preferiu dar este uso para a verba arrecadada, e da Câmara Municipal, que construiu a “Escola da Freguesia de Sant’Anna – Escola São Sebastião”. A partir daí, graças a associação de verbas governamentais com capitais particulares, ou de subscrições públicas, outras escolas foram erguidas ao longo da década. Estas obras não podem ser desvinculadas nem dos debates técnicos em torno do projeto de reforma da cidade da Comissão de Melhoramentos entre 1874-1875 (PEREIRA, 2002), nem da criação de outras medidas “progressistas”, como se dizia à época, como a criação da Diretoria Geral de Estatística (SENRA, 2006, v. 1).

tes da medicina e da engenharia (como a engenharia ou medicina sanitária), também podendo-se incluir aqui a demografia e a estatística municipal - ganharam forma nesse período. Assim, é no “interior” destas diferentes perspectivas e escalas de observação de cidades, territórios e seus habitantes que, seja no Brasil ou no exterior, também se constroem certas trajetórias técnicas e intelectuais, confundindo-se a definição de certos perfis disciplinares com o próprio delineamento de programa de ação de administrações municipais e governos, lentamente implementados nas décadas de 1920-30.

Ora, é neste processo de longa duração que constrói o próprio conceito de administração pública em bases modernas e, com ele, o de “políticas públicas”<sup>5</sup> que vemos ir se delineando no caso brasileiro o perfil de inúmeros figuras, dentre as quais a de Mário Augusto Teixeira de Freitas.

De jovem advogado, recém formado, em 1911, à criador e primeiro secretário do IBGE, em 1938, em pouco mais de duas décadas Teixeira de Freitas se firma como um dos mais importantes nomes das estatísticas no Brasil. Se ele desde muito cedo canaliza as questões de direito, para aqueles do direito administrativo - dando visibilidade e abraçando a causa da estatística ainda cursando a Faculdade - a educação insinua-se pouco a pouco.

Como se sabe, o jovem Teixeira de Freitas passa a assumir papéis relevantes primeiro nos bastidores do movimento educacional no País, já na década de 1920, mas rapidamente heil-lo também na cena principal, a partir de 1930, ao lado de um braço do governo revolucionário, secretariando o primeiro ministro dedicado, exclusivamente, a pensar à educação e à saúde no País, Francisco Campos.

Desde a década de 1920, os caminhos de Teixeira de Freitas passam a se cruzar com os primeiros membros da Associação Brasileira de Educação, criada em 1924 e pouco a pouco com as figuras chave da renovação no campo educacional que se reúne no Rio de Janeiro mas com conexões em varias províncias da federação, como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Hermes Lima, Antonio Carneiro Leão, Afrânio Peixoto, Cecília Meirelles.

Teixeira também se mostra atento as mudanças no mundo urbano e rural, sincronicamente, aproximando-se como se sabe, no início da década de 1930 da Sociedade de Amigos de Alberto Torres. Mas, como este percurso teria sido construído?

Nossa ambição, como se viu até agora, é menos trazer respostas a esta pergunta - o que exige convergência de saberes e de pesquisas em um tempo mais longo - do que desenhar um roteiro do campo de possibilidades de ação no qual se move o jovem Teixeira de Freitas e que é indissociável de alguns caminhos do urbanismo.

Por urbanismo, não se estendendo neste texto apenas o desenho da forma urbana, ela é um de seus aspectos. Trata-se de defini-lo aqui como um campo disciplinar mais complexo, que pretendeu-se uma ciência da forma de crescimento e gestão da vida coletiva, e que tomou sua forma moderna após as revoluções nos campos produtivo, político e epistemológico de fins do século XVIII. Como mostraram Françoise Choay e Marcel Roncayolo, há mais de duas ou três décadas, esta nova disciplina do urbano teria se constituído a partir de três grande núcleos de questões, vistas como “problemas”: a circulação, a higiene e o embelezamento e que reuniu em torno, agora de uma problemática comum - a forma construída e social das cidades - engenheiros, médicos e arquitetos (CHONAY, 2003; RONCAYOLO; PAQUOT, 1992). Um quarto vetor de discussão, pode ainda lhe ser associado, a justiça social,<sup>6</sup> esta envolvendo educadores, demógrafos, advogados, sociólogos e quadros administrativos na busca de estender os benefícios crescentes da sociedade urbana e industrial seja ao conjunto dos cidadãos, seja, simplesmente aos cidadãos; Neste sentido o urbanismo é visto instrumento de gestão municipal e os programas construtivos e a forma do desenho urbano é apenas o aspecto visível de, como se vê, discussões bem mais complexas.

<sup>5</sup> Jean-Pierre Gaudin, em livro dedicado a pensar o que se convencionou chamar “socialismo municipal”, tema que precisa melhor ser estudado entre nós, chamava a atenção para a “estruturação progressiva do que se convencionou chamar agora de *Estado Providência*”, sublinhando o próprio processo histórico de formação do conceito de políticas públicas tal como o vemos ser aplicado sobretudo a partir de 1930.

<sup>6</sup> Sobre esse quarto traço ver: PEREIRA, Margareth da Silva. [sem título]. In: MACHADO, Denise Pinheiro; SILVA, Rachel Coutinho Marques da; PEREIRA, Margareth da Silva (Org.). *Urbanismo em questão*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/PROURB, 2003.

Assim, é a partir de um amplo leque de interesses, mas de um campo extremamente focado de ações que o nome de Teixeira de Freitas, ainda que desconhecido dos livros de arquitetura e urbanismo, vai se impondo na cena urbana como um “reformador social” e neste sentido, como um “reformador da cidade e da vida em cidades”, um “urbanista”, no senso largo do termo.

Não é apenas por esse seu papel como grande sistematizador de dados históricos e de atualidade sobre núcleos populacionais e municípios e que dera origem às monografias municipais (OLIVEIRA, 2005) a partir de 1941 que Teixeira de Freitas se associa ao campo do urbanismo. Bem mais de perto, pode-se dizer que ao participar da própria construção na esfera governamental do conceito de “políticas públicas”, ele passaria a definir, ainda que com discrição desde a década de 1920, a agenda para as próprias propostas de trabalho de arquitetos e urbanistas no Brasil.

Esta afirmação pelo menos parece ser válida, primeiramente, na micro-escala, com a constituição das condições para a implementação de uma política “científica” de construção de escolas que se inicia com Anísio Teixeira, no Distrito Federal por exemplo. Graças ao trabalho que Teixeira inicia na década de 1920 em Minas Gerais a “instrução” ganha bases cada vez mais concretas em decorrência de uma sistematização de enquetes educacionais que não ignoram a geografia e portanto a localização precisa “no espaço” da cidade, da região e do País dos dados coletados.

Em segundo lugar, esta afirmação também encontra justificativas quando se observa o impacto da ação de Teixeira de Freitas na macro-escala. Na verdade, a aproximação de Teixeira de Freitas das questões geográficas e de territorialização dos diversos dados coletados, censitários ou não – o leva também, por exemplo, a defender uma política “racional de divisão territorial do País” adotando claramente uma vertente “ruralista” - ou “desurbanista” em linguagem de quem estuda a história do urbanismo. Neste sentido, sua defesa da fixação do homem no interior e de organização das bases produtivas, tendo em vista os desertos populacionais que a cartografia vai apontando, encontra eco nos debates urbanísticos tanto norte-americanos quanto soviéticos e que enfrentam nesses anos também a questão regional e territorial como a outra face das questões do crescimento desigual das cidades.

Teixeira de Freitas proporá a construção de colônias – escolas no meio rural e manterá ligações estreitas com círculos intelectuais ligados à questão do campo e com o Ministro da Agricultura Juarez Távora. Entretanto mais do que iniciativas “ruralistas” sua ação nesta escala devem ser vistas em um sistema mais amplo e que vai definindo uma política de (re) distribuição da população no território com a criação de novos e diferentes tipos de “centros propulsores” de desenvolvimento econômico e humano (CAMARGO, 2008).

Na verdade, para balizar um pouco mais de perto este cenário é necessária uma pequena digressão, sob pena de se continuar ignorando a existência de redes de sociabilidade que uniam a política à ciência, à educação à administração e estas à arte, que a fragmentação excessiva do campo do conhecimento hoje, induz-nos a ver como inusitadas. Essas redes interligavam os interesses de arquitetos, urbanistas, artistas, intelectuais e políticos com frequência, sobretudo aqueles ligados ao movimento de reformas urbanas e sociais e é importante salientar que, desde o final do século XIX, o desejo muitas vezes enunciado de uma *arquitetura nova* esteve diretamente vinculado à construção de um também *novo modo de vida*.

Ora, ambas mudanças estavam também, diretamente, ligadas à construção de um novo tipo de cidadão: um cidadão “urbanizado”, isto é, adaptado ao meio urbano como queria alguns, mas também apto a agir criticamente sobre ele e corrigi-lo, reformá-lo, melhorá-lo, contribuindo para seu desenvolvimento. De um polo ao outro é a educação deste novo “cidadão” que tornar-se o tema principal a ser discutido. Da teosofia às propostas da escola nova, trata-se de pensar a educação como processo global de formação do juízo crítico de um novo indivíduo: mais solidário, menos preconceituoso e regionalista em certos casos, mas também, mais participativo nos processos de construção dos espaços de vida “social” para alguns ou da vida “nacional”, para outros.

Entre aqueles que defendiam uma visão mais “reformadora” desses processos e aqueles que advogavam uma plataforma de mudanças “revolucionária”, outros tantos

matizes podiam ser identificados, definindo diferentes grupos de ativistas políticos e de educadores, mas também de arquitetos, urbanistas, administradores no grande laboratório na construção de um novo tipo de vida coletivo.

Ora, embora o estatuto da arquitetura e do urbanismo hoje nos faça parecer longínquo seu diálogo com a educação e mais ainda com a estatística a *nova arquitetura* nascente não pode ser desvinculada, do amadurecimento de lutas mais abrangentes pela extensão de direitos civis e – cidadãos ou urbanos, de modo geral –, colocando-se a ênfase, em certos temas como habitação, saúde, educação, assistência ou previdência, embora de modo diverso de um país a outro.

Para sermos mais precisos, trata-se antes de tudo de se construir não uma nova arquitetura mas uma nova cidade - e às vezes um novo modelo de fixação da população no território - que espelhe uma nova sociedade.<sup>7</sup> Pode-se dizer que durante a década de 1920, Teixeira de Freitas parece passar de uma percepção municipal e citadina das estatísticas e da educação, para uma visão mais ampla “urbanizada”, melhor seria dizer no caso “urbanizadora” e “educadora” e que justamente tem, nas estatísticas, sua base científica. *Educar é povoar*, em suas palavras. Ou traduzindo-as nos termos urbanísticos dos “desurbanistas” - que defendiam o fim da supremacia das cidades em detrimento do campo e outros modelos de ocupação do território -: Educar é interiorizar os benefícios da civilização citadina ou, simplesmente: *Educar é colonizar, desurbanizar*.

Ora, desde fins do século XIX e até o segundo pós-guerra, uma nova geração de intelectuais – fossem eles urbanistas ou arquitetos - entendia a criação do *novu* não apenas como um fenômeno de originalidade formal ou de linguagem arquitetônica mas também como parte de uma luta política, civil, coletiva. O Estado, nesses termos, passava a desempenhar um papel de grande relevância, seja moderando as diferenças sociais existentes, seja revolucionando o próprio funcionamento hierarquizado da vida social a partir de suas bases (KOPP, 1990).

A observação sistematizada de diferentes curvas de crescimento nas cidades ao longo do século XIX levou à percepção de *deficits* em diferentes aspectos da vida citadina quando observada a coletividade como um todo – como o acesso à redes de transporte e de circulação; moradia; higiene, saúde e instrução. Por outro lado, os esforços de quantificação e os debates sobre essas assimetrias sociais vinham estimulando a organização, como vimos de novos campos de saber, como a sociologia ou o próprio urbanismo<sup>8</sup> e, até mesmo, sucessivas indagações e considerações sobre as próprias transformações no conceito de cidade.

Aqui é necessário frisar que para grande número de intelectuais da “geração” de 1900, os dados quantitativos de par à uma série de observações oriundas de situações originais, permitiria inclusive ultrapassar também a célebre distinção “cidade” – “campo”. Assim, estas duas “categorias” não deveriam mais serem vistas como opostas ou independentes como haviam sido pensadas até o começo do século XIX e, sobretudo, diante de uma expansão “urbana” generalizada.

Como se sabe, vários autores como Choay, Roncayolo ou Lefevre, a despeito de suas divergências teóricas, mostraram essa lenta passagem do conceito de “cidade” ao de “urbano” (DETHIER; GUIHEUX, c1994). Agora, nas primeiras décadas do século XX, a própria destruição das antigas muralhas de muitas cidades européias, sob o peso das pressões demográficas, ou o acelerado processo de urbanização de antigas zonas rurais vinham mostrando o caráter “aberto” dos aglomerados populacionais existentes, sublinhando o fato que os efeitos da vida urbana não se restringiam mais aos seus

<sup>7</sup> É neste sentido que devem ser lidos os pensadores chamados anti-urbanos listados na obra supracitada da autora e que defendem outros modelos da relação não apenas cidade-campo, mas de indivíduos com a natureza ou os estudos mais específicos desenvolvidos por Anatole Kopp (1990) ou Jean-Louis Cohen (1987), sobre a maneira “desurbanista” do urbanismo soviético ou norte-americano que buscam impedir o crescimento das antigas cidades estimulando a redistribuição do crescimento demográfico nas áreas ainda de ocupação rarefeita.

<sup>8</sup> Como se sabe, o neologismo *urbanismo* aparece nas diversas línguas neolatinas, inclusive no português do Brasil, nas primeiras décadas do século XX. No contexto anglo-saxão o mesmo processo se observa com pouco anos de diferença. Choay associa na França o surgimento da expressão “urbanismo” e do profissional “urbanista” ao círculo que cria a Société Française d’Urbanisme, da qual faz parte Donat -Alfred Agache, por volta de 1913. No Brasil será o engenheiro municipal Victor Feire que criar o neologismo em 1916-17.

estreitos limites construídos. A cidade, como forma de viver contínua e contígua, passa a ser vista como um fenômeno de longa duração, em resumo, como uma forma histórica. Isto é, como uma forma de se viver coletivamente capaz de ser mantida ou transformada, pelos homens e pelas maneiras de pensar e construir suas instituições.

Nas primeiras décadas do século XX, dentre os primeiros urbanistas, alguns centravam suas críticas e suas propostas de reformas ainda em torno do “modelo citadino”: são os que advogam a centralidade das antigas cidades, ainda que agora elas já se mostrassem como verdadeiros “formigueiros” ou “colméias” humanas. A flutuação das palavras desde o começo do século XX não deixa dúvidas: Grande Paris, Grande Berlim, Grand Londres, Grande Nova Iorque ou simplesmente metrópoles? Como chamar estas “grandes” cidades, “globais”, como chamaríamos hoje? *Grande cidade, Großstadt, Metropolis, Métropole?*

Outros entretanto, e sobretudo aqueles ligados à uma visão mais revolucionária, consideravam o ciclo histórico das “cidades” ultrapassado. Para estes, a expansão demográfica mostrava-se “infinita” e assim seria desejável por razões de equilíbrio demográfico, produtivas ou de justiça social que a distribuição do crescimento numérico que as estatísticas vinham mostrando fosse, racionalmente, estudado e reequilibrado, levando à uma “desurbanização” dessas grandes cidades. É aqui que começamos a articular as propostas de Teixeira de Freitas à corrente “desurbanista” – colonizadora – do urbanismo.

Desde o início do século XX, as mudanças tecnológicas que permitiam aumentar a difusão de novos meios de comunicação e transportes – como o telégrafo, o telefone, o automóvel, o avião, o rádio –, desenhavam, a cada ano, um quadro de mobilidade generalizada que contribuía para delinear um novo momento da vida coletiva, apagando as diferenças outrora tão mais rígidas entre mundo citadino e rural.

São inúmeros os intelectuais e reformadores sociais que desde a virada do século começam a perceber esse “salto” conceitual em relação ao viver em cidade. A partir de agora a forma histórica “cidade”, percorrida e vivida com o corpo – a *walking city* – cede lugar ao “urbano”. Isto é, constata-se os efeitos de uma urbanização que pode ser ampliada, estendida, generalizada e difundida, levando os benefícios e o conforto da antiga vida “citadina” a todos os quadrantes dos territórios, expandido e reconfigurando os limites das antigas “cidades” ou criando “coletividades” e formas de povoamento de outros tipos. De todo modo, a idéia de circulação e, para muitos, de produção e desenvolvimento pode ser levada, agora, por toda parte.

Na primeira década do século XX, a noção de rede, defendida pelos *saint-simonianos* e pelos positivistas desde meados do século XIX, se explicitaria, assim, com clareza. Graças aos “meios mecanizados” de locomoção e comunicação a “cidadania” parece assim já não se restringir àqueles que detêm os *droits de cité*, e alcança, assim, distancias impensáveis, muito maiores daquelas alcançadas anteriormente, pois elas estão onde estão, simplesmente, os direitos.

Mesmo que se considere que campo e cidade guardam ainda, aqui, singularidades, as formas híbridas – nem mais cidades, nem mais mundo agrícola – ou formas de assentamento totalmente novas se multiplicariam nas duas primeiras décadas do século XX, introduzindo novos conceitos de coletividade: as “cidades jardins”, as “cidades-lineares”, as *siedlungen*; as “cidades verdes” ou as formas nômades e temporárias de distribuição da população, permitidas graças aos automóveis e estudadas pelos desurbanistas soviéticos par e passo com a invenção da *mobile home*, na década de 1920. Todos estes exemplos propõem não mais “cidades”, mas novos modelos de assentamentos e urbanização para as sociedades modernas: originais, flexíveis e que levam em conta diferentes tipos de demanda.

Por outro lado, à medida que a percepção do binômio “cidade-campo” vai se transmutando e a idéia de um mundo urbano (onde agora se inclui um mundo rural urbanizado) passa a ser também discutida com os novos meios de transporte, a concentração ou dispersão da população no território passa também a ser debatida cada vez mais.

Sejam aqueles que defendem a manutenção das “cidades” e aceitam que as novas áreas de expansão urbana sejam “infinitas”, sejam aqueles que defendem assenta-

mentos melhor distribuídos no território ou até mesmo assentamentos temporários, ambos se voltam para as estatísticas. São elas que permitem, inclusive, “diagnosticar distorções” e “corrigir” ou em outras palavras ver e prever, mas também propor.

O campo das estatísticas se desenha, assim, cada vez mais como uma ciência moderna e crucial para qualquer esforço de racionalização e de enfrentamento dos “problemas de superpopulação” das chamadas “Grandes Cidades”, ou de alta dispersão populacional. Este é o caso de certas regiões do mundo: a nova União das Repúblicas Soviéticas, os Estados Unidos da América, a Austrália, o norte da Inglaterra, a Espanha e o Brasil, como já mostravam as estatísticas.

É provável que tenha sido neste contexto que Teixeira de Freitas, jovem estudante de direito passa a tomar contato com as idéias do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Alberto Torres. Desde 1910-1911, Torres, em uma série de artigos na *Gazeta de Notícias* chamava a atenção para o fato que o Brasil como nação deveria valorizar o campo e as atividades agrícolas e organizar-se “como corpo social e econômico, não devendo copiar nem criar instituições, mas fazê-las surgir dos próprios materiais do País”.<sup>9</sup>

O quadro que vimos traçando, embora de modo impressionista no que se refere à história das estatísticas, permite compreender para além da figura de Teixeira de Freitas as mudanças na percepção das diferentes formas de vida coletiva que já não repousam mais, necessariamente, nos “tipos” tradicionais de assentamento: cidades, vilas, aldeias.

Como lembra Nelson Senra “universais” e “racionais” os números permitem combinações, associações, permutações e inclusive, pensar o provável e é pensando o número como uma constante - a partir da qual estabelece-se e analisa-se as “relações” entre diferentes variáveis - que as estatísticas passam a fazer parte do “diagnóstico” de cidades e de regiões, permitindo ainda perscrutar seu futuro.

Os instrumentos que, como a estatística e o urbanismo, vão sendo desenvolvidos como instrumentos que possibilitam uma intervenção segura e não arbitrária no coletivo e em suas formas de territorialização permitem, assim, apontar males, analisá-los e prever sua superação, criando, ao mesmo tempo, novos cenários de desenvolvimento.

Essa mentalidade científica e planejadora vinha se afirmando desde o fim do século XIX e é neste contexto que podemos entender, por exemplo, a luta pela sistematização das estatísticas de Aureliano Portugal, já considerada por ele à época como uma “Ciência de Estado.” É em direção à esta lógica de “planejamento do novo” e de “previsão” que se implementa o recenseamento municipal realizado na administração Pereira Passos, em 1906. E com Portugal, o prefeito do Distrito Federal, já declarava, nestes anos, que na estatística residia “o segredo dos bons governos.” (SANTOS, 2006, p. 176).

Ainda é necessário melhor aprofundar a valorização das estatísticas como instrumento de administração municipal iniciada por Passos. De todo modo, note-se que o prefeito já reconhecia no censo o caminho seguro para atacar à época dois “problemas” maiores da administração da cidade: educação e habitação. Tanto para a localização de escolas quanto para a política de construção de vilas operárias parecia ao prefeito ser necessário “possuir informações precisas a respeito da distribuição local e da composição específica da população urbana e suburbana” (SANTOS, 2006, p. 205).

É também nessa perspectiva que vemos se orientar José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, discípulo de Aureliano Portugal. Bulhões Carvalho participara da comissão que elaborara as bases do recenseamento municipal de 1906, e nos três anos seguintes conseguiria um passo além: sensibilizar as autoridades federais, e particularmente o jovem e empreendedor Ministro de Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon, para a necessidade de sistematização e aperfeiçoamento das estatísticas. Com Bulhões Carvalho, e malgrado o fato dele próprio ser, como Aureliano Portugal, um médico, as estatísticas deixam de ser uma matéria restrita à vigilância sanitária e identificada apenas com o trabalho de demógrafos-sanitaristas. Sua ação entre 1907 e 1909 é exemplar no sentido de fazer um pú-

<sup>9</sup> As ligações do pensamento de Alberto Torres e sobretudo da Sociedade de Amigos de Alberto Torres na década de 1930 com o integralismo, vem fazendo com que este tema seja ainda hoje pouco estudado mas a Sociedade participa de várias iniciativas importantes dos círculos de urbanistas, sendo um dos patrocinadores da 1ª Semana do Urbanismo, realizada em Salvador em 1935.

blico mais amplo nas esferas federais entender a necessidade de compreender que a (des) organização das estatísticas era um problema de estado e um problema de governo. De fato, à frente da Diretoria Geral de Estatística - DGE, órgão afeito ao governo da federação e que vinha sofrendo altos e baixos desde a proclamação da República, Bulhões Carvalho começa desde 1907 no governo Afonso Pena, a buscar dar novo sopro “nacional” e de credibilidade às estatísticas. A DGE acabava de ser reformada em 1907 pelo Decreto nº 6.628, e uma das primeiras tarefas que seu novo Diretor se deu foi a de reunir os dados das províncias – ainda que incompletos do recenseamento de 1900 - e sistematiza-os para que pudessem ser publicados no *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908* compondo, assim, ainda que de modo “aproximado”, um Brasil em números.

Em seu ciclo de vida de quase cem dias, a Exposição Nacional recebeu cerca de 600 000 visitantes em um Rio de Janeiro que contava com pouco mais de 800 000 habitantes. Mais uma vez os números eram eloqüentes e pode-se dizer que a Exposição foi um sucesso de público e a maior vitrine da Capital Federal, agora saneada, com largas avenidas, bela, limpa, com seu comércio elegante e repleta de diversões. Tendo o pavilhão do Distrito Federal à frente e os dados que exibia sobre a Capital, as autoridades republicanas passaram a ter com as informações mostradas nos demais pavilhões construídos na Praia Vermelha por alguns estados da federação – como São Paulo, Minas, Bahia –, por certos órgãos públicos – como os Correios e Telégrafos - ou pelo esforço conjunto de alguns Ministérios o mais impressionante panorama da extensão do País, de sua diversidade, de seus avanços mas também de suas desigualdades, de sua pobreza, dos desafios a serem enfrentados.

Pela primeira vez, o País organizava uma mostra de si mesmo, não para ser vista pelos estrangeiros – como nas diversas Exposições Universais das quais o País participava – mas para os próprios brasileiros. O retrato do País em números, mostrado por Bulhões Carvalho podia agora, ainda que de modo incompleto, ser colocado lado a lado daquele realizado pelo Distrito Federal por Aureliano Portugal e que fora publicado em 1907, já na gestão do prefeito Souza Aguiar. Cotejado às dezenas de fotografias e álbuns enviados pelas diferentes províncias ambos chamavam a atenção do quanto o Brasil desconhecia a si mesmo.

O jovem Mário Augusto Teixeira de Freitas, contava em 1908 com 18 anos. Acabara de ser aprovado em concurso para vaga de “praticante” da Diretoria Geral de Estatística e pode-se dizer que se não auxiliara, na medida do possível, Bulhões Carvalho e sua equipe no esforço de retrabalhar e sistematizar os dados de 1900, começava a observar seus métodos de trabalho, suas dificuldades, a discutir sobre elas. Vira também o vasto retrato do País que fora mostrado em 1908 e as conquistas não podiam esconder a envergadura dos desafios a serem enfrentados para tornar o Brasil um País mais justo e mais moderno.

O seu amadurecimento no enfrentamento destes desafios será um processo lento, mas constante e começava ali, no convívio com Bulhões Carvalho e sua equipe, a partir dessa data. É provável que, uma vez terminada a Exposição de 1908, o jovem Mário Augusto tenha começado a acompanhar os trabalhos da 4ª seção da DGE que tinha por responsabilidade maior realizar levantamentos de dados não só sobre o ensino primário, mas também os diversos campos da cultura intelectual. A Estatística Escolar de 1907, trabalho organizado sob a direção de Oziel Bordeaux Rego, chefe da 4ª seção, foi um sucesso na medida em que foi o primeiro documento que se elaborou no Brasil tendo como referência a totalidade do território nacional. Bordeaux Rego também organizou um ambicioso projeto para a organização nacional da própria estrutura de coleta e sistematização de informações.<sup>10</sup> Na verdade, embora as estatísticas da instrução viessem desde o fim do Império mobilizando os discursos de educadores, não havia precedentes de trabalhos realizados com esse perfil no País nos quais se pudesse inspirar. Foi certamente aqui, com o trabalho de Bordeaux do Rego que Teixeira de Freitas passaria a se aproximar da educação e a construir alguns parâmetros tanto para sua

<sup>10</sup> Para maior aprofundamento, ver: GIL, Natália. Aparato burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica. *Cadernos de Pesquisa*: revista de estudos e pesquisa em educação. São Paulo: Autores Associados/Fundação Carlos Chagas, v. 38, n. 134, p. 479-502 maio/ago. 2008; FRANCA, José Quadros. A Estatística educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 30-31, p. 624-634, abr./set. 1947.

própria busca de construção de métodos de coleta e tratamento de dados numéricos quanto para ações a serem implementadas nos diversos estados federados. Trata-se como se vê de um amadurecimento sobre o papel e o perfil que deveria adotar o próprio governo da federação e, nessa sua arquitetura, o lugar das estatísticas e da cartografia, mapeando as frentes de “urbanização” a serem abertas ou conquistadas, consolidando a presença não só de um governo “nacional”, mas dos bens e serviços que “pode e deve distribuir” de modo equânime e equilibrado pelo território.

Ora, por estes exemplos vê-se que o programa de ação que Teixeira de Freitas constrói para si nas décadas seguintes é balizado pelas mudanças no campo de ação política, fundada em uma reflexão sobre o papel do Estado nas novas sociedades republicanas, democráticas e liberais. É no interior deste arcabouço que para certos atores sociais se desenham também as mudanças na percepção da vida em coletividades, entendendo-se, como vimos, a “cidade” como apenas uma das possibilidades históricas. É pelo menos em torno destes polos que se movem, desde a virada do século XX, duas ou três gerações de intelectuais, homens públicos, funcionários, artistas, ativistas sociais e também parte da elite financeira e comercial, construindo suas biografias e uma firme noção de esfera pública.

Essa vasta nebulosa reformadora - cuja frequência recíproca seria impensável nos dias de hoje, devido, entre tantos outros fatores, tanto a fragmentação do campo do conhecimento quanto ao antagonismo político e ideológico que marcaria o campo intelectual e da ação social no segundo pós-guerra - compartilha assim em maior ou menor grau destes debates.

Mas, aqui se se fala em papel do Estado e de esfera pública também é necessário que se ultrapasse a própria idéia de fronteira nacional, embora justamente o “nacional” seja o tema de resistência para estes atores que reivindicam para si a construção de um projeto unitário e coeso para o País.

Talvez seja neste ponto que possamos, neste rápido quadro que vimos fazendo, apontar a própria força da idéia de progresso que atravessa o discurso político e científico nesses anos. Em paralelo se constrói ainda o próprio conceito de vanguarda, permeando o comportamento dos quadros administrativo e a ação de autoridades e balizando, sobretudo, a própria emergência do conceito de “função pública” – e de funcionário público- em diversos países. É nas entrelinhas destas questões que Teixeira de Freitas construiria seu próprio ideário entre 1910 e 1920, antes de propô-lo como agenda cada vez mais ampliada a partir de 1930.

Como se sabe, em 1919, Bulhões Carvalho o nomeia como Delegado Geral do Recenseamento em Minas Gerais, encarregado da implantação do programa de mais um recenseamento geral da república, a ser veiculado por ocasião das comemorações do centenário da independência em 1922 e onde devem ser arrolados dados demográficos mas também da economia, indústria e agricultura. O relatório dessa tarefa da qual Teixeira se desincumbe desde sua instalação em Belo Horizonte em 1919 será apresentado a Bulhões Carvalho em dezembro de 1921. Nele além de expor as linhas essenciais do plano censitário, contemplando condições, apreciações, resultados, custos e conclusões da campanha, Teixeira inclui sugestões administrativas para a unificação e funcionamento da Delegacia de Estatística no Estado de Minas Gerais (FREITAS, 1939).

Senra chama a atenção que o tom do relatório de Teixeira de Freitas difere de todos os outros remetidos pelos seus colegas nos demais Estados, pelo número de informações e sugestões constatadas empiricamente nos trabalhos de recenseamento (SANTOS, 2006, 520). Autorizado por Bulhões Carvalho, Teixeira realiza paralelamente e em acordo com o governo do Estado de Minas duas outras iniciativas. Por um lado, dentro da tradição dos trabalhos demográficos-sanitários que Aureliano Portugal e Bulhões Carvalho haviam ajudado a aprimorar, realiza um levantamento das doenças que grassavam no estado. Por outro lado, na tradição iniciada por Bordeaux do Rego empreende também uma “contagem.”<sup>11</sup> Por fim, Teixeira de Freitas

<sup>11</sup> Até mesmo no plano das palavras a serem utilizadas nas campanhas se “censo», “recenseamento” ou “contagem” Teixeira se pronuncia (SANTOS, 2006. p.525).

[...] realiza monografias coreográficas sobre cada município, a revisão do *Dicionário estatístico e coreográfico das distâncias*, levantamento sobre a indústria extrativa e quedas d'água existentes em Minas, além de diversos outros levantamentos sobre abastecimento de água, iluminação pública, esgotamento sanitário, matadouros, telefones, transporte, entre outros. E mais: tudo isso sem ônus para a operação censitária em curso. (SANTOS 2006, p. 524).

Em suas diversas frentes de trabalho, Teixeira de Freitas faz o diagnóstico em todo território do estado de uma série de temas e “problemas” que cabiam ao governo estadual enfrentar dentre as quais sublinhe-se a dispersão da população, a carência de higiene urbana e mesmo individual; a extrema penúria do proletariado agrícola; o estado sanitário extremamente deficiente em diversas localidades, que favorecia a proliferação de inúmeras doenças: a carência de assistência médico-farmacêutica; a devastação “cega e piedosa” do meio ambiente; a falta de meio de transporte e de comunicação; o baixo número de cidades; a desorganização do ambiente agrícola; o exagerado analfabetismo e evasão escolar, a falta de demarcação e registro das terras; a desarmonia entre os vários ramos da administração pública; a extrema deficiência do funcionalismo público no estado entre outros<sup>12</sup>.

O impacto do relatório de Teixeiras de Freitas não se restringiu aos gabinetes ministeriais e é desta ação, sistemática, contínua que aproxima a estatísticas de uma “Ciência da Certeza”, como queria Bulhões Carvalho, mas que se mostra capaz de permitir governos e administradores traçar caminhos e metas - políticas públicas - como Teixeira Passou a contribuir para fazer ver, que a educação, mas também do urbanismo vai ganhando cada vez mais adeptos. Esta ação “iluminadora” de problemas e desafios também vai criando em Minas Gerais e, particularmente nos círculos do governo do Estado, em Belo Horizonte, um grupo de intelectuais de diversos matizes atentos à questão da saúde mas, principalmente, da educação e da cultura.. Em uma década, desde o período de Artur Bernardes até Gustavo Capanema, estreitam-se assim os laços entre o estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas e políticos, escritores, educadores.

Essa colaboração estreita de Teixeira de Freitas com as esferas de administração o levaria de volta ao Distrito Federal, agora a convite do governo provisório instaurado pela revolução de 1930. Passa, assim a participar da organização do Ministério da Educação e Saúde Pública e nele passa a dirigir a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação. As estatísticas educacionais ganham importância agora nacional e é possível pensar que é na esteira das lutas de Teixeira de Freitas e seus companheiros mineiros que Francisco Campos solicita, em dezembro de 1931, em seu nome e do próprio chefe do governo, que à Associação Brasileira de Educação - ABE, elaborasse um documento em que fosse definido o ‘sentido pedagógico’ da revolução de 1930. É neste contexto que toma forma o documento *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo* (CUNHA, 1994), o famoso Manifesto dos pioneiros da educação divulgado dois meses mais tarde em 1932 e contando com a assinatura de 26 educadores de diversas regiões do País.

Em 1931, a outra frente de lutas na qual se engajara Teixeira, isto é a reflexão mais sistematizada dos “problemas urbanos e de urbanização” diante tanto da diversidade cultural e geográfica do País quanto de sua difusa rede de cidades e da situação do homem do campo, também alcança seu público alvo: os arquitetos. Aqui o resultado é mais hesitante e se consubstancia no episódio da reforma da Escola Nacional de Belas Artes - ENBA, proposta pelo novo diretor da instituição, Lúcio Costa, em 1931. Nos dez meses que permanece à frente da Escola, Lúcio Costa havia buscado modernizar o ensino de arquitetura, introduzindo, inclusive os estudos de urbanismo na formação dos arquiteto. Embora a reforma da ENBA tenha sido frustrada nessa sua meta, o objetivo permaneceria levado agora à frente pela prefeitura do Distrito Federal e alinhando os interesses de uma geração de jovens arquitetos em torno da função pública e das demandas de um novo tipo de cliente - coletivo -, habitante das cidades ou do campo.

<sup>12</sup> Para uma análise fina deste parte do relatório ver: SANTOS, Marco Aurélio Martins. Em 1920, quarto censo geral: estratégia e processo de trabalho. In: SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 2: Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936). p. 526-532.

De fato, no âmbito local uma verdadeira política educacional tomava forma desde 1932 no próprio Distrito Federal, pelas mãos do prefeito Pedro Ernesto e de Anísio Teixeira. Além da construção de dezenas de escolas primárias e secundárias, seria criada a própria Universidade do Distrito Federal em 1935, onde o Instituto de Artes passaria a oferecer um curso “pioneiro” de Urbanismo. As idéias de urbanização do interior do País e de modernização do campo, com as colônias-escola se firmam. Como se sabe, ao longo da década de 1930 não só se multiplicam as discussões sobre a remodelação da Capital Federal como o projeto de construção de uma nova capital para o estado de Goiás começa a ser discutido e implementado. A repercussão que a inauguração de Goiânia, no início dos anos 1940, teve junto aos estatísticos não deixa dúvidas quanto seu papel estratégico para a construção de um novo ordenamento físico-territorial do País.

Do ideário que Teixeira traçara para sua ação pública na década de 1920, restava ainda as lutas pela reorganização completa dos serviços de estatística com os convênios interadministrativos e pela necessidade de se expandir, ainda mais, as frentes de urbanização. Em outras palavras, o que viria a ser a criação do IBGE e a idéia em germe da interiorização da própria capital, Brasília.

## Referências

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O ideário cívico do IBGE: reformas sociais de base e projeto de Brasil aos olhos da estatística. In: SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3: Estatísticas organizadas (c.-936-c.1972). Cap. 11, p. 371-409.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopia e realidades de uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

COHEN, Jean-Louis. *Le Corbusier and the mystique of the l'USSR: theories and projects for Moscou 1928-1936*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1987.

CUNHA, Luis A. Educação e classes sociais no Manifesto de 32: perguntas sem resposta. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 20, 1994.

DETHIER, Jean; GUIHEUX, Alain (Dir.). *La ville, art et architecture en Europe, 1870-1993*. Paris: Centre Georges Pompidou, c1994.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. *O recenseamento de 1920 em Minas Gerais*. Belo Horizonte: IBGE/Junta Executiva Regional de Minas Gerais, 1939. 62 p.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1990.

LE LIVRE des expositions universelles, 1851-1989. Paris: [Edition des arts décoratifs: Herscher], c1983.

OLIVEIRA, Regina Coeli Acioli de. *O IBGE no projeto político-cultural do Estado Novo*. 2005. Dissertação (Mestrado)-Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, M da Silva. The time of the capitals. Rio de Janeiro and São Paulo: words, actors and plans. In: ALMANDOZ, Arturo (Ed.). *Planning latin america's capital cities 1850-1950*. London; New York: Routledge, 2002. p. 75-108.

RONCAYOLO, Marcel; PACQUOT, Thierry (Ed.). *Villes et civilisation urbaine, XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Larousse, 1992.

SANTOS, Marco Aurélio Martins. Em 1906: o censo perfeito do prefeito Passos. In: SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 2: Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936). Cap. 7, p. 185-223.

\_\_\_\_\_. Em 1920, quarto censo geral: estratégia e processo de trabalho. In: SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 2: Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936). Cap. 20, p. 491-532.

SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 1: Estatísticas desejadas (1822-c.1889).

## Teixeira de Freitas e a escola primária brasileira: a questão da qualidade do ensino a partir de análises estatísticas\*

Natália de Lacerda Gil\*\*

Teixeira de Freitas foi responsável por vários estudos estatísticos acerca da educação brasileira em decorrência, sobretudo, de sua posição de destaque nas instâncias centrais de produção das estatísticas de educação e saúde. Além da organização e análise dos dados que foram divulgados na série *O ensino no Brasil*, organizada pelo Serviço de Estatística de Educação e Saúde, Teixeira de Freitas publicou trabalhos de autoria própria quanto ao tema. Entre estes, foi aqui analisado um conjunto composto por dez textos publicados entre 1934 e 1948. Os livros *O ensino primário no Brasil* (1934) e *O que dizem os números sobre o ensino primário* (1937) foram editados pela Companhia Editora Melhoramentos, na *Biblioteca de Educação* organizada por Lourenço Filho. O primeiro era uma coletânea de comunicados da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública e o segundo corresponde a uma ampla análise feita por Teixeira de Freitas sobre as estatísticas educacionais obtidas a partir das convenções firmadas no Convênio Inter-administrativo das Estatísticas Educacionais e Conexas, de 1931. Os demais trabalhos circularam, na década de 1940, em forma de artigos na *Revista Brasileira de Estatística*, do IBGE, e na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.

Interessa mencionar aqui a importante circulação de Teixeira de Freitas nos meios intelectuais que debatiam a questão educacional e/ou estatística naquele momento. O fato de seus estudos freqüentemente figurarem em publicações oficiais, sobretudo de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, reforça a percepção da legitimidade que este autor tinha entre estatísticos – mas também, provavelmente, entre aqueles que se

\* Este artigo corresponde a uma versão reformulada de análise presente em minha tese de doutorado: *As dimensões da educação nacional*: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira, para cuja pesquisa contou-se com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

\*\* Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Docente na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP.

ocupavam das políticas educacionais. A publicação de dois trabalhos na Biblioteca de Educação, organizada por Lourenço Filho, cujo prestígio era notório no meio educacional, também é sugestiva da posição de relevo das idéias de Teixeira de Freitas nos meios intelectuais especialmente interessados pela questão educacional. As posições deste autor, no entanto, destoam das análises extremamente otimista que predominam nos discursos sobre educação dos anos 1930 e 1940. A tônica mais recorrente era o destaque dado à acentuada expansão do acesso à escolarização elementar, apontado freqüentemente como evidência do rumo acertado assumido pela política educacional instituída após 1930<sup>13</sup>. Teixeira de Freitas, embora participando ativamente do governo nesse período, concluía, pela análise detida das estatísticas educacionais, diferentemente. Na sua opinião, era equivocado ampliar o número de escolas se mantivessem os obstáculos que impediam um adequado fluxo escolar das crianças já matriculadas. Sua argumentação, apoiada em análises quantitativas pormenorizadas, merece ser conhecida em si, mas também como contraponto aos discursos mais conhecidos pela historiografia a respeito da questão. É neste sentido que o presente artigo pretende contribuir.

## Melhor aproveitamento das escolas existentes

Para Teixeira de Freitas o verdadeiro problema da educação brasileira não estava na falta de escolas e sim na má qualidade do ensino ministrado. Embora reconhecesse a dificuldade em garantir o acesso de toda a população ao ensino primário, em função principalmente da dispersão das famílias pelas regiões rurais, o que mais o preocupava era o fato de que, segundo a interpretação que fazia das estatísticas educacionais, a maioria das crianças que chegava à escola na década de 1930 dela se evadia sem ter completado as três primeiras séries do curso fundamental. Diante disso, defendia que

*o slogan que melhor exprimisse as reivindicações da infância brasileira em matéria de ensino primário teria que ser, a nosso ver, este: 'antes de mais escolas, melhor Escola'. Entendida como tal, uma Escola convidativa, que retenha, proteja, ensine e eduque verdadeiramente os infantes que lhe são confiados (FREITAS, 1946a, p. 43).*

Considerava, portanto, evidente a impropriedade de se expandir o sistema de ensino vigente, se mantidos seus vícios e o baixo rendimento. Era preciso, em primeiro lugar, melhorar as escolas de que já se dispunha para em seguida aumentar sua quantidade. Sua posição é bastante veemente a esse respeito:

*É de elementar bom senso que a incrementação da obra governamental de educação popular não deverá consistir em desenvolver o sistema atual, mantidos todos os seus vícios e a incrível minimidade de rendimento que está manifesta, no só intuito de elevar a sua matrícula geral, a sua freqüência neste ou naquele ano, ou as suas conclusões de curso, a determinados quantitativos absolutos ou proporcionais. Qualquer esforço em tal sentido, para não ser um erro grosseiro, e já agora imperdoável, há de ter por escopo, primeiro, melhorar a organização vigente, a-fim-de que ela dê à Nação tudo quanto deve dar, depois alargá-la, mantido o seu optimum de rendimento, até o limite necessário para que beneficie a toda a população em idade escolar, e finalmente, aprofundá-la, procurando dar-lhe um alcance social mais largo e mais fecundo (FREITAS, 1937, p.109, grifo do autor).*

<sup>13</sup> A este respeito ver: AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958. Tomo III; BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano – economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984. Tomo III, v. 4, p. 381-416; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a república e outros ensaios*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003; NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, v. 2, c. VII, p. 259-291.

Se é verdade que os problemas de fluxo eram os que mais preocupavam Teixeira de Freitas, não significa que deixasse de reconhecer que o número de estabelecimentos de ensino era ainda largamente insuficiente. Ou seja, a questão dizia respeito antes de tudo ao foco: o autor enfatizava a ineficiência da escola brasileira porque este era um aspecto ainda desconhecido (ou, ao menos, pouquíssimo considerado), enquanto que a necessidade de mais vagas no ensino era amplamente mencionada. Assim, se as estatísticas de educação expunham a grave ineficiência da escola brasileira, não deixavam de lhe apontar igualmente a escassez: “De tudo quanto os números já nos revelaram, ressaltam, explícita ou implicitamente, duas conclusões fundamentais. A primeira convence-nos de que a escola brasileira é *insuficiente*, e a segunda afirma-nos que essa mesma escola é *deficiente*” (FREITAS, 1937, p.148, grifo do autor). Parecia-lhe evidente a necessidade de afastar as ilusões e ressaltar que a escola, além de não ser ainda acessível a todos, também não educava adequadamente aqueles que a procuravam.

A questão da dispersão demográfica que caracterizava o País – ainda predominantemente rural e com amplas regiões quase completamente despovoadas – era motivo de debates controvertidos acerca da capacidade da escola primária comum de educar todas as crianças. Nesse sentido, existia a necessidade de avaliar se essa instituição estaria apta a abrigar a população infantil a ela destinada. É esse o intuito principal, embora com variações de ênfase, dos diferentes estudos de Teixeira de Freitas. Entre as crianças de sete anos que não estavam matriculadas havia uma parte considerada imediatamente suprível, porque correspondia àquela população residente em regiões onde existiam escolas. Neste caso seria necessário proceder a uma campanha que atraísse esta parcela da infância, que deixava de freqüentar a escola por fatores externos, e, ao mesmo tempo, adaptar para este fim as unidades escolares já existentes. Teixeira de Freitas (1940a, p. 502) acreditava que as escolas

já se acham em condições de atender ao discipulado correspondente à sua capacidade. Não lhes faltam alunos porque lhes falte o aparelhamento. Consigam elas atrair o discipulado virtual do respectivo perímetro de influência e não lhes faltarão por certo os prédios suficientes, os professores que bastem e o equipamento necessário. É, como já vimos, uma simples questão de ajustamento, a que proverão os departamentos estaduais de ensino, com os recursos normais ou extraordinários ao seu alcance.

O autor afirmava que apenas 6,58% das crianças que deveriam cursar a 1ª série não tinham virtualmente a escola a seu alcance por estarem suas habitações dispersas pelo território nacional. Segundo ele, já se contava em 1937 com 96,71% da população total vivendo em área escolarizada ou escolarizável (FREITAS, 1940b). Ou seja, das crianças que não freqüentavam a escola, uma determinada parcela poderia ser atendida pela construção de novos prédios escolares em regiões (áreas escolarizáveis) onde a quantidade de crianças justificasse o empreendimento. No que se refere à parcela da população cujas habitações encontravam-se dispersas pelo território nacional, a questão era mais complexa. Por um lado havia a preocupação de manter essas populações rurais fixas em suas regiões de origem, por outro existia a responsabilidade do Estado com relação à educação de todos. O autor afirmava sua posição nesse sentido, ressaltando que

a educação primária é um benefício que a Nação deve a todos os seus filhos. Se estes não podem vir recebê-lo onde o Estado o pode ministrar nas escolas de tipo comum, e se a escola também não pode ir até o pequeno círculo dos seus lares dispersos, será preciso encontrar uma solução pela qual o Estado leve às regiões em que essas populações se achem – e que não devem despovoar – educandários de tipo especial (FREITAS, 1940a, p. 503).

Quanto a isso apoiava a sugestão – e considerava uma necessidade das mais prementes consolidá-la em política educacional – de Miguel Couto e Fernando Magalhães, que propunham essas instituições como uma solução “para a educação – sem

desambientá-los – dos filhos da população sertaneja dispersa em nossos dilatados sertões”. Caso não fosse financeiramente possível criar tais instituições, defendia, então, a construção de colônias-escolas “que abrigassem como operários e educandos a um só tempo, não mais os infantes, mas os adolescentes” (FREITAS, 1934, p. 27) e que, embora organizadas artificialmente, manteriam as características da região de origem dos indivíduos.

No que se refere ao contingente populacional localizado em “áreas escolarizadas”, defendia-se que era preciso empreender um esforço de propaganda e coerção que atraísse para os bancos escolares as crianças com idade superior a sete anos que nunca tivessem freqüentado uma instituição de ensino ou que dela se tivessem evadido. Durante alguns anos tal chamada educacional obrigaria a escola a funcionar acima do seu limite ideal, mas, uma vez garantido o acesso das crianças de sete anos à 1ª série, seria possível regularizar o fluxo escolar. De acordo com Teixeira de Freitas (1941, p. 568-569, grifo do autor):

esgotado o stock dos verdadeiros retardados, isto é, dos que não se escolarizaram na 1ª série, pela primeira vez aos 7 anos, normalizar-se-á o ritmo de variação do discipulado de cada série, cujas flutuações decorrerão, de um lado, das oscilações (de pequena amplitude num regime normal) nas massas de repetentes, e doutra parte, do *crescendo* mais ou menos uniforme da curva dos efetivos demográficos em cada ano de idade.

Um ensino normalizado mediria sua capacidade em função das matrículas na 1ª série, que projetam o quantitativo das séries subseqüentes. Assim, para que se conhecesse a suficiência da rede escolar seria preciso comparar a quantidade dos indivíduos de sete anos com o efetivo de matrículas na 1ª série, porque esta série é que indicaria a possibilidade que a escola brasileira apresentava de atender a todas as crianças: “A falha ou insuficiência da escola em relação ao seu objetivo nacional, reside, sim, estatisticamente falando, no fato de não oferecer a seu primeiro ano o número de lugares que assegure a escolarização regular de toda a massa infantil” (FREITAS, 1940a, p. 500). Se fosse possível matricular toda a população de sete anos nesta série, então, considerando-se um movimento escolar regularizado (que a escola brasileira não havia ainda alcançado), as séries seguintes teriam igual lotação e em três anos ter-se-ia cumprido com a obrigação de escolarização daquela geração. Por outro lado, considerava-se que o atendimento dessa demanda conduziria naturalmente à regularização do movimento escolar, visto que, conforme acreditava Teixeira de Freitas, nenhum governante deixaria de acolher – nem a população permitiria isso – até o final da escolarização básica as crianças que já se encontrassem na instituição de ensino. Tal campanha traria, portanto, ao menos duas vantagens: em alguns anos garantiria uma população adulta totalmente alfabetizada e, além disso, eliminaria a heterogeneidade de idades que então caracterizava a escola.

## Repetência, evasão e ineficiência do ensino

Uma vez considerada a questão da suficiência da escola primária brasileira, colocava-se o problema da sua eficiência. A quantidade virtual de alunos para o ensino primário – as crianças que uma vez matriculadas na 1ª série freqüentariam a cada ano uma série subseqüente – não correspondia ao corpo discente efetivamente sob influência da escola, devido a desvios do movimento escolar. Havia aquelas crianças que, tendo a escola ao seu alcance, nela se matriculavam, mas deixavam de freqüentá-la durante o ano letivo e havia ainda aquelas que, tendo freqüentado a instituição durante todo o ano, dela se retiravam antes dos exames finais ou depois de uma reprovação. Teixeira de Freitas distinguia, neste caso, a capacidade escolar não aproveitada, daquela mal aproveitada. A primeira corresponderia à reprovação, ao abandono escolar durante o ano letivo e à negligência observada na ausência de matrícula das crianças em idade de

estudar. Já a segunda, referia-se ao abandono da escola antes dos exames finais, visto que representava um contingente de alunos para o qual, em maior ou menor grau, o ensino foi ministrado e algum aproveitamento poderia ter proporcionado. Além disso, também a diferença significativa entre a população de dez anos e as aprovações na 3ª série indicava a deficiência do rendimento do sistema escolar e, em conseqüência, evidenciava que a escola não vinha cumprindo plenamente seu papel na sociedade.

Para que a escola cumprisse com suas funções sociais e políticas e atendesse aos interesses de toda a comunidade era preciso que a escolaridade fundamental fosse concluída por todas as crianças do País. Isso significava que toda a população deveria chegar a ser aprovada na 3ª série ou, valendo-se de um recurso de cálculo, que as aprovações na 3ª série correspondessem à população de 12 anos no ano calendário imediato – assumido como termo de referência. Tal índice estava, no entanto, longe de atingir a integralidade, sendo de 22,28% para a década (1932-1941) e de 27,37% para o ano de 1941. Esses resultados indicavam não apenas o baixo rendimento da escola primária como também a lentidão com que este evoluía. Se o rendimento não tendia à rápida aproximação do seu limite, corria-se o risco “de não passar de uma democracia nominal, insincera e frustra, aquela que, pretendidamente igualitária, rotula nossas instituições” (FREITAS, 1946a, p. 34).

Os dados educacionais sobre o período compreendido entre 1932 e 1937 apontavam o grave problema do irregular movimento escolar dos alunos do ensino primário. Embora fosse evidente que a matrícula geral tivesse aumentado, era também notória a manutenção, na escola elementar, das “anomalias de distribuição do discipulado pelas três séries”. Os fenômenos de repetência e evasão escolar ocorriam “não só em todos os anos do período estudado como em todas as três séries, sem qualquer tendência progressiva ou regressiva” (FREITAS, 1940a, p. 510). A preocupação de Teixeira de Freitas era alertar para algo que considerava não ter sido ainda percebido pelos governantes e que tenderia a se reproduzir em tantas escolas quantas fossem criadas. Diante dessas informações, o autor concluiu que a incógnita do problema educacional não se encontrava onde se supunha. A dispersão demográfica que impedia que a rede escolar chegasse a todas as crianças brasileiras era uma dificuldade menor em vista do desafio de revitalizar o aparelho escolar já existente: “De um modo geral, porém, o que importa e é forçoso reconhecer, é que o problema crucial do Brasil, em matéria de educação primária, já não consiste em *multiplicar escolas*, mas principalmente em *melhorar a escola*” (FREITAS, 1940a, p. 523, grifo do autor).

Preocupado com essas questões, Teixeira de Freitas tinha se proposto a estudar o percurso educacional de uma geração de alunos a fim de identificar suas distorções. Pretendia, assim, verificar o que tinha acontecido num período de seis anos com o efetivo teórico da geração de crianças que, em 1932, se matricularam na 1ª série do ensino primário. A partir desse estudo atestava o baixo rendimento da escola brasileira, conforme havia postulado:

Essa escola abrigou, em 1932, nada menos de 63,71% do efetivo teórico do seu discipulado na 1ª série. Dois terços quasi, veja-se bem, computados aqui – não todos os que ela poderia ter acolhido por se acharem na área escolarizada – mas apenas os que a procuraram espontaneamente. Entretanto, pela sua incapacidade social e pedagógica, deixou a escola brasileira sem aquele mínimo de educação a quem do qual sua obra não tem sentido, nada menos de 88,22% da geração escolar a que em 1932 abria as suas portas. Ou, em outros termos. Podendo estar educando, desde 1932, nunca menos de 63,71% das crianças a escolarizar a cada ano, apenas conseguia dar (e pouco mais estará fazendo atualmente) a precaríssima educação de três anos que a opinião pública bem conhece, a 1.158 infantes do grupo representativo sob exame, o que corresponde a um resultado global de 11,58% da geração escolar considerada, ou 18,18% do efetivo realmente escolarizado naquele ano (FREITAS, 1940b p. 711).

O que o estudo desvelava era a alta taxa de evasão escolar, conforme expresso na tabela abaixo (FREITAS, 1940b, p. 711):

MOVIMENTO ANUAL DE CANCELAMENTO OU NÃO RENOVAÇÃO DE  
MATRÍCULA NA GERAÇÃO ESCOLAR CONSIDERADA, RELATIVA-  
MENTE A UM CURSO UNIFORME DE 3 ANOS

ANOS, SÉRIES E CATEGORIAS	OCORRÊNCIAS COM OS 6.371 INFANTES EFETIVAMENTE ESCOLARIZADOS DO GRUPO DE 10.000, REPRESENTATIVO DO EFETIVO TEÓRICO DOS NOVOS ALUNOS EM 1932										
	DURANTE O ANO (diferença entre a ma- trícula geral e a ma- trícula efetiva)			NO FIM DO ANO (em relação à matrícula real no ano seguinte)				TOTAL			
	Óbitos	Evasões	Soma	Evasões		Apro- vações no 3.º ano	Soma	Óbitos	Evasões	Apro- vações no 3.º ano	Total
				Quanto aos que deviam ser alunos novos na série superior	Quanto aos que deviam repetir a mesma série						
<b>Em 1932</b>											
1.ª Série (novos) .....	36	881	917	(1) — 402	1 216	—	814	36	1 695	—	1 731
<b>Em 1933</b>											
1.ª Série (repetentes).....	12	369	381	59	(2) 1 449	—	1 508	12	1 877	—	1 889
2.ª Série (novos).....	8	348	356	(1) — 99	269	—	170	8	518	—	526
<b>Total.....</b>	<b>20</b>	<b>717</b>	<b>737</b>	<b>— 40</b>	<b>1 718</b>	<b>—</b>	<b>1 878</b>	<b>20</b>	<b>2 395</b>	<b>—</b>	<b>2 415</b>
<b>Em 1934</b>											
2.ª Série (novos, ant. rep. da 1.ª)	3	122	125	(1) — 65	107	—	42	3	164	—	167
2.ª Série (repetentes).....	1	53	54	(1) — 28	(2) — 116	—	88	1	141	—	142
3.ª Série (novos).....	5	154	159	—	116	597	713	5	270	597	872
<b>Total.....</b>	<b>9</b>	<b>329</b>	<b>338</b>	<b>— 93</b>	<b>339</b>	<b>597</b>	<b>843</b>	<b>9</b>	<b>575</b>	<b>597</b>	<b>1 181</b>

(<sup>1</sup>) Retorno de antigos alunos da geração escolar considerada, do grupo mais recentemente evadido e que com menor interrupção do curso poderia fornecer esse contingente (vide pressuposto do cálculo), — alunos esses que se teriam rematricula-  
do, sem a aprovação de regra, na série imediata do ano seguinte. — (<sup>2</sup>) Por não se considerarem as duplas repetências  
(ver pressuposto).

Os dados resultantes desse estudo apontavam o risco de regressão cultural da população brasileira em função da “minimidade do rendimento escolar”. Assim, reafirmava-se, mais grave que a falta de escolas era a incapacidade dessa instituição de conservar seu discipulado até a aprovação na 3ª série: “Tal acontecendo [a regressão cultural da população] — ainda que pareça um paradoxo — não ‘por falta de escolas’ mas ‘por falta de ensino’, pois as nossas escolas deixam-se esvaziar de alunos, esvaziando-se, por conseguinte, do seu verdadeiro sentido social” (FREITAS, 1940b, p. 718).

Na análise que Teixeira de Freitas faz das estatísticas do ensino, a evasão, ao menos em parte, seria consequência da reprovação. Nesse discurso, a escola, não sendo capaz de ensinar eficientemente, responderia pelo não-aprendizado, que se converteria em não-aprovação. Os alunos, devido à prolongada experiência de insucesso, acabariam por desistir da escola:

A atuação da escola, em vez de aproveitar, sob salutar estímulos, a tenacidade do discipulado, transforma-a em estagnação patológica, que se traduz por enorme repetência, máxime na 1.ª série, a repercutir nas séries superiores como aparente evasão escolar, quando esta é, em verdade, a desistência fatigada dos alunos após prolongado insucesso (FREITAS, 1946a, p. 17).

Embora o ineficiente trabalho da escola fosse apontado como principal razão para a desistência escolar, a família era mencionada como responsável, ao menos, por parte do alunado evadido, em especial nos segmentos pobres da sociedade. Nesse caso, o motivo seria a combinação de uma fraca compreensão da importância de uma escolarização longa com a necessidade de valer-se dos filhos para o sustento e organização da família:

Tal é a pobreza das nossas populações rurais e mesmo de uma parte dos habitantes das cidades e vilas, e de tal modo se faz sentir a sua incompreensão do trabalho educativo, que, quando podem e querem mandar os filhos à escola, só têm em mira uma ligeira al-

fabetização e a ocupação das crianças enquanto nenhum proveito é possível tirar do seu emprêgo em misteres domésticos ou nos trabalhos da roça, do pastoreio, da pesca, do engenho ou da oficina. E daí decorre que tão logo os educandos aprendem uns rudimentos de leitura e conta e conseguem assinar o nome, são retirados da escola para ajudar nas fainas do lar ou fazer qualquer trabalho que melhore a parca economia da família (FREITAS, 1934, p. 29).

Embora a responsabilidade das famílias fosse lembrada, era, porém, na sua opinião, principalmente a ineficiência da escola que conduzia ao seu acentuado esvaziamento. A repetência era uma situação expressiva na escola brasileira, conforme indicam os índices da seguinte tabela (FREITAS, 1946a, p. 17):

ESCOLARIDADE		NÚMEROS ÍNDICES		
		1 <sup>a</sup> série	2 <sup>a</sup> série	3 <sup>a</sup> série
Ensino urbano	{ Alunos novos .....	100,00	77,92	57,27
	» repetentes .....	155,82	48,85	31,60
Ensino rural	{ Alunos novos .....	100,00	48,07	25,48
	» repetentes .....	138,00	23,06	12,55
TOTAL	{ Alunos novos .....	100,00	59,43	37,58
	» repetentes .....	144,80	32,87	20,35

As estatísticas apontavam a maior gravidade da situação na 1<sup>a</sup> série, onde a repetência “é de cêrca de uma vez e meia a escolaridade dos ‘novos’, elevando o estágio médio de um aluno na série a *quase três anos*” (FREITAS, 1946a, p. 17, grifo do autor). Se a situação parecia melhor nas séries seguintes, o rendimento positivo expresso na relativamente baixa repetência (se comparada à da 1<sup>a</sup> série) era ilusório. Para ele, os índices só não eram os mesmos nas demais séries porque, como se disse, os alunos, desestimulados, acabavam por deixar a escola. Disso decorria

a violenta seleção do discipulado das séries superiores, a aparentar, nas razoáveis taxas de repetência, um aproveitamento inexistente, – ou que só existiu para um pequeno grupo –, mascarando o aspecto penoso da realidade, o qual, entretanto, logo reponta na minimidade das aprovações em relação ao seu limite virtual decorrente da matrícula na 1.<sup>a</sup> série (FREITAS, 1946a, p. 18).

Em análise sobre as estatísticas do ensino referentes ao decênio de 1932-1941 Teixeira de Freitas identifica, contudo, um “êrro sistemático na matrícula dos repetentes ‘não reprovados’, os quais foram indevidamente inscritos como ‘alunos novos’”. De acordo com o autor, recentes estudos teriam conduzido à “mais original e importante das revelações já feitas pela nossa estatística educacional” (FREITAS, 1946a, p. 3-5), qual seja, a de que, na realidade, a capacidade real da escola brasileira com relação ao seu limite teórico não era de 80% como ele havia afirmado em estudo anterior (FREITAS, 1940b)<sup>14</sup>, mas de 65%, sendo 94,85% no ensino urbano e 53,98% no rural. A retificação dos dados a partir da constatação do erro mencionado levava a considerar que, por um lado, não havia efetivamente o superávit de matrículas que a estatística apontara – o que, aliás, era evidente, visto que, empiricamente, se sabia que nem todas as crianças eram escolarizadas – e, por outro, que a população já tinha compreendido a importância da escola primária. A segunda conclusão o autor tirava do fato de ser alta a repetência

<sup>14</sup>O autor esclarece: “Não possuindo até há pouco a discriminação da população em idade escolar de modo que pudéssemos conhecer, ao menos aproximadamente, mas em separado, o discipulado teórico das zonas urbanas e das zonas rurais, havíamos tomado em anteriores trabalhos, e na conformidade dos pressupostos que já deixamos justificado, a taxa de 80% para exprimir a escolarização que já era dada no Brasil a cada geração” (FREITAS, 1948, p. 37). O levantamento censitário de 1940 foi o que permitiu que se chegasse à mencionada distinção e a partir desses dados foi possível perceber que “a taxa de 80% para o discipulado total da 1.<sup>a</sup> série era inaceitável, uma vez que, na separação entre o ensino urbano e o ensino rural, atribuía à zona urbana *sistemáticamente*, um efetivo de ‘novos’ muito maior que a correspondente população de sete anos” (FREITAS, 1948, p. 37, grifo do autor).

mostrada pelos números retificados, entendendo que isso significava que a população buscava a escola ansiosamente “com inauditos sacrifícios e admirável persistência, sem embargo dos desanimadores resultados obtidos” (FREITAS, 1946a, p. 15).

Retificados os dados percebe-se que as estatísticas indicavam sistematicamente a situação absurda de uma inscrição de alunos novos – quer dizer, que nunca antes haviam estado na escola primária – que era maior do que o limite teórico da população a escolarizar. O autor ressalta que “se fôssem verdadeiros [esses resultados], estaria o Brasil, há mais de um decênio, e sem explicação possível, com uma capacidade escolar muito superior ao necessário” (FREITAS, 1946a, p. 4). Nesse caso, teria o país escolarizado, desde antes de 1932, a integralidade de suas gerações escolares e ainda contaria com um excedente de 1 512 549 indivíduos, ou 15,08%. Embora fosse possível a ocorrência de um excesso que representasse a matrícula de recuperação daqueles alunos não inscritos na idade própria, tal hipótese

só poderia verificar-se durante poucos anos, visto como a reserva recuperável, – se não renovada, porque já então atingida a escolarização integral, – esgota-se rapidamente em virtude da ação conjunta do processo recuperativo e do ultrapassamento sucessivo da idade escolar pelas crianças componentes do grupo (FREITAS, 1946a, p. 4).

Explica que, por exemplo, a abertura de novas escolas em áreas antes não escolarizadas atrai momentaneamente para a 1ª série uma quantidade de alunos maior que o efetivo de crianças de sete anos, em função daquelas pertencentes às gerações anteriores, mas que não tiveram até então escola ao seu alcance. Também a propaganda e medidas do poder público com o intuito de atrair crianças que, embora residindo em áreas escolarizadas, não se apresentaram à escola, podem elevar um pouco a matrícula de novos nas primeiras séries. No entanto, como se disse, era evidente que a escola não tinha ainda conseguido atender ao conjunto completo das crianças a escolarizar em cada geração, o que só corroborava a percepção de erro nos dados apurados. A situação era mais pronunciada nas zonas urbanas, onde, a crer nos dados da estatística oficial, o ensino teria superado seu limite em 85,29%. Já o ensino rural – “que ainda é reconhecidamente tão insuficiente” (FREITAS, 1946a, p. 4) – teria excedido 8,07% do referido limite.

O que ocorria era que considerável número de alunos se retiravam da escola antes dos exames finais, não sendo, portanto, oficialmente reprovados e podendo, deste modo, apresentarem-se como alunos novos – e não repetentes, embora fossem efetivamente “repetir” as respectivas séries – no ano seguinte. Teixeira de Freitas explicava uma das principais motivações a sustentar essa inflação de alunos novos:

Uma taxa alta de reprovações é elemento que a inspeção escolar aprecia como circunstância desfavorável ao professor. E este, num compreensível movimento de defesa, sugere aos alunos mal preparados a conveniência de não se submeterem à prova final, dada a certeza de insucesso. Entendem então que esses alunos “não reprovados”, mas também “não aprovados”, devem ser considerados, não, como “repetentes” da série no ano seguinte (que de fato o são), e, sim, como “alunos novos” (FREITAS, 1948, p. 25).

Outra hipótese aventada era de que se tratasse de matrículas nominais que fossem inscrições reais, mas sem a conseqüente freqüência às aulas, ou matrículas *ex-officio* feitas pelos professores que inscreveriam a população em idade escolar ao alcance da escola, sem que esses alunos chegassem a comparecer à instituição de ensino. Essas matrículas, portanto,

não representam sequer um dia escolar para grande massa do discipulado nominal da 1.ª série, ou mesmo das demais; ou significam, quando muito, alguns dias de comparecimento no decurso do ano, para cada aluno, mantendo-se esse efetivo de “supostos” discentes assim inflado ou majorado, com a inscrição das mesmas crianças, por vários anos a fio, durante a respectiva idade escolar (7 a 14 anos) (FREITAS, 1946b, p. 105).

O inadequado registro de alunos novos impedia a correta aferição dos índices de escolaridade da população, já que fazia crer que mais crianças estavam integrando o efetivo

da escola primária, quando o que ocorria era uma ampliação do tempo despendido para a conclusão do curso fundamental por aquelas que já se tinham apresentado à escola. Corrigido o erro de registro, o autor afastava a ilusão criada: “*Novamente* escolarizados, sim; mas não ‘novos alunos’, que viessem aumentar o ativo da escola em relação à geração escolar do ano considerado” (FREITAS, 1948, p. 27, grifo do autor). Cabe ressaltar, neste aspecto, que o termo escolaridade comporta a possibilidade de acepções diferentes. Idealmente esse conceito poderia servir para aferir, pela identificação do tempo que a criança permaneceu na escola, seu aproveitamento em termos de percurso pelas sucessivas etapas do currículo escolar. Nesse caso, a escolaridade para um indivíduo coincidiria tendencialmente com a última série que frequentou – ou seja, alguém com quatro anos de escolaridade teria frequentado até a 4.<sup>a</sup> série da escola primária. Porém, no sentido assumido pela estatística de educação, a escolaridade indica quantos anos o aluno permaneceu na instituição, independentemente das séries que chegou a cursar, referindo-se a escolaridade média ao conjunto de uma determinada geração escolar. Por esta definição, devido à repetência, a escolaridade não corresponde a igual número de séries. Teixeira de Freitas busca aferir, em seus estudos, a “escolaridade efetiva” média<sup>15</sup> considerada como a medida capaz de esclarecer qual foi, “na realidade, a duração média do contacto que as crianças brasileiras tiveram com a escola primária, para adquirir a educação fundamental comum” (FREITAS, 1948, p. 5). Para o curso de três anos, feita a soma das escolaridades médias por aluno-ano novo na série, encontrou-se uma escolaridade de 5,528 anos letivos. Semelhante cômputo indicava a escolaridade média de 6,938 para o curso de quatro anos e de 8,308 para o de cinco. Tais resultados permitiam reafirmar a ineficiência do trabalho realizado pela escola primária:

De qualquer forma, porém, os índices numéricos revelam o período exorbitantemente dilatado do estágio escolar que se faz necessário, ou que é tolerado, em nosso sistema educacional, para que um aluno percorra as várias etapas do curso de 3, 4 ou 5 séries, demorando-se aí o tempo médio que a nossa *defeituosa* dinâmica escolar estabelece (FREITAS, 1946a, p. 13, grifo nosso).

Para os cursos de 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> séries a escolaridade média mostrava-se menos expressiva em comparação com a das séries precedentes, “não em virtude da facilidade ou eficiência do seu ensino, mas da seleção do discipulado, a qual resulta da evasão mais intensa que ocorre nessas fases do currículo” (FREITAS, 1946a, p. 13). Em outras palavras,

o que ocorre é a evasão real onde funcionam êsses períodos do ensino, evasão que motiva uma escolaridade média relativamente fraca, visto que a repetência se torna proporcionalmente muito menor devido à alta seleção social e intelectual do remanescente discipulado que se conserva inscrito nessas séries (FREITAS, 1946a, p. 13).

Analisando os dados à luz das condições do alunado brasileiro, o autor considerava que

não se poderia ainda exigir muito quanto ao encurtamento desse tempo médio da escolaridade, e tudo sugere a contingência de não se presumir, até completa modificação das condições atuais por obra da própria escola, que o ensino primário pudesse ser ministrado, com rendimento integral, mediante escolaridades médias inferiores a 5,0, 6,0 e 8,0 anos, respectivamente para os currículos de 3, 4 ou 5 séries, predominantes na organização brasileira da educação popular (FREITAS, 1946a, p. 19).

A partir disso, conclui pela impossibilidade de se colocar em execução qualquer projeto de uma escola de 4.<sup>a</sup> ou 5.<sup>a</sup> séries que se destinasse a toda a população: “Assim, torna-se óbvia, repetimos, a impossibilidade material de se preferir agora, para uma ampla reforma do ensino primário, qualquer dos objetivos que subentendam um currí-

<sup>15</sup> O autor expressa, a propósito, a percepção de uma contradição nos termos, já que, embora se proponha a investigar a escolaridade *efetiva*, reitera que todo tipo de média exprime situações teóricas.

culo de mais de três séries para o ensino primário” (FREITAS, 1946a, p. 19). Esse tempo não devia, tampouco, ser reduzido sob pena de anular-se, desse modo, a função social da escola. Por fim, propunha que onde se mostrasse possível fossem criados cursos complementares de um ou dois anos (subseqüentes ao terceiro ano do primário) sem que, no entanto, “o custeio de tal ensino viesse a prejudicar ou retardar de alguma sorte o impulso a ser dado à educação popular pròpriamente [*sic*] dita” (FREITAS, 1946a, p. 19). A escolha da escolaridade de três anos como padrão atrelava-se também ao fato de que as unidades escolares que ofereciam curso com esta duração predominavam no País<sup>16</sup>. Interessa notar aqui o movimento que faz com que uma determinada escolaridade, assumida inicialmente como parâmetro para avaliação da abrangência social da escola primária e fixada essa duração não por suas vantagens do ponto de vista pedagógico e/ou social, mas por ser aquela à qual correspondia o maior número de escolas, transforme-se em proposta de política educacional e, já agora, reforçada pela legitimidade de ter sido estatisticamente demonstrado que esta era a escolaridade “possível” para o momento em questão.

Com relação à duração da escolarização básica, importa mencionar que os debates ora tendiam para a alegação das possibilidades reais como critério para estabelecer a escolaridade que a população estaria obrigada a ter, ora predominavam as afirmações do ideal de tempo para a aprendizagem e o domínio da escrita. Teixeira de Freitas assume, em seus estudos, como período mínimo desejável de escolarização obrigatória – embora, em outras passagens, o descreva como sendo o período de escolaridade “típica” ou, ainda, de escolaridade possível – três anos. A partir disso, constrói os cálculos de suficiência da escola procurando identificar se o Brasil estaria apto a oferecer um ensino primário com esta duração a todas as crianças. Embora considerasse conveniente a organização de uma escola elementar de duração mais longa, afirmava que “constituiria absurdo tomar como padrão um ensino mais extenso, pois seria utopia quereremos passar, de súbito, da impotência em relação a um ensino generalizado de 3 anos, para a prática geral de um outro, também generalizado, de 4 ou 5, e ainda menos de 6 ou 7” (FREITAS, 1941, p. 567).

Os aspectos sublinhados por Teixeira de Freitas nas análises que faz dos números do ensino primário permitem perceber sua compreensão acerca do papel social da escola elementar, ao mesmo tempo em que constroem para seus contemporâneos uma determinada imagem de como fosse e de como devesse ser esta escola. A preocupação predominante na argumentação do autor concentra-se na convicção de que a escolarização primária tivesse que ser oferecida a toda a população. Nesse sentido, a matrícula inicial das crianças não era tomada como indicativo suficiente do êxito daquele intento, visto que a pouca qualidade do ensino ministrado – que não resultava em efetivo aprendizado – e o fato de que os alunos não permaneciam na escola o tempo considerado necessário eram, para o autor, evidências de que a escola não cumpria com sua função. O que se destaca, no discurso construído nos textos examinados, é, portanto, uma imagem da escola como instituição que deveria ser (e não era naquele momento) amplamente acessível – de onde a preocupação com a população dispersa pelo território nacional, por exemplo – e deveria garantir uma permanência mínima dos educandos, pela melhoria do trabalho pedagógico realizado –, o que se percebe na discussão sobre a repetência e a evasão escolar.

## Referências

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Ainda a evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 7, p. 553-642, jul.-set. 1941.

<sup>16</sup> Havia em 1932, 940 unidades escolares com o curso de um ano, 4 709 com o curso de dois anos, 11 679 de três anos, 6 554 de quatro anos e 2 331 de cinco anos.

\_\_\_\_\_. Dispersão demográfica e escolaridade. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 3, p. 497-527, jul./set. 1940a.

\_\_\_\_\_. *O ensino primário brasileiro no decênio 1932-1941*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946a.

\_\_\_\_\_. A escolaridade média no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30-31, 1948. Separata.

\_\_\_\_\_. A evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 4, p. 697-722, out./dez. 1940b.

\_\_\_\_\_. Formação do homem brasileiro como trabalhador e cidadão da democracia – flexibilidade dos cursos como fator da educação democrática. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 5, p. 83-112, jan./mar. 1946b.

\_\_\_\_\_. Introdução: resultados da estatística educacional. In: O ENSINO primário no Brasil (através dos comunicados do Ministério da Educação). São Paulo: Melhoramentos, 1934. (Bibliotheca de Educação, v. 21).

\_\_\_\_\_. *O que dizem os números sobre o ensino primário*. São Paulo: Melhoramentos, 1937. (Bibliotheca de Educação, v. 27).

GIL, Natália de Lacerda. *As dimensões da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira*. 2007. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

# Teixeira de Freitas, educador e ruralista

Alexandre de Paiva Rio Camargo\*

## Introdução

Dentre as variadas atuações de Mário Augusto Teixeira de Freitas, duas se destacam em sua prestigiosa carreira pública: estatística e educação. O primeiro destes planos o eternizaria como o precursor dos sistemas de informação, ao produzir e analisar as estatísticas, antes mesmo de dotar o Brasil de um eficiente e gigantesco órgão de coordenação do sistema estatístico nacional, sua obra máxima, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sua excelência nesta área seria reconhecida mundialmente, tornando-se vice-presidente do International Statistical Institute - ISI. Ao educador, coube o injusto esquecimento. Não o conhecemos pela história da educação, nem o louvamos pela força de suas contribuições para o pensamento pedagógico.

Tragado pelos meandros da memória, sempre seletiva e enamorada dos projetos políticos vencedores, Teixeira de Freitas seria privado de seus prodígios de educador. O historiador deve reabilitá-los, atribuindo racionalidade ao agente social, de modo a revelar os horizontes que se abriram às suas escolhas de filiação política e intelectual. Uma tarefa demasiado ambiciosa, quando consideramos o universo do homem de ação e ideólogo da educação que foi Teixeira de Freitas. O recorte deve ser operado em sua atuação como educador e ruralista. Em primeiro lugar, cabe nos perguntarmos: como o estatístico de origem dedicou-se tão avidamente às políticas educacionais de seu tempo? Para o idealizador do IBGE, estatística e educação eram termos de uma mesma equação. Em artigo homônimo, esclarece:

[...] urge, pois, que o Brasil se conheça a si mesmo. Mas esse conhecimento, através do qual se forma, e modela, e se sublima a consciência nacional, só lhe podem dar a ESTATÍSTICA e a EDUCAÇÃO. [...] força é que a educação lhes dê ao espírito a necessária permeabilidade às noções que fazem, primeiro,

\* Historiador e Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Colaborador e autor de numerosos capítulos da coleção *História das Estatísticas Brasileiras (1822 – 2002)*, de Nelson de Castro Senra. Professor do Departamento de História da Universidade Estácio de Sá.

conhecer, e que obrigam, em seguida, a agir. Eis aí, pois, traçadas as duas linhas paralelas que hão de orientar os passos da nacionalidade nesta hora de incertezas – ESTATÍSTICA E EDUCAÇÃO (FREITAS, 1932, p. 58).

35 anos depois, em sessão pública de saudades por um ano de seu falecimento, as palavras de Lourenço Filho atestariam o esforço empenhado por Teixeira de Freitas em conjugar dois saberes cuja essência hoje nos parece tão diferente:

A estatística representava o recurso de investigação. O alvo era a melhoria da vida social mediante a educação. Nas realizações de ensino popular e nas de mais alta cultura, encontrava Teixeira de Freitas como que um denominador comum dos seus ímpetus de patriota, suas elucubrações de pensador social, suas nobres aspirações de melhoria da vida coletiva. (LOURENÇO FILHO, 1999, p. 63).

A associação entre estatística e educação só alcança seu pleno sentido quando as consideramos à luz dos desdobramentos da revolução de 1930 e das aspirações do governo Vargas.

## A “organização nacional” e o ruralismo pedagógico

A imediata criação do Ministério da Educação e seu imenso prestígio reunido já no governo provisório (1930/1934) sugerem um processo de autonomização do campo educacional e sua importância para a formulação das políticas públicas e dos projetos de poder que predominaram na chamada Era Vargas (1930/1945). Os titulares da pasta para o período em apreço seriam talvez os dois homens mais poderosos do quadro dirigente: Francisco Campos (1932/1934) seria o mentor intelectual e redator do texto constitucional de 1937; Gustavo Capanema seria o superministro de Vargas, especialmente durante o Estado Novo, com amplos poderes para compor secretariados, incluir e excluir projetos da agenda do governo.

A importância assumida pela educação residia na crença de que esta era a esfera que pavimentaria a construção da nacionalidade, entendida em termos de unidade territorial, moral, cultural e política. A posição estratégica da educação repousava em dois pilares. O primeiro era política de formação do trabalhador nacional, contrapondo-se à política de imigração praticada em toda a Primeira República (1889/1930), que valorizava o europeu como elemento de colonização e revitalização do Brasil. Nesta direção, a construção de equipamentos educacionais (redes escolares, centros culturais, saberes pedagógicos, órgãos técnicos de avaliação de desempenho etc.) seria um investimento maciço, e sua distribuição pelo território brasileiro funcionaria como um termostato para medir o grau atingido na formação da “consciência nacional”, expressão bastante empregada pela retórica política da época.

O segundo pilar que respondia pelo papel central da educação no debate público era sua capacidade de aglutinar o campo burocrático e o campo intelectual em torno de um projeto de nação. A educação revelava-se, assim, o principal nicho de cooptação dos intelectuais por parte do governo Vargas, bastante prestigiado por seus conselhos e comissões técnicas. Contudo, os intelectuais não partilhavam uma ideologia uniforme e seguiriam orientações políticas diversas, que se confrontavam na arena pública e nos escalões do poder. Ao verem seus espaços se alargarem, os integrantes da nova elite se identificariam com as virtudes do regime, mesmo que percebendo - e freqüentemente criticando - muitas de suas limitações (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 32-33). A adesão dos intelectuais ao autoritarismo se coadunava bem com o profundo elitismo que emanava de suas convicções, manifesto na crença de que eles constituíam uma grande vanguarda, capaz de guiar os destinos da nação e “moldar as massas inorgânicas”.

Entre estes intelectuais da década de 1930, a obra e o nome de Alberto Torres tornaram-se o grande ponto de referência para indicar a defesa da interiorização do ter-

ritório e da arregimentação das massas rurais pela via da centralização política. Afinal, Torres era o precursor teórico da introdução do organicismo na esfera política, questão fundamental em seu pensamento. Segundo ele,

A autonomia dos municípios e dos estados não é mais que uma concentração mais cerada do tecido governamental, em torno do município e do estado; mas o tecido não se interrompe nem se cinde, para formar seus núcleos intermédios: continua-se e entrelaça-se, até completar toda a trama da organização nacional, que termina, por fim, no relevo mais forte dos poderes federais. [...] a soma dos atos dos governos municipais e estaduais e a soma de suas omissões, por falta de orientação e harmonia política, entram com um volume de forças muito mais considerável nos destinos do país que a ação da União. Para restabelecer a produção, alimentar as trocas econômicas, restaurar a distribuição das riquezas e do comércio, e até para solver as crises da circulação monetária e promover o intercuro dos capitais e créditos no interior, é imprescindível estabelecer, entre os diversos órgãos políticos do país, uma conformidade de fins e de ação [...] a *síntese* de direções progressivas, convergentes e harmônicas: de sinergia superorgânica de forças políticas, em suma. (TORRES, 1941, p. 895-897).

Na leitura dos ideólogos do pós-1930, a obra de Alberto Torres era modelar, precisamente porque evidenciava a disjunção entre o País real, estruturado por clãs locais dispersos nos municípios, e o País legal, paralisado pela letra idealista e abstrata da lei e pelo imperialismo das idéias européias, que não se aplicavam à realidade brasileira. Verifica-se aí a oposição que encerra uma dimensão territorial, entre o litoral urbano e o interior rural, que, segundo tais ideólogos, teria sido agravada pelo federalismo da Primeira República. Basta mencionar a *belle époque* tropical e o remodelamento do espaço urbano das capitais, especialmente do Distrito Federal.

Para muitos dos intelectuais que atuavam no campo burocrático, o cosmopolitismo do País legal se contrapunha à insalubridade do mundo rural – onde jazeria o cerne da brasilidade. A chamada “Marcha para o Oeste” foi o programa do governo Vargas que mais bem encarnou esta oposição. Tratava-se da ocupação efetiva de nossos limites territoriais, não apenas para a salvaguarda de nossa segurança nacional – o mundo encontrava-se na segunda grande guerra -, como, principalmente, para mobilizar ideologicamente as massas em torno do desenvolvimento da “consciência nacional”.

Nesta direção, diversos autores da Era Vargas se valeram do título da obra máxima de Torres, *A organização nacional*, escrita em 1914, para batizar o projeto de transformação social que deveria arregimentar as massas ditas “inorgânicas” e converter o homem brasileiro em trabalhador produtivo e ordeiro, pela via da educação e do sanitário<sup>17</sup>. Desde o início do governo Vargas, acentuou-se muito o controle da imigração e a valorização do nosso trabalhador. Como mostra Alcir Lenharo, a política de povoamento e a colonização do interior tinham como meta fixar o homem no campo, melhorando suas condições de vida, para atender as necessidades da produção agrícola e corrigir o desequilíbrio entre ruralismo e urbanismo (LENHARO, 1986). Contudo, as concepções sobre as formas de fixação do homem no campo não seriam unívocas.

As políticas que alvejavam o campo e a estrutura fundiária brasileira, entre os anos 1930 e 1945, traziam uma ambigüidade marcante, constituindo um palco expressivo de conflitos e negociações. Em 1932, a revolta constitucionista de São Paulo já mostrara que a recuperação das formas oligárquicas de poder não seria mais possível, mas também que a governabilidade não poderia prescindir das forças políticas regionais na composição dos pactos sociais. Por um lado, as políticas destinadas ao campo ensejavam a criação de mecanismos e instrumentos de controle das oligarquias rurais e

<sup>17</sup> De fato, a intensidade da apropriação em torno da obra de Alberto Torres o transformou em um verdadeiro ponto de referência para toda uma geração de intelectuais. Como apontam as conclusões de Sílvia Pinho, “citar Alberto Torres naquele período significava dar legitimidade ao discurso, mostrando que aquele que falava era nacionalista, patriota e realista, apoiado no conhecimento objetivo da realidade nacional e disposto a contribuir para aperfeiçoá-la. E significa também a posse de um saber desinteressado e socialmente reconhecido, que autoriza o intelectual a opinar e intervir na sociedade [...]”. A citação de Alberto Torres significa pertencer a essa geração de intelectuais, que quer intervir na realidade política, que atribui a si própria um papel fundamental na nova nação a ser (re)construída” (PINHO, 2007, p. 165).

dos poderes locais, cujas lideranças eram cooptadas pela burocracia do governo central. Por outro lado, destituídas de seus antigos poderes, as oligarquias rurais apoiariam a criação de associações privadas capazes de formular e promover uma via de modernização agrária que mantivesse inalterada a estrutura fundiária do País. É sintomático que a mais prestigiosa e atuante destas associações, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres - SAAT, tenha sido fundada em novembro de 1932, nos estertores da revolta constitucionalista.

A maior expressão da via agrarista de modernização do Estado brasileiro no campo educacional pode ser encontrada no chamado “ruralismo pedagógico”. Seus ideólogos se engajavam na discussão sobre a especificidade da escola no meio rural, que deveria se configurar de modo a estancar o êxodo rural e favorecer a permanência do trabalhador no campo. Neste sentido, a “Marcha para o Oeste” favorecia a estrutura agrária vigente, buscando solucionar as tensões existentes no campo por meio do deslocamento dos trabalhadores excedentes para áreas não contestadas pelos grandes proprietários rurais (ESTERCI, 1972). Assim, contornava-se o problema da migração em grande escala, através da criação das colônias agrícolas e da pavimentação de estradas, entre outras medidas.

Neste quadro, a escola assumia um importante papel, pregando o apego ao “meio” e, ao mesmo tempo, pressupunha uma ação eficiente, autônoma, racional e produtiva, no contexto desse mesmo “meio” (PRADO, 1995, p. 10). O objetivo principal, predominante entre os adeptos do ruralismo pedagógico, era, portanto, o de formar trabalhadores especializados, ajustados à distribuição do capital no campo. Ao mesmo tempo, o valor da escola rural era traduzido como trabalho cívico, econômico e patriótico, capaz de restituir o sentido de brasilidade, que se cria ameaçado pelas ondas de imigração de raças inassimiláveis (alemães e japoneses, especialmente), e de combater o “preconceito urbanista”, fruto de nossa herança cosmopolita. Trata-se de um argumento ideológico que conferia visibilidade às políticas propostas pelos setores agraristas.

Constatado o desordenamento das migrações internas, as reflexões sobre a educação rural concentraram-se, desde o final dos anos 1920, na preparação específica dos professores, que deveriam se introduzir no conhecimento de técnicas agrícolas, e adquirir noções de higiene e profilaxia. Este sentido estritamente técnico da pedagogia rural seria encampado nas ações do Ministério da Agricultura, que, em 1932, por meio de seu Serviço de Fomento Agrícola, estabeleceu acordos de cooperação entre as inspetorias agrícolas regionais e os grupos escolares de vários estados, contando com forte apoio dos capitalistas rurais.

A partir de 1933, assistimos ao florescimento de fóruns de debates sobre a educação rural, patrocinados, sobretudo, pela recém-criada Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e pelos congressos da Associação Brasileira de Educação. A concepção sobre a matéria se alarga. Outros tópicos são incluídos no entendimento fundamental da questão: extensão do fomento à produção agrícola; distribuição do crédito; melhorias das vias de comunicação e dos serviços de assistência; “missões rurais”, empregando modernos processos técnicos de difusão, como o cinema; melhora das instalações escolares, construção de casas de residência para os professores e organização regional de sua formação (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 77-78). Segundo Lourenço Filho, a sofisticação do debate intelectual sobre o ensino rural deveu-se, sobretudo, a Fernando de Azevedo, Almeida Júnior, Abgar Renault e o próprio Teixeira de Freitas.

Este, portanto, é o quadro que deve pautar nossa compreensão sobre a colaboração de nosso homenageado no governo que se estabelece após a “revolução de outubro”. Em 1931, ele deixaria Minas Gerais, onde dirigira por dez anos o departamento de estatística, mudando-se para a capital federal, em convite para assumir o comando da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, uma das principais divisões do Ministério da Educação e Saúde<sup>18</sup>. Dois anos depois, filia-se à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da qual seria membro ativo e influente. Entre 1935 e 1938, ocupa a presidência da Associação Brasileira de Educação. No ano de 1936, e durante 12 anos, torna-

<sup>18</sup> Exerceu o cargo até 1952, quando se aposentou do serviço público.

se secretário-geral do Instituto Nacional de Estatística (logo IBGE). No exercício de tão variadas e prestigiadas posições, Freitas concentraria suas iniciativas nas estatísticas de educação, na difusão educativa (imprensa, rádio e cinema) e no ensino rural. A seguir, voltaremos nossa atenção para alguns aspectos de sua trajetória que ajudem a iluminar os temas de sua ação política e de sua contribuição intelectual, e que explicam porque, o problema da educação rural ocupa lugar central em seu pensamento.

## Teixeira de Freitas e o campo educacional: questões gerais

Os primeiros contatos de Freitas com as reflexões pedagógicas parecem ter se dado já na década de 1920, quando exerceu a direção do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais. Ao instruir os agentes de campo sobre as formas de aplicação do questionário do censo de 1920, deparou-se com um fato alarmante: seus subordinados não poderiam preenchê-lo, simplesmente porque desconheciam a escrita. Sem um nível mínimo de formação de pessoal, as realidades distantes e / ou ausentes não poderiam ser conhecidas, pensadas e governadas<sup>19</sup>. Desde então, Freitas perceberia que a apreensão da dimensão nacional deveria ser acompanhada pelo compromisso com a sua transformação. Não demoraria até que se tornasse um entusiasta, um estudioso e, por fim, a maior autoridade de seu tempo no tema das estatísticas educacionais.

Assim, se é verdade que a educação emerge em seus escritos antes mesmo de ser chamado a compor o governo provisório (1930/1934), não o é menos o fato de que é a estatística que desperta suas preocupações e que legitima seu discurso e suas intervenções na seara pedagógica. Este é um ponto fundamental, pois a montagem dos aparelhos educacionais na Era Vargas teria as estatísticas como eixo condutor. A formação de uma determinada imagem sobre a escola brasileira seria forjada a partir dos agregados estatísticos. A imagem do que se considerava que fosse uma escola eficiente se delineava em categorias como índices de matrícula, relação entre matrícula e população, despesa com serviços de educação, entre tantas. Esta imagem apresentaria os termos do debate entre as elites burocráticas e a comunidade intelectual. A partir do período em apreço, as estatísticas deteriam a primazia na fixação dos parâmetros de normalidade da educação brasileira, entre o desejável e o possível.

Cabe dizer que atividades desempenhadas pela Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação situam-se em um momento no qual as áreas de conhecimento da Educação e da Estatística, assim como o desenho das instituições públicas do País, não eram compartimentadas, ignorando-se as formas especializadas e as funções específicas de que se revestem na atualidade. Como afirma Natália de Lacerda Gil em sua instigante tese de doutoramento:

o que se nota é que a vinculação entre estatística e educação assume maior relevância quando o interesse volta-se para a afirmação da educação como projeto nacional [...]. Congregar os termos – estatística e educação – tinha a vantagem, portanto, de reforçar a ambos: a estatística afirmava-se como elemento capaz de evidenciar o País como conjunto – nesse caso, ao delinear a escola ‘brasileira’ – e a escola, como instituição cujas características elementares (expressas nas categorias estatísticas padronizadas) estariam presentes em todo o País, reiterava seu papel de formação do cidadão ‘brasileiro’. (GIL, 2007, p. 209).

<sup>19</sup> É importante salientar que o conteúdo do relatório de Teixeira de Freitas referente ao censo de 1920 difere dos demais estados, quanto ao número das informações e sugestões baseadas nas operações do recenseamento. Gozando de relativa autonomia concedida por Bulhões Carvalho, o coordenador do censo, Freitas formalizou um acordo com o governo de Minas Gerais, em duas frentes: realizou um levantamento das doenças que grassavam no estado e empreendeu uma primeira “contagem” escolar, que cremos ser oriunda de suas primeiras reflexões pedagógicas, que já aí associavam diagnóstico e intervenção na realidade social. Sobre o censo de 1920, ver: SANTOS, Marco Aurélio Martins. Em 1920, quarto censo geral: estratégia e processo de trabalho. In: SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 2: Estatísticas legalizadas (c. 1889 – c. 1936). Cap. 20. p. 491-532.

Estas considerações tornam mais compreensível o caminho pelo qual Teixeira de Freitas construiu sua sólida carreira pública, explorando os liames entre estatística e educação. Desde 1931, quando passou a integrar o Ministério da Educação, ele se empenharia intensamente pela institucionalização do campo estatístico, buscando legitimá-lo cientificamente e validá-lo como instrumento de intervenção política. A rápida ascensão que conheceu no campo educacional se alimentou de sua posição privilegiada no campo burocrático e estatístico, colocando-o em evidência frente aos principais educadores e suas associações. Nestas, apresentava palestras, participava de congressos temáticos e escrevia artigos publicados em revistas especializadas. Concordamos com a autora supracitada, que vê nesta estratégia uma forma de “consolidar a inserção legitimada no campo educacional, que garantisse tanto o fornecimento dos dados primários quanto o uso das estatísticas produzidas naquele campo” (GIL, 2007, p. 147).

Nestes termos, sua autoridade parece-nos amplamente tributária da utilização e da visibilidade das estatísticas produzidas por sua diretoria no Ministério da Educação. Integrar os fóruns e as sociedades de educadores capitalizava sua posição no campo educacional, ao mesmo tempo em que respaldava a cientificidade das estatísticas e ampliava a demanda social que recaía sobre elas.

## Teixeira de Freitas e a *Revista Nacional de Educação*

Sua primeira associação com o meio propriamente educacional foi impulsionada pela posição burocrática. Referimo-nos à *Revista Nacional de Educação*, publicação mensal dirigida por Edgar Roquette-Pinto, financiada e apoiada pela diretoria chefiada por Freitas no Ministério da Educação, em parceria com o Museu Nacional. Editada entre outubro de 1932 e junho de 1934, tinha uma tiragem considerável para os padrões da época (12 500 exemplares), que expressava o ideal de sua ampla distribuição pelo Brasil, levando “em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte” - epígrafe que estampava a capa do periódico. O formato era leve, de fácil manuseio e simples material; os artigos eram curtos e didáticos, cerca de 16 por volume. A experiência era pioneira na área editorial, encarnando a orientação sertanista da educação, preconizada por Alberto Torres e Euclides da Cunha. Patrocinada com recursos da “taxa cinematográfica para a educação popular”, a veiculação da Revista juntava-se à criação do Instituto de Educação como os dois maiores empreendimentos do governo federal no ano de 1932. Escorando-se nos pilares da ciência e da arte, a publicação era ricamente ilustrada, incentivando a fruição estética através do destaque dado às obras de pintores clássicos e artistas brasileiros; apresentando noções de desenho e fotografia; instruindo a audição musical, do erudito aos hinos nacionais; elaborando as sensibilidades. Do lado da ciência, pesquisadores do Museu Nacional contribuíam em seções permanentes, como “assuntos agrícolas”, destinada a ensinar técnicas de cultivo, higiene e profilaxia; “dicionário meteorológico”, que trazia as bases da climatologia, “o céu do Brasil”, que oferecia a reprodução dos mapas celestes. A Revista continha, ainda, as novas tendências da pesquisa antropológica, como a antropogeografia; artigos de arqueologia e culturas antigas, apresentando a herança greco-romana de forma leve e descontraída; métodos inovadores que instrumentalizavam a matemática de modo a apoiar o conhecimento histórico, como o entendimento do calendário e da noção de era.

Este ecletismo resumia o propósito editorial de que a revista se tornasse uma espécie de “bíblia do homem do interior”, como realização máxima da difusão educativa, da síntese em prol da educação popular. A Revista deveria chegar “em todos os lares”, reverberando os ecos do rádio, que Anísio Teixeira chamava de “cátedra para espectadores em milhões” (TEIXEIRA apud DUARTE, 2004, p. 47). De fato, várias das palestras transmitidas na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, de Roquette-Pinto, eram transcritas integralmente em artigos da *Revista Nacional de Educação*. Até a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, chefiada por Freitas, censurava e dirigia os serviços de difusão educativa.

Teixeira de Freitas era, portanto, um técnico poderoso, especialmente aos olhos daqueles que viam na difusão educativa do rádio, do cinema e da imprensa o principal meio de subtrair a extensão do território como problema para a plena realização da educação nacional. Em “A radiodifusão educativa”, um de seus artigos publicados na *Revista Nacional de Educação* (transcrição de palestra transmitida na Rádio Clube do Brasil), Freitas manifesta sua crença nas potencialidades do rádio para o êxito da reforma educacional. Segundo ele, somente as “organizações auxiliares” poderiam ampliar a alfabetização escolar. São elas: “o livro e o jornal; os parques, o cinematógrafo e as formações aéreas; a radio difusão. Só quando atuarem conjuntamente a escola, o livro e o jornal; o cinema e o rádio; poderemos contar com resultados apreciáveis, e principalmente duradouros” (FREITAS, 1933a, p. 69). Na edição de aniversário, em outro artigo de sua autoria, exalta o sucesso alcançado pela publicação, que, em “cruzada patriótica”, encampava “a mais bela, a mais extensa, a mais eficaz, a mais profunda obra até hoje tentada no Brasil de continuação da educação primária” (FREITAS, 1933b, p. 63).

Portanto, a Revista tornava-se um palco privilegiado para a criação de referências coletivas que embasavam o debate entre intelectuais e elites burocráticas em torno das políticas educacionais. De acordo com Regina Horta Duarte, os idealizadores da Revista

[...] desejavam, através de seus textos e imagens, criar uma série de referências compartilhadas, dirigindo-se a um público culto – professores e associações culturais -, no qual esperavam encontrar agentes multiplicadores de sua ação. Publicada e distribuída pelo governo provisório, certamente era uma das armas na estratégia de constituição da legitimidade do novo projeto político (DUARTE, 2004, pp. 38-39).

Voltaremos a encontrar a estreita associação entre estatística e educação, precisamente relacionada à criação das “referências compartilhadas”. Ora, as tabelas, os censos, os mapas e os cartogramas afirmam a referência a um coletivo nacional, fixando o poder do Estado sobre o espaço físico e sua população, em sociedade, num território. Estas tecnologias de distância, ajustadas às tecnologias de governo, contribuíam decisivamente para esvaziar as representações espaciais estigmatizadas como “regionalistas”, que concorriam com a construção da dimensão nacional. A figuração dos coletivos sociais fazia-se presente na primeira contracapa dos números quatro a dez, através do mapa “O Brasil e suas fronteiras”, delimitando os seus limites na América Latina, mas também mostrando toda a área a ser ocupada e civilizada, de acordo com a agenda política do governo Vargas. Na contracapa final, uma tabela sobre o Brasil em 1930 com dados estatísticos diversos (DUARTE, 2004, p. 40).

No que diz respeito ao nosso personagem, a contribuição da estatística seria ainda mais emblemática. O primeiro número da *Revista Nacional de Educação*, o que deveria marcar sua estratégia editorial, trazia entre seus textos a contribuição de Teixeira de Freitas, sugestivamente intitulada “Estatística e Educação”, em que se esforça por mostrar a continuidade existente entre o conhecimento das realidades distantes (estatística) e a intervenção sobre estas mesmas realidades (educação). Para os propósitos que nos norteiam aqui, é importante observar como Freitas investia sua posição de estatístico e sua condição de articulador e principal financiador do periódico como meio de se capitalizar entre aqueles que detinham o monopólio sobre o discurso educacional.

## Teixeira de Freitas e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres

A *Revista Nacional de Educação* também foi um dos principais veículos de propagação dos trabalhos e conferências da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que possuía forte atuação nas escolas do interior do Brasil. Impressiona a proximidade entre a criação da Revista, em outubro de 1932, e a fundação da agremiação, no início de

novembro do mesmo ano<sup>20</sup>. O estatuto da sociedade, bem como todos os eventos e recomendações sociais em que esta se envolvia, foram amplamente noticiados pela *Revista Nacional de Educação*. Várias das palestras proferidas por seus membros eram reproduzidas no periódico, com destaque para as técnicas de cultivo agrícola, preservação ambiental e todos os saberes que supostamente deveria possuir o homem do campo. Vários de seus correligionários eram ou seriam pesquisadores e dirigentes do Museu Nacional, instituição que abrigava a Revista, a exemplo do próprio Roquette-Pinto, de Heloisa Alberto Torres, Alberto Sampaio, Humberto de Almeida, entre outros.

A influência reunida pela sociedade e seus consortes se refletia nos espaços de divulgação das suas atividades. Entre os jornais que publicaram notícias e conferências da SAAT estão o *Jornal do Commercio*, que inclusive abrigava a sede da entidade, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Folha do Povo*, *A Nota* e *Diário Carioca*. Entre as revistas, temos a *Revista de Ensino*, *O Agricultor*, além da já citada *Revista Nacional de Educação*. Entre suas atividades, contam-se as campanhas de proteção ambiental junto à Constituinte de 1934, e as de anti-imigração, sobretudo de japoneses e árabes. Não obstante, a educação rural era o tema que aglutinava e solidarizava o conjunto de seus membros em torno de um projeto de nação. Nesta área, a SAAT agia através dos “clubs agrícolas escolares”, que distribuíam sementes, adubos, mapas e instrumentos agrícolas, ensinavam noções de nutrição, promoviam campanhas de reflorestamento, ofereciam cursos de ensino rural para professores. Outro pilar que congregava as atividades pedagógicas da SAAT, e que teve grande destaque na “Marcha para o Oeste” eram as chamadas “semanas ruralistas”, organizadas em todo o País, através dos núcleos regionais e locais, abrangendo: cursos pedagógicos, sanitários e agrícolas para professores, crianças e lavradores; exposição de produtos agropecuários e industriais da região; cinema educativo; excursões; distribuição gratuita de sementes e livros; conferências sobre assuntos econômicos, educativos e sanitários e plantio em bosque comemorativo. Todas as semanas eram organizadas por membros da SAAT, e algumas contavam com o auxílio da Inspeção Agrícola Federal, o que demonstra a relação de proximidade entre a entidade e os órgãos governamentais (PINHO, 2007, p. 182 - 184).

É difícil estabelecer com precisão a data em que Teixeira de Freitas ingressa nos quadros da SAAT, mas certamente isso se deu em algum momento entre 1933 e 1934. Certamente, o Museu Nacional e a editoria da *Revista Nacional de Educação*, subsidiada e articulada por ele, devem ter-lhe apresentado o ideário e as práticas da dita sociedade. Convém lembrar, ainda, a estreita associação de Freitas com Juarez Távora, então ministro da Agricultura e presidente da SAAT, que se empenhou pessoalmente para acelerar a aprovação do anteprojeto do Instituto Nacional de Estatística, de difícil trânsito no regime constitucional<sup>21</sup>. O Decreto nº 24.609, que previa sua criação, seria expedido em 6 de julho de 1934. Exatamente quatro meses antes, Freitas proferira uma palestra no Primeiro Congresso de Ensino Rural, sediado na Bahia, com o patrocínio do governador do estado, Juracy Magalhães, e dos Ministérios da Educação e da Cultura, que confirmava o forte capital político da SAAT, apontada como a grande responsável pela sistematização da pedagogia rural.

<sup>20</sup> A SAAT foi fundada em 10 de novembro de 1932, sendo seus sócios fundadores: Edgar Teixeira Leite, Alde Sampaio, Fernandes Távora, Juarez Távora, Sabóia Lima, Ildefonso Simões Lopes, Lourenço Baeta Neves, Alcides Gentil, Heloisa Alberto Torres, Edgar Roquette-Pinto, José Savaresi, Paulo Filho, Humberto de Campos, Felix Pacheco, Barreto Campello, Barbosa Lima Sobrinho, Oliveira Vianna, Hélio Gomes, Alcides Bezerra, Belisário Penna, Rogério Camargo, Saturnino de Brito Filho, Roberto Marinho, Alberto Sampaio, Magalhães Correa, Prado Kelly, Humberto de Almeida, Porfírio Soares Neto, Mário Roquette-Pinto, Protógenes Guimarães, Anna Carneiro de Mendonça, Raymundo Magalhães, Rafael Xavier e Raul de Paula. Outros intelectuais e políticos diversos integrariam posteriormente a SAAT, como Carlos Pontes, Cândido Mota Filho, Celso Vieira, Plínio Salgado, Nicolau Debané, o próprio Teixeira de Freitas, entre outros. O que se percebe é que a SAAT contava com intelectuais, cientistas, diplomatas e políticos importantes. Vários de seus integrantes foram deputados na Assembléia Constituinte de 1934. Félix Pacheco, além de proprietário do *Jornal do Commercio*, fora ministro das Relações Exteriores do governo Arthur Bernardes. Ildefonso Simões Lopes fora ministro da Agricultura do governo Epitácio Pessoa. Juarez Távora era o ministro da Agricultura de Vargas em exercício. Oliveira Vianna, um dos mais renomados pensadores sociais e discípulo de Alberto Torres, foi consultor técnico do Ministério do Trabalho, durante o Estado Novo. Segundo Silvia Pinho, “não era qualquer pessoa que poderia participar da SAAT. De acordo com os estatutos da organização, para integrar o quadro de sócio efetivo era necessário: ser brasileiro nato ou naturalizado; ser proposto por um ou mais sócios efetivos quites; obter parecer favorável do conselho fiscal; pagar uma determinada quantia em dinheiro; prestar compromisso de fidelidade ao programa e fins da SAAT. Depois de associado, havia uma mensalidade a ser paga. Desse modo, havia requisitos de nacionalidade, econômicos, ideológicos e, principalmente, de sociabilidade, já que era preciso ser indicado por um ou mais sócios” (PINHO, 2007, p. 170).

<sup>21</sup> O apoio logístico do ex-tenente se faria sentir na criação e ao longo de toda a fase de consolidação do Instituto (SENRA, 2006, p. 707-725).

## A tese das colônias-escolas

Com o título “A educação rural”, a apresentação de Teixeira de Freitas teria grande repercussão no Primeiro Congresso de Ensino Rural e em outros fóruns organizados pela própria SAAT ou pela Associação Brasileira de Educação. Como veremos, a exposição seria aprofundada, transcrita várias vezes, retomada em outros contextos e atualizada segundo os interlocutores de Freitas.

O argumento girava em torno da criação de um “centro poderoso de educação agrária, instrumento de ruralização racional e nacionalista do *hinterland* brasileiro, que contribuiria para o ideal torreano de reerguimento das nossas míseras populações rurais, e de aproveitamento das nossas prodigiosas possibilidades agro-pastoris”. Sugeriria a criação de um grande educandário no Vale de São Francisco, como um projeto piloto, “para vir a ser uma instituição genuinamente torreana, a *escola totalista brasileira*, numa palavra a Colônia-Escola ‘Alberto Torres’” (FREITAS, 1934, p. 54-55).

O acento é posto na relação “orgânica” entre a obra de educação das massas rurais e a de colonização das áreas afastadas. Trata-se, nas suas palavras, do binômio educar-povoar:

[...] esta atividade orgânica que por seus fins é legitimamente torreana, [...] há de se manifestar sim pelo duplo propósito de se apoderar, não de indivíduos, sejam crianças ou adolescentes, e mesmo de um ou de outro sexo, mas de células-sociais, isto é, de famílias completas, e *socializá-las* em termos definitivos, *educando-as* (FREITAS, 1934, p. 67).

A colônia-escola Alberto Torres seria formada por cerca de 50 famílias, perfazendo um total de 400 a 500 pessoas, ingressas na colônia como assalariados, recebendo remuneração, moradia, alimentação, vestuário, assistência médica e sanitária. Dois terços do salário de cada educando seriam confiscados para cobrir as despesas da colônia com os benefícios assistenciais. Da mesma maneira, “a distribuição do tempo lhes será rigorosamente estabelecida, destacando o tempo de trabalho para a colônia, o tempo de trabalho livre, e o tempo de recreio, vida social e descanso” (FREITAS, 1934, p. 70). Já a função propriamente de colônia, expressa no binômio que resume a obra da construção da nacionalidade, se concretizaria na forma de núcleo central de uma vasta e progressiva empresa da colonização. Incorporando as áreas circunvizinhas, adquiridas a baixo custo, “a colônia iria distribuindo em círculos concêntricos, a margem de estradas a serem prolongadas progressivamente em sistema apropriado, todas as famílias que nela tenham concluído o seu estágio e não houverem obtido contratos porventura mais vantajosos com os fazendeiros da região” (FREITAS, 1934, p. 71).

Nestes termos, a colônia-escola deveria concentrar todos os esforços e técnicas de socialização para criar o modelo de cidadão tão desejado pelo Estado Novo. Também deveria identificar o culto ao Estado e à pátria a este processo de formação, através do recurso “às festividades recreativas e cívicas, utilização da cinematografia, da radiofonia, da fonografia, a iniciativa para a criação ou aperfeiçoamento dos museus, bibliotecas e arquivos locais” - lugares da memória oficial e nacional (FREITAS, 1937, p. 154). Ao que acrescenta a necessidade de domesticar e controlar os pais: “a regularidade desejável e necessária na frequência escolar, há de ser a consequência de uma catequese *sui generis* dos pais, falando-lhes a linguagem do interesse ou do lucro, a única a que seus ouvidos não estarão fechados. E daí a necessidade de serem criados os ‘cartões ou vales de frequência’”, de valor proporcional à frequência escolar de seus filhos (FREITAS, 1937, 155-156). Neste particular, revelava-se um precursor de programas sociais que soam surpreendentemente atuais.

Na verdade, ele pretende reeducar todo o núcleo familiar, que, para ele, deveria ser o verdadeiro alvo para o sucesso de qualquer política educacional de escopo no interior do Brasil. Em seus estudos de estatísticas educacionais, dedicou-se à análise das causas e dos padrões que apresentava a evasão escolar no ensino primário. Em seu trabalho “Resultado da estatística educacional”, do mesmo ano de 1934, que compôs para a coleção *Biblioteca de Educação*, dirigida por Lourenço Filho, Freitas relacionava dispersão demográ-

fica e escolaridade infantil, assunto ao qual tornaria diversas vezes, como no livro *O que dizem os números sobre o ensino primário*, de 1937, que também integraria a referida coleção, entre outros artigos e obras. Suas conclusões apontavam que o aumento da eficiência da escola passava menos pela ampliação da rede do que pela sua melhoria.

A dispersão demográfica que impedia que a rede escolar chegasse a todas as crianças brasileiras era uma dificuldade menor em vista do desafio de revitalizar o aparelho escolar já existente: “de um modo geral, porém, o que importa e é forçoso reconhecer, é que o problema crucial do Brasil, em matéria de educação primária, já não consiste em *multiplicar* escolas, mas principalmente em *melhorar a escola*” (FREITAS, 1940, p. 523). Ainda que a ação ineficiente da escola fosse vista como uma das grandes razões que motivavam a desistência escolar, Freitas apontava a família como responsável pelo alunado evadido, o que era mais grave entre os segmentos mais pobres.

Tratava-se, portanto, de uma *falha de socialização*, da qual a rede escolar existente tomava parte, mas não se responsabilizava. Por isso, acreditava na urgência de reeducação da base familiar. A plena alfabetização da população adulta e a eliminação da heterogeneidade etária, que caracterizava a escola, eram metas que deveriam ter como base a ação sobre o núcleo familiar, através da criação de “educandários especiais”, sem o que a evasão escolar grassaria.

É digno de nota o modo como Teixeira de Freitas aborda o problema da integração nacional dos municípios da zona rural, a partir do investimento na socialização familiar. O rígido controle sobre tempo de vida dos internos, sobre a economia doméstica e sobre a distribuição das atividades segundo o sexo, deveria ter como fim “preservar o rudimentarismo e as peculiaridades de nossa incipiente organização agrária” (FREITAS, 1944, p. 136). O homem do campo era visto como triplamente incapaz: não sabia e não podia cuidar de sua saúde, reger seu trabalho, no sentido de torná-lo produtivo, ou viver conforme valores civilizados. Para os autores desta geração, o trabalho de “resga-

te” desta população era desenhado, concebendo-se os municípios afastados como uma esfera comunitária – portanto, pré-política – que acomoda apenas a coletividade das famílias e seus valores ainda não distorcidos pelas instâncias de representação (MELO, 1993, p. 88). Mas, é importante assinalar que em Teixeira de Freitas a ênfase na socialização familiar é ainda mais acentuada. Parece-nos que esta apreciação deve ser encarada como um problema de racionalização administrativa, nos termos imagináveis por um agente que, mais do que técnico do governo Vargas, era um formulador de estatísticas, por capital científico e por convicção (no sentido ético empregado por Weber). Seu pensamento social era formulado a partir da disposição e da intervenção sobre os movimentos populacionais.

Alguns elementos discursivos de “A educação rural” nos permitem identificar as afinidades e a proximidade existentes entre Freitas e alguns dos mais prestigiados membros da SAAT. Na transcrição integral da palestra, reproduzida na *Revista Brasileira de Estatística*, temos acesso a informações omitidas na versão resumida que foi publicada na Revista. Em primeiro lugar, ele situa sua proposta como um aprofundamento do plano das “vilas-escolares”, que seriam

grandes internatos rurais, destinados a recolher os adolescentes dos mais humildes e escondidos lares sertanejos, mediante contrato de trabalho, e transformar esses adolescentes, através de uma adequada obra educativa desdobrada dos 10 aos 17 anos, em perfeitos camponeses, capazes de transmutar, pela sua ação sobre as respectivas famílias, o facies social e econômico de nosso hinterland. Para tais educandários, que já vinham sendo calorosamente aconselhados por **Fernando Magalhães e Miguel Couto** – e que hoje temos a satisfação de ver também propugnados pela grande autoridade de **Frota Pessoa** – fiz sentir que o padrão já estava excelentemente fixado pela experiência vitoriosa do Instituto João Pinheiro, de Belo Horizonte (FREITAS, 1944, p. 132, grifo nosso).

A recepção efusiva da tese apresentada por Teixeira de Freitas pode ser avaliada pela escolha dos responsáveis pela execução do projeto: “a centralização da

propaganda, a coleta de recursos e a orientação superior do empreendimento” ficariam a cargo do próprio secretário-geral da SAAT, Raul de Paula; assessorado por Bernardino de Souza e Belo Lisboa, o educador que construiu a chamada “Escola de Viçosa”. De fato, os interlocutores situavam-se entre os mais influentes da entidade. O projeto despertou manifestações de apreço e de apoio explícito, como a oferta de um terreno na extensão de mil hectares, para a instalação da colônia (FREITAS, 1944, p. 138).

A apresentação de Teixeira de Freitas também mereceu comentários de Roquette-Pinto, em seu discurso na primeira reunião da SAAT após as realizações do Primeiro Congresso de Ensino Rural, publicado como artigo na *Revista Nacional de Educação*:

[...] os ‘Amigos de Alberto Torres’ têm tido seus brilhantes dias de dogma. Discutiram e muitas vezes venceram. Foi uma data memorável aquela em que Teixeira de Freitas expôs o seu programa da Colônia-Escola; foram felizes as horas consagradas à exposição dos jornais; ao problema da localização dos trabalhadores brasileiros. A nacionalidade ganhou, evidentemente, com a grande atividade dos ‘Amigos de Alberto Torres’. (ROQUETTE-PINTO, 1934, p. 1).

Registros posteriores nos mostram a expressiva circulação que atingiu sua contribuição para a educação rural e sua tese sobre as colônias escolas. Mais do que a qualidade do argumento, o retorno e a efetiva discussão sobre o tema, durante mais de uma década, em alguns dos principais fóruns da educação nacional, sugerem a capitalização do proponente no campo educacional, que lograria traduzir seu capital burocrático. Por outro lado, o fato de o projeto não ter sido cotejado concretamente com nenhuma experiência embrionária nos mostra os limites de Freitas para dispor do prestígio que reunira em seus campos de origem. Vejamos.

## A ascensão na Associação Brasileira de Educação

### a) A eleição para a presidência

Os anos compreendidos entre 1935 e 1938 seriam decisivos para a visibilidade de Teixeira de Freitas e de seu pensamento junto aos educadores. Em 1935, seria eleito presidente da Associação Brasileira de Educação - ABE, durante as sessões que enceraram o VII Congresso Nacional de Educação – ocorrido entre 23 de junho e 7 de julho daquele ano. No discurso de transmissão do cargo, Lourenço Filho inicia sua exposição exaltando a importância de Freitas na harmonização dos serviços de estatística educacional. Seus prodígios teriam alcançado fama internacional:

esse trabalho de organização não repercute tão só no País, mas no estrangeiro. Contou-nos alguém que, visitando recentemente o “Bureau of Education”, em Washington, aí foi recebido pelo Dr. James Abel, que se pôs a comentar o ensino brasileiro, com perfeito conhecimento do assunto. Interrogado em como poderia estar assim informado, respondeu o alto funcionário do governo americano: ‘O senhor tem razão em perguntar. Antes do Dr. Teixeira de Freitas não obtínhamos senão raras e imprecisas informações do Brasil. Hoje, as publicações sobre o ensino são comparáveis às dos mais adiantados Países (CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1935, p. 265-266).

Neste argumento, as estatísticas justificam a investidura do mais alto posto da poderosa ABE. É como um estatístico, que pensa e formula as estatísticas, que Teixeira de Freitas é apresentado, em um primeiro momento. Não obstante, já o dissemos, a afirmação da educação como projeto nacional, durante o governo Vargas, não poderia prescindir de uma imagem da escola “brasileira”, forjada pela força do agregado estatístico. Esta estreita vinculação entre estatística e educação conferia o reconhecimento

da comunidade de educadores aos trabalhos de Freitas sobre a distribuição espacial da rede escolar, que se remetiam a questões mais gerais, como a integração das zonas rurais e a revitalização dos centros urbanos. Neste sentido, a fala de Lourenço Filho é modelar. Ela afirma o prestígio original de Teixeira de Freitas no campo estatístico, para em seguida mostrar o valor de suas contribuições para a administração pública e as políticas educacionais:

Conheceis alguma coisa de mais perfeita, sob o ponto de vista de nossa vida administrativa, do que sua exposição sobre 'A educação Rural', apresentada no I Congresso de Ensino Rural? Ou, então, do que a conferência proferida em Ponte Nova, por ocasião da 2ª. Semana Ruralista, promovida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, sob o título 'O problema do município no Brasil atual'? Depois de demonstrar a necessidade da humanização nas relações de organização do trabalho, [...] Teixeira de Freitas passa a estudar a função dos centros urbanos, cuja aberração de direitos e deveres estuda, em nosso País, como ninguém o fez ainda (CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1935, p. 266).

As referências se sucedem, marcando a atuação de Freitas como educador e ruralista, com destaque para sua defesa das colônias-escolas e para as políticas culturais que empreendia no Ministério da Educação:

[...] em toda sua campanha em prol da organização da estatística nacional, em prol de uma solução inteligente do caso da ortografia, pela propaganda do rádio e do cinema educativo, pela ruralização do ensino e implantação das colônias-escolares sente-se sempre, ao lado da análise justa e real, a nota confiante de sua capacidade, portador de uma estirpe gloriosa, em todos os nobres predicados de inteligência e de coração.<sup>22</sup> (CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1935, p. 267-268).

Tal como os interlocutores de Freitas na SAAT, apresentados em sua exposição sobre a educação rural, e a posterior exaltação de Roquette-Pinto, o discurso solene de Lourenço Filho permite entrever a recepção das teses sobre as colônias escolas. Também fornecem outros elementos para uma análise sobre a construção da posição de Freitas no campo educacional. Entretanto, em função dos limites que se nos apresentam, devemos nos ater à sua incursão no tema da ruralização do ensino. Outro ponto de relevância que não poderemos explorar com a devida atenção é a sua atuação, como secretário-geral, na formação dos quadros e do perfil técnico-político do Instituto Nacional de Estatística (logo IBGE). Assim mesmo, algumas palavras merecem ser ditas.

A criação do Instituto, em 1936, representou um verdadeiro ponto de inflexão na trajetória de Freitas. Por exemplo, a *Revista Brasileira de Estatística*, um de seus órgãos editoriais, publicou variados artigos de sua autoria, a maioria conferências apresentadas em associações como a SAAT, a Associação Brasileira de Educação - ABE, em cursos de formação, em congressos temáticos. Uma simples consulta ao sumário do periódico impressiona um leitor desavisado, tamanha a ascendência centralizadora de Teixeira de Freitas no IBGE<sup>23</sup>. Ela lhe permitiu difundir amplamente suas idéias sobre as políticas educacionais e influir decisivamente sobre as resoluções votadas e aprovadas pela estrutura colegiada do Instituto. A principal delas, sem dúvida, foi a que consubstanciava um "ideário cívico do IBGE", conjunto de disposições que identificavam os problemas fundamentais do Brasil, apontando os encaminhamentos possíveis.

A expressão ganharia sua forma mais acabada e sistemática na obra *Problemas de base do Brasil*, de 1945, estudo elaborado pelo Conselho Nacional de Estatística, mas em grande parte concebido nos escritos e conferências de Teixeira de Freitas, desde a

<sup>22</sup> A referência aqui é ao seu bisavô, Augusto Teixeira de Freitas, um dos mais ilustres juristas do Império.

<sup>23</sup> É importante mencionar que a gráfica do IBGE (por longo tempo, uma das maiores da América Latina) editou diversos estudos e trabalhos da Associação Brasileira de Educação, pelo menos até a década de 1950.

década de 1930<sup>24</sup>. Vale dizer que o ideário não se resumia àquela obra, sendo defendido e propagado nos jornais, reuniões científicas e eventos cívicos, que reuniam o Instituto, o presidente Vargas e seu ministério<sup>25</sup>. Para um conhecedor das obras de Teixeira de Freitas, *Problemas de base do Brasil* é uma espécie de síntese transformada dos temas que pautavam sua estratégia de entrada no campo educacional: a revitalização urbana e a integração das zonas rurais pela difusão das colônias-escolas.

Como idealizador e secretário-geral de uma instituição oficial de estatística e de planejamento territorial, Teixeira de Freitas se tornaria uma figura ainda mais central na articulação entre o campo burocrático e a comunidade de educadores. Afinal, o IBGE nasceu dotado de uma estrutura ramificada e complexa, que logo estaria presente em todos os municípios do Brasil. Ensejava, assim, a desconcentração espacial da burocracia, em benefício da dimensão nacional, bastante evocada por um governo cuja principal bandeira política era a da já discutida “Marcha para o Oeste”. A ocasião que melhor exemplificou o papel exercido pelo IBGE como agente aglutinador das instituições culturais em torno da dimensão nacional é o chamado “Batismo Cultural” de Goiânia. Passemos a ele.

### **b) O “Batismo Cultural” de Goiânia**

A fundação de Goiânia, em 1942, representou, ao menos segundo a retórica política da época, a atualização do bandeirantismo paulista, o paradigma de gestação da nação. Para os intérpretes brasileiros, desde Capistrano de Abreu, as bandeiras são pensadas como a primeira demonstração de projeção de uma nação autônoma. O Estado-Novo, em sua pretendida tarefa de criar proteção para esferas importantes da vida social, apropriou-se deste imaginário bandeirante, tão caro à cultura política do Brasil republicano. Concordamos, assim, com a tese de Vidal e Souza, para quem “marchar rumo ao oeste é continuação de uma proposta há muito existente entre aqueles que pensam o Brasil. O que acontece é a expectativa de concretização do projeto nacionalizador do interior sob os auspícios de Getúlio Vargas” (SOUZA, 2002, p. 82). A evocação do imaginário bandeirante foi tão mais eficaz quanto o governo Vargas demonstrou-se hábil no uso inovador e quase abusivo da propaganda, escrita e radiofônica. Também os números produzidos pela estatística cumpriam este importante papel de se referenciar a um coletivo nacional, formalizando e disseminando a imagem de nação.

As instituições que compareceram ao ritual de fundação da nova capital eram as mais emblemáticas e atuantes nos projetos políticos do governo Vargas. Sua presença na série de eventos que deveria ser o “Batismo Cultural” representava o triunfo da modernização sobre o arcaísmo, na construção da brasilidade. Não podemos perder de vista os aspectos rituais do evento, que só engrandeciam a singularidade do ato. Erguer uma nova, moderna e planejada capital no “vazio”, e com uma rapidez impressionante, apenas enaltecia a performance do mágico poder civilizador do Estado Novo (SOUZA, 2002, p. 87). A chegada numa terra selvagem e despovoada deveria ceder lugar a um baluarte da ocupação civilizadora do interior, uma capital tornada símbolo da integração nacional. O “batismo”, nome bastante figurativo para a inauguração da cidade, é em si um rito de passagem: da anomia de uma terra selvagem e desgovernada, pertencente

<sup>24</sup> O estudo teve cinco edições (a primeira é de 1945, a última de 1958), o que mostra a síntese que expressava do *Ideário Cívico do IBGE* e o grau de circulação e disseminação que atingiu. Segundo a apresentação da quinta edição de *Problemas de base do Brasil*, a obra foi muito bem recebida pelos intelectuais e pela imprensa brasileira, projetando o Instituto em matéria de políticas públicas: “o Conselho Nacional de Estatística elaborou e submeteu ao governo, em 1941, um estudo sobre os problemas fundamentais da organização nacional, com base em documentação estatística. Um resumo desse estudo, que despertou vivo interesse no seio da opinião esclarecida do país, tem sido largamente difundido, com o objetivo de chamar para questões de tal magnitude a atenção de quantos tenham responsabilidade pelos destinos do Brasil” (IBGE, 1958, p. 3). Em seu índice, os temas se distribuem na seguinte ordem: 1) a renovação nacional, 2) equilíbrio e equidade na divisão territorial política, 3) interiorização da metrópole federal, 4) rede dos centros propulsores, 5) distribuição das forças construtivas, 6) ocupação efetiva do território, 7) valorização do homem rural, 8) virtualização do aparelho administrativo, 9) gabinete técnico da presidência e reorganização do quadro ministerial, 10) autonomia e articulação das diferentes órbitas governamentais, 11) unidade nacional pela unidade da língua e 12) síntese. A primeira edição de *Problemas de base do Brasil* possui 70 páginas e integra a coleção *ibgeana* da biblioteca Isaac Kerstenetzky, sendo, portanto, de livre consulta.

<sup>25</sup> Sobre o “Ideário Cívico do IBGE”, ver: CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O ideário cívico do IBGE: reformas sociais de base e projeto de Brasil aos olhos da estatística. In: SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3: Estatísticas organizadas (c. 1936 – c. 1972). Cap. 11. p. 371-409.

ao mundo da natureza, ao domínio do espaço pela presença do Estado, alargando a totalidade nacional através da extensão física do poder central.

Ao IBGE competia expressar a unidade do Brasil, viabilizada pelo conhecimento geográfico brasileiro e pelas inúmeras categorias da estatística, cujos números, já o dissemos, referenciavam-se a um coletivo nacional. Numa relação de saber/poder, a penetração do poder central em Goiânia se faria através do domínio intelectual do espaço, que evocava a presença do Estado. Os certames patrocinados pelo IBGE, os mapas, os painéis censitários, as palestras e exposições revelavam a centralidade do sistema estatístico-geográfico-censitário para o controle quantitativo e qualitativo do Brasil. Além das várias reuniões e solenidades sob sua tutela, ao IBGE coube o importante papel de centralizar a propaganda sobre a inauguração da cidade. Os números, os mapas, as demonstrações, os conjuntos de quadros pictóricos apresentando os vários aspectos da vida nacional, a exibição das cartas geográficas do país, a elaboração e disseminação de um Vocabulário Geográfico de Goiás, os painéis de operações censitárias, com destaque para os resultados preliminares referentes àquele estado e ao novo município de Goiânia, e até a exibição de documentários e de materiais didáticos, em conjunto com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que se fez presente; absolutamente todos os estandes estavam sob a coordenação do IBGE.

O papel aglutinador do Instituto estendia-se ao patrocínio dos fóruns científicos e educacionais previstos pelo calendário do “Batismo Cultural”. Os encontros deveriam suceder entre 18 de junho e 10 de julho de 1942, a saber: a II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, a V Assembléia Geral dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, a Semana Ruralista, promovida pela SAAT em associação ao IBGE e ao Ministério da Agricultura. Mas, o principal deles foi, sem dúvida, o VIII Congresso Brasileiro de Educação<sup>26</sup>.

Como já ocorrera na edição anterior, Teixeira de Freitas foi novamente escolhido membro da comissão executiva do congresso promovido pela ABE e o responsável pela publicação de seus anais. Sua influência, porém, mostrava-se agora muito mais decisiva, imprimindo ao tema geral sobre “ensino primário”, um forte cunho ruralista. Os trabalhos foram dispostos em oito “sessões especiais”, todas invariavelmente voltadas para a montagem da rede escolar nas zonas rurais. Uma mostra da recepção de suas teses sobre as colônias-escolas e do prestígio que alcançaram entre os congressistas e educadores nos vem do título de uma das sessões: “As ‘colônias-escolas’ como recurso para a colonização intensiva das zonas de população rarefeita ou desajustada”. O fato torna-se ainda mais significativo, não apenas por ter sido Freitas o grande precursor do tema, mas também por se tratar da única sessão destinada integralmente à discussão de uma proposição de autoria reconhecidamente nomeada. Debatiam-se as idéias de um educador, privilégio que o VIII Congresso Brasileiro de Educação, da ABE, reservava somente a Teixeira de Freitas.

O relatório de apresentação da sessão, redigido por J. Moreira de Sousa, cita o nome de Freitas em 21 oportunidades, ao longo de 11 páginas, sempre tratando a questão nos moldes concebidos pelo estatístico. A disposição dos trabalhos dividia-se na seguinte ordem: “teses cujas considerações coincidem exatamente com o ponto de vista do Senhor Teixeira de Freitas; teses cujas conclusões adotam com restrição aquele ponto de vista; teses que contrariam o pensamento do Senhor Teixeira de Freitas, ou ao mesmo não se referem” (CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 1944, p. 533). Apesar da aparência de simetria entre as posições sobre o tema, as refutações escolhidas encontra-

<sup>26</sup> O texto que introduz os anais do congresso evidencia os vínculos estreitos que uniam a Associação Brasileira de Educação - ABE ao IBGE, que encontravam seu ponto culminante no “Batismo Cultural” de Goiânia: “A Associação Brasileira de Educação, com o decisivo apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a colaboração dos poderes públicos, teve a ventura de realizar o seu oitavo congresso com a participação dos educadores brasileiros em um dos mais relevantes acontecimentos da nacionalidade: o ‘Batismo Cultural’ de Goiânia [...]. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cujas realizações de interesse para o adiantamento cultural de nosso povo, objetivando a melhor receptividade para as campanhas estatísticas, são bem conhecidas, não só prestou à ABE uma colaboração inestimável para o êxito da conferência de junho de 1942, na fase preparatória e durante a reunião, como houve por bem tomar a si o encargo de assegurar a maior expansão a que o Congresso de Educação deu ensejo. Como já fez notar o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE, existe entre essa instituição e a ABE uma *entente cordiale* de que têm resultado relevantes serviços ao País.” (CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 1944, p. III-IV).

vam-se em número bem mais reduzido e sofreram a desqualificação do próprio relator, o que explicita a intenção de valorizar a viabilidade do projeto em apreço<sup>27</sup>.

## Considerações finais

A evolução do quadro que apresentamos mostra a inegável ascensão de Teixeira de Freitas entre os que detinham o monopólio de definição da carreira e das políticas educacionais, a partir da tradução do capital que acumulava nos campos burocrático e estatístico. Entre o lançamento da *Revista Nacional de Educação*, a primeira grande iniciativa pedagógica de escopo nacional do governo Vargas, e as realizações do “Batismo Cultural” de Goiânia, Freitas conquistou uma posição relevante entre os que prescreviam as soluções para a rede escolar brasileira, avizinhandose dos chamados “cardeais da educação”<sup>28</sup>.

Dois fatos reforçam essa tese. O primeiro é o de que seus estudos mais propositivos sobre a educação, especialmente aqueles apresentados em conferências e congressos promovidos pela SAAT ou pela ABE, prescindiam da sustentação quantitativa de seus argumentos, bastante presente em seus trabalhos mais diagnósticos, como os que desenvolvia no Ministério da Educação<sup>29</sup>. Os artigos que apresentam e aprofundam a tese sobre as colônias-escolas, por exemplo, não apresentam registros tabulares, nem avaliações estatísticas de desempenho escolar. O segundo fato é o de que a posição ocupada por Freitas no campo burocrático lhe abria a possibilidade de distribuir títulos e cargos técnicos a educadores diversos. Fiquemos com as considerações de Jerry Dávila, que são especialmente esclarecedoras a este respeito:

ele foi o principal responsável por manter os educadores progressistas envolvidos com o regime e atrair educadores locais para o ministério nacional. Ele atraiu Manoel Lourenço Filho, diretor do Instituto de Educação do Rio, para ser o diretor-fundador do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). Ele também contratou o sociólogo Fernando de Azevedo, que estivera em conflito com o Estado Novo, para escrever *A cultura brasileira*, uma introdução radical ao censo de 1940. Ele também se esforçou, sem sucesso, para atrair Anísio Teixeira para o Ministério da Educação e Saúde um pouco antes de este ser expulso da diretoria do sistema escolar do Rio de Janeiro, em 1935. (DÁVILA, 2006, p. 106-107).

Este arguto comentário de Dávila nos leva a compreender Teixeira de Freitas como um agente mediador entre os projetos dos principais educadores e as políticas oficiais do governo Vargas, congregando-os em torno do aparelho burocrático. A posição conciliadora de Freitas é uma questão de fundamental interesse a nosso ver, que ajuda a compreender a ascensão que experimentou na seara educacional.

Poucos anos antes de morrer, ele foi honrado com a inscrição de seu nome no livro do mérito do Departamento do Serviço Público - DASP e agraciado com o título de “funcionário público número um”. Este feito evidentemente resulta de sua clara identificação com as políticas de Estado, a nosso ver não em função de uma postura deliberadamente adesista. Na verdade, Freitas construiu sua trajetória multiforme tendo como base o campo científico da estatística, no momento em que este era sancionado socialmente, de uma só vez demandado como instrumento legítimo de intervenção técnica e reconhecido por sua autonomia processual. Sua *posição* de estaticista o obrigava a uma certa discrição protocolar, a um distanciamento cauteloso, que somente criticava nas entrelinhas e nas sutilezas de seus discursos, contornando, assim, a dissidência política aberta.

<sup>27</sup> De acordo com o documento, ao primeiro grupo pertencem as teses de Germano Jardim, Heitor Elói Alvim Pessoa, Maria do Carmo Neves Teixeira, P. C. L. Mainardi, F. L. Azevedo; o segundo grupo inclui somente o trabalho de Américo Barreira; as refutações cabem a Juvenal Paiva Pereira e Henrique de Araújo Nogueira (CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 1944, p. 533).

<sup>28</sup> Tratam-se de Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, na expressão de Afrânio Peixoto.

<sup>29</sup> Um exemplo é a série *O Ensino no Brasil*, editada entre 1939 e 1944.

Em suas variadas análises, era comum manifestar um profundo ceticismo em relação às realidades reveladas pelas estatísticas educacionais, o que não deixava de ser uma censura velada às políticas do governo. O futuro promissor da nação estaria ao alcance do poder público, desde que não fosse ignorada a força prescritiva da estatística. Uma estratégia que permitia ampliar a visibilidade política e a demanda social que recaíam sobre as estatísticas. Este é um ponto-chave, que nos leva a compreender os limites de sua atitude política: o lugar social de que Teixeira de Freitas falava era sempre o de uma instituição oficial, fosse no comando dos serviços de estatística do Ministério da Educação, fosse no próprio IBGE.

Neste aspecto, é importante destacar o impacto da criação do IBGE na projeção da carreira de Teixeira de Freitas. A instalação e a rápida credibilidade reunida pelo IBGE junto aos diferentes setores sociais representou o momento mais significativo na institucionalização da estatística brasileira. Pela primeira vez, as instituições estatísticas ganham autonomia de ação e um espaço estável, indispensáveis para a formulação de métodos e técnicas de pesquisa e para a diferenciação de sua cultura profissional. No que diz respeito à trajetória de Teixeira de Freitas, sua respeitabilidade em seus campos de origem só aumentaria, o que refletia na organização de grandes certames científicos e culturais (como os havidos em Goiânia) e no recrutamento dos colaboradores pertencentes às suas redes sociais.

Nesta direção, também a tese das colônias-escolas seria objeto de resoluções do Conselho Nacional de Estatística, que sugeriam sua rápida implementação. Um exemplo merece nossa atenção. A Resolução nº 426, de 7 de julho de 1949, nos mostra a receptividade de que ainda gozava o projeto em uma data mais tardia, através do apoio manifesto por Abgar Renault, então secretário de educação de Minas Gerais, “que se dispusera a tomar a iniciativa daquela experiência em seu estado e para isso faria ao respectivo governo uma proposta concreta” (IBGE, 1949, p. 313). A mesma resolução registra apelo a Anísio Teixeira, então titular da pasta de educação do governo baiano, “para que se digne a tomar sob sua prestigiosa responsabilidade de educador, o alvitre de ser lançada igualmente neste estado [...] a ‘colônia-escola Alberto Torres’, que o órgão hoje denominado Serviço de Estatística e Educação lhe trouxe pioneiramente em 1934” (IBGE, 1949, p. 314).

Por fim, uma questão permanece. Mesmo fazendo do IBGE um *locus* de fermentação da tese das “colônias-escolas” e de suas idéias para a educação rural, Teixeira de Freitas não veria nascer sequer um laboratório experimental de seu projeto, embora a oportunidade tenha sido iminente em diversas ocasiões. O fato de não ter sido implementado parece-nos ter pouco a ver com sua eventualmente baixa sustentabilidade. Havia projetos alternativos para o meio rural, que eram menos ambiciosos e mais dispendiosos, sobretudo porque Freitas preocupou-se em desonerar sua obra, propondo formas alternativas de captação de recursos. Nossa exposição também mostrou que houve doações generosas para sua campanha pessoal, mais de uma vez, especialmente entre os membros da SAAT. Na verdade, a modernização preconizada pelo agrarismo seria superada por outros projetos concorrentes durante a década de 1940, constituindo uma dimensão não-realizada da via de modernização brasileira. Outro ponto importante é o da profusão das políticas encampadas pelo governo Vargas, sempre muito grandiosas e, por isso mesmo, com resultados muito aquém dos imaginados por seus planejadores. Mais do que isso, o próprio planejamento realizava-se na dimensão da mobilização psicológica das massas, e não, ironicamente, na sustentação quantitativa das políticas públicas, o que terminava por deixar inconclusos ou mesmo engavetar alguns dos projetos que gozavam da simpatia de setores hegemônicos. Este nos afigura ser o caso das “colônias-escolas”, a grande contribuição de Teixeira de Freitas para a educação rural.

Com a contínua separação da estatística e da educação nas décadas subseqüentes, a profissionalização de suas carreiras e o advento da pós-graduação, sua memória de educador seria silenciada pelos inegáveis prodígios do estatístico. Mas, para aquela geração que viveu, como nenhuma outra, a *zona de fronteira* entre estes dois saberes, Teixeira de Freitas foi o “professor sem cátedra”, na feliz imagem de Fernando de Azevedo.

## Referências

CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 8., 1944, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 1944. 626 p.

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 1935, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação; Laemmert, 1935. 301 p.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O ideário cívico do IBGE: reformas sociais de base e projeto de Brasil aos olhos da estatística. In: SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3: Estatísticas organizadas (c. 1936 – c. 1972). Cap. 11. p. 371–409.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006. 400 p. Tradução de Claudia Sant’Ana Martins.

DUARTE, Regina Horta. ‘Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte’: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). *História, Ciências, Saúde–Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 11, n.1, p. 33-56, jan./abr. 2004.

ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras (análise simbólica dos discursos sobre imigração e colonização no Estado Novo)*. 1972. 118 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Ainda em prol da educação rural. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 17, p. 126–142, jan./mar. 1944.

\_\_\_\_\_. Dispersão demográfica e escolaridade. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 3, p. 497 – 527, jul./set. 1940.

\_\_\_\_\_. A educação rural. *Revista Nacional de Educação*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, n. 18-19, p. 54-79, 1934.

\_\_\_\_\_. Estatística e educação. *Revista Nacional de Educação*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, n. 1, p. 56-58, 1932.

\_\_\_\_\_. Primeira ronda. *Revista Nacional de Educação*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, n. 11-12, p. 63-64, 1933b.

\_\_\_\_\_. *O que dizem os números sobre o ensino primário*. São Paulo: Melhoramentos, 1937. 175 p.

\_\_\_\_\_. A rádio-difusão educativa. *Revista Nacional de Educação*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, n. 8, p. 69-71, 1933a.

GIL, Natália de Lacerda. *A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira*. 2007. 409 f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

IBGE. *Coletânea de pronunciamentos e decisões do Conselho Nacional de Estatística oferecida e dedicada ao Seminário Interamericano de alfabetização e educação de adultos*. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

\_\_\_\_\_. *Problemas de base do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1945. 70 p.

\_\_\_\_\_. *Problemas de base do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 70 p.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Papirus; Ed. Unicamp, 1986. 220 p.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstron. A extraordinária figura humana de M. A. Teixeira de Freitas. In: UM grande brasileiro: idealismo e ação, devotamento e espírito público, pertinência e trabalho: M. A. Teixeira de Freitas. "In Memoriam". Recife, PE:[Livro de Amigos], 1999. p. 59-66.

\_\_\_\_\_. Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais. In: LOURENÇO FILHO, Ruy (Org.). *A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2001. p. 73-101.

MELO, Marcus André. Municipalismo, *nation building* e a modernização do Estado no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v. 6, n. 23, p. 85-99, 1993.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. 2007. 245 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: Ed. da UFRRJ, Departamento de Letras e Ciências Sociais, n. 4, p. 5-27, jul. 1995.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Alberto Torres. *Revista Nacional de Educação*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, n. 18-19, p. 1-8, 1934.

SANTOS, Marco Aurélio Martins. Em 1920, quarto censo geral: estratégia e processo de trabalho. In: SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 2: Estatísticas legalizadas (c. 1889 – c. 1936). Cap. 20. p. 491-532.

SENRA, Nelson de Castro. Juarez Távora: a face do poder na criação do INE (IBGE). In: \_\_\_\_\_. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 2: Estatísticas legalizadas (c. 1889 – c. 1936). Cap. 30. p. 707-725.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getulio Vargas, 2000. 405 p.

SOUZA, Candice Vidal e. Batismo Cultural de Goiânia: um ritual da nacionalidade em tempos de marcha para o oeste. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.). *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 71-102.

TORRES, Alberto. Organização nacional, estatística e educação. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 8, p. 885-900, out./dez. 1941.

# Os enamorados da educação

Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone\*

Barbara Nunes Alves Loureiro\*\*

Bianca Izumi Maeda\*\*

Rafaela Nichols Calvão\*\*

Beatriz Moreira Monteiro\*\*\*

## Introdução

O trabalho que ora apresentamos vem ao encontro do evento “Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira : sua atualidade intelectual” como fruto do projeto que se está desenvolvendo através da parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Arquivo Nacional. O projeto prevê a organização, o tratamento técnico arquivístico e a divulgação do Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, sob a guarda do Arquivo Nacional. A fim de se desenvolver o projeto supracitado, foi contratada uma equipe de estagiárias do curso de graduação de História, sob a supervisão de uma bibliotecária da Gerência de Bibliotecas e Acervos Especiais do Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI, do IBGE, e a orientação técnica da equipe da Coordenação de Documentos Escritos, do Arquivo Nacional.

Diante do cenário da educação nacional, entre os anos de 1930 e 1940, Mário Augusto Teixeira de Freitas vislumbra-se com inúmeros desafios. Esse aspecto se faz mister, dada a sua atuação como Diretor Geral do Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, como também a função de Secretário-Geral do IBGE. A relevância do conjunto documental acumulada pelo titular reflete o período de reconstrução nacional, no qual é proposta uma nova filosofia da educação, símbolo de uma época de transição.

\* Bibliotecária supervisora Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do CDDI/ IBGE.

\*\* Estagiárias do curso de graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

\*\*\* Arquivista supervisora do Arquivo Nacional / Coordenação de Documentos Escritos / Equipe de Documentos Privados.

Com o advento da Constituição de 1891, a educação passou a ter uma maior relevância dentro da sociedade brasileira, contudo a falta de dados estatísticos confiáveis impossibilitava o desenvolvimento de uma política voltada para a melhoria da educação. Em 1916, surgiu um dos primeiros trabalhos destinados ao levantamento das condições da educação realizado pela Diretoria Geral de Estatística, fazendo parte do volume I da obra *Estatística da Instrução*.

A partir da criação do IBGE, foi estabelecido convênio com o Ministério da Educação e Saúde, objetivando a valorização da estatística educacional. Dessa forma, a fim de mapear a sua situação, o Ministério da Educação e Saúde atuava na coleta de dados, repassando-os para o IBGE que os processava e os divulgava.

Ao longo deste artigo iremos analisar, a partir de correspondências selecionadas do Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas e sua relação com as figuras de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, conhecidos como os “Cardeais da Educação”, formulação feita por Afrânio Peixoto, além de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945. Desta forma, será possível observarmos diferentes correntes da educação brasileira. O presente trabalho está estruturado em seis tópicos, a saber: Introdução; Histórico do Fundo; Contexto histórico; Organização do Fundo; Conclusão e Referências. Constam ainda correspondências selecionadas, que encontram-se digitalizadas no CD-ROM, que acompanha a publicação.

Podemos dizer que a inspiração ao atribuir este título ao artigo deve-se a Mário Augusto Teixeira de Freitas, que em uma dada correspondência, cita que a idealização, o planejamento e a direção do Instituto de Educação, tratava-se de uma obra de “enamorados”.

## Histórico do Fundo

O Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, sob a guarda do Arquivo Nacional, constitui-se de documentos referentes às atividades profissionais, bem como interesses pessoais e particulares do titular. A natureza jurídica do Fundo caracteriza-se como privada, e integram o acervo 13 600 documentos, aproximadamente. A massa documental é formada por correspondências, recortes de jornais, relatórios, resoluções, produção intelectual de Mário Augusto Teixeira de Freitas e de terceiros (estudos, discursos, projetos e trabalhos), catálogos, fotografias, mapa, legislações e projetos de lei, anotações, publicações, homenagens, recibos de pagamentos e contracheques. Além destes, destacam-se sua certidão de nascimento, exames médicos, título de eleitor, apólices de seguro, nomeações e seu inventário.

Pelas lentes de Teixeira de Freitas percebe-se as linhas de pesquisa percorridas durante sua atuação profissional. A diversidade de assuntos abrange o estudo e disseminação do Esperanto, com destaque para a sua participação na Liga Esperantista, os tópicos de religião, os fatos históricos da época, bem como diferentes manifestações da cultura brasileira, inserindo-se neste quesito a construção de um grande planetário que teria espaço no prédio do Silogeu Brasileiro.

No tocante à vida de Mário Augusto Teixeira de Freitas, o acervo nos permitiu participar de sua vida particular. Este momento é vivido com as correspondências, como também cartões postais e convites, recebidos e enviados aos seus entes familiares, como seus pais, irmãos, filhos, netos, além de entes próximos representados por seus afilhados. Uma parte de sua vida também é presenciada por fotografias que compõem a sua massa documental.

O conjunto arquivístico reflete sua atividade profissional iniciada no cargo de oficial da antiga Diretoria Geral de Estatística – DGE; sua nomeação em 1920, para delegado-geral do recenseamento em Minas Gerais, onde promoveu numerosas pesquisas estatísticas até então inéditas no País. Exerceu o cargo de diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, requisitado pelo governo mineiro, com a proposta de reformar a organização estatística daquele Estado.

Em 1930, a convite do Governo Provisório, Teixeira de Freitas transfere-se para o Rio de Janeiro com a missão de estruturar o Ministério da Educação e Saúde Pública, atuando como diretor do Serviço de Estatística de Educação e Saúde. A documentação testemunha a sua participação como relator da Comissão Interministerial que culmina na criação do Instituto Nacional de Estatística, em 1934. Registra, ainda, a sua participação na Convenção Nacional de Estatística, no ano de 1936, tendo desempenhado o papel de representante do Ministério da Educação e Saúde Pública. Ademais, destaca-se, até 1948, o exercício do cargo de secretário-geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A sua vivência à frente dos cargos que desempenhou compreende estudos referentes à divisão territorial do Brasil, assunto este muito bem representado a partir da documentação produzida. Destacam-se também os recenseamentos entre as décadas de 1920 a 1950; o período que integrou o Instituto Internacional de Estatística e o Instituto Interamericano de Estatística, como também quando fez parte do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas. Há ainda estudos sobre geografia, segurança nacional, política externa, estatística e demografia e a crise do IBGE (1952). Cabe, ainda, ressaltar os estudos sobre educação nacional durante os anos cobertos pelo fundo. Este será um ponto que abordaremos no próximo item, devido a sua importância e significação.

## Contexto histórico

O cenário político que emoldura a vida pública de Mário Augusto Teixeira de Freitas foi um período marcado por profundas transformações na sociedade brasileira. Durante a década de 1920, a demanda por maior participação política dos setores urbanos e as insatisfações dos militares, juntamente com o crescente descontentamento dos diversos grupos oligárquicos alteram de forma significativa o panorama político e cultural do País. O ano 1922 é marcado pela criação do Partido Comunista do Brasil, o início do movimento tenentista, o Centenário da Independência do Brasil e Semana de Arte Moderna.

O movimento que ficou conhecido como modernismo gerou um novo sentimento de nacionalismo que aspirava uma renovação cultural, toda esta efervescência acabou dando origem, em 1924, à Associação Brasileira de Educação - ABE, uma entidade civil criada por Heitor Lyra. A ABE era composta por profissionais de diferentes áreas, tais como engenheiros, jornalistas, médicos, advogados, como também, professores. A heterogeneidade desse grupo não impedia os esforços em prol da educação, cuja finalidade era trazer para o campo da discussão a questão educação pública do País, através da realização de conferências nacionais, produzindo inúmeros trabalhos e promovendo diversos cursos pelo País. As diferentes opiniões dentro da ABE não tardaram a criar divergências, originando-se em dois movimentos distintos que viriam a ser a Escola Nova e a corrente ligada à renovação da Igreja Católica.

O movimento da Escola Nova, também conhecida como Escola Ativa, defendia a educação para todos através da escola pública, universal e laica, sendo de responsabilidade do setor público. Segundo Simon Schwartzman (2000, p. 70):

O movimento da Escola Nova sem se constituir em um projeto totalmente definido, estruturava-se ao redor de alguns grandes temas e de alguns nomes mais destacados. [...] Caberia ao setor público, e não a grupos particulares, realizar essa tarefa; pela sua complexidade e tamanho, como também pelo fato de que não seria o caso de entregá-la ao facciosismo dos setores privados. Este ensino seria, naturalmente, leigo. Sua função era, em última análise, formar o cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se, sem a tutela de corporações de ofícios ou organizações sectárias de qualquer tipo, ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se formando.

Essa nova filosofia da educação pautava-se nos princípios de uma escola que valorizava a autonomia de seus alunos por meio de um ensino criativo, desvinculando-se da forma sistematizada na transmissão de ensinamento. Seu objetivo seria o de aproximar a educação da vida cotidiana, sendo uma de suas máximas “aprender a fazer, fazendo”. Os expoentes nacionais que tiveram influência marcante nesse movimento vêm a ser Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Gustavo Capanema. (GOMES, 2002, p. 413).

Em fins da década de 1920, o País vivia uma aparente estabilidade política, porém a questão sucessória desencadeou uma ruptura entre as oligarquias dominantes de São Paulo e Minas Gerais. Essa cisão permitiu que outros grupos em disputa pudessem vir à tona. Em julho de 1929, a candidatura de Getúlio Vargas foi lançada com o apoio de Minas Gerais, formando-se, assim, a Aliança Liberal, coligando-se aos Estados do Rio de Grande do Sul e Paraíba que vão se opor à situação. A vitória do candidato apoiado pelo presidente Washington Luís, o paulista Júlio Prestes, não impediu que se desenvolvesse um movimento conspiratório. A inesperada morte de João Pessoa, candidato a vice-presidente da Aliança Liberal, impulsionou um movimento que se iniciou em Minas Gerais e Rio Grande do Sul sob a liderança de Getúlio Vargas, alastrando-se por vários estados do Nordeste, culminando com a saída do presidente Washington Luís.

Inúmeras manifestações pressionaram para que Getúlio Vargas assumisse a presidência da República, substituindo a junta militar provisória. As primeiras iniciativas deste Governo Provisório pretendiam garantir a centralização e o poder da União que resultaram nas substituições de presidentes de estados por interventores. Com esse fato, inicia-se uma reorganização do Estado a partir da criação dos novos ministérios, do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública, sendo este último o nosso enfoque.

Uma das primeiras providências do Governo Provisório foi a criação do Ministério do Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930. Francisco Campos foi convidado para assumir a pasta, por se destacar no trabalho realizado na educação de Minas Gerais. A partir das idéias reformadoras do escolanovismo, o ministro organizou uma das principais reformas do Governo Vargas em abril de 1931. Segundo Gomes (2002, p. 417):

[...] já havia uma forte convicção de que mudanças nos ensinos secundário e superior seriam inevitáveis, após os esforços transformadores encaminhados no ensino primário. Mais do que isso, havia uma certa concordância sobre quais seriam tais mudanças e que elas não poderiam tardar, ante a precariedade existente nesses níveis de ensino no país.

A reforma Campos teve um significado especial, porque fixou um novo desenho para os ensinos secundário e superior.

Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública em julho de 1934, permanecendo no cargo até 1945, se tornando o ministro que mais tempo permaneceu no cargo em toda história do Brasil. Entre seus principais feitos, está a organização do Plano Nacional de Educação, visando a uniformização curricular. Dentro desse pensamento, elaborou o projeto de criação da Universidade do Brasil e a reforma de ensino secundário de 1942.

Ao refletirmos sobre as políticas educacionais dentro do contexto escrito acima tiveram poucos avanços e alguns retrocessos, principalmente o ensino primário. No entanto, a rede de escolas secundárias alcançou grande crescimento, como também ocorreu uma mudança no papel da escola, passando a ser fundamental para a formação do cidadão, justapondo-se à família, à Igreja e a quaisquer outras instituições.

## **Anísio Teixeira: vida e obra**

No dia 12 de julho de 1900, em Caetitê, no Estado da Bahia, nasce Anísio Spínola Teixeira, personagem central na história da educação no Brasil. Anísio Teixeira estudou em colégios jesuítas na Bahia, e fez o curso superior no Rio de Janeiro, tornando-se ba-

charel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1922. Em 1924 iniciou sua jornada em prol da educação pública nacional, ao assumir um cargo na Inspetoria Geral de Ensino na Bahia.

Anísio Teixeira foi um dos pilares da educação brasileira nas décadas de 1930 e 1940. Seu percurso pela educação pode ser analisado por diversas óticas: professor de escola normal e superior; professor de Filosofia da Educação; administrador escolar nas esferas estadual e federal; escritor e intelectual. Em todas as suas atividades, sua intenção era sempre a de promover a melhoria da educação, para que através desta o País se modernizasse. Sua orientação consistia em três diretrizes da vida moderna: progresso da ciência; revolução industrial e o desenvolvimento das idéias democráticas. Uma de suas principais metas era promover o maior intercâmbio cultural entre o Brasil e o exterior.

O projeto idealizado por Anísio Teixeira está inserido num contexto mundial crítico aos modelos de liberalismo clássico e de totalitarismo, favorecendo o Estado liberal-democrático e o nacional-desenvolvimentismo. A base intelectual para seu pensamento foi dada pelo pedagogo e filósofo John Dewey, que afirmava o papel principal da escola como o meio para conduzir a sociedade para a democracia.

Um dos “enamorados da Educação”, segundo Teixeira de Freitas, colocou a Educação como modo de ver o mundo, no centro do problema do Brasil, era através dela que o País conheceria o seu desenvolvimento, elegendo a pedagogia como a solução que garantiria uma nova formação intelectual para os novas gerações, tida como algo primordial que acarretaria a modernidade.

Contemporâneo a uma época de profundas transformações sociais, entre projetos de renovação cultural, Anísio Teixeira promove uma inovação teórica da educação, engendrando suas propostas e o ambiente propício a mudanças, chamado posteriormente *sentido moderno da educação brasileira*. Em suas próprias palavras, Anísio dá a sua opinião sobre a educação (MONARCHA; MOTA, 2001, p. 14):

Por meio da experiência já adquirida da humanidade, deve o educar traçar o roteiro do desenvolvimento individual, dirigir o seu curso, corrigir os desvios, acelerar a sua marcha, assistir, enfim e todos os passos a obra da educação, de que é o guarda é o responsável.

Devido à sua proposta progressista para a educação, Anísio Teixeira ocupou diversos cargos importantes, como a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro), em 1931, em cujo mandato instituiu a integração da “Rede Municipal de Educação”, do fundamental à universidade, incluindo o projeto da Universidade do Distrito Federal - UDF, no governo Pedro Ernesto. Em 1947, é convidado por Otávio Mangabeira, governador da Bahia, para ser o Secretário de Educação e Saúde, dentre outras realizações, constrói o “Centro Educacional Carneiro Ribeiro”, mais conhecido por Escola Parque, lugar para educação em tempo integral e que serviria de modelo para os futuros CIAC e Centro Integrado de Educação Pública - CIEP. Nos anos 1950, dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP. E por último foi um dos idealizadores do projeto da Universidade de Brasília - UnB, inaugurada em 1961, da qual veio a ser reitor em 1963, sendo afastado após o golpe militar de 1964.

Mário Augusto Teixeira de Freitas foi um dos brasileiros de sua época mais preocupados com o tema da educação. Entre as diversas personalidades brasileiras com quem trocou correspondências sobre esse tema, destaca-se Anísio Teixeira. Ambos se correspondiam, e dentro da educação os assuntos eram bastante diversificados.

Teixeira de Freitas estava no Ministério da Educação e Saúde Pública no mesmo período que Anísio Teixeira era da Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, e orientados pelas mesmas diretrizes, uma ideologia que continha elementos pertencentes à Escola Nova, eles alimentavam idéias muito semelhantes sobre a importância da educação. A estatística era vista como um elemento de vital importância na medida em que era um dos principais instrumentos para se conhecer o panorama do sistema educacional do País. Nesse ponto suas idéias se complementavam, pois só os números poderiam revelar a verdade sobre o sistema educacional, e conhecendo a verdade dos fatos é que se poderia pensar nas estratégias cabíveis. Esse é um dos pontos em comum

entre essa personagem e Teixeira de Freitas. Há vários pontos em comum entre essas duas personalidades da educação brasileira.

Teixeira de Freitas, em uma de suas correspondências com Anísio Teixeira, datada de 18 de Abril de 1947 (período em que trabalhava como secretário de Educação e Saúde, na Bahia) aborda diversos temas relacionados à educação, entre eles, a discussão de uma reforma educacional, proposta pelo ministro Clemente Mariani, porém, Teixeira de Freitas confia a Anísio o seu dilema, o de não ser capaz de pensar em uma diretriz, devido o seu pensamento muito diferente dos outros membros da comissão:

Minhas idéias, porém são hoje ousadas, e sinto-me tão incapaz de transigir quanto às diretrizes mestras da educação popular (primária e profissional), hoje fixadas no meu espírito, que receio constituir antes um obstáculo, do que um útil colaborador, [...] (FREITAS, 1947b).

Teixeira de Freitas aponta para o atraso do sistema educacional brasileiro. Para essa questão, só vê uma forma para resolver:

Porque, confesso-lhe, não vejo outro remédio para essa anarquia que suportamos, senão na cooperação inter-governamental estreitamente estabelecida, e com um suporte financeiro capaz de assegurar de fato, a todos os brasileiros, a preparação para a vida (FREITAS, 1947b).

Na linha de pensamento anisiana, Teixeira de Freitas põe a educação como fator principal para a preparação da vida dos brasileiros, a educação como protagonista do processo de modernização do Brasil. Porém, a sua proposta, além de incluir esse projeto da educação, vai além, ele propõe uma cooperação entre todas as esferas de poder em prol da educação. Esse projeto de Teixeira de Freitas é semelhante ao que ele fez com as estatísticas com a fundação do IBGE, é a tentativa de melhorar a estrutura educacional do País.

Contudo, para esse sistema ser implantado, há um fator de suma importância que precisa ser trabalhado, nas palavras do autor:

Mas uma diretriz como essa poderia ser aceita pela mentalidade atual dos nossos corpos legislativos? Sequer os membros da Comissão compreenderiam, todos, que a não ser assim, o Brasil continuará deseducado por mais de meio século, e talvez antes disso- e por isso mesmo- deixe de existir na sua esplêndida unidade, como Nação soberana (FREITAS, 1947b).

Para tentar recompor o sistema educacional, torna-se necessário uma mudança nas mentalidades, uma mudança de pensamento tradicional para uma visão mais progressista dos membros dessa comissão. Para que esses defendam a melhoria da escola pública, somente agindo em conjunto a educação pública do Brasil melhorará, e com isso, a modernização do País será alcançada.

Os pensamentos comuns de Teixeira de Freitas e Anísio Teixeira procuram modernizar o País, mas suas idéias muito avançadas para a época não eram compreendidas por seus companheiros de luta. Por isso para se implementar as reformas desses dois incansáveis guerreiros da educação, era necessária a mudança das mentalidades. Caso isso não ocorresse o Brasil ficaria “deseducado”, pensando sobre esse ponto, devemos reconhecer que Teixeira de Freitas tinha razão.

## Fernando de Azevedo

Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, em Minas Gerais, em 2 de abril de 1894 e faleceu em São Paulo, em 18 de setembro de 1974. Professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo merece lugar de destaque na história da educação no Brasil. cursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo e fundou em 1931, e dirigiu por mais de 15 anos, a Biblioteca Pedagógica Brasileira, na Companhia Editora Nacional, da qual faziam parte a série Iniciação Científica e a coleção Brasileira.

Suas atividades acadêmicas se iniciam aos 22 anos de idade como professor substituto de latim e psicologia no Ginásio de Estado em Belo Horizonte. A partir daí suas reflexões sobre as relações entre educação e mudança social irão abordar os problemas fundamentais do ensino de todos os graus e tipos, dando início ao movimento conhecido como Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova, em 1932, do qual foi redator e o primeiro signatário. Neste manifesto se lançaram as bases e diretrizes de uma nova política de educação, germinadas quando dirigiu a Instrução Pública no Rio de Janeiro.

Nesse movimento é que se inscreve a reforma a que procedeu Fernando de Azevedo (1929), à frente de Instrução Pública do Rio de Janeiro, ao tempo em que Antonio Prado Júnior (1880-1955) foi prefeito do Distrito Federal. Depois de vencer todas as resistências, inclusive as da antiga Câmara dos Vereadores, a reforma se impôs como verdadeira revolução pedagógica nos campos do ensino primário e secundário, sobretudo no ensino normal, na preparação de professores. A reforma Fernando de Azevedo seria, de resto, completada pela reforma Anísio Teixeira, 1932-1935, ao tempo da administração de Pedro Ernesto Batista (1886-1942) (PENNA, 1987, p. XXX).

Fernando de Azevedo e Teixeira de Freitas trocaram inúmeras correspondências sobre questões educacionais, tais como Associação Brasileira de Educação, da qual ambos foram presidentes, e sua respectiva sucessão, as Conferências de Educação e a VIII Conferência Mundial de Educação que deveria realizar-se no Rio de Janeiro. Além desses assuntos, há na documentação do Fundo correspondências que evidenciam a monumental obra de Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira*.

Em um fragmento selecionado, de correspondência datada em 15 de abril de 1946, Teixeira de Freitas escreve a Fernando de Azevedo:

Tenho uma boa notícia para o prezado [sic] Amigo. O Jardim esteve com o Prof. Crawford. Este mostrou-lhe tôda "A Cultura" já traduzida para o inglês e pediu-lhe que o ajudasse a resolver algumas dificuldades do texto. A revisão final não será demorada, e logo pensaremos na nova edição do seu magnífico trabalho. (FREITAS, 1946).

A obra *A cultura brasileira* teve grande repercussão sendo inclusive traduzida para o inglês, sob o patrocínio do IBGE e com apoio de Teixeira de Freitas. Antes, porém, a Comissão Censitária Nacional considerou de suma relevância que a obra introduzisse a série nacional das publicações do Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1940.

A tiragem da obra, pela qual respondeu a Companhia Editora Nacional e autorizada pelo IBGE, deu grande expressão aos resultados censitários proporcionando o cotejo dos antecedentes históricos da formação cultural do povo brasileiro.

A figura de Fernando Azevedo está estreitamente ligada à educação e ao panorama cultural brasileiros. Além de projetar, defender e realizar reformas no ensino, iniciar uma campanha pela reorganização das universidades no Brasil, foi um pensador da cultura brasileira. Para ele, a formação da cultura conduz ao caráter nacional e este caminho é percorrido nos domínios do ensino.

As idéias azevedianas, portanto, se traduzem numa vanguarda educacional. A prática do ensino resulta sujeitos renovados, (re)formulando costumes e mentalidades, orientando práticas e discussões libertadoras.

## Lourenço Filho

Manuel Bergström Lourenço Filho nasceu na cidade de Porto Ferreira, no interior do Estado de São Paulo, no dia 10 de março de 1897. Filho de imigrantes, pai português e mãe sueca, desde criança já alimentava o gosto pela leitura. A alma inquieta do pequeno Lourenço Filho já se revela quando, aos oito anos, lança seu próprio jornal *O Pião*, onde assume o papel de diretor, redator e tipógrafo. Sua trajetória escolar se inicia na

cidade vizinha Santa Rita do Passa Quatro, passando por Campinas, Pirassununga e, por fim, a cidade de São Paulo, formando-se em 1917 na Escola Normal Secundária da Capital, ou Escola Normal da Praça.

No ano seguinte, Lourenço Filho matricula-se na Faculdade de Medicina de São Paulo com intento de se dedicar à Psiquiatria, porém interrompe o curso no segundo ano. Inicia a Faculdade de Direito, formando-se em 1929, após algumas interrupções. No período como estudante, trabalha em jornais, passando a ter contato com diversos intelectuais brasileiros, como Monteiro Lobato.

Suas atividades no magistério se iniciam em 1915, quando começa a lecionar em sua cidade natal. Retornando às salas de aula, em 1920, na Escola Normal Primária de São Paulo. Já no ano subsequente, Lourenço Filho assume a cadeira de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal de Piracicaba. Nesse mesmo período, funda a *Revista de Educação*, publicando seu primeiro trabalho de pedagogia experimental.

À convite do governo do Ceará, 1922, Lourenço Filho é nomeado diretor-geral da Instrução Pública do Ceará, visando reorganizar o ensino daquele Estado. Além do cargo, leciona na Escola Normal da capital, permanecendo no Ceará por dois anos. A Reforma representou uma tentativa de inovar o modelo de ensino público, seguindo-se às idéias escolanovistas.

Lourenço Filho foi um dos precursores do movimento da Escola Nova, se ligando a uma vertente de aspecto mais psicologista, com ênfase aos métodos de aprendizagem. Participou da criação da Associação Brasileira de Educação e foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros que visava maiores esforços para a educação do País (MONARCHA; LOURENÇO FILHO, 2001, p. 23).

Ao retornar a São Paulo, Lourenço Filho retomou as suas atividades na docência, acompanhada por uma intensa produção intelectual, da qual podemos destacar a obra *Juazeiro do padre Cícero*, publicada em 1926, conquistando inúmeros elogios e premiada pela Academia Brasileira de Letras. Em outubro de 1930, Lourenço Filho assume a Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, implantando uma série de medidas como mudanças na legislação vigente e a reorganização dos serviços de ensino.

Lourenço Filho ocupa a diretoria até final do ano seguinte, quando se transfere para o Rio de Janeiro para chefiar o gabinete do então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, como também organizar os planos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Em março de 1932, Anísio Teixeira convida Lourenço Filho para organizar e dirigir o Instituto de Educação do Distrito Federal, onde permanece até 1937.

Nesse mesmo ano Lourenço Filho assume o Departamento Nacional de Educação, pelo Ministério da Educação e Saúde. Já em 1938, a convite do ministro Gustavo Capanema, organiza e dirige o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP que deveria ser o centro de estudos de todas as questões educacionais ligadas às competências do Ministério da Educação e Saúde. Foi nomeado diretor geral do Departamento Nacional de Educação, onde presidiu a Comissão para o projeto de Lei de Diretrizes e Bases e organizou a Campanha de Educação Supletiva dos Adolescentes e Adultos Analfabetos. Aposentou-se no cargo de Professor Catedrático de Psicologia Educacional da Universidade do Brasil e até o seu falecimento, em 1970, pensou e escreveu sobre a educação.

Foi a partir da transferência de Lourenço Filho para o Rio de Janeiro que o educador e Mário Augusto Teixeira de Freitas começam a trocar correspondências. Nas cartas trocadas um assunto sempre prevalece: a educação nacional, as preocupações e as idéias que ambos possuíam em relação ao tema podem ser observadas nas correspondências.

Em carta enviada por Teixeira de Freitas a Lourenço Filho em 28 de janeiro de 1947, o autor responde a um cartão enviado pelo destinatário em que fala sobre a campanha de educação de adultos, em que comenta:

[...] o que posso lhe dizer *sobre a campanha lançada* é que o plano foi otimamente esboçado e está tendo excelente começo de execução. E acrescentarei somente Você – e só Você – o realizará como convém, vencendo as infinitas dificuldades e os riscos que se lhe vão antepor. [grifo do autor] (FREITAS, 1947a).

A campanha consistiu em uma ação governamental para que se ampliasse o número de classes voltadas para o ensino supletivo, este seria mais do que simplesmente alfabetizar, tendo ainda, duas funções, a profissional e de difusão cultural. Tal mobilização para a educação de adultos significou a primeira iniciativa de âmbito nacional que conseguiu resultados significativos, pois antes as tentativas foram fragmentárias e de pouco alcance (PILETTI, 1999, p. 119). A campanha, pensada e executada por Lourenço Filho, foi perdendo força com a sua saída em 1950, deixando suas características de movimento, tornando-se práticas regulares da União e dos estados, até ser extinta em 1963.

Em outro trecho da carta, Teixeira de Freitas discute a real necessidade de tal mobilização, utilizando as estatísticas do ensino primário brasileiro de 1932/1941, demonstra que:

A massa de adultos analfabetos sobre o alcance da escola supletiva é, *quase toda*, constituída de elementos que tiveram a escola primária à sua disposição, mas dessa não obtiveram, dada as características negativas da escola tanto como do discipulado ( características que nada se fez ou se faz para corrigir), - não obtiveram, dizia, a educação que deveriam ter recebido no tempo próprio e em condições mais convenientes de aprendizagem (FREITAS, 1947a).

Para Mário Augusto Teixeira de Freitas a grande questão seria a deficiência do ensino primário que não estava cumprindo o seu papel como deveria. Mais à frente questiona “poderá a escola ‘supletiva’ corrigindo de modo real esse fracasso (da escola regular)?”, em sua perspectiva o que estava ocorrendo era uma duplicação do trabalho educativo. Para Teixeira de Freitas era preciso se investir nas escolas regulares, pois com a melhoria do ensino não haveria necessidade de se reeducar adultos, restando alfabetizar os remanescentes.

Tanto Teixeira de Freitas como Lourenço Filho eram homens que ocupavam cargos públicos preocupados com o futuro de seu País e, para eles, somente com um investimento maciço na educação popular é que o Brasil alcançaria o progresso. A partir desse ideal comum é que a amizade foi estabelecida, observada pela intensa troca de cartas de duas importantes figuras que atuaram na vanguarda da educação brasileira.

## Gustavo Capanema

Gustavo Capanema nasceu em Pitangui, Minas Gerais em 1900. Aluno dedicado, ingressou na Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1920. Lá conheceu Abgar Renault, Emílio Moura e Gabriel Passos, nomes que se tornariam conhecidos tanto na política, quanto na literatura. Foi com esses amigos de faculdade e juntamente com Carlos Drummond de Andrade, que Gustavo participou do grupo conhecido como “Intelectuais da rua da Bahia”. Esses indivíduos faziam parte da elite mineira que era contrária aos ideais políticos da República Velha. Com a Revolução de 1930, estes homens lançaram-se com toda força à vida política e ocuparam cargos de influência nesse novo período da história do País.

Após a Revolução de 1930, Capanema insere-se na vida política. Ele inicia sua carreira como Secretário do Interior de Minas Gerais. Em 1933, com a morte de Olegário Maciel, Capanema assume o cargo de Interventor de Minas Gerais. No entanto, em 1934 é destituído de seu cargo, sendo substituído por Benedito Valadares. Esse momento é marcado por uma certa instabilidade na vida do intelectual, já que este não sabia qual papel desempenharia no novo governo, até sua nomeação para o Ministério da Educação e Saúde Pública nesse mesmo ano.

Cabe ressaltar aqui, a influência de Francisco Campos nesse período. No seu mandato como Secretário de Interior em Minas, Campos foi responsável por atitudes pioneiras no âmbito educacional. Realizou a 2ª Conferência Nacional da Educação em Belo Horizonte em 1928 e incentivando a vinda de educadores europeus para o Brasil.

Esses fatos acabaram por implementar uma nova filosofia educacional no Estado de Minas, com a qual Capanema teria contato, pois ocupava nesse momento o cargo de professor da Escola Normal de Pitangui. Esse ideal reformista seria implantado por ele anos mais tarde, durante seu mandato no Ministério.

Há evidências que Capanema assumiu o Ministério da Educação devido ao acordo feito entre Francisco Campos e a Igreja Católica. Naquele momento, a Igreja procurava assumir um papel na esfera política e a educação foi um caminho estratégico. Com a aprovação do decreto que permitia o ensino religioso nas escolas, efetuado em abril de 1931, foi selado o pacto entre Estado e Igreja, sendo Campos, a principal figura deste acordo. Com isso, o Ministério foi entregue a Capanema, homem de confiança de Campos e consequentemente dos ideais católicos.

A educação naquele momento era palco de disputas políticas, pois se acreditava que a única maneira de construir um Estado Nacional forte seria através da organização da sociedade, por meio da formação das mentes. A Igreja e as Forças Armadas eram os únicos setores organizados que se baseavam na educação para atingir fins mais amplos. A tarefa educativa tinha, portanto, os objetivos de:

desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras; era necessário ter uma ação sobre os jovens e sobre as mulheres que garantisse o compromisso dos primeiros com os valores da educação que se construía e das segundas na preservação das instituições básicas; era preciso impedir que a nacionalidade, ainda em forma tão incipiente de construção, fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias ou nações. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 99)

Em janeiro de 1936, Capanema organiza o chamado “Questionário para um inquérito”, sendo este um conjunto de perguntas a serem respondidas por intelectuais de todas as áreas. Essa foi a maneira encontrada por ele para formular projetos sobre todos os aspectos possíveis do ensino, ou seja, as finalidades da educação, a administração, a burocracia, o conteúdo, a didática, a metodologia, etc. A partir desses conceitos, Capanema tinha como objetivo elaborar o Plano Nacional de Educação.

A conclusão do Plano ocorre em maio de 1937. Extenso, possuía 504 artigos e quase 100 páginas que serviam de base ao funcionamento de escolas públicas e particulares e regulamentava a liberdade do ensino, a cátedra religiosa, a educação física e a educação moral e cívica.

O Plano também organizava a educação e seus segmentos. Haveria um ensino comum, que englobaria o pré-primário e o secundário; um ensino especializado, que iria do nível elementar ao superior, e o próprio ensino superior. Este último é abordado intensivamente no plano, onde são dedicados a esse assunto, 40 das 100 páginas e 195 artigos. Ao contrário do ensino secundário, o primário recebia pouca divulgação. Sua organização era responsabilidade dos estados, a União regulamentaria essa relação, exceto na zona de imigração estrangeira, onde o governo federal teria uma relação mais direta. Para uma melhor organização da educação primária, em 1942 o Governo Federal iria autorizar a realização de um “Convênio Nacional do Ensino Primário”.

Mário Augusto Teixeira de Freitas já estava inserido no meio educacional, no Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Devido ao seu conhecimento das estatísticas educacionais, Mário Augusto mantinha um profundo interesse na área da educação primária, como se pode constatar no trecho de carta escrita ao ministro Gustavo Capanema, em 16 de novembro de 1942:

Atendendo ao desvalioso mas sincero e pertinaz esforço que venho dedicando à propaganda do ideal de um “sistema educacional do ensino primário”, distinguiu-me Vossa Excelência com a notícia antecipada de que o Governo Federal ia autorizar a realização de um Convênio para aquele fim (FREITAS, 1942).

Para Teixeira de Freitas, era imprescindível para a educação no Brasil, um convênio entre o governo federal e os municípios. No entanto, era preciso contar com o

auxílio dos governos estaduais: “É preciso que o Convênio impressione o espírito público e afaste dos Governantes [*sic*] estaduais qualquer idéia preconcebida de receio ou cepticismo.” (FREITAS, 1942).

Nessa mesma correspondência, Teixeira de Freitas enviava a Gustavo Capanema as cláusulas do Convênio preparadas por ele, dentre elas podemos destacar:

Cláusula Primeira: É considerado objetivo primordial da política educacional brasileira seja dotado o país, quanto antes de um sistema nacional do ensino primário, instituído em junta conformidade aos princípios da Constituição da República, como fundamento da obra governamental de cultura popular, justiça social, e unidade pátria, e capaz de desenvolver-se organicamente na medida das necessidades

Cláusula Segunda: Para realizar o pensamento da cláusula primeira, é firmada, pelo presente Convênio, e na forma da lei nacional que o autorizou, a conjugação de esforços e de recursos entre a União, as Unidades Federadas e os Municípios. (FREITAS, 1942)

O convênio se preocupava ainda em estabelecer escolas primárias em todas as unidades federativas, em melhorar a remuneração e a carreira do professor primário, em melhorar os prédios e o equipamento escolar, além de implantar bibliotecas e fornecer aos alunos livros didáticos e material escolar.

Infelizmente, o Convênio da educação tão sonhado por Freitas não teve continuidade. Sua intenção de realizar a lei orgânica do ensino primário, presente nas cláusulas do convênio, também não ocorreu. Graças aos interesses dos grandes grupos, Capanema não conseguiu implantar seus grandes projetos, dentre estes a reforma da educação primária.

Ao invés disso, o ensino secundário e a educação superior foram mais valorizados, destacando-se em seu mandato a educação industrial, porém em menor escala. Esse fato ocorre graças ao crescimento da industrialização no País naquele momento. No entanto, não foi possível formar uma escola modelo para o ensino industrial, assim como formou-se o Colégio Pedro II para o ensino secundário e a Universidade do Brasil para o ensino superior.

## Organização do Fundo

O Fundo<sup>30</sup> Mário Augusto Teixeira de Freitas, doado ao Arquivo Nacional em 1978, pelo então presidente do IBGE, Isaac Kerstenetzky, chegou acondicionado em 136 pastas de papelão, com uma identificação preliminar. Ao iniciarmos a primeira etapa do trabalho, com a abertura das caixas e checagem do conteúdo com a relação existente, nos deparamos com um código numérico atribuído a cada assunto, o que demonstra uma tentativa de organização anterior. O conjunto de documentos textuais, iconográfico e cartográfico, recebeu a notação de identificação AP 48 (Arquivo Privado número de ordem 48) e foi acondicionado em 64 caixas, perfazendo um total de 11,05 metros lineares de documentos, abarcando o período de 1912-1958. Na década de 1980 foi elaborada uma relação de identificação de documentos por caixa, que passou a ser utilizada como instrumento de pesquisa<sup>31</sup>. Ainda nesta década, estabeleceu-se um novo código de identificação do fundo, dado aleatoriamente pelo banco de dados da instituição, o código atual é RR.

Em 2005 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Arquivo Nacional - AN deram início às negociações com o intuito de propiciar a seus pesquisadores acesso as informações contidas no Fundo. Com objetivo de viabilizar tal intento, as duas entidades se reuniram em novembro do mesmo ano e firmaram uma parceria para

<sup>30</sup> Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.

<sup>31</sup> Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas. É uma expressão normalmente empregada em arquivos permanentes.

a realização de um projeto de organização do acervo. A organização, iniciada em junho de 2007, envolve a descrição do acervo como um todo, baseada na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G), empregando a metodologia da descrição multinível integrada, utilizada atualmente no Arquivo Nacional, assim como a indexação das informações. Ao findar o tratamento técnico o acervo será acondicionado em

embalagens de qualidade arquivística, possibilitando uma guarda adequada e preservando a sua integridade física. O resultado final será a consolidação de um instrumento de pesquisa e a digitalização da documentação, permitindo a consulta *on-line* tanto das informações quanto dos documentos.

#### Metodologia

Para um melhor entendimento da trajetória do titular e o período em que viveu, foram realizadas leituras, sobre sua vida e obra, utilizando bibliografia especializada, além de seminários em que cada membro da equipe discorreu sobre suas atividades pessoais, profissionais e áreas de interesse. O neto do titular, Mario Augusto Caldeira Teixeira de Freitas, realizou uma palestra para a equipe em que narrou fatos que não estavam presentes na literatura utilizada, informando sobre peculiaridades da vida de Teixeira de Freitas.

A primeira etapa do trabalho constou da abertura das caixas e checagem do conteúdo com a relação existente. Os documentos foram retirados das pastas e acondicionados em pastas provisórias com a identificação dada na relação. Para tanto, foram coladas nas pastas, etiquetas que permitiam recuperar a informação dada originalmente: a data; o número da pasta; o número da caixa e observações sobre o conteúdo da pasta, caso fosse diferente da identificação original. Exemplo da etiqueta:

MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS		Código Provisório
Código Anterior AP 48	Código Atual RR	Título
Caixa	Data	
Pasta		Observação

Esta etapa possibilitou um conhecimento maior dos assuntos, espécies documentais e o período da documentação, além de tornar mais conhecidos os fatos e as personagens que produziram, acumularam e eram assuntos nos documentos. O resgate do número da caixa e da pasta resultará em uma tabela, chamada de Equivalência<sup>32</sup> que associa o futuro código de referência<sup>33</sup> (código que identifica o documento) com o código anterior, e facilita a identificação do documento pelo pesquisador que o tenha utilizado como referência.

Feita a identificação, partiu-se para a separação física dos documentos, de acordo com os assuntos de maior incidência no acervo. Tal fase permitiu delinear o que virá a ser o quadro de arranjo<sup>34</sup> e a futura montagem dos dossiês.

Os documentos foram separados fisicamente em *folders*, que identificavam o título, a data, o local, o assunto, caixa e número de pasta.

<sup>32</sup> Instrumento que estabelece uma correspondência entre notações diferentes.

<sup>33</sup> Código elaborado de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G), destinado a identificar qualquer unidade de descrição.

<sup>34</sup> Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo(1), a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo.

A etapa a seguir necessitou na montagem de um quadro de arranjo preliminar. É importante observar que no decorrer da montagem dos dossiês, ocorrem muitas alterações nas séries e subséries, assim como durante a descrição. O quadro de arranjo, em acervos privados pessoais, reflete, em geral, as atividades e/ou funções profissionais, as atividades e/ou funções públicas e áreas de interesse do titular.

O quadro de arranjo preliminar proposto ficou assim definido a princípio:

FUNDO MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS  
CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR AN, RIO RR<sup>35</sup>

Série <sup>36</sup>	Subsérie <sup>37</sup>	Dossiês
IBGE	Entidades precursoras	Serviço de Estatística do Estado de Minas Gerais INE
	Subdivisão administrativa	
	Entidades conveniadas	Departamento Estadual de Estatística Inspetorias Municipais de Estatística
	Atividades	Recenseamento: Censo Demográfico, Censo Econômico, Censo Agropecuário Concursos: estatístico, recenseador,
	Estudos e projetos	Divisão Territorial Municipalismo + Municipalidades Demografia Mudança da Capital da República Funcionalismo público: questão salarial Cooperativismo? Defesa Nacional: Transbrasiliana, Estradas de Ferro, Estradas de Rodagem Imigração
		Entidades normalizadoras
	Crise 1952	
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE		
PESSOAL	Correspondência	
	Produção Intelectual	<i>Minhas tentações contra a fé</i>
	Documentos Pessoais	
	Cultura e Lazer	Esperanto Religião Cultura: recortes de jornais, programas, libretos,
	Família	Papéis referentes ao naufrágio do vapor "Araraquara" no que faleceu um irmão do Doutor Teixeira
OUTRAS INSTITUIÇÕES	ABE	
	Associação Comercial do Rio de Janeiro	
	FGV	
	Instituto Internacional de Estatística	
	Instituto Interamericano de Estatística	
	Instituto de Economia	
	IHGB	
	Sociedade Brasileira de Estatística	
	Sociedade Brasileira de Geografia	
	Associação dos Amigos de Alberto Torres	
	Liga da Defesa Nacional	
	Sociedade Brasileira de Economia Política	
	Rádio Vera Cruz:	
	União Geral dos Funcionários Públicos do Brasil	

<sup>35</sup> Código de referência atribuído pela equipe de Supervisão do Arquivo Nacional, com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística - Nobrade.

<sup>36</sup> Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma seqüência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto.

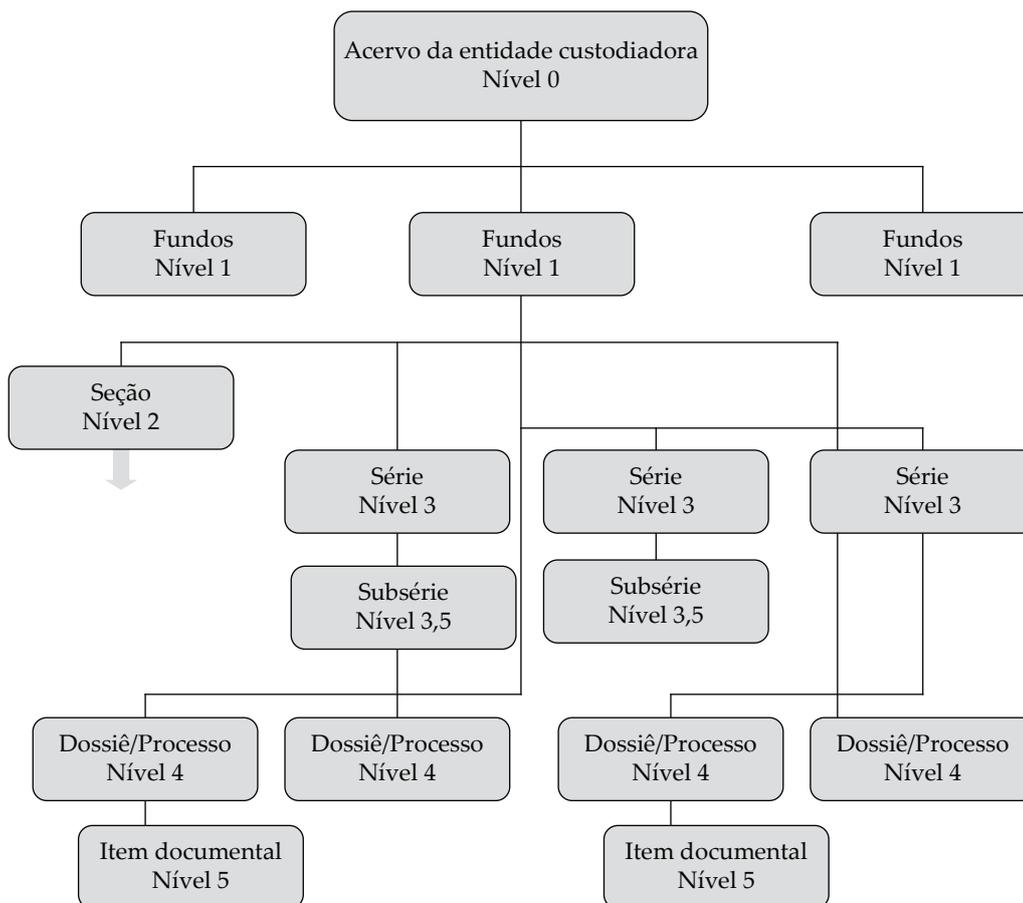
<sup>37</sup> Num quadro de arranjo, a subdivisão da série.

A próxima etapa constará da montagem dos dossiês<sup>38</sup>. Nos dossiês serão reunidos documentos afins, seja por espécie, por assunto ou dois, e por autor. Internamente são ordenados cronologicamente. Após a montagem eles serão inseridos dentro das séries.

Uma vez distribuídos pelas séries, terá início a descrição<sup>39</sup> dos dossiês, utilizando a metodologia da Descrição Multinível Integrada, que tem por base a ISAD(G), norma internacional, estabelecida pelo Conselho Internacional de Arquivos, que tem como princípios teóricos:

- ▶ Proveniência: A relação entre os documentos e as instituições ou pessoas que os produziram, acumularam e/ou mantiveram e os utilizaram no decorrer de suas atividades coletivas ou pessoais.
  - ▶ Descrição do geral para o particular
  - ▶ Voltado fundamentalmente para fase permanente, mas pode ser utilizado em outras fases
- ▶ O arranjo e a descrição são feitos em níveis, como segue (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 62):

### Modelo de níveis de descrição



<sup>38</sup> Conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento (documentos tomados por base, para fins de classificação, arranjo, armazenamento e notação).

<sup>39</sup> Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.

## Princípios técnico-metodológicos:

- ▶ Descrição em níveis (hierárquica)
- ▶ Não substitui as normas auxiliares (para tipos específicos de documentos; Fiaf; ABNT e outras)
- ▶ Incentiva o uso de normas internacionais específicas :
  - ISO 5963 *Documentation - Methods for examining documents, determining their subject, and selecting indexing terms,*
  - ISO 2788 *Documentation – Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri e*
  - ISO 999 *Information and documentation – Guidelines for the content, organization and presentation of indexes.*
- ▶ Não define formato de saída
- ▶ Não repete informações nos campos
- ▶ A entidade produtora deve ser descrita à parte da descrição do fundo e guardada paralelamente na Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística - ISAAR.

Os pontos de acesso baseiam-se nos elementos de descrição. O seu valor é aferido pelo controle de autoridade. Devido à importância dos pontos de acesso para a recuperação da informação, foi criada uma norma do Conselho Internacional de Arquivo específica para isso, a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR(CPF), que fornece regras gerais para o estabelecimento de registros de autoridade arquivística que descrevem entidades coletivas, pessoas e famílias que podem ser citadas como produtores nas descrições de documentos de arquivos.

## Conclusão

Ao trabalharmos o Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas percebermos que há um diálogo permanente entre o passado e presente da educação brasileira. A documentação que trata dos assuntos atinentes à educação é primordial para compreendermos um período da nossa história no tempo passado e o presente.

As trocas de correspondências entre Teixeira de Freitas, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Gustavo Capanema nos permitiram percorrer o caminho no qual a educação ocupava o centro de um amplo debate. Sem exageros, podemos dizer que a educação, até então, nunca foi tão discutida no cenário nacional.

Teixeira de Freitas, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Gustavo Capanema e Fernando de Azevedo tiveram muitas características em comum, além da formação humanística. A preocupação com a educação nacional e sua reformulação caminharam juntas com questões também muitos relevantes para a reafirmação de ideais nacionalistas, tais como a unificação da ortografia, as campanhas de alfabetização de crianças e adultos, a educação rural, a formação dos professores e sua política salarial, as primeiras discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a situação do ensino superior.

Todas essas questões estão interligadas porque a partir do acesso à educação, o indivíduo terá condições de exercer a sua cidadania e contribuir para o progresso social

e vencer as servidões tradicionais. O caráter nacional perpassa pela formação da cultura e como afirma Penna (1987, p. 71) “cultura e vida não se opõem, pois que a cultura não passa de uma maneira de exercer a vida.”

A documentação de Mário Augusto Teixeira de Freitas também lança uma perspectiva otimista da educação, daí considerá-lo como um visionário, pois que para ele a educação pode ser comparada a uma semente que ao germinar dará origem a uma árvore frondosa, sonhada pelos enamorados da educação.

## Referências

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades coletivas, Pessoas e Famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. (Publicações técnicas, n. 50).

\_\_\_\_\_. ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações técnicas, n. 51).

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. *Convênio Nacional do ensino primário*. Rio de Janeiro, 1942. Correspondência enviada a Gustavo Capanema, em 16 nov. 1942. Documento integrante do Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, sob guarda do Arquivo Nacional, ainda não disponível para consulta pública.

\_\_\_\_\_. *Tradução da obra A cultura brasileira*. Rio de Janeiro, 1946. Correspondência enviada a Fernando de Azevedo em 15 abr. 1946. Documento integrante do Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, sob guarda do Arquivo Nacional, ainda não disponível para consulta pública.

\_\_\_\_\_. *Educação popular*. Rio de Janeiro, 1947b. Correspondência enviada a Anísio Teixeira em 18 abr. 1947. Documento integrante do Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, sob guarda do Arquivo Nacional, ainda não disponível para consulta pública.

\_\_\_\_\_. *Plano de educação de adultos*. Rio de Janeiro, 1947a. Correspondência enviada a Lourenço Filho em 28 jan. 1947. Documento integrante do Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, sob guarda do Arquivo Nacional, ainda não disponível para consulta pública.

GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Coord.). *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. 559 p.

MONARCHA, Carlos; LOURENÇO FILHO, Ruy (Org.). *Por Lourenço Filho: uma bibliografia*. Brasília, DF: Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2001. 313 p. (Coleção Lourenço Filho, 1).

MONARCHA, Carlos; MOTA, Carlos Guilherme. Prefácio. In: MONARCHA, Carlos (Org.). *Anísio Teixeira : a obra de uma vida*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 287 p.

PENNA, Luiza Maria. *Fernando Azevedo: educação e transformação*. São Paulo: Perspectiva, 1987. 213 p. (Coleção estudos, 101).

PILETTI, Nelson (Org.). *Educação brasileira: a atualidade de Lourenço Filho*. São Paulo: Ed. da FEUSP, 1999. 224 p. (Estudos e documentos, v. 41).

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getulio Vargas, 2000. 405 p..

## Depoimento: “O meu tio, M.A. Teixeira de Freitas”

**Um depoimento sobre minha convivência com ele, ao longo de 21 anos, e com sua esposa Rosalina, por 27 anos\***

Jusel Piá de Andrade

Atendendo à solicitação recebida de Marco Santos, do IBGE, e do meu primo Mário Augusto Caldeira Teixeira de Freitas, neto do homenageado Mário Augusto Teixeira de Freitas, ora venho discorrer sobre a minha convivência com meu tio Mário e sua esposa, minha tia Zalina, por ele carinhosamente chamada de “Zália”, mas cujo nome, na realidade, era Rosalina Limpo Teixeira de Freitas, filha de Augusto Teixeira de Freitas Júnior e, pois, neta de Augusto Teixeira de Freitas<sup>40</sup>. Por parte de sua mãe, Ana Luiza, tia Zalina era neta de Antonio Paulino Limpo de Abreu Filho, terceiro filho de Antonio Paulino Limpo de Abreu, visconde com grandeza de Abaeté, por sua vez, casado com Ana Luiza Carneiro de Mendonça.

Já Mário Augusto Teixeira de Freitas era neto de Helena Augusta Teixeira de Freitas, filha do jurisconsulto Augusto Teixeira de Freitas<sup>41</sup>, e filho de Affonso Augusto Teixeira de Freitas e Maria José Leonesi Teixeira de Freitas. Helena Augusta casou-se com Tertuliano Teixeira de Freitas, primo, cunhado e genro do jurisconsulto Augusto. Tertuliano foi advogado e político no Paraná, onde chegou em 1894, por ocasião da Revolução Federalista<sup>42</sup>.

Uma vez tendo esclarecido a ascendência genealógica de meus tios Mário Augusto e Zalina, devo dizer que fui muito ligado ao casal. Especialmente por ter morado na casa deles, no Rio de Janeiro, dos meus 17 aos 26 anos (entre princípios de 1944 até o final de março de 1953), quando, já 2º tenente da Marinha do Brasil, casei-me com Yvonne Amorim Ferreira Vidigal, em 31 de março de 1953.<sup>43</sup>

Essa convivência foi adorável para mim e altamente positiva para minha formação. Mas é preciso dizer que na realidade o meu contato com meus

\* Este texto foi digitado e revisado por Marco Aurélio Martins Santos, após troca de correspondência com o autor do depoimento.

Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1983. Edição comemorativa.

<sup>41</sup> M. A. Teixeira de Freitas era primo de sua esposa Rosalina.

<sup>42</sup> Tertuliano exerceu a chefia do Governo paranaense por duas semanas.

<sup>43</sup> M. A. Teixeira de Freitas aniversariava no dia 31 de março.

tios teve início em 1935/1936, quando meu pai, Catullo Piá de Andrade, então major do Exército e já casado com a irmã de Mário Augusto, Carolina Beatriz Teixeira de Freitas Piá de Andrade<sup>44</sup>, minha mãe, veio fazer curso de Estado-Maior no Rio de Janeiro. Por esta ocasião, em várias oportunidades, estivemos de visita na residência do casal Teixeira de Freitas situada na Rua São Francisco Xavier, nº 18, próximo ao Largo da 2ª Feira. O casal Teixeira de Freitas era realmente encantador e extremamente cordial com os sobrinhos. Por esta época, eu contava com oito anos.

Algum tempo depois disso, minha mãe, católica fervorosa, resolveu crismar seus filhos mais velhos e eis que tive a ventura de ter como padrinho meu tio Mário Augusto. Para bem marcar a importância daquele ato da liturgia católica, ele me ofereceu de presente o bellissimo livro infanto-juvenil *Coração*, de Edmundo De Médici. Guardo até hoje esta preciosidade em minha modesta biblioteca e não por poucas vezes o tenho relido, incluindo a atenciosa dedicatória por ele aposta, referente àquele ato.

O meu contato seguinte com esses meus tios se deu em 1940, já em Curitiba, por ocasião das bodas de ouro de meus avós maternos, pais de M.A. Teixeira de Freitas. As comemorações se revestiram de toda a pompa e contaram com a presença de toda a família no casarão que fora construído pelo juriconsulto Augusto Teixeira de Freitas, quando ele, aconselhado por seus médicos, veio residir em Curitiba, por volta de 1880, por ser esta, então, uma cidade calma, tranqüila e de clima ameno.

Dos dez filhos de meus avós maternos somente Lauro Augusto Teixeira de Freitas não pode comparecer, por ser comandante do navio "Araraquara"<sup>45</sup>, da Cia. Lloyd Nacional e estar em viagem pelo Norte-Nordeste do País.

Vale dizer que o pai de M. A. Teixeira de Freitas, o engenheiro e professor Affonso Augusto Teixeira de Freitas, era homem de enorme cultura, tendo sido um dos fundadores da Universidade do Paraná, a primeira instalada no Brasil. Affonso também era filósofo e um católico fervoroso, que inclusive travou inflamados debates com membros da Maçonaria do Paraná, debates estes publicados nos jornais da capital paranaense. Foi autor, ademais, do livro *Questões da atualidade*, editado pela Vozes, de muito boa circulação na época. Este livro obteve o *imprima-se* do bispo de Niterói, em 15 de fevereiro de 1938. Affonso era professor da área de ciências exatas na Faculdade de Engenharia, na Universidade do Paraná.<sup>46</sup> Um de seus filhos, Valdemiro Teixeira de Freitas, era também matemático e professor de Mecânica Racional na mesma Universidade, além de ser, como o pai e a maioria dos irmãos, profundamente religioso, possuidor de uma fé inabalável nos princípios e dogmas da Igreja Católica. Tanto ele quanto os irmãos tentavam "converter" o irmão Mário ao catolicismo inquestionável que eles acreditavam. Segundo eles, tanto Mário quanto outros três dos dez irmãos poderiam "perder suas almas" caso não aderissem ao modo de pensar deles. Nestes termos, essas tentativas não encontraram guarida na maneira de ser de M. A., que tinha uma visão mais racional, mais intelectual, e menos ortodoxa sobre o catolicismo do que seus irmãos e mesmo seus pais. Nas oportunidades que surgiam, nas raras vindas de Mário Augusto a Curitiba e/ou nas idas deles ao Rio, e muito especialmente durante as refeições daquela reunião por conta dos festejos das bodas de ouro de Affonso e Maria José, travaram-se vários debates a respeito de religião. Instigado por seu pai e seus irmãos, o assunto foi discutido com frequência e devidamente esmiuçado. Todavia, Mário Augusto enfrentava todos com sua fina inteligência, cultura e simpatia, procurando demonstrar a lógica e a correção de seu raciocínio e modo de pensar. Após estes debates cada um deles se mantinha nas suas respectivas convicções, com os irmãos mais preocupados com a salvação da alma de Mário Augusto. Vale dizer que Valdemiro era um "adversário" de respeito por ser também bastante culto e profundo conhecedor da religião católica. Sendo versado em latim, grego, francês, alemão e várias outras línguas, buscava, por meio de análises comparativas das traduções dadas a certas expressões o verdadeiro sentido

<sup>44</sup> Ver foto dela na página 107 do citado livro de Silvio Meira.

<sup>45</sup> Este foi um dos navios afundados durante a II Guerra Mundial ato este que provocou a entrada do Brasil no conflito contra as potências do Eixo.

<sup>46</sup> Atual Universidade Federal do Paraná - UFPR

em que elas teriam sido usadas, chegando até mesmo ao aramaico e isso ao longo de várias versões das Sagradas Escrituras. Mas o ponto nevrálgico das divergências era o "sacrilégio", no entender deles, de Mário Augusto valer-se do dom da inteligência, concedido ao Homem por Deus, para perscrutar os insondáveis desígnios do Altíssimo, até qualquer nível que se ousasse chegar. Eles acusavam M. A. de uma atitude, ao ver deles, de orgulho por se julgar capaz de entender, de compreender tais desígnios. Contudo, a convicção de M. A. era inabalável. Ele considerava um dever a cumprir continuar suas meditações e pesquisas. E ele o fazia, a despeito do estigma de orgulho que lhe atribuíam, a ele que era a própria personificação da modéstia e da humildade. Se Deus lhe dera a inteligência que ele sentia possuir, achava ser seu dever procurar se imiscuir tanto quanto pudesse nestes mistérios e dogmas da religião.

Mário Augusto consultava com freqüência seu conselheiro espiritual, o Padre Leonel Franca<sup>47</sup>, do Convento de Santo Antônio do Largo da Carioca, para trocar idéias e debater sobre assuntos religiosos incluindo o catolicismo. M. A. Teixeira de Freitas escrevia estas reflexões, idéias e convicções, preparando, capítulo a capítulo, um livro que desafortunadamente não conseguiu concluir. Pelo que sei, os originais deste livro inconcluso, interrompido pelo agravamento de sua moléstia e por seu próprio falecimento, haviam ficado na posse de seu filho Antonio Paulino fazendo parte do acervo doado ao IBGE e posteriormente cedido ao Arquivo Nacional, onde lá se encontram.<sup>48</sup> O problema é que pelo fato da obra não estar completa, com a totalidade de suas idéias a respeito de tudo o que ele vislumbrava no horizonte do seu raciocínio e intensa fé, talvez seja impossível para leigos entenderem a seqüência de idéias que ele ali organizou sem concluir.

O ano de 1942 foi fatídico para nossa família por conta de três mortes: a de Afonso, estudante de engenharia, filho de Valdemiro Teixeira de Freitas, contando com apenas 18 anos, por afogamento, em Caiobá, nas costas do Paraná; a de Lauro Augusto Teixeira de Freitas, o citado comandante do "Araraquara", em 15 de agosto daquele ano, tragicamente desaparecido junto com a maioria de tripulantes e passageiros<sup>49</sup>, por conta do torpedeamento do navio por um submarino alemão nas costas de Sergipe; e de tia Maria (Mariquinhas), irmã da já então falecida Ana Luiza, mãe de Rosalina, esposa de M. A. Teixeira de Freitas. Golpes terríveis, duros, mas suportados condignamente por todos os parentes que os amavam profundamente.

Em fins deste fatídico ano, havendo eu terminado o meu curso ginasial, que durava cinco anos, coube a mim e a meus pais tomarmos uma decisão sobre o meu futuro. As viagens de navio que fiz para o Rio de Janeiro, na companhia de meus pais, em 1935 e depois em 1937, foram para mim extremamente agradáveis e interessantes, com muitas atividades a bordo, incluindo pescarias. E, por conta disso, me entusiasmarei a escolher a Marinha do Brasil como palco de minha vida futura. Note-se que escolhi a Marinha de Guerra e não a Mercante como decorrência de ser filho e neto de militares. Além disso, fui bastante influenciado pela mãe do primo Paulo Alcídio Gaiessler Teixeira de Freitas, que tendo ingressado na Marinha de Guerra do Brasil, estava em vésperas de se formar e participar dos comboios anti-submarinos, ao longo das costas brasileiras. Este primo, vale dizer, durante o tempo em que passou estudando no Colégio Militar, residiu com os tios Zalina e M. A., por seus pais residirem em Icaraí, bairro de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Com minha decisão tomada, comecei a me preparar com o maior empenho. Contudo, sendo o concurso de admissão para a Escola Naval tido como de elevado grau de dificuldade, percebi logo, após alguns meses de tentativas, com professores particulares, em Curitiba, que tal não seria suficiente para conseguir ser aprovado. Seria necessário ir para o Rio de Janeiro, freqüentar um curso especializado em preparar jovens para tal concurso. E assim, fui para a então Capital Federal, em fins de agosto de 1943 com o objetivo de me preparar para prestar as provas. Os exames aconteceriam em janeiro/

<sup>47</sup> Leonel Franca era membro consultor do Conselho Nacional de Estatística.

<sup>48</sup> Todo Acervo Teixeira de Freitas, em posse do Arquivo Nacional, com mais de 13 mil peças, encontra-se em fase de organização e catalogação para posteriormente todos os documentos serem escaneados e digitalizados, com o apoio do IBGE, e oferecidos de forma organizada ao público interessado.

<sup>49</sup> Foram 131 mortos com apenas 11 conseguindo se salvar.

fevereiro de 1944. O tempo urgia! Percebi que não haveria tempo para eu me preparar e lograr sucesso nos exames. Mesmo assim, me dediquei ao máximo e, no concurso daquele ano, consegui aprovação em matemática, quase passei em português e passaria certamente em física e química, que eram o meu forte.

Desde minha chegada ao Rio eu ficara hospedado no bairro de Botafogo, com uma irmã de meu pai, tia Consuelo. Todavia, a família dela não era pequena e o ambiente bastante agitado, não sendo favorável à concentração necessária para um melhor rendimento nos estudos.

Foi quando meus pais se lembraram do irmão e cunhada, tão queridos por eles. Mário Augusto e Zalina moravam sozinhos na Tijuca (os dois filhos já tinham se casado), local à época calmo e agradável, ideal para minha preparação visando uma nova tentativa de ingresso na Escola Naval. Eles procuraram meus tios, que prontamente se dispuseram a me receber em sua residência, na Rua Dr. Satamini, nº 77, próximo ao Largo da 2ª Feira.

O casal, como eu já sabia, era de uma simplicidade, de uma bondade e de uma boa vontade a toda prova! Sempre dispostos a ajudar a todos parentes e amigos que a eles acorriam. E não raras vezes ajudavam até a meros conhecidos, de cujos problemas se compadeciam. A tia Zalina se tornou uma verdadeira mãe para mim; o tio Mário, mais austero, também zelava por mim, vigilante na minha aplicação aos estudos. Vivendo naquele ambiente calmo, tranqüilo e cercado de amor e atenções, eu me dediquei a sério aos deveres. Voltei às aulas do “Curso Especializado do Comandante Barata”, que eu freqüentava todas as manhãs, na Rua do Teatro, no Centro do Rio, junto a Escola de Engenharia, da Universidade do Brasil<sup>50</sup>. Diariamente eu lá chegava às 7 horas da manhã e tinha aulas até as 11 horas, retornando em seguida à residência de meus tios, agora “minha” casa também. Todas as tardes e noites, até às 22 horas, eu me dedicava inteiramente aos estudos. E com tia Zalina diligente, sempre tentando me fazer ganhar peso, já que eu chegara praticamente esquelético, magérrimo. Eram pratinhos especiais para mim, cheios de “sustância”, como ela dizia, mingauzinhos, lanchinhos que ela pessoalmente levava à minha sala de estudos (um quartinho nos fundos da casa, dando para um tranqüilo quintal, todo arborizado).

Dentro de tal ambiente, calmo e amigável, os resultados logo começaram a aparecer. Por conta dos resultados obtidos em meus exames parciais, passei a constar na lista dos “classificáveis” como cotados para aprovação no concurso cuja data se aproximava rapidamente (seria em janeiro de 1945).

Meu tio sempre trabalhando, mesmo quando estava em casa, fosse pela manhã ou logo após o jantar. Após as refeições, ele se dedicava aos seus “exercícios físicos”, que constavam de caminhadas para cima e para baixo na calçada lateral da casa, junto ao muro do vizinho, coberto de jasmims, exalando sempre um adorável perfume. Por vezes, quando se cansava, ele gostava de se sentar em sua cadeira de balanço de vime, ao lado de um pequeno aparelho de rádio de mesa, onde acompanhava o noticiário dos jornais falados. E também dava gostosas gargalhadas ao ouvir programas cômicos como a PRK-30, dos impagáveis Lauro Borges e Castro Barbosa. Depois, subia para o seu escritório, continuando suas leituras, seus estudos e trabalhos, dando especial atenção à substanciosa obra sobre religião que estava escrevendo, e que mesmo assim ficou inacabada. Ele sempre trocava idéias comigo, procurando saber dos meus avanços na minha preparação para o concurso.

Lembro que, sendo eu já aspirante da Escola Naval, por insistência minha, curioso que eu era, certa vez pedi-lhe insistentemente que me explicasse o seu modo de ver, o seu pensamento e suas conclusões sobre o Mistério da Santíssima Trindade, tópico especial de suas mais profundas preocupações, meditações e estudos. Ele me atendeu e fez longa, minuciosa e consistente explanação a respeito do que lhe perguntara (ele era um didata, um professor nato). Foi lógico e claro na sua argumentação. Mas para mim, muito jovem ainda, tudo era muito complexo, demasiadamente profundo em termos filosóficos, para que eu pudesse absorver completamente e reproduzir posteriormente.

<sup>50</sup> Atualmente este prédio pertence ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Largo de São Francisco.

Outro fato pitoresco sobre M. A. Teixeira de Freitas: ele tinha verdadeira obsessão, paixão mesmo, por números primos. E dedicava horas a fio no estudo, na busca da Lei de Formação daquela seqüência<sup>51</sup>.

O tempo foi passando, janeiro de 1945 se aproximava e eu cada vez mais me sentindo capaz de enfrentar com galhardia aqueles difíceis exames. Acabada a semana de provas do concurso, realizado em dias alternados, eis que saíram os resultados: entre 352 candidatos foram apenas 116 aprovados. E eu lograra classificar-me em ...2º lugar! Obviamente, eu dediquei esta vitória aos meus pais e a esse querido casal, Zalina e Mário Augusto. Realmente, uma vitória para todos nós, uma alegria geral.

Em 26 de fevereiro daquele 1945 eu era AGM: Aspirante a Guarda-Marinha, da Marinha de Guerra do Brasil!

Assim, matriculado na Escola Naval, as atividades escolares se iniciaram com aulas teóricas, práticas, exercícios físicos e esportes, tudo calçado e garantido por uma sadia alimentação. Na prática desportiva, por ser um dos mais altos (1m82cm), com bom peso (por ter sido "engordado" por tia Zalina), logo fui agraciado, como componente da equipe do Curso Prévio (turma de calouros), com uma "Medalha de Ouro" no menos intelectual dos esportes que eu até hoje conheço: o cabo de guerra!

Mas a classificação obtida por mim no exame de Admissão teve conseqüências não muito boas para mim. Eu era excessivamente tímido, fora educado com mão férrea por meu severíssimo pai militar; não tinha, assim, a menor vivência para liderar um grupo de colegas, cuja maioria era de garotões cariocas, afeitos às praias, festas e à freqüência nas lanchonetes com namoradinhas várias. Eu passei a me dedicar com empenho, na tentativa de a liderar o grupo que me cabia, como o nº 002/45, de 52 colegas da chamada "Turma Par" do Curso Prévio. Obviamente, em conseqüência dessas atividades paralelas, o meu rendimento escolar decaiu. Esse fato foi observado pela direção da Escola Naval, embora, no meu entender, sem uma maior análise das possíveis causas deste fenômeno. A queda no meu desempenho na Escola foi levada oficialmente ao conhecimento do responsável por mim no Rio de Janeiro – o meu tio Mário Augusto. Ele certamente não poderia ficar feliz com aquela notificação. Chamou-me às falas, com seriedade, mas de modo paternal. Ele exigiu de mim providências imediatas e enérgicas, fazendo-me entender o quão desagradável era aquela situação para ele e como ficaria mal diante de meus pais caso algo de ruim resultasse para mim daquele meu insucesso.

Compreendi a posição de tio Mário e convenci-me a levar a sério a nossa situação: a minha e a dele. Foi quando resolvi lhe escrever uma carta formal, que coloquei sobre a sua escrivaninha, explicando-me e me comprometendo com ele a dar uma solução imediata e satisfatória àquele problema. Cheguei a ver seus olhos úmidos por conta de minha decidida reação, pois ele não me exigira qualquer "carta-compromisso" formal quando me aconselhara como tio e amigo, além de responsável por mim, no Rio de Janeiro, perante meus pais. Assim foi que o tempo passou e a situação se resolveu satisfatoriamente.

Os dias continuaram a correr e eis que um grave percalço ocorreu, com possíveis graves conseqüências para mim e para os demais aspirantes do Curso Superior da Escola Naval. Cometemos coletivamente grave indisciplina ante ocorrências inaceitáveis ao nosso punonor de aspirantes e futuros oficiais da Marinha de Guerra do nosso País!

Como resultado de nossa ação coletiva foi instaurado um Inquérito Policial Militar – IPM, na Escola Naval, e, ademais, ainda como conseqüência, instalou-se grave crise institucional no País que atingiu, não somente o meio militar naval, mas estendeu-se, envolvendo a área política, no Congresso Nacional, e até o Poder Judiciário, a partir do evento conhecido com "A Revolta dos Anjos".

Nós, estudantes, agimos conscientemente, em arriscadíssima atitude, na tentativa de "salvar" os nossos companheiros, "expulsos" da Escola e da Marinha, em vistas

<sup>51</sup> Entre os documentos do Acervo Teixeira de Freitas há a sua proposta de resolução do Teorema de Fermat, enigma que durou mais de 200 anos e que só recentemente foi solucionado. A solução proposta por Teixeira de Freitas não foi submetida a avaliação, com vistas ao recebimento do prêmio e das lãureas, que couberam a um cientista alemão. Mas ainda há tempo de serem examinadas, e, confirmado a solução, trazer esta glória para o próprio Teixeira e para o Brasil.

das conclusões do IPM instaurado, a respeito do ocorrido em *Villegagnon*. Foi o nosso futuro posto em jogo, por uma causa para nós maior, e mais uma demonstração da parte mais fraca, no caso, contra um tratamento indigno por parte dos oficiais da Escola de que estávamos sendo vítimas e nos estava sendo impingido, que infringia decididamente o pundonor. Nós, obrigatoriamente, achávamos que isto devia se constituir em bandeira, para quem se esforçava e sofria, como nós, no sentido de alcançar o galardão de dignos oficiais da Marinha de Guerra do nosso País, o Brasil. Os aspirantes da Escola se rebelaram por conta de injustiças e normas disciplinares retrógradas.

Do IPM, resultou que, dos 292 aspirantes que compunham o Corpo de Alunos da Escola Naval, (aí incluídos os 58 recém-ingressos do curso prévio, os “calouros”, que não permitimos que participassem do movimento), exatos 51 jovens estudantes foram considerados culpados por ação e/ou omissão, sendo, por isso, peremptoriamente expulsos da Escola. Foi então que, objetivando tornar um já por si grande problema em algo de maior vulto, é que resolvemos, os 178 alunos do Curso Superior da Escola Naval, considerados pelo IPM como isentos de qualquer implicação com o caso, nos prontificar a apresentar individualmente, cada um por si próprio ou por meio dos responsáveis, o nosso Requerimento de Baixa da Matrícula na Escola Naval, e da Marinha (apenas cinco dos aspirantes, considerados como sem culpa, por ação e/ou omissão nos acontecimentos, é que, devido a razões pessoais e/ou familiares, permaneceram na Escola Naval, não requerendo baixa voluntária).

E o meu tio Mário, uma vez por mim, e por outras pessoas amigas alertado para os fatos verdadeiros – não os oficialmente apresentados por autoridades governamentais – bem compreendeu a nossa angústia e a nossa coragem, ao tomar uma atitude cercada do maior risco para cada um de nós, mas revestida de um sentimento de uma nobreza sem par! Se estou mencionando esta história é para realçar a grandeza de M.A. em tudo perceber e sentir desde logo, por me apoiar de imediato, contatar meu pai, que servia e morava em Curitiba, e convencê-lo da justiça da nossa atitude, dos alunos do Curso Superior, da Escola Naval, que se prontificaram a solicitar a sua demissão da Escola Naval.

Pelo apoio que recebi do meu tio Mário Augusto e, logo em seguida, de meu pai Coronel Catullo Piá de Andrade, em momento de tão graves e possíveis conseqüências para o meu futuro, só tenho que agradecer por tê-los convencido de que em questões de honra e pundonor não há como hesitar em se adotar posições corajosas, decididas e valentes, como o fariamos se tivéssemos que enfrentar um inimigo de nossa Pátria. Meu pai veio então ao Rio, especialmente para assinar o meu pedido de baixa da Escola Naval. Isto feito, com a aceitação do meu requerimento, retornei à casa de meu tio, aguardando uma decisão maior, militar e/ou política, que fizesse retornar à Escola Naval os 229 aspirantes de que ela se vira privada (todos do Curso Superior da Escola) com o escândalo nacional que se criara com aquela mal conduzida crise. As decisões ferviam nos mais altos escalões de decisão do País.

Enquanto aguardávamos uma solução para o caso, boatos corriam e se extinguíam por falta de fundamento. Um após outro, e nós participando de reuniões e contatos com autoridades de vários setores da vida nacional, todos em busca de uma solução aceitável para todas as partes.

O tempo passava. Para ajudá-lo a passar, fui trabalhar em uma tipografia do pai de um colega de turma. Eu me inscrevi como agente recenseador do IBGE, para atuar no Censo dos Comerciantes, no Rio de Janeiro, no qual meu chefe imediato era um certo Sr. Lodi, pessoa do mais fino trato, que jamais poderei esquecer.

Na ocasião, em meio a tantas incertezas, meu primo Augusto Afonso Limpo Teixeira de Freitas (filho de tio Mário), engenheiro civil, sócio principal da Sociedade Técnica de Empreendimentos de Engenharia - STEEL, que atuava no ramo da construção civil, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em São Paulo e na Bahia, me fez uma proposta: se eu desistisse da Marinha e da Escola Naval, ele me financiaria um curso de Engenharia (e eu já tinha cursado várias cadeiras desta área na Escola Naval) para que eu fosse, depois de formado, trabalhar com ele, em sua firma. Eu prontamente agradeci, mas recusei a oferta, pois tinha o firme propósito de efetivamente vir a ser um oficial da Marinha de Guerra do Brasil.

Por fim, entre idas e vindas, encontrou-se uma solução de ordem administrativa a ser adotada pela Marinha: todos os ex-aspirantes demitidos pelo IPM e os que haviam apresentado voluntariamente o seu pedido de baixa poderiam retornar à Escola Naval, mediante a apresentação de um requerimento - cujos termos foram cuidadosamente elaborados, pela Marinha – a ser deferido pela autoridade naval competente.

O ano interrompido em meados de 1948 teve que ser repetido em 1949. Retomamos o curso e minha cerimônia de formatura aconteceu em 10 de janeiro de 1951. Foi uma festa para todos nós da Turma EM - 45, que ingressamos na escola seis anos antes. Ao longo daquele período em que estivemos fora da Escola, alguns aspirantes da Turma EN 44 se juntaram a nós, e houve algumas saídas de companheiros que deixaram a Escola por ocasião dos acontecimentos de 1948.

Lá estavam participando da cerimônia: meus pais, meus queridos tios Zalina e Mário Augusto e vários outros familiares, inclusive uma pessoa que desde o ano anterior vinha se assenhoreando de todo o meu afeto e a qual adiante me referirei com maior freqüência. Trata-se de uma jovem chamada Yvonne Amorim Ferreira Vidigal.

Eu a conheci em 11 de junho de 1950, na Escola Naval, na recepção ali acontecida comemorando mais um aniversário da Batalha Naval do Riachuelo. Um fato interessante ligado à moça foi que após eu tê-la conhecido no fulgor de seus 18 anos, tia Zalina notou que eu passara a conversar longamente no telefone com alguém. E ela percebeu, captando ocasionalmente alguns trechos de minha conversa, tratar-se de uma nova namoradinha, e sentiu também ser esta um tanto especial. Ao ouvir por acaso, é claro, que eu marcara um cinema com a moça, na sessão das quatro do Cine Metro-Tijuca, curiosa e com o natural zelo maternal, ela resolveu descobrir se a escolhida estava à altura do seu "filho" Jusel. Telefonou para uma de suas noras, que morava na Tijuca, e pediu que ela fosse "casualmente" com suas duas filhas à mesma sessão que eu. Assim foi que estando no salão de espera do cinema, minutos antes de começar o filme, conversando com Yvonne e sua irmã, que a acompanhava (na época, uma moça só ia ao cinema com o namorado devidamente acompanhada), quando me apercebi da presença da esposa de meu primo e suas duas filhas bem perto de nós. Eu, de imediato, apresentei Yvonne e sua irmã a elas e ficamos conversando, aguardando o início da sessão. O serviço de informações de Dona Zalina demonstrou funcionar a contento e ela logo depois ficou sabendo de tudo a respeito da moça. Yvonne tinha sido aprovada com louvor! E adiante, surgiu uma enorme amizade entre aquela moça, com quem me casei em 31 de janeiro de 1953, e meus tios Mário Augusto e Zalina.

Yvonne era muito falante, educada, culta, grande leitora dos maiores escritores e pianista formada pela Escola Nacional de Música, no Rio de Janeiro. Tio Mário Augusto adorava conversar com ela, assim como tia Zalina. Quando nasceram nossos filhos, essa amizade se estreitou mais ainda.

Tendo minha mulher sabido que um dos grandes desejos de meu tio era ter um neto com o nome de Augusto Mário, e que até aquele momento não tinha o sonho satisfeito, eis que ela e eu resolvemos que nosso primeiro filho seria batizado com este nome. E quando nasceu, minha esposa fez questão de logo telefonar para meu tio com a notícia de que nascera seu "neto" Augusto Mário, o que muito o comoveu, assim como a tia Zalina.

Logo depois, tomamos conhecimento da terrível doença acometida a tio Mário Augusto. Víamos o seu enfraquecimento gradativo, o sofrimento estampado em sua fisionomia, por mais que ele tentasse esconder o fato e prosseguir nos seus estudos e trabalhos.

Nessa época, meus tios Zalina e Mário Augusto já tinham se mudado para a Rua Conde de Bonfim, no quarteirão seguinte ao da Praça Saens Peña. Yvonne engravidara novamente e chegou a comunicar ao tio Mário a vinda de mais um filho e que ele e tia Zalina seriam os padrinhos. Todavia o seu mal se agravou e ele veio a falecer em 22 de fevereiro de 1956, às 4h 30min da madrugada, no Hospital dos Servidores do Estado. Justamente ele, que em vida fora agalardado com o título de "Funcionário Público Nº 1 do Brasil".

Quis Deus que eu estivesse, juntamente com um outro sobrinho de Mário Augusto, filho de seu irmão Álvaro Augusto, fazendo-lhe companhia naquela fatídica

madrugada, naquela triste hora. Enquanto meu primo Álvaro Luiz buscava médicos e enfermeiros pelos corredores que acudissem meu tio, cujo estado piorara séria e subitamente, eu tive a sofrida honra de amparar em meus braços aquele a quem tanto devia, tanto admirara, no exato instante de seu falecimento, quando finalmente ele fez a entrega de sua alma ao Criador. Eu tinha colocado em suas mãos seu crucifixo pessoal, que ele sempre mantinha em sua cabeceira, e o mantive ali segurando-o com as minhas. Assim partiu deste mundo Mário Augusto Teixeira de Freitas.

Na ocasião, meu filho Paulo César ainda não havia nascido, o que só ocorreria em 13 de outubro daquele 1956. No seu batizado, a madrinha foi tia Zalina e, para representar o falecido padrinho, ela escolheu o neto Mário Augusto Caldeira Teixeira de Freitas.

Alguns fatos curiosos aconteceram com relação ao nascimento de meu terceiro filho, Fernando José. Tendo Yvonne engravidado em junho de 1958, ela constatou que o parto deveria acontecer em fins de março de 1959. Comentando o fato com tia Zalina, minha mulher “prometeu” que o novo neném nasceria no dia 31 de março, em homenagem ao tio Mário. Os meses se passaram, chegou o dia 30 de março e Yvonne já no pré-parto, aguardava o nascimento do filho. Cinco crianças já tinham nascido naquele dia, no Hospital Nossa Senhora da Glória, da Marinha, no bairro da Tijuca e nada do meu garoto nascer! O médico de plantão, sonolento, lá pelas 23 horas, suplicava à Yvonne que deixasse o filho vir, mas ela respondia que só em 31 de março, e assim aconteceu, à 0h 15min da madrugada daquele dia, quando Mário Augusto Teixeira de Freitas estaria completando seu 69º aniversário, se vivo estivesse. Fora satisfeita, assim a promessa de Yvonne à tia Zalina.

Ainda no que tange ao Fernando José, aconteceram mais algumas coincidências, todas com relação ao seu tio-avô Mário Augusto. Sendo um menino inteligente e estudioso, embora muito tímido, ele resolveu participar do concurso de Admissão ao Colégio Militar, no Rio de Janeiro, em 1969. Acompanhado e orientado pela mãe, uma vez que eu viajava muito, ele fez um cursinho especializado e passou em primeiro lugar no concurso de âmbito nacional. Tinha Fernando apenas dez anos. O fato foi notícia na Imprensa. Ele foi entrevistado pela jornalista Sandra Passarinho e indagado por ela sobre o que gostaria de ser quando crescesse, respondeu ele peremptoriamente que queria ser geógrafo, pois gostava muito de Geografia. Essa resposta foi publicada em vários jornais e chegou ao conhecimento do então presidente do IBGE, Dr. Sebastião Ayres, que resolveu entrar em contato com o comandante do Colégio Militar, para que o Fernando José comparecesse em uniforme de gala, junto com os pais, à sede do Instituto para uma cerimônia em homenagem a ele. No dia e hora marcados, ele foi ao Instituto acompanhado por mim e por Yvonne. Ao longo da cerimônia, o presidente o cumprimentou pela aprovação e pelo desejo de um dia vir a ser geógrafo, possivelmente até do próprio IBGE. Foi quando minha mulher e eu comunicamos ao Dr. Ayres que o Fernando José era um Teixeira de Freitas, embora esse sobrenome não constasse oficialmente na sua certidão de nascimento, e que M. A. Teixeira de Freitas era tio-avô do menino. E mais: que o IBGE, criado por ele, estava homenageando sem saber o seu sobrinho-neto, que tinha nascido no mesmo dia que ele, no auditório que levava seu nome e onde ele tinha sido velado 13 anos antes.

Entretanto, não foi dito na ocasião ao presidente do IBGE que o pai de Fernando José era afilhado de crisma do próprio Mário Augusto, e que morara com ele por quase dez anos e que o fundador daquele Instituto falecera literalmente em seus braços. E ainda: que o pai do menino homenageado fora agente recenseador do próprio IBGE, em 1948.

Para encerrar este depoimento, falemos dos últimos dias de tia Zalina, esposa de Mário Augusto Teixeira de Freitas, a sua Zália. Ela faleceu em 25 de abril de 1962, às 17 horas, quando ali estava, ao seu lado, o médico, Dr. Ratto, que desde as 10h a submetia a uma transfusão de sangue lenta e cuidadosamente aplicada e acompanhada por ele durante todo tempo. Por solicitação da nora Cyrene Caldeira Teixeira de Freitas, fortemente gripada, acamada e com febre naquele dia, não podendo assim acompanhar o mencionado procedimento médico, até mesmo para não contaminar a sogra, ali

permaneceram, desde cedo, além do médico e de uma acompanhante, Eponina, viúva do comandante Aristides Cordeiro, amigos do casal Teixeira de Freitas, a outra nora, Mary Castro Teixeira de Freitas, e minha mulher Yvonne. Essas pessoas presenciaram que a transfusão ocorresse normalmente, com tia Zalina conversando, falando sobre o sofrimento que representara para ela e para todos o falecimento de seu filho Augusto, deixando Cyrene viúva e com filhos, e sobre outras coisas. Quando a transfusão terminou, ao ser retirada a agulha do seu braço, tia Zalina entrou em convulsão e faleceu. De nada adiantaram os esforços do Dr. Ratto, com massagens na região cardíaca, tentando reanimá-la.

Cerca de cinco minutos depois do passamento de tia Zalina, eis que chega, sem nada saber sobre o infausto acontecimento, Waldemar Lopes<sup>52</sup> acompanhado de sua esposa D. Iraci. Tinham ido fazer uma visita a D. Rosalina, trazendo um lindo buquê de rosas. Ali, ainda na porta, estarrecidos, souberam do triste acontecido minutos antes.

Assim faleceu a pessoa simples, bondosa e muito querida e amantíssima esposa de Mário Augusto Teixeira de Freitas, que confirmou o dito: "por trás (eu diria ao lado) de um grande homem, há sempre uma grande mulher!"

Sobre ela, disse certa vez sua nora Cyrene: "se algum dia eu for escrever um artigo sobre 'o meu tipo inesquecível', certamente o farei com a história de D. Rosalina". Isso partindo de uma nora em relação à sua sogra é altamente significativo!..

Aproveito e conto mais uma história que realça a bondade, a beleza de caráter desse casal maravilhoso com quem tive o privilégio de conviver.

Um sobrinho de tio Mário Augusto, 2º tenente da Força Aérea Brasileira, Valdemiro Muniz Teixeira de Freitas, filho do irmão do M.A., Valdemiro Augusto, professor de matemática, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, em altas horas de uma noite de 1953, teve assaltada sua residência, próxima à Unidade em que ele servia. A modesta casa do tenente ficava nas imediações do acesso de uma favela carioca.

Os assaltantes roubaram uma série de bens sem maior valor ou importância, mas especialmente eles levaram algo muito mais precioso para um 2º tenente, com mulher e quatro filhos para criar e sustentar: o seu soldo, recebido naquela mesma tarde, ainda intato!

Não havia "reservas" para salvar a situação desesperadora para o casal!

Mas a notícia logo correu, pela família, entre aqueles residentes no Rio de Janeiro!...O que fazer?....

Eis que, em meio àquele desespero todo, surgiram, inesperadamente, os tios Zalina e Mário, que, sabedores do ocorrido, tinham ido pessoalmente ao subúrbio, abraçar o sobrinho, 2º Tenente da Força Aérea Valdemiro e sua família, para presenteá-los com uma quantia correspondente àquela que deles havia sido roubada pelos assaltantes na noite anterior!

Assim eram Zalina e Mário Augusto Teixeira de Freitas, meus inesquecíveis tios...

---

<sup>52</sup> Waldemar Lopes (1911-2006) foi grande amigo e admirador de Teixeira de Freitas, tendo sido Secretário-Geral do IBGE e do Conselho Nacional de Estatística e funcionário extremamente atuante na história do Instituto.

## Estadística e Educação

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstron. Estatística e educação. In: FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. *O que dizem os números sobre o ensino primário*. São Paulo: Melhoramentos, [1938?]. p. 5-8. Prefácio datado de setembro de 1937.

## *Estatística e Educação*

---

*Em 1907 houve, pela primeira vez, a preocupação de levantar-se, de modo menos lacunoso, a estatística geral do ensino no país. Só em 1916, no entanto, os resultados desse trabalho viriam a ser publicados. Um simples fato e duas datas... Mas atente-se no que significam, e ter-se-á a explicação de muitos dos problemas da educação nacional. Não exageramos. Sem a verificação periódica dos resultados, nenhuma obra pode ter direção cabal. Sem ela, os objetivos se diluem. E à falta de certeza nos objectivos, não há plano nem método. Trabalha-se sob o impulso da rotina, pela inspiração do acaso ou do arbítrio. Se a obra é de grande amplitude social, como a do ensino, perde então todo o caráter de unidade ou de sistema...*

*E' certo que muitas influências têm concorrido para o estado fragmentário do que chamamos « educação nacional ». Mas a ausência de estatística, com a publicação oportuna dos resultados, e conseqüente discussão dos aspectos que só os números podem revelar, terá sido das mais poderosas. Quando os problemas sociais atingem perfeita maturação, atingem também a expressão numérica. Porque, só então, passam do plano das hipóteses, para o terreno das realidades. A preocupação do estudo estatístico indica-nos, sem dúvida alguma, a atmosfera de idéias, dentro da qual o problema se debate, porque essa preocupação já é um efeito.*

*Mas, cada resposta que a estatística dê a uma indagação, ou novos informes que apresente influirão também como causa da renovação e purificação daquele clima de idéias. Nessa função, é claro, números e estatística não se confundem. Na estatística, está ímplicita a idéia de pesquisa — « isto » decorrendo « daquilo », « tais condições, tais resultados... » O método estatístico não se limita à contagem, mas envida esforços para descobrir relações. Ora, numa obra, por sua natureza extensa e contínua, como a do ensino, e a exercer-se sobre clientela necessariamente móvel, a base numérica se torna indispensável.*

*Sem esse recurso, como conhecer, do resultado do trabalho nas escolas, do efeito educativo do ensino ou da idoneidade dos meios que, para esse fim, estejam sendo empregados?...*

\*\*\*

*Em relação a todo o ensino do Brasil, cremos que tais problemas, só agora, nos primorosos estudos que este volume condensa, são encarados de frente.*

*Como já lembrou a pena brilhante de Benjamin Lima, se Teixeira de Freitas, o velho, decidiu outrora pôr ordem em nosso direito desabrochante, Teixeira de Freitas, o moço, enfrenta disciplinar agora o campo de nossa estatística incipiente. De fato, em 1931, com o apóio do Ministro Francisco Campos, o dr. M. A. Teixeira de Freitas conseguiu levar a termo o convênio das estatísticas de educação de todo o país. Em fins de 1935, com um pugilo de bravos companheiros, levantou a idéia do Instituto Nacional de Estatística, hoje brilhante realidade, graças ao apóio e superior orientação do Ministro José Carlos de Macedo Soares, então na pasta das Relações Exteriores.*

*Secretário geral desse Instituto, e diretor de Estatística do Ministério da Educação, Teixeira de Freitas tem-se batido sempre para que a estatística realize a função esclarecedora e criadora, que ela pode e deve exercer, nos mais variados setores da vida nacional.*

\*\*\*

*Ele próprio nos dá o exemplo, produzindo estudos como os que aqui oferece. Perquirindo, na oscilação dos números, a direção e intensidade de nossas tendências de cultura, esse professor de sinceridade nos vem demonstrar, à luz de dados insofismáveis, que a impressão de relativo desenvolvimento da educação popular, nos últimos anos, é menos justificada do que possa parecer ao exame superficial dos fatos. Não temos regredido, é certo. Mas não temos também caminhado, como devíamos.*

*Ao examinar a situação objetiva da educação primária, Teixeira de Freitas é levado, por isso, a cada instante, a velar o seu lúcido comentário com uma indisfarçável nota melancólica. Num ponto, chega mesmo a dizer, impelido por profundo e esclarecido patriotismo, e de modo singelo, mas eloqüente — que os números choram ao fazerem a revelação das realidades do ensino no país...*

*Na verdade, nosso aparelhamento de educação primária, sóbre ser deficiente, para as necessidades da população escolar, o que não surpreende a ninguém — é também muito mais ineficiente, quanto à sua produção, do que vulgarmente se imagina.*

*Tínhamos apenas uma unidade escolar, para cada 325 quilômetros quadrados, em 1932. Uma só escola, para cada 1.421 habitantes. Para cada cem alunos da matrícula geral, apenas 69 alunos freqüentes. Para cada cem alunos freqüentes, apenas 47 aprovados... E, mais impressionante, ainda: para cada centena de alunos aprovados, apenas oito que chegavam ao fim do curso...*

*A queda de matrícula, do primeiro para os demais anos escolares, apresenta-se como alarmante. Do primeiro para o segundo, reduz-se a menos de metade. Do primeiro para o terceiro, reduz-se a um quinto... A taxa geral de reprovações traz-nos o mesmo sobressalto. Apenas 35 % dos alunos freqüentes logram aprovação do 1.º para o 2.º ano; menos de 50 %, do 2.º para o 3.º, ou do 3.º para o 4.º...*

*De par com a deficiência, a ineficiência. Como muito bem esclarece o Autor, estes últimos dados denunciam dois fenômenos da maior gravidade: «perda de substância», denunciada pela queda da matrícula, de ano a ano escolar», e «baixa tensão vital», demonstrada pela taxa ínfima das aprovações.*

*Qual a razão do êxodo dos alunos? Sem dúvida alguma, a de que o ensino primário continua a ser, em quasi todo o país, um rudimentaríssimo aparelho de iniciação literária, sem nenhum espírito que informe o estudo para as necessidades da vida real e para as ocupações normais do ambiente. Nenhuma relação, entre a vida íntima da escola e a iniciação ao trabalho, ou seu aperfeiçoamento. Nenhuma preocupação vocacional ou pre-vocacional. As escolas da roça funcionam como as da cidade, as dos seringais como as das zonas pastoris, as da praia como as do sertão... Ora, se a escola não chega a habilitar para a vida, não visa melhorá-la, de modo sensível, é natural que os pais façam desertar das classes os alunos. A freqüência escolar e a continuidade de matrícula indicam sempre o aprêço que a família tenha pela escola, o valor real ou estimativo dos bens que o trabalho didático lhes possa proporcionar aos filhos.*

*Quanto à ineficiência, ou baixo rendimento do ensino, a julgar pelas taxas de aprovação, não será possível apontar uma só causa que a explique. Todo um complexo de condições aí intervém, a começar pelo efetivo muito numeroso das classes e a carência de material de ensino, até as condições gerais de vida do professorado, sua precária formação técnica em função de baixos vencimentos, e a ausência de mais perfeita orientação por parte dos órgãos administrativos. O fato das taxas de rendimento variarem enormemente, de alguns Estados para outros, permitirá estudos de ordem analítica, que revelem de modo preciso o efeito de cada uma dessas condições.*

\*\*\*

*Mas ainda diante desse quadro, Teixeira de Freitas não se deixa arrastar pelo pessimismo. Colejando os números, interpretando-os, fazendo-os falar, ele não só alcança a extensão da doença, mas sugere também os remédios. Este livro, em que estão desenvolvidos dois estudos, apresentados, respectivamente, à « Associação dos Amigos de Alberto Torres », em abril de 1936 e ao 1.º Congresso Brasileiro de Ensino Rural, realizado em São Paulo, em agosto último, fecha com um capítulo que merece a maior meditação, por parte de todos quantos se preocupam com a educação nacional. É um dodecálogo lapidar, em que não fala apenas o estatista, mas o sociólogo e o patriota.*

*As providências, que aí sugere, poderão ser discutidas. Não assim os fundamentos sobre que elas repousam, porque baseadas em dados objetivos. Pela primeira vez, aqui encontramos as falhas e os desequilíbrios da obra de nossa educação primária, expostas através de dados meticulosamente recolhidos e rigorosamente interpretados.*

*Ao terminar a leitura deste volume, lembramo-nos de que, num dos países do norte da Europa — desses que, pela sua vida tranqüila e fecunda, não figuram todos os dias no noticiário telegráfico — verificou-se, há cerca de vinte anos, a presença de três homens analfabetos entre os chamados para o serviço militar. O fato causou o maior alarme nos meios políticos e administrativos. E um largo inquérito nacional foi ordenado pelo governo. Seria preciso que se apurasse de que modo esses três homens, sadios e normais, haviam podido chegar à idade adulta, sem a educação elementar completa...*

*Estabelecidas as devidas proporções, este livro deveria levantar, pelas suas afirmações documentadas, um forte clamor nacional. Não o levantará, talvez. Mas há de despertar, na consciência de nossos homens públicos, um novo interesse pelos problemas da educação popular. E, nos que se dedicam, corpo e alma, à obra de educação, ao professorado primário, em particular, há de concorrer para afervorar a inspiração cívica que o impele na missão de construir um melhor futuro para o Brasil, pela obra de mais e de melhores escolas.*

Rio, setembro de 1937.

LOURENÇO FILHO

**Concluindo: o postulando dos números**



## CAP. V

### CONCLUINDO: O POSTULADO DOS NÚMEROS

Eis-nos chegados à etapa final da rude caminhada que nos propusemos realizar através da espessa selva numérica.

Considerada em bloco a massa dos números, só lhe notamos em comêço diferenças de grandezas. Nenhuma linguagem, a não ser a da quantidade. Linguagem pobre e inexpressiva. Semelhante, para um olhar desatento ou sem poder de análise, à linguagem, por exemplo, das pirâmides do Egito. Dão uma impressão de volume, de forma quando muito, e nada mais. Entretanto, para o historiador, para o sociólogo, para o matemático, que naquelas moles colossais demoram o olhar arguto, que mundo se levanta, de evocações, de alegorias, de problemas, de teorias, de concepções, de leis e princípios científicos!... Além de condensarem em pedra todo o sentido e toda a índole de uma cultura, contêm elas nas suas proporções, toda uma vasta ciência astronômica e geodésica; na sua técnica, toda uma arquitetura; no seu simbolismo, toda uma concepção do mundo, toda uma arte, toda uma filosofia, toda uma religião; nas suas inscrições e nas suas relíquias, o nascimento, a evolução e a morte de uma civilização.

Assim a mole numérica de uma estatística, quando ela procurou traduzir verazmente uma realidade e se elaborou com método e arte. Exteriormente,

grandezas que nada significam para o olhar indifferente das turbas; para o estatista, para quem lhe compreende a intenção e lhe conhece as virtualidades, um panorama riquíssimo de revelações, de ensinamentos, de sugestões!

A estatística educacional brasileira, para muitos inexpressiva, incompreensível, ou no máximo um frio rol de quantidades a sugerirem conceitos superficiais, examinada com certa acuidade, ainda que resumidamente, fala-nos eloqüentemente de um mundo de cousas que interessam vitalmente ao Brasil. Dá-nos um depoimento sincero sobre a significação da obra de educação elementar com que os nossos govêrnos pretendem estar preparando de modo satisfatório os destinos da Nação e cumprindo integralmente o seu dever de assistência educativa às novas gerações. Revela-nos as insuficiências e os aspectos negativos desse grande esforço que vem fazendo o país com a melhor das intenções e na mais completa boa fé. E fixa sugestivamente as condições fundamentais para se corrigirem as falhas e anormalidades da situação atual.

Mas êsse trabalho de reconstrução e remodelação é por demais complexo. Nele hão de colaborar forçosamente três ordens administrativas autônomas e a iniciativa privada. Os recursos a utilizar são diversísimos e, entretanto, a sua utilização precisa desenvolver-se harmônicamente, isto é, sem atritos, sem desequilíbrio, com justa diversificação de intensidade e de método, com o melhor rendimento, convergência perfeita de objetivos, sentimento de eqüidade em face dos direitos iguais dos cidadãos, numa palavra, totalitariamente, orgânicamente.

Não teremos, pois, aproveitado bem a lição dos números se não ficarmos com uma norma, um princípio, um rumo que nos indique o ponto de partida e o sentido central do esforço que ao país se impõe

no que respeita à educação da sua gente, tanto vale dizer, à direção dos seus destinos e à sua inclusão entre as comunidades políticas que vanguardeiam a evolução humana.

Mas qual será êsse supremo ensinamento, essa sugestão que os números ainda nos devem dar?

Não é difícil a resposta, como talvez pareça. Basta considerar em conjunto as lições já formuladas em detalhe.

Visionando em síntese o «dodecálogo» que resume a política educacional que nos convêm, que lineamentos gerais nos ferem a atenção? Quais as suas notas dominantes?

\* \* \*

A obra da educação popular tem simultaneamente, e sem contradição, um sentido «particularista» e um sentido «totalitarista». E' particularista na sua aplicação, que se destina a atingir cada cidadão, em certa medida com a sua situação particular, criando-lhe deveres e direitos especiais; é particularista, porque se especializa em multiplicadas adequações a circunstâncias variadas de lugar, de densidade demográfica, de ambiência social e econômica, de circunscrição administrativa e político; é particularista ainda porque nela colaboram em condições e graus distintos, cada família, cada classe social, cada instituição privada que a ela se queira dedicar, cada município, cada Estado, cada um dos grandes sectores da administração federal.

Sem embargo, no entanto, dessas particularizações todas, a obra da educação popular há de ter sentido de unidade, uma compreensão totalitária, uma ordenação nacional.

E porque?

Porque interessando a cada um, não o interessa

no que à sua unidade social diz restritamente respeito, mas tendo em vista suas relações com as demais unidades do complexo nacional. Porque nesse interesse individual, há de estar também o interesse coletivo. Que cada um não receba tudo quanto poderia receber. Estará certo desde que, em condições idênticas, todas as demais entidades correspondentes da comunidade nacional, recebam em proporção equivalente. Que cada pessoa ou entidade se obrigue a certos deveres ou se sujeite a certos onus, em benefício da educação nacional; será bem, contanto que nenhuma situação privilegiada se estabeleça no seio da Nação. Que a educação popular a todos beneficie; que para essa educação todos contribuam. Mas, harmônicamente, com sentido de justiça social e política, numa consciência superior de identidade de destinos. Em síntese: num sentido de organicidade totalitária e num sentimento fundamentalmente nacionalista.

Dir-se-á talvez: essa feição totalitária é uma consequência, não uma premissa, nem uma condição. Ajam livremente, na medida das suas possibilidades, todos os que se devem interessar pela educação, que a obra educativa resultará totalitária e rica de frutos.

Engano. Assim aconteceu até agora e os seus frutos apresentam-se bem mirrados e pecos. Todos agiam livremente e na proporção que supuseram de acordo com suas possibilidades. E fez-se o caos educacional, uma balbúrdia indescritível, desigualdades chocantes, desperdícios inacreditáveis, nulificação quasi dos resultados reais.

Haja liberdade, sim, mas em âmbitos legítimos, para não degenerar em licença. E sejam também atendidas as possibilidades; mas não fiquem estas sujeitas a critérios unilaterais, e sejam, sim, aferidas segundo princípios e normas gerais.

Há, pois, que estabelecer uma « ordem nacional » em matéria de educação, sob pena de permanecermos

— cega, absurda e perigosamente — como um conglomerado de pequenos povos sujeitos simultaneamente a diversas soberanias alheias umas às outras e com objetivos sociais, econômicos e políticos distintos. Porque, se a comunidade de interesses e aspirações é que gera a vontade da Nação expressa na sua soberania, esta não se unifica, e portanto, não existe onde a educação do povo é obra tumultuária, fragmentária, desigual, contraditória, gerando injustiças, criando antagonismos, cultivando dissonâncias de sentimento e, afinal, não cumprindo a sua missão suprema de iluminadora das inteligências, disciplinadora das vontades e cultivadora dos corações.

Mas se a educação do povo brasileiro precisa deixar de ser tudo aquilo, para assumir definitivamente o seu papel; se precisa sujeitar-se a uma «ordenação» nacional, — que princípios cardeais informarão a ordem instituenda? a quem caberá instituí-la?

Esta «ordenação» superior que se faz necessária, não é mais do que uma «coordenação», — uma superestrutura que estabeleça conjugação de recursos, unidade de fins, adequação lógica de métodos e processos às condicionantes particularistas, hierarquização e especialização de atribuições, proporcionalização dos meios e objetivos. O que tudo importa em dizer: as «ordens» particulares ora existentes, que por serem inter-independentes, não se somam, nem se conjugam, nem se harmonizam, mas formam uma «grande desordem», precisam sintonizar-se, solidarizar-se, diferenciar-se e hierarquizar-se no seio de uma «ordem nacional». E esta ordem nacional é, pois, em última análise, a instituição de um sistema geral informado por êstes dois princípios: medida e justiça.

Medida — conhecimento objetivo, quantificação, previsão e verificação.

Justiça — proporcionalidade, equilíbrio, qualificação, hierarquização, racionalização.

Medida, — como base da justiça. Justiça, — como critério para reajustar as medidas.

Portanto, a obra da educação popular, em vez de caminhar como o fez até agora, do particular para o geral, num regime em que se mancomunam o empirismo e o arbítrio, precisa orientar-se em sentido oposto, isto é, da consideração do âmbito nacional e da previsão global do esforço a realizar, guiada firmemente por medidas prévias e de verificação, e inspirada por um largo e sincero critério de justiça, para as particularizações sucessivas, já quanto à especialização harmônica das atividades e dos objetivos na ordem geral, já quanto à sua distribuição e diferenciação eqüitativa e adequadamente hierarquizada nos âmbitos circunscricionais sucessivamente mais restritos, dos Estados, dos municípios e dos distritos.

Regime seria êsse em que, para condições iguais, todos os grupos de população teriam possibilidades iguais de educação em medida justa e cada vez mais alargada. *Em medida justa*, porque a integral solidariedade nacional instituída entre as fôrças e os recursos destinados à educação, permitiria um visionamento completo das necessidades e das possibilidades da Nação, de modo que cada caso particular se resolveria na proporção rigorosa que as circunstâncias exigissem em face de todos os demais casos semelhantes. E *em condições cada vez mais alargadas*, porque deixando de funcionar a iniciativa pública e a privada em compartimentos estanques, para engrenarem seus esforços num sistema solidário e cooperativo, de eixos sôbre esferas e com um poderoso volante comum, os atritos tenderiam a reduzir-se ao mínimo e o rendimento a crescer em velocidade uniformemente acelerada.

Ora bem. Mas como instituir-se esse sistema totalitário em que todas as atividades educativas da Nação se exercitem livremente em seus âmbitos legítimos, nitidamente definidos, e na justa medida das suas possibilidades, realizando, ao mesmo tempo, e com o melhor rendimento, uma obra genuinamente nacional pela sua perfeita solidarização?

Dá-nos a resposta a Constituição de Julho.

As diretivas dessa nova e compreensiva ordenação da vida educacional da República ou serão mandamentos substantivos, isto é, disposições reguladoras que a nossa forma de Governo permita formular em lei nacional, ou serão normas tendentes a evitar o isolamento, a fragmentariedade e a dispersão dos esforços de ordens diversas, que podem e devem cooperar no campo da educação, não obstante agirem em esferas constitucionalmente autônomas.

As primeiras são da alçada da legislação federal; as segundas são matéria de vinculação contratual. Estas se subordinarão orginarriamente àquelas, mas destinando-se, pelos seus efeitos práticos, a inspirar os desenvolvimentos e transformações que os preceitos legais tiverem de sofrer. As normas substantivas não poderiam nem deveriam invadir o campo das autonomias que se defrontam — das várias ordens governamentais e da iniciativa privada; porque falseariam o regime político no primeiro caso e impediriam a riqueza, a flexibilidade e a capacidade de adaptação que à obra educativa traz, felizmente, num país como o nosso, a multiplicidade das forças propulsoras, relativamente livres. Mas a livre convergência das autonomias em presença e a sua solidarização não podem nem devem sobrepor-se aos fundamentos que, para a obra educacional da Nação, fixar soberanamente a vontade desta através das leis federais. Não podem, porque nenhum contrato tem força para derrogar a lei; nem devem, porque o des-

tino da vinculação das autonomias que se movem no campo educacional, que é dar sentido nacional às suas livres atividades, será alargar e não diminuir, consolidar e não instabilizar ou enfraquecer o sentido das diretrizes gerais já legitimamente instauradas pela lei nacional.

Em conseqüência: a «ordem nova» da educação nacional, pelo menos no que respeitar à educação popular, há de resultar de um esforço harmônico em duas direções. Na primeira delas se fixará o sistema de diretivas que devam ser objeto de lei nacional; na segunda se definirá contratualmente, de uma só vez ou por etapas, entre as três ordens governamentais e os sistemas coordenadores da iniciativa privada em matéria de educação, um *modus vivendi* para essas entidades, tendente a aproximá-las, a estabelecer contacto, intercomunicação e cooperação entre elas, de modo a imprimir convencionalmente aos seus esforços, — não obstante sua legítima autonomia e liberdade, — convergência, solidariedade, especialização adequada e mútua assistência, no intuito de uma potencialização e virtualização máximas.

\* \* \*

Eis aí como nos falam os números. Eis aí o postulado singelo, mas severo, que eles apresentam à Nação. Apontam com imparcialidade e precisão as deficiências da obra atual de educação popular. Sugerem as doze medidas específicas para que a Nação consiga integrar, segundo uma compreensão razoável e na medida das possibilidades presentes, a sua educação elementar. Traçam, finalmente, como diretivas fundamentais e paralelas que a educação popular não poderá abandonar nunca, o senso de medida e o senso de justiça, a estatística e a racionalidade.

zação; afirmando ao mesmo tempo a necessidade de ser a nova política educacional orientada, não para a articulação de sistemas e planos particulares *em série*, mas para o estabelecimento de um grande sistema e um grande plano nacionais, com a colocação *dentro deles*, sem sacrifício da sua unidade, de todos os sub-sistemas e sub-planos cuja instituição as circunstâncias exigirem, *desideratum* supremo êsse a ser conseguido conjugadamente por duas transcendentais providências políticas — a «lei nacional da educação» e a «convenção nacional de educação».

A que distância estamos dessa meta?

E' felizmente auspiciosa a resposta, pois a própria Constituição aponta ao Brasil, em parte explicitamente, em parte implicitamente, aquelas duas fecundas e insubstituíveis diretrizes.

A lei do ensino, ou o Plano Nacional de Educação, será dentro em pouco uma bela realidade, como cumprimento da disposição expressa no art. 150.º da Carta Magna. E essa lei, para cujo preparo o Governo, pelo seu Ministro da Educação, está reunindo paciente e esclarecidamente o necessário material informativo, há de tomar em conta, por certo, todas as austeras lições dos números, cuja síntese ouvimos há pouco.

E o instrumento contratual, ou a Convenção Nacional de Educação, — que nos dará o órgão central eficiente de que tanto carecemos, de pesquisa, coordenação e assistência aos sistemas particulares que os vínculos convencionais devem aproximar, articular e solidarizar, — êsse instrumento encontra fundamento constitucional no artigo 9.º do Código Político de Julho.

Entretanto, nesse ponto, há que registrar duas circunstâncias contraditórias, que nos enchem de perplexidade.

Uma é que o alvitre dessa Convenção já foi lan-

çado vitoriosamente e encaminhado com felicidade pelo Presidente Getúlio Vargas, quando ainda no exercício da Chefia do Governo Provisório, consubstanciando-se as providências desse Governo neste particular: 1.º, na consulta prévia a todos os Governos Regionais, que lhe asseguraram a sua adesão e caloroso apóio; 2.º no decreto n.º 24.787, de 14 de Julho de 1934, cuja sóbria e concludente exposição de motivos justificou e delineou os objetivos da Convenção, e cujo têxto estabeleceu com flexibilidade perfeita e com as mais seguras garantias de eficiência, de coadunação aos princípios do regime e de respeito às prerrogativas e à livre determinação das partes convenionantes, o mecanismo da articulação necessária, marcando a data para a inauguração da sessão convencional sob a presidência do Ministro da Educação; 3.º, na constituição, com o concurso da Associação Brasileira de Educação, de uma Comissão de educadores e educacionistas representando as coletividades detentoras do pensamento nacional em matéria de educação, a-fim-de esboçarem o ante-projeto do Pacto Inter-governamental; e 4.º, no telegrama circular do Ministro da Educação aos Governos Regionais, desfazendo dúvidas sôbre a constitucionalidade do decreto convocatório da reunião convencional.

A outra circunstância que não nos deixa compreender bem os fatos foi a resolução do Governo Constitucional, aliás não motivada nem mesmo comunicada às entidades co-interessadas e à opinião pública, de adiar *sine-die* a execução do decreto convocatório, cuja constitucionalidade, cuja oportunidade e cuja adequação ao espírito do regime e às diretrizes traçadas pelo Chefe do Governo em discursos e mensagens memoráveis, a Nação não pode pôr em dúvida.

Se, pois, em face dos fatos, por um lado se rejubila o nosso patriotismo ao reconhecer que medidas

decisivas e peremptórias foram tomadas para o prevalecimento da segunda diretiva essencial à nova política educacional brasileira, também se lhe ensombram os horizontes ao ver súbita e inexplicavelmente detida uma jornada que se anunciava a mais luminosa entre as que o Brasil já tentou para resgatar a sua gente do opróbrio da menoridade mental, social, econômica e política a que a deseducação a escraviza.

Talvez a deliberação do Governo não seja ainda um retrocesso no acertado caminho escolhido no período revolucionário. Talvez se trate apenas de uma hesitação por motivos que nos escapam. Mas se é apenas hesitação — e praza aos Céus que o seja — essa hesitação há de resultar das dúvidas, ligeiramente suscitadas há tempo, sobre a oportunidade da Convenção.

Se assim for, e como contribuição ao esclarecimento definitivo de tão relevante questão, recordemos algumas palavras de sinceridade que o autor deste estudo proferiu a êsse respeito. Foram ditas estas palavras antes da promulgação da nova Carta Política, quando não havia ainda sido baixado o decreto convocatório; mas, ainda assim, colocam a questão em termos definitivos.

Ei-las:

« Não há dúvida alguma, seria de fato inoportuna a Convenção:

*a)* se devesse ela executar-se em contraposição à ordem política consubstanciada em nosso direito constitucional;

*b)* se o seu mecanismo corresse o risco de vir a ficar em conflito com a ordem administrativa posterior à nova Constituição;

*c)* se estabelecesse vínculos indissolúveis como compromissos da situação revolucionária, estando esta quasi a findar-se e devendo substituir-se por outra possivelmente adversa à vigência desses vínculos;

d) se entregasse a direção do sistema, sem possibilidade de substituição, a homens ligados à presente situação e, portanto, em provável antagonismo com os que devem assumir o poder logo depois da constitucionalização do país;

e) se tolhesse de qualquer forma o exercício das funções dos Poderes Públicos (Legislativo, Executivo e Judiciário), dentro do novo regime em que vai entrar o país;

f) se ao atual govêrno faltassem poderes para pactuar legitimamente;

g) se pela convenção se fixassem compromissos financeiros incompatíveis com a ordem orçamentária futura.

Poderá haver alguma outra razão de «inoportunidade»? Por mais que procure não vejo nenhuma fora dêste esquema.

Pois bem: se me não engano neste ponto, se a Comissão nisto concordar comigo, estará obrigada também a aceitar a «oportunidade» da Convenção, uma vez provado que não ocorre realmente *nenhum* dos possíveis motivos de inoportunidade.

Vejamos, pois, o que se verifica relativamente a cada qual dos enumerados motivos.

Quanto à autonomia dos Estados, a Constituição só poderá fixar ou a supressão dela num regime unitário, ou a sua conservação, organizado o país federativa ou confederativamente. Não há outra hipótese além destas duas. Ora, se prevalecesse a primeira, contra aliás a expectativa geral, a Convenção diminuiria de importância, porque perderia automaticamente o seu sentido político, passando a exprimir apenas um convênio entre entidades de relativa autonomia administrativa, a valer mais como meio de aproximar e solidarizar os principais dirigentes da nossa organização educacional nas reuniões anuais do Conselho Deliberativo, que passariam a ser verdadeiras

conferências ou congressos, como o de Inspetores Agrícolas, há tempo realizado. Mas nesse caso o Instituto Central do Sistema teria o seu campo de atividade e a sua responsabilidade bastante ampliados. Incompatibilidade entre a Convenção e o regime político, é que não haveria, pois temos visto serem autorizados e realizados acôrdos entre repartições da mesma esfera governamental, onde há unidade de poder político como a que haveria para toda a administração pública no regime unitário. Mas se, ao contrário, tivermos o regime federativo ou confederativo, a Convenção adquirirá então o *optimum* da sua eficiência política, ainda com valiosíssima significação administrativa. Com ela não seria de forma alguma incompatível nem uma Federação nem muito menos uma Confederação, porque tal é exatamente o seu destino e em ordem a êsse fim está estabelecida a sua flexibilidade.

No que respeita a ordem administrativa futura, ocorre que o Sistema a ela se adaptará automaticamente quanto aos elementos que dêle vierem a fazer parte. De fato, a Convenção respeitará rigorosamente o regime legal sob que viverem todos os elementos que forem postos sob a sua influência, não deixando possibilidade de surgir, seja em que tempo for, o mínimo conflito entre, de um lado, as suas disposições e as resoluções do Conselho que deve instituir e, de outro, a legislação administrativa ordinária das entidades confederadas. Sômente esta legislação não atingirá, como é natural, os serviços que o próprio Sistema instituir, na dependência exclusiva do seu Poder Político.

Vínculos indissolúveis, que viessem constringer a ordem constitucional a acatar o estabelecido na ordem revolucionária, também não há. As entidades participantes da Convenção a ela aderem e dela se desligam voluntariamente, a seu talante, por atos in-

teiramente livres. Ela só obrigará aos compactuantes enquanto êstes se sentirem bem sob a sua influência e de seu livre e espontâneo alvedrio quiserem manter os compromissos assumidos. Se o sistema erigido falhar aos seus fins, se cometer alguma injustiça ou violência para com qualquer das entidades compactuantes, os que se sentirem prejudicados ou ameaçados, ou tentarão corrigir o erro ou injustiça, para o que não lhes faltarão meios hábeis, ou se desligarão imediatamente dos respectivos vínculos contratuais. Portanto, nenhuma inoportunidade quanto aos compromissos a assumir.

Pelo que toca à direção do sistema a erigir, não fica êle entregue irrevogavelmente a determinadas pessoas que possam não merecer amanhã a confiança dos novos governos constitucionais. O diretor-presidente, é verdade que é eleito normalmente por seis anos, mas o seu mandato pode ser cassado a qualquer momento, se irregular ou prejudicialmente exercido. Os chefes das organizações federais filiadas ao Sistema são da confiança do Govêrno. Os demais chefes de serviços do Sistema no Rio de Janeiro são apenas contratados pelo Instituto, com investiduras revogáveis. Os membros do Conselho Deliberativo por parte das Unidades Políticas são os Secretários da Educação das respectivas administrações, substituindo-se por conseguinte com os próprios govêrnos. Logo, nenhum risco de que uma «igrejinha» ou um grupo remanescente dos homens que fizeram a revolução, assumam e mantenham em suas mãos a direção do Sistema. E quanto à escolha dos dirigentes, conseguintemente, nenhuma inoportunidade também, pois que a substituição se fará automaticamente com as próprias mudanças da ordem governamental.

A Convenção também não pré-legisla nem autonomiza o Sistema a ponto de tolher o livre exercício de qualquer ramo do Poder Público, dentro das

respectivas órbitas constitucionais. Legitimamente estabelecida, em virtude de um vínculo contratual e mediante atos de autorização e ratificação que lhe dão plena força legislativa, a Convenção institue um conjunto de normas coobrigando a todas as entidades compactuantes, mas como emanção dos respectivos campos de autoridade segundo a ordem constitucional vigente. Essas normas, porém, sobre muito gerais, tendem menos a impor diretivas do que a facilitar os entendimentos para que essas diretivas sejam voluntariamente aceitas dentro do máximo respeito compatível com a *self-determination* dos elementos interessados e os fins da instituição. E tanto que as resoluções de caráter específico devem ser tomadas mediante entendimentos bilaterais ou convenções também específicas. Demais disso, o sistema tem flexibilidade e virtualidade suficientes, tanto para influir no sentido de serem votadas as leis tendentes aos seus fins superiores, mas também a se submeter automaticamente a quaisquer normas com força de lei, que os competentes Poderes a todo tempo façam baixar. Portanto, pelo caráter normativo dos vínculos que a Convenção deve estabelecer não intervem inoportunidade alguma para a realização dela, visto como aquele caráter jamais tolheria o livre e normal funcionamento dos Poderes Públicos constitucionalmente instituídos.

No que se refere aos poderes de que é depositário o Governo Provisório, não ocorre tão pouca falta de oportunidade para o projeto. Esse governo teve em suas mãos todas as responsabilidades e faculdades dos Poderes Legislativo e Executivo, em virtude de um pronunciamento da Nação pelas armas. Esses poderes ainda não sofreram alteração com a convocação da Constituinte, antes foram por esta ratificados e mantidos. Se em virtude desses poderes o Governo Provisório tem, com a sua assinatura, obrigado

o Brasil em pactos internacionais, claro é que êle tem a plena faculdade de contratar em nome da União. E dessa faculdade êle se tem servido na ordem interna em inúmeros casos e, sem que se levantasse nenhuma dúvida de legalidade, precisamente em um pacto — o Convênio Estatístico — do tipo da Convenção agora projetada.

Quanto, por último, ao custeio dos serviços e encargos privativos do Sistema, não se pedem às entidades compactuantes determinadas contribuições anuais, que os orçamentos futuros pudessem não comportar. A União lhes atribuiria certos recursos iniciais disponíveis no momento, e daí por diante as economias governamentais cointeressadas na instituição da economia do Sistema contribuiriam com recursos hábilmente fixados, de modo que os respectivos orçamentos não ficassem pròpriamente onerados em face dos seus recursos atuais, ou só viessem a ter encargos novos mediante futura deliberação dos Governos, em condições e para fins fixados em entendimentos especiais. E quanto às taxas cuja renda se adjudicar à Caixa do Sistema, as disposições a êsse respeito — que aliás já são compatíveis com a distribuição de rendas que parece vencedora na Constituinte — podem se tornar ainda mais flexíveis, em termos de evitar-se qualquer possível incompatibilidade com as bases dos futuros orçamentos da União e dos Estados.»

\*\*\*

Serão essas razões afinal compreendidas?

Se o forem, então a lição dos números terá sido bem interpretada pela Nação. Então terá frutificado a prègação dos evangelizadores que nobremente vêm anunciando ao Brasil a sua «era nova», a «era da educação popular». Então o Presidente Getúlio Var-

gas terá tido razão, porque o ano de 1936 se haverá tornado realmente o «ano da educação», o «ano áureo» por excelência nos fastos da civilização brasileira.

Mas se a dúvida persistir, se não se integrar agora o binômio das providências que a educação brasileira exige dos nossos governantes, o «postulado dos números» continuará de pé.

O país guardará a lembrança da linda iniciativa da Associação Brasileira de Educação, quando em 1933, pela voz austera, serena e cheia de autoridade de Lourenço Filho, concitou o Brasil ao esforço totalitário e decisivo que só a Convenção lhe possibilitaria, para oferecer de fato à sua gente o «pão do espírito», e com êle um menos amargo «pão de cada dia».

Não faltarão sonhadores que nos contem seus ridentes sonhos em que a grandeza futura do Brasil seja o fruto amadurecido dessa intensa, profunda e harmoniosa obra educativa, que só a Convenção nos pôde dar, porque sobreposta a todas as barreiras, a todos os entraves, a todas as deficiências da situação presente.

É o quadro luminoso dêesses sonhos — assim o queira Deus — se identificará um dia com a gloriosa realidade brasileira.

\*\*\*

Esta a mensagem que os números mandam ao Brasil e, especialmente, aos dignos representantes do magistério primário brasileiro e aos denodados Amigos de Alberto Torres, tão nobremente empenhados, uns e outros, em adequar a educação elementar da nossa gente ao seu verdadeiro destino social.

Houvessem-se feito interpretar, êesses números a

quem ouvimos, por um verbo de sonoridade brônzea e sentido oracular como o de um Vieira ou de um Castro Alves, o de um Bilac, de um Euclýdes da Cunha ou de um Ruy Barbosa, certo ter-vos-iam êles deixado estarecidos. E reboando, dominadoramente, aos quatro cantos da Pátria suas entonações de agonia e seu clamor de desespêro, ergueriam num grande ímpeto a consciência nacional, e lhe galvanizariam as energias para a suprema e áspera manobra que levasse a nau do Estado Brasileiro a novos rumos, deixando à ré o bulcão ameaçador, a voragem caliginosa dos horizontes que nos fronteiam, e sôbre os quais — ai de nós! — já se vai descuidadamente debruçando, e empalidecendo, e sumindo, a estrela tão luminosa e linda, que parecia ser o norte eterno dos destinos do Brasil...

Mas, possa a eloquência dêsses algarismos, ainda que velada pela fraqueza da minha voz, ganhar alguma ressonância e ferir em cheio a consciência e o coração de todos os brasileiros. São os meus votos.

---

## **A educação e a cultura no recenseamento geral de 1940**



J. CARNEIRO FELIPPE  
(Presidente da Comissão Censitária Nacional)

## A EDUCAÇÃO E A CULTURA NO RECENSEAMENTO GERAL DE 1940

**O**S recenseamentos gerais da população, tendo por fim a enumeração dos habitantes de um país, exigem o emprêgo de recursos excepcionais de homens e material, além de um esforço necessariamente tanto mais exaustivo quanto maiores a extensão e a profundidade do inquérito. A relevância das informações colhidas pelo Censo Demográfico bastaria para justificar os onerosos meios de ação e os sacrifícios mesmos que reclama uma operação de tal amplitude.

A experiência já demonstrou, contudo, a possibilidade e a conveniência de se estenderem os objetivos dos recenseamentos gerais valendo-se da mesma organização, destinada a proceder ao levantamento numérico da população, para determinar outros aspectos que só de maneira restrita podem ser perquiridos pelos meios normais de investigação ao alcance dos órgãos permanentes de estatística. Os americanos deram o exemplo desse feliz aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo levantamento demográfico para desenvolver, progressivamente, a órbita das indagações incluídas nos censos decenais. Com o mesmo propósito a antiga Diretoria Geral de Estatística prevaleceu-se do Recenseamento de 1920 para efetuar, simultaneamente com um inquérito industrial, o primeiro balanço das atividades agro-pecuárias em nosso país.

O plano do Recenseamento Geral de 1940 compreendeu um programa muito mais extenso por isso que, além de registrar a situação demográfica e as condições da agricultura e das indústrias extrativas e de transformação, investigou ao mesmo tempo as atividades do comércio, da prestação dos serviços, dos transportes e das comunicações e empreendeu também um levantamento minucioso das organizações de caráter social.

Seria supérfluo insistir na necessidade da última investigação citada, que serve de complemento aos demais censos. O estudo estático da população revela apenas fenômenos de distribuição e composição, cujas modificações contínuas cabe à estatística vital fixar. As estatísticas da morbidade e da letalidade, ao contrário, registram efeitos de condições, que o Censo Social poderá elucidar, relacionadas com o saneamento urbano e rural, com a defesa das populações contra as endemias e com

a formação de uma mentalidade popular propicia à cooperação entre os particulares e o Governo em prol da higiene e da saúde pública

Sobre as organizações e atividades que se consagram ao aperfeiçoamento físico, moral e intelectual do povo o Recenseamento Geral de 1940 reuniu uma variada documentação cujo exame, certamente, explicará muitos fatos expressos nos resultados do Censo Demográfico e, até, dos próprios Censos Econômicos nos seus levantamentos sobre a produção, a circulação e a distribuição da riqueza. Assim, as minuciosas indagações do Censo Social relativas aos melhoramentos urbanos, às instituições de assistência e beneficência em geral e, particularmente, às de assistência médico-sanitária, bem como a outros aspectos da vida brasileira que interessam à saúde pública, fornecerão precioso cabedal de dados para esclarecimento das autoridades responsáveis pela política administrativa de que deverá resultar o aperfeiçoamento físico do povo.

Em verdade, para a luta contra os males orgânicos que incidem sobre a população brasileira, anemiando-a, enfraquecendo-a, reduzindo-lhe a energia vital, a melhor arma é a auto-defesa dos cidadãos pela reação da inteligência e da cultura contra os agentes que ameaçam a floração da nacionalidade. As necessidades dessa reação individual pressupõem uma atitude de receptividade para com os preceitos de higiene, conformidade com os hábitos da vida sadia, acessibilidade à propaganda sanitária, em última análise, uma consciência social trabalhada pela escola, esclarecida pela educação, libertada enfim dos preconceitos do obscurantismo e da rotina.

A educação nacional, que um preclaro mestre da ciência médica brasileira considerou o maior dos nossos problemas, deveria por isso mesmo ocupar, no plano dos censos de 1940, uma situação privilegiada. Considerando-se, por êsses motivos, as vantagens de um inquérito acurado sobre a situação cultural do país, como meio não só de explicar as falhas que retardaram a evolução e o progresso da nação, senão também de facilitar a solução tendente a acelerar o ritmo da educação nacional, consagrou-se no programa das investigações dos censos demográfico e social de Setembro do ano passado um especial cuidado à verificação do grau de instrução já atingido no Brasil, bem como dos recursos existentes para a difusão da cultura em suas diferentes modalidades

Assim, no que respeita à instrução, o questionário do Censo Demográfico procurou conhecer em relação a cada indivíduo se sabe ler e escrever; se está recebendo instrução; de que grau ou espécie é a instrução que recebe; onde recebe instrução, se no lar, em estabelecimento público ou em estabelecimento particular; se possui algum curso completo ou diploma de estudo; em que grau interrompeu os estudos; se se habilitou praticamente em alguma arte ou ofício; e, como índice de

absorção de elementos alienígenas, se fala correntemente o português e qual a língua em que se expressa habitualmente no lar.

A combinação das respostas dadas a essas diferentes indagações permitirá o acúmulo de precioso material informativo, tanto mais valioso quanto se referirá a aspectos ainda inéditos da realidade brasileira no tocante ao aproveitamento dos recursos educacionais existentes e ao rendimento escolar, oferecendo às estatísticas permanentes levantadas pelo Ministério da Educação e Saúde uma sólida base de confrontos e aferições. E' que todos êsses elementos de caráter individual facultam agrupamentos os mais variados segundo o sexo, a idade, o estado civil, a naturalidade, a nacionalidade, as profissões e os defeitos físicos, proporcionando correlações expressivas.

Dêse ligeiro exame dos quesitos constantes do **Boletim de Família** destinado ao Recenseamento Geral de 1940, ressalta para logo a impressão de utilidade do material coletado com referência ao preparo intelectual dos 41 e meio milhões de habitantes do país. Tem êsse preparo sua expressão mais rudimentar no simples conhecimento do alfabeto, assunto incluído em todos os sucessivos recenseamentos gerais realizados entre nós desde 1872, aliás de acôrdo com recomendação formulada pelo Congresso Internacional de Estatística reunido em Bruxelas no ano de 1853. A informação que o quesito relativo à matéria permite obter por si só não elucida suficientemente sôbre o nível de instrução da massa populacional, pois convém salientar que a simples alfabetização, no entender de muitos educadores, constitue fraco índice de progresso educacional, já pelo fato de se anularem as vantagens virtuais dos conhecimentos com a descontinuidade de sua utilização, já pelo efeito contraproducente de um aprendizado muito superficial desassistido das boas influências morais da educação ministrada em cursos regulares e de duração satisfatória

Os quesitos referentes à instrução já adquirida na data da operação censitária ou que estava sendo recebida nessa ocasião, segundo o grau do ensino ou a natureza dos cursos, levam a conclusões muito mais significativas e de aproveitamento muito mais útil para os homens de govêrno e os sociólogos. O quesito sôbre a frequência, ou não, à escola na data da operação censitária fôra incluído no instrumento de coleta do Recenseamento da população do Império, em 1872, e convém recordar que o já citado Congresso de Bruxelas recomendara investigassem os boletins censitários se as crianças recebiam ensino de procedência pública ou particular e, também, que o Congresso de Londres propusera se indagasse se a população infantil recebia instrução nas escolas do primeiro grau ou em suas próprias residências.

O valor das informações previstas sôbre a educação e a instrução no **Boletim de Família** do Recenseamento Geral de 1940 será, entretan-

to, melhor aquilatado considerando-se a contribuição que elas poderão prestar às estatísticas escolares levantadas anualmente na conformidade do plano fixado pelo Convênio de 1931, a que aderiram todas as unidades da Federação, oferecendo-lhes elementos censitários preciosos para conclusões de palpitante oportunidade, no esclarecimento de teses como as que ora constituem objeto de brilhantes controvérsias na Sociedade Brasileira de Estatística. Os efetivos da população em idade de aprender, que por motivos diversos não se beneficia dos recursos da organização didática ora existente, deixarão de constituir motivo de dúvidas logo que apurados os resultados censitários de 1940, e os dados respectivos, substituindo as estimativas correntes, projetarão sobre os problemas levados ao seio de todas as instituições interessadas no assunto a claridade convincente das conclusões obtidas mediante observação direta do complexo panorama escolar brasileiro

As informações de caráter individual, que o Censo Demográfico coligiu sobre a instrução dos habitantes do país, permitem por outro lado apreciar, na estrutura íntima da população, desarticulada segundo os grupos mais convenientes, os efeitos e a significação relativa da obra de aperfeiçoamento realizada pelas organizações de finalidade cultural. Exercem estas nos destinos do Estado moderno missão de relêvo por isso que da atuação que desenvolvem, valorizando os métodos de trabalho e melhorando o padrão intelectual dos agentes da produção, é que dependem, cada vez mais, a prosperidade econômica, a segurança e o prestígio dos povos na comunhão internacional.

Impunha-se, portanto, a inclusão também no programa do Censo Social de um inquérito sobre o movimento educacional e cultural do país. O assunto foi objeto de diversos questionários relativos às instituições que velam pela cultura nacional num esforço construtivo destinado não só a promovê-la, inicialmente, nos seus aspectos mais elementares, como ainda a preservá-la e a incentivá-la na sua mais elevada expressão. Assim, o questionário destinado às instituições escolares reúne os dados correspondentes à organização técnica e administrativa e ao funcionamento dos institutos consagrados à difusão do ensino no Brasil e, de modo análogo, outros questionários procuram conhecer os característicos das instituições técnico-científicas, das associações culturais, das entidades desportivas e, ainda, dos clubes, centros, grêmios e outras entidades sócio-culturais, que tem por finalidade a propagação e a defesa de princípios morais e cívicos, a manutenção de hábitos de convivência, a prática de jogos, exercícios e outras diversões sem preocupação de lucro.

Os demais questionários que, com os anteriormente mencionados, formam o sistema de 17 modelos compreendidos no Censo Social, concorrem ainda com elementos subsidiários de alto valor para que se possa estimar, com relativa precisão, a situação cultural do Brasil expressa

no conjunto de atividades consagradas em lhe proporcionar um grau de eficiência compatível com as aspirações da nacionalidade. Todos esses instrumentos de coleta, obedientes a um plano harmônico quanto aos critérios adotados para distribuição dos elementos informativos, contêm uma parte geral, destinada aos característicos comuns a todas as instituições, e uma parte especial variável no seu conteúdo segundo as finalidades específicas das organizações abrangidas pelo inquérito.

O questionário das **Instituições de Ensino**, por exemplo, além dos claros reservados à localização e identificação das unidades recenseadas, registra, na primeira parte, os dados gerais da instituição, tais como seus fins, subordinação administrativa, caracterização jurídica, nacionalidade, capital realizado, data da criação, estabelecimentos mantidos, corpo dirigente e, ainda, em relação à instituição e ao estabelecimento considerado no mesmo formulário, os elementos constitutivos do patrimônio, as discriminações relativas ao pessoal e respectivos vencimentos, salários e outras remunerações, as despesas e as receitas. A parte especial destina-se ao registro dos dados técnicos do estabelecimento, especificação dos cursos, corpo docente e matrícula efetiva, bem como à caracterização dos imóveis ocupados com pormenorizada menção de todas as suas benfeitorias e recursos de conforto e de aplicação didática. As informações sobre o corpo discente, o movimento escolar e a atividade cultural de cada educandário decorrem das respostas dadas a numerosos quesitos, que descem aos menores detalhes e cuja discriminação exhaustiva foge aos objetivos deste breve comentário. Esse mesmo questionário ainda permite o registro de quaisquer dados complementares que os informantes julguem útil acrescentar, bem como o histórico das organizações consideradas, para uma apreciação mais completa e precisa sobre a vida de cada unidade, objeto do levantamento.

O questionário reservado às **Instituições Técnico-científicas** abrange, por sua vez, os institutos de pesquisas, observatórios, gabinetes de exames periciais, laboratórios de análises e outras organizações que tem por objetivo investigações e outras atividades no domínio da ciência pura e aplicada e, por extensão, os museus, galerias de arte, bibliotecas, arquivos, jardins e parques zoológicos ou botânicos e aquários que, mantendo coleções para serventia pública ou fins de estudo e observação, favorecem, de um modo geral, o desenvolvimento da cultura.

Com a necessária minúcia foram também perquiridos, nesses e nos demais questionários do Censo Social, os elementos que definem a vida e o trabalho das instituições a serviço da cultura nacional e que, dessa forma, promovem a formação de um clima favorável ao intenso desenvolvimento da civilização no aspecto espiritual do progresso científico, literário e artístico de que a prosperidade material pode apresentar-se como causa, mas não deixa também de ser uma consequência imediata.

A sumária exposição da parte do programa do último Recenseamento Geral, diretamente relacionada com a educação e a cultura, entremostra os benefícios que os censos decenais podem oferecer ao enriquecimento da documentação estatística do país, pelas aquisições resultantes do trabalho de agentes recenseadores devidamente selecionados e compenetrados do valor social de sua missão. Os de 1940 prestaram à campanha censitária um concurso devotado e pode-se dizer, sem exagero, que a tarefa confiada a muitos desses obscuros servidores da brasilidade foi semelhante à dos velhos pioneiros que alargaram, em todos rumos, as fronteiras da Pátria.

As riquezas que esses novos arautos da civilização extraíram do âmago do imenso território brasileiro valem, entretanto, algo mais do que os metais preciosos e os escravos que buscavam os valentes sertanistas dos séculos XVII e XVIII. As bandeiras de agora diferiram das antigas pela missão de paz e de altruísmo que levaram aos recônditos sertões no propósito edificante de revelar ao mundo um Brasil desconhecido. Tiveram, porém, de comum com as lendárias expedições de outros tempos o estoicismo e a coragem inquebrantável com que afrontaram as insídias da natureza hostil, fiéis ao compromisso de que nenhuma circunstância deslustrasse a exatidão dos resultados censitários

---

## **A missão do órgão estatístico da educação e saúde**

JARDIM, Germano. A missão do órgão estatístico da educação e saúde. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 8, p. 1045-1118, out./dez. 1941.

GERMANO JARDIM

## A MISSÃO DO ÓRGÃO ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE \*

*"Educado o povo, o sertanejo rude feito cidadão conciente, valorizado o homem pela cultura e pelo trabalho inteligentemente produtivo, o Brasil, terra maravilhosa por sua beleza natural, transformar-se-á na grande Pátria que os nossos maiores visionaram e que as gerações futuras abençoarão."*

GETÚLIO VARGAS.

(Do discurso pronunciado na Baía, em 28 de Agosto de 1933).

*"Urge que o Brasil se conheça a si mesmo e, com se conhecendo, seja senhor dos seus destinos. Mas esse conhecimento, através do qual se forma, e se modela, e se sublima a consciência nacional, só lhe podem dar a Estatística e a Educação."*

M. A. TEIXEIRA DE FREITAS.

### A REALIZAÇÃO DE UM PROGRAMA

**N**O mundo moderno o progresso se traduz no sincretismo fecundo das energias civilizadoras, cujas ações e reações se vinculam aos interesses da Pátria, sob a forma de tendência nacional.

Apreciam-se, de par com as transformações emanadas das idades e das gerações, as que operam os governos, quando sua diretriz reflete o estado social, revelando as aspirações do povo e caracterizando a nacionalidade.

Não é de amar a Pátria apenas pela grandeza territorial, porém pelos feitos de seus filhos através dos tempos, pelo ajustamento das reformas às necessidades reais do momento, ao nível do seu adiantamento material, intelectual e moral, sob a influência decisiva do critério científico, como resultante da consideração de fatores diversos para estabelecimento da vereda do progresso.

Aos governos, aos verdadeiros estadistas, incumbe distinguir a verdade do erro, a virtude do vício, afim de imprimir inconfundível cunho às coisas, sob a condição do tempo e do espaço.

No jubileu do regime republicano, graças ao atual govêrno, já se pode apreciar a integridade majestosa do Brasil político, cada vez mais confiante na energia varonil da peregrina geração de dirigentes que hoje empenham as suas fôrças em prol da redenção de costumes, da ordem e do progresso.

\* Segunda parte da obra *A administração pública e a Estatística*, premiada pelo Conselho Nacional de Estatística e editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.

O trabalho de reconstrução político-administrativa empreendido pelo Governo Provisório de 1930, dando especial relêvo aos serviços destinados a sanear e educar o Brasil, incluiu entre as reformas de maior vulto a organização do Ministério da Educação e Saúde Pública. O decreto n.º 19.402, de 14 de Novembro de 1930, criando êsse Ministério, marcava, como já assinalamos, o início de uma fase benemérita de que deviam resultar medidas eficazes para a renovação dos métodos de ensino e reerguimento geral da população do país.

O novo órgão administrativo que, graças à eminente orientação do atual ministro, dr. GUSTAVO CAPANEMA, e de seus antecessores, constitue hoje um grande foco de irradiação do movimento salutar de formação de cultura nacional, no seu tríplice aspecto — físico, intelectual e cívico — subordinar-se-ia, quanto à composição e articulação dos elementos técnico-executivos, a funções distintas, entre as quais a de observação e de medida, de um lado, das condições de vida social a que a ação ministerial se devia condicionar, e de outro, do rendimento dessa mesma ação, ou seja a função estatística.

Foi, pois, atendendo a êsses objetivos que surgiu na estrutura da Secretaria de Estado, regulamentada pelo decreto n.º 19.560, de 5 de Janeiro de 1931, a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, hoje Serviço de Estatística da Educação e Saúde, órgão incumbido de coligir todos os elementos de significação estatística, ou de qualquer outra natureza, que interessassem à atividade do Ministério, elaborá-los, avulsa ou sistematizadamente, e divulgá-los com a ilustração gráfica e os comentários adequados.

Dispondo sôbre a distribuição dêsses e de outros serviços em duas Secções, o capítulo V do regulamento aprovado atribuía à Diretoria o seguinte pessoal: 1 diretor geral; 2 diretores de secção; 2 primeiros oficiais; 2 segundos oficiais; 5 terceiros oficiais; 2 dactilógrafos. O mesmo regulamento instituía na Secretaria de Estado uma biblioteca especializada à disposição do ministro e dos funcionários técnicos do Ministério, e também para uso dos seus próprios serviços, cuja organização e conservação ficaram a cargo da Diretoria. Em portaria posterior ao regulamento determinou o ministro as normas de detalhe a que deveria obedecer o serviço de publicidade sob a responsabilidade da repartição e determinou que por esta fôsse também editado o Boletim oficial do Ministério, a publicar-se trimestralmente, o qual conteria essencialmente cinco secções assim caracterizadas:

a primeira, destinada a constituir uma coletânea de artigos editoriais ou de colaboração, versando, sob o ponto de vista social, técnico, administrativo ou científico, os assuntos incluídos no programa ministerial, e contribuindo dêste modo para a formação de correntes brasileiras de pensamento, focalizando os assuntos mais relevantes em matéria educacional e de assistência médico-sanitária;

a segunda, dedicada à vulgarização dos dados estatísticos mais importantes, dentre os que a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação fôsse coligindo ou elaborando, acompanhados das anotações e comentários que facilitassem a interpretação deles ou lhes dessem relêvo e expressão;

a terceira, contendo um desenvolvido noticiário sôbre os fatos mais relevantes, ocorridos no país ou fora dele, de repercussão necessária ou somente útil, já sôbre os serviços do Ministério, já sôbre a mentalidade brasileira em tórno dos problemas de instrução, higiene, assistência hospitalar e assuntos correlatos;

a quarta, constituída por um prontuário das leis, decretos e decisões referentes aos setores de ação governamental presididos pelo Ministério; e

a quinta, resumindo os resultados — práticos, científicos e técnicos — das atividades ministeriais, nos variados desdobramentos e modalidades de que elas se revestissem.

No preparo dêsse Boletim colaborariam todas as repartições e instituições que formassem o Ministério, as quais forneceriam os elementos que na conformidade do plano estabelecido devessem figurar no referido periódico. À mesma repartição editora do Boletim caberia organizar também o *Anuário de Educação e Saúde Pública*.

Entretanto, ao longo das suas linhas gerais, sem deixar de obedecer aos preceitos regulamentares e aos de outros atos baixados posteriormente, as aparentemente simples atribuições do novel aparelho se transformariam em um vasto programa de articulação orgânica e unidade espiritual com a essência e o fim de penetrar a fundo o âmago da sociedade brasileira, difundindo, como ainda nenhuma outra repartição o fizera, conhecimentos gerais sôbre instituições e serviços devotados às boas causas e que vulgarizassem aspectos da vida do país atinentes à educação intelectual e moral, ou relacionados com a defesa da saúde e da robustez de comunhão nacional.

Conforme o que então se divulgara, era propósito seu: realizar a coleta geral dos fatos que melhor pudessem exprimir as condições do país nos setores a que estava dedicada a repartição; levantar o quadro dos recursos que oferecesse o Estado ou a iniciativa particular, pela multiplicação de centros de cultura, instituições de beneficência, de assistência médica e de recreação, aumentando o cabedal científico e elevando o nível estético das populações; traduzir numericamente, para maior facilidade da análise e dos confrontos, os resultados de seus inquéritos; proporcionar ao exame dos técnicos os elementos indispensáveis para aferição dos progressos verificados ou de possível verificação; exhibir, pela representação gráfica, a gênese e as tendências dos fenômenos que indicassem a situação do país relativamente à saúde física de seus habitantes e ao desenvolvimento educacional; reunir quaisquer elemen-

tos de elucidação esparsos nas publicações estrangeiras que contivessem subsídios úteis, sugerindo a adaptação ao meio brasileiro de medidas eficazes sancionadas pela experiência dos povos mais adiantados; instruir as autoridades e o público em geral pela propaganda e interpretação, baseadas em cifras convincentes, de iniciativas já realizadas e consagradas pelo êxito, em matéria de instrução e saneamento, no interior do país ou fora de suas fronteiras; e levar o povo a acatar os preceitos instituídos pelo Estado no sentido do bem coletivo e também no interesse individual de cada cidadão.

Para atingir os objetivos desse programa, pouco a pouco seriam organizadas as diferentes atividades com elementos capazes de ilustrar a opinião pública, dilatando-lhe o cultivo da cooperação indispensável ao êxito das iniciativas postas a serviço de uma assistência mais efetiva e suficientemente desdobrada aos interesses gerais da comunidade.

No regime passado, tal cometimento não passaria talvez de mero devaneio em oposição às conveniências inflexíveis da política reinante. Mas, depois do surto revolucionário, o problema já podia ser encarado por outro prisma; daí se abrirem largos horizontes à ação dos bons patriotas. Por seu lado, as dissidências e as desconfianças estavam fadadas a desaparecer ante a habilidade e o acerto dos métodos empregados.

Entregues a um punhado de técnicos experimentados nas proficuas atividades da antiga Diretoria Geral e do Departamento Nacional de Estatística, de cuja atmosfera progressiva trouxeram benfazeja influência e uma vocação cultivada no espírito de sacrifício, os serviços de rotina desenvolveram-se e as iniciativas tomaram vulto a ponto de em certos aspectos provocar a admiração de autoridades que, aqui ou no estrangeiro, tinham conhecimento dos respectivos resultados. A êste respeito registraram-se de fato pronunciamentos expressivos que mencionaremos adiante, onde terão mais oportunidade.

Era de ver a pertinácia e a tenacidade da ação exercida pela Diretoria em uma consciência perfeita do que lhe cabia e devia fazer. Sem que de modo algum exorbitasse das prerrogativas oficiais, ela levou o sentimento de cooperação a todas as partes onde se sentia a sua falta e, em serenas demonstrações do muito que se podia usufruir desse regime, já defendido em tradicionais campanhas, ia formando a escola do futuro.

Nos domínios do pensamento, advogou as melhores tendências, fazendo predominar em sua publicidade as que dignificavam a Pátria ou que podiam concorrer para o nosso progresso coletivo. Em outros domínios utilizou todos os ensejos para pôr o poder público em contacto com a realidade, sugerindo medidas justas ou apresentando projetos de cunho acentuadamente nacional. Copioso é o número de seus trabalhos especiais com substância na investigação minuciosa dos fatos, o que vale dizer, nos resultados dos seus inquéritos superiormente conduzidos.

Fazendo-se eco da opinião de notáveis pedagogos e sociólogos, nacionais e estrangeiros, acêrca dos problemas da educação em geral, divulgou, por intermédio da imprensa noticiosa e em periódicos especializados, conhecimentos úteis sôbre a escola rural, a educação física, a escola de continuação, a organização do ensino em diversos países, a reeducação vocacional ou formação profissional, a missão da escola na restauração da ordem econômica, a educação dos adultos, os sistemas de organização escolar para a educação dos supernormais, o ensino doméstico, a formação de artífices, o preparo de técnicos para os museus, o papel intelectual da radiodifusão e a cinematografia educativa.

No alargamento progressivo dessa publicidade, visando facilitar a obra cultural do Ministério, a sua ação abrangeu, ainda, os serviços editoriais brasileiros e estrangeiros, as obras de notáveis humanistas, os institutos pedagógicos internacionais, as descobertas científicas recentes, as exposições de material e livros escolares, as pesquisas históricas e a cooperação dos arquivos, os estudos da população, as causas de mortalidade em diversos países, os aspectos internacionais da cultura e saúde, o intercâmbio bibliográfico, as atividades da Repartição Internacional de Educação de Genebra e as da União Panamericana de Washington, o cooperativismo na educação, o código moral da criança, as notáveis figuras da civilização moderna, os congressos e conferências culturais, a proteção e conservação dos monumentos históricos e artísticos, os serviços de higiene pública, as organizações hospitalares do Brasil, as estatísticas médico-sanitárias, a cooperação intelectual, o problema bibliotecário, as instituições de beneficência, o custeio da instrução e da assistência médica e social, os clubes agrícolas escolares, a nacionalização do ensino, a remuneração do professorado, a propriedade intelectual, o problema dos cegos, os institutos universitários, a orientação psicológica para os estudos profissionais, o aparelhamento escolar brasileiro, as estatísticas educacionais e os convênios inter-administrativos.

Numerosas iniciativas e cruzadas edificantes foram também registradas e amplamente divulgadas nos seus múltiplos aspectos de beneficência e de cooperação cívica em prol do engrandecimento da nacionalidade.

Todos êsses trabalhos informativos, educativos uns e interpretativos outros, que interessavam ao desenvolvimento intelectual e moral da coletividade social brasileira e nos quais também se cuidava de manter em foco os mais palpitantes problemas da saúde, pela divulgação oportuna de assuntos relacionados com a vida nesse setor, constituem esforço tanto mais apreciável quanto para êsses trabalhos não se achava a repartição provida de todos os elementos de que necessitava para realizar o seu programa. Mau grado os recursos disponíveis em pessoal e material mal bastarem para atender a uma parte do setor estatístico, as principais elaborações nesse aspecto, constantes de cadastros, inquéritos, apurações e revisão de vasto e complexo material proveniente de

todo o país, foram todavia executadas de par com outros serviços complementares e de cooperação cultural.

Para ter-se, porém, uma idéia da importância do setor exclusivamente estatístico e do que representou o esforço da repartição com apenas 14 funcionários no quadro inicial e, depois, alguns mais, nos primeiros anos das respectivas atividades, atente-se em que só o funcionamento desse setor, abstraindo quaisquer outros trabalhos, como os de expediente burocrático, de informações de caráter não numérico, de publicidade, de conservação das instalações, compreendia:

1. Serviços de busca de dados estatísticos para confrontos no espaço e no tempo (estatística: atual, comparativa e retrospectiva ou histórica). Organização, crítica e apuração dos elementos reunidos.

2. Preparo e distribuição anual de mais de 80.000 questionários sobre diversos aspectos da vida escolar, cultural e médico-sanitária do Brasil.

3. Recebimento dos questionários expedidos. Classificação desses documentos, crítica das informações consignadas nos mesmos, correspondência com os informantes para pedidos complementares e correções; reiteração de pedidos aos destinatários faltosos; codificação dos dados considerados idôneos e fidedignos; elaboração dos mapas de apuração, de acordo com os códigos; operações necessárias à obtenção dos dados destinados a figurar nos quadros de apuração definitiva.

4. Elaboração e preenchimento dos quadros definitivos com as operações finais de síntese para cada unidade da Federação e para o conjunto do país; o mesmo, para os municípios em relação a certas estatísticas especiais como a das despesas com os serviços médico-sanitários e de educação e cultura.

5. Divulgação comentada dos algarismos definitivamente apurados, operações necessárias a dar expressão a esses algarismos, reduzindo-os a índices numéricos para melhor apreciação e interpretação dos valores relativos.

6. Elaboração de trabalhos especiais para satisfazer a pedidos incidentes sobre aspectos estatísticos exorbitantes do plano geral de divulgação adotado pela Diretoria.

7. Elaboração de contribuições sistemáticas da Diretoria como órgão estatístico tributário do sistema central em vigor.

8. Serviços de cartografia (gráficos para os trabalhos da Diretoria. Mostruários para exposições. Material de vulgarização escolar).

E o setor técnico consagrado ao desenvolvimento do intercâmbio no país e às relações internacionais e estreitamento dos laços de solidariedade, atendendo incessantemente a frequentes consultas de toda a parte, relacionadas com aspectos culturais, educacionais e médico-sanitários da vida brasileira? Como previsto e divulgado fôra, além de vultoso registro

e apreciação de pedidos encaminhados ao ministro por via diplomática, numerosas e variadíssimas seriam as solicitações dirigidas à repartição e por ela atendidas. Aqui, um professor que pedia elementos para fazer um curso sobre o Brasil; ali, uma instituição educativa americana que solicitava uma bandeira brasileira, a letra e a música do Hino Nacional, um pouco de terra do nosso solo, para uma festa escolar de significação panamericana; além, um editor, um colégio, ou um museu, que desejava obter uma determinada coleção de fotografias. Ora, uma entidade de fins culturais, que aspirava possuir, pelos ofícios do Ministério, uma coletânea da nossa moderna produção literária e científica. Ora, ainda, uma corporação dedicada à educação física, que enviava um longo questionário sobre desportos, cultura física e respectiva literatura no Brasil. Logo depois uma universidade, um museu, uma biblioteca, um instituto internacional, ou uma repartição técnica, que pretendia obter publicações oficiais capazes de bem documentar a obra governamental e administrativa da Federação em qualquer dos setores superintendidos pelo Ministério. E, a seguir, uma longa série de entidades desejando nomenclaturas de escritores, de técnicos, de professores, de obras, de revistas, de instituições educativas e de assistência, dentro de tais e tais critérios de seleção, para determinados fins de publicidade ou de permuta de informes, intensificação dos ideais de concórdia e possível cooperação internacional para fins humanitários.

Pelo que aí fica exposto, pode avaliar-se a missão social a um tempo solícita e dinâmica, reservada à Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, nas ilimitadas perspectivas do quadro inicial das atividades afetas ao Ministério da Educação e Saúde.

Quanto ao aspecto estatístico, em particular, é inequívoco que o Brasil tem, em tal matéria, uma organização interessante, sendo profundas as alterações operadas em sua estrutura e, por isso, diversa a maneira de apreciar o seu valor e a sua natureza.

Transmudaram-se radicalmente as condições de vida e a estatística vem, por assim dizer, estabelecer a conciliação de interesses indispensáveis à vida coletiva; a evolução determinou que novas regras e novas instituições se criassem em correspondência com as necessidades hodiernas.

A prodigiosa organização da legislação social engendrou transformações profundas para cuja realização a estatística é alavanca imprescindível como instrumento para a riqueza nacional e para o bem público.

A prosperidade econômica dos povos está na razão direta do espírito eminentemente prático que dirigir as realidades concretas da vida, com a repulsa das teorias efêmeras e versáteis; e a estatística é justamente o alicerce de tal construção, que resiste à ação destruidora dos tempos.

Este ramo de serviço público no Brasil, destarte assinalado, é, sem dúvida, dada sua organização, um sólido fundamento para as úteis e benéficas transformações que caracterizam a nossa época.

## PROJETOS, INICIATIVAS E REALIZAÇÕES

Ao começar, na história de nossos dias, o período decisivo para o idealismo moral e político dos homens públicos brasileiros, ver-se-ia que muita coisa estaria ainda por fazer quanto à vida cultural e sanitária do país. Certo numerosas conquistas de adiantada e brilhante projeção assinalaram o nosso passado educativo, intelectual e profilático, e merecem sempre ser respeitadas pelos relevantes serviços que prestaram à nação; mas muitas e justas reivindicações jamais haviam logrado atenção satisfatória, como, por exemplo, as que pleiteavam: verificar devidamente as condições do meio físico, sob o tríplice aspecto da terra fértil, salubre e apta à fixação e desenvolvimento das populações regionais; estender e aprofundar o ensino rural em geral, com solicitude especial pelas famílias sertanejas que viviam à mingua, não só de demonstrações práticas indispensáveis ao bom emprego de suas atividades, como dos mais mezinhos hábitos de higiene e de vida social; avivar o ensino complementar profissional; ampliar a cultura popular pela difusão sistemática dos fatos atinentes aos problemas e progressos da civilização, nossa e do mundo; levar ao povo noções da ciência e da arte, de forma acessível também à alma dos simples; e despertar a consciência de todos pelas grandes causas nacionais.

Por outro lado, do que já se havia feito entre nós pouco se dera a conhecer fora do país e o resultado dessa negligência era a quase completa ignorância da nossa cultura. Faltava ao intercâmbio bibliográfico universal um movimento no Brasil em perfeita correspondência com o que íamos erigindo em todos os departamentos da vida intelectual, onde às vezes apareciam verdadeiros monumentos de erudição e saber ao lado de valiosíssimas pesquisas científicas. Sem um centro de documentação para organizar e coordenar a produção intelectual e propagar o seu conhecimento, a permuta cultural teria de ser irregular, ou escassa e restrita. A ausência de informações sobre o Brasil, em quase todas as publicações internacionais noticiosas, era bem um reflexo dessa lacuna a exigir providências urgentes. Era preciso deixar de dar uma impressão ao mundo que nos colocava em situação de singular inferioridade, mesmo em relação a Estados de menor adiantamento, mas sempre diligentes em aproveitar os ensejos de aparecerem com realce entre as nações que se prezavam de sua cultura e, pelas realizações que iam conseguindo nos aspectos mais expressivos da evolução social, procuravam impor-se à consideração dos outros povos por uma propaganda eficiente.

Quem já viesse labutando em repartições estatísticas que, para melhor conduzirem certos serviços de investigação comparativa, recorrem naturalmente a publicações estrangeiras especializadas em cálculos internacionais, teria forçosamente de estar familiarizado com

o ínfimo contingente do Brasil nessas particularizações entre países, em muitas das quais era comum não constar nem ao menos uma simples nota sobre a nossa existência. Os rumos traçados para a secção de informações e divulgação do órgão estatístico do Ministério da Educação inspiraram-se na experiência que o seu idealizador já possuía sobre o assunto; mas os poucos recursos de que dispunha a repartição para as suas atividades constituíam entrave na execução de um plano capaz de suprir todas as nossas deficiências documentárias. Além do mais, era preciso começar pela própria casa nesse e noutros aspectos que reclamavam imediata assistência, sendo também de grande importância obter a cooperação regular e gratuita de elementos de todo o país prestimosos a servir com entusiasmo e dedicação os objetivos informativos da repartição.

#### 1 — ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

Atendendo simultaneamente às diferentes ordens de atribuições que lhe cabiam, por força do programa regulamentar, procurou a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação habilitar-se preliminarmente com a documentação necessária, promovendo o enriquecimento da biblioteca da Secretaria de Estado com uma coleção, tão completa quanto possível, da legislação estadual e dos relatórios administrativos que pudessem servir de fonte às investigações concernentes às condições das unidades componentes da Federação. Para igualmente reunir outros elementos necessários, aproveitando o concurso da iniciativa particular, apelou também para os publicistas e editores brasileiros, solicitando a oferta de exemplares das obras científicas, literárias, ou de qualquer outra espécie, impressas no país, que pudessem exprimir um índice da cultura brasileira, por isso que poderiam ser também utilizadas no intercâmbio com os países de produção intelectual permutante.

O pequeno onus que resultaria dessa contribuição dos editores ou autores — esclarecia o apêlo no sentido acima exposto — seria vantajosamente compensado pela propaganda de cada obra oferecida, a qual resultaria já da sua inclusão na biblioteca do Ministério, onde se pensava em organizar oportunamente um mostruário da produção bibliográfica brasileira, já de sua remessa aos organismos culturais especialmente interessados nos respectivos assuntos e, assim, auxiliando a obra de cooperação entre os povos.

Completando a sua iniciativa nesse particular, dirigiu-se a repartição também às principais instituições estrangeiras comunicando a sua instalação e seus fins, propondo a permuta de publicações e solicitando a remessa dos elementos disponíveis. Essas providências surtiram os melhores efeitos, porquanto, praticamente sem despesa, foi a biblioteca do Ministério logo de início instalada, atingindo o seu acervo

a 14.000 volumes de apreciável valor informativo, quando a lei n.º 378, de 13 de Janeiro de 1937, dando nova organização ao Ministério, determinou a transferência dos serviços de informações e divulgação para o novo Serviço de Publicidade. O material então existente continuou na Diretoria de Estatística, tendo a lei citada criado, como órgão complementar, a Biblioteca da Secretaria de Estado da Educação e Saúde, a qual, hoje graças aos recursos que o Estado Novo facultou às realizações culturais do Ministério, já conta com preciosidades bibliográficas notáveis, nacionais e estrangeiras, num total de 4.484 volumes catalogados, na maior parte sobre assuntos compreendidos na dupla esfera de atividade a cuja orientação superior cabe àquela secretaria prover.

## 2 — SERVIÇO DE CORRESPONDENTES E INFORMANTES

No propósito de assegurar-se a necessária eficiência e completa uniformidade de processos e resultados às investigações estatísticas cujo levantamento incumbia ao Ministério e era igualmente de competência das administrações estaduais, atendendo-se ainda aos planos propostos no sentido de organizar e desenvolver o serviço de consultas e estudos especiais sobre a vida regional e municipal, principalmente sobre os aspectos educacionais e médico-sanitários, conseguiu a Diretoria, primeiramente, a instituição de um corpo de correspondentes regionais e, depois, um de informantes municipais, colaboradores esses que, sem onus para o Governo Federal, prestariam inestimáveis serviços dentro das possibilidades ocorrentes no meio em que teriam de agir.

A portaria ministerial de 11 de Abril de 1931, que aprovou instruções definindo e regulando as atribuições dos correspondentes, mereceu a mais favorável acolhida dos governos dos Estados e do Território do Acre, os quais indicaram, para o exercício desse cargo, diretores de estatística, instrução pública ou outros altos funcionários da administração local. Passando a operar também como elementos de ligação, esses representantes do Ministério, localizados nas capitais regionais, facilitaram consideravelmente a ação harmônica e convergente das administrações federal e estadual para a obra de interesse comum no terreno estatístico e, em alguns casos, os serviços por eles prestados traduziram-se em contribuições pessoais de mérito excepcional. A solícita cooperação de tais correspondentes ficou a repartição devendo também a remessa de abundante documentação que se incluiu na biblioteca do Ministério ou foi utilizada nos serviços de intercâmbio de informações.

O corpo de informantes municipais, que teve sua origem na portaria baixada pelo ministro em 9 de Maio de 1932, à vista da promoção que lhe dirigira o diretor geral de estatística, até 1935 chegou a funcionar com um efetivo de mais de 600 agentes, cujas funções tinham, como as dos correspondentes, o caráter de contribuição cívica voluntária. Além de fornecerem à Diretoria boletins mensais sobre a vida local,

esses delegados do Ministério junto às municipalidades colaborariam na campanha de observações da realidade nacional e na difusão cultural e educativa nos pequenos centros que constituem a grande maioria das sedes dos municípios brasileiros. Em virtude, porém, de o quadro da Diretoria não comportar o vultoso expediente em que se concretizavam as atividades do referido corpo de informantes, foi tomada a deliberação de sustar o serviço até que fôsse possível atendê-lo devidamente.

### 3 — COLABORAÇÃO DE INSTITUTOS CIENTÍFICOS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO

A universidade moderna, que abre a porta larga do saber sem jamais destruir o equilíbrio da sociedade, quando mantém em continuidade certas tradições culturais que se solidarizam nos mesmos propósitos e aspirações, é a instituição que prepara para a carreira intelectual e não descarta os objetivos práticos e profissionais. Completa-se quando, repudiando o individualismo estéril, se encaminha para um grande ideal coletivo e se dedica ao que há de mais belo: o espírito e suas luzes mais puras, o coração e suas energias mais nobres. O cultivo dos processos universitários do ensino superior serve aos interesses nacionais e por uma atitude peculiarmente objetiva contribue para coordenar a vida espiritual do Brasil. Que não esqueçamos, porém, a secular função moral da Igreja, que tanto tem concorrido para a unidade que hoje desfutamos como país livre e soberano, onde reina a paz e se busca a prosperidade.

A universidade preenche, entretanto, funções diferentes em épocas diferentes e precisa continuar a adaptar-se às mudanças fundamentais da sociedade humana. E, portanto, uma instituição intelectual por natureza, mas em evolução, com eminente papel a desempenhar e grande responsabilidade na formação das gerações futuras. Outrora era a universidade como que apenas a guardiã de uma bela e grande cidade espiritual, hoje, em um mundo mais extenso em que tanto vulto tomaram as noções e os conhecimentos, maior consciência há da necessidade de incorporar ao quadro universitário as grandes divisões da arte e da cultura técnica e científica. Cabendo-lhe, pois, dirigir a vida contemporânea tão complexa e tão inquietante, deve para isso estruturar-se funcionalmente de acôrdo com o desenvolvimento da civilização. Outro não é o pensamento do professor FERNANDO DE AZEVEDO quando diz: "Se a universidade deve organizar-se em função das múltiplas necessidades da vida social e se ela pretende exercer uma influência tão profunda como larga, deve tornar-se cada vez mais acessível a todos os grupos profissionais, em que se divide a sociedade, e, portanto, às necessidades de todas as profissões de base científica, que constituem as molas essenciais da riqueza e das atividades da Nação".

E assim foi que a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, em a promoção de 31 de Março de 1931, tomou também a iniciativa de sugerir a colaboração de certos serviços públicos de finalidade científica, tais como o Observatório Nacional, o Museu Na-

cional, o Serviço de Meteorologia e outros, nas atividades de ensino superior, alvitre que foi considerado na reforma universitária, por ter coincido, aliás, com o pensamento dos organizadores daquela reforma.

A atual Universidade do Brasil tem por finalidades essenciais: o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística; a formação de quadros donde se recrutem elementos destinados ao magistério bem como às altas funções da vida pública do país; e o preparo de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores. A lei n.º 452, de 5 de Julho de 1937, que organizou a referida Universidade, enumera, em seu art. 5.º nada menos de 16 instituições técnicas e científicas para cooperar nos trabalhos dos estabelecimentos de ensino universitário.

#### 4 — CINEMATOGRAFIA E CINEMA EDUCATIVO

A influência social do cinema já vinha preocupando os círculos educacionais brasileiros quando adquire novo aspecto com o advento do filme sonoro, que exige o aceleramento das medidas controladoras tendentes a orientar a expansão da cinematografia também como instrumento didático. Esse movimento coincide com a atmosfera renovadora de 1930 e os planos não tardam a surgir entre nós com um ímpeto que bem se justifica, dado o alcance prático da inovação que tornaria possível levar-se a projeção da imagem com a sugestão da palavra aos mais longínquos rincões do Brasil.

Como e de onde viera, porém, essa singular atividade humana que passou a tomar parte tão destacada na vida econômica, social e espiritual dos povos?

Os primeiros estudos científicos sobre a imagem animada, isto é, sobre objetos em movimento (1824), são pelos ingleses atribuídos a PETER ROGET, mas sabe-se terem sido os químicos franceses NIEPCE e DAGUERRE, com suas experiências sobre a gravura em placas de estanho (1829), que abriram o caminho aos que se notabilizaram no campo da fotografia e da cinematografia. Do fenacístiscopio (1830), inventado pelo físico belga PLATEAU, e do praxinoscópio (1888) de RAYNAUD ao cinetoscópio (1891) e cinematógrafo (1894) de EDISON, em que se inspirou o aparelho construído por LOUIS LUMIÈRE e demonstrado em Paris (Março de 1895), houve uma série de ensaios e experiências realizados por muitos outros cientistas em vários países, que buscaram estabelecer e desenvolver certos princípios de fixação e transmissão da imagem. Também da primeira projeção de filmes em sessão pública e paga, que os irmãos LUMIÈRE inauguraram em Paris (Dezembro de 1895), sem que imaginassem o prodigioso futuro que estava reservado a essa contribuição, ao início do cinema sonoro, registraram-se outros pequenos e grande feitos cinematográficos. As pesquisas para a sincronização do movimento da imagem com a voz começaram logo após a Grande Guerra sob os auspícios de grandes corporações devotadas ao estudo da eletricidade nos Estados Unidos, mas só alguns anos depois é que os

estúdios de Hollywood se interessaram pelo assunto e os primeiros filmes falados apareceram entre 1927 e 1929, causando, em matéria de projeção luminosa, um avanço técnico de vasta repercussão mundial.

Sucesso extraordinário e alvoroço popular houve com a maravilhosa transformação desse aparelho de vulgarização, rico de experiências e de expressões acessíveis a todas as camadas sociais. Pela sua força de sugestão, educativo ou recreativo, o cinema, qual a radiodifusão, transforma-se também em instrumento de propaganda nacional ou política, e constitui meio de ação e de governo. Tamanhos são o seu prestígio e influência em toda a parte, quer no terreno da educação, onde atua em suas diferentes modalidades, desde o jardim da infância aos cursos supletivos para adultos, nas escolas, academias, universidades e grêmios culturais, quer unicamente como meio de *relaxation* do público, em que assume proporções quase incalculáveis, quer, ainda, como indústria poderosa da qual se tornam subsidiárias muitas outras, como as de lentes, celulóide, emulsões fotográficas, aparelhos elétricos, microfones e altos falantes — que a produção, a circulação e a exibição de filmes constituem uma rede enorme de negócios internacionais, de arte e de influência psicológica, a envolver os interesses do mundo inteiro e a reclamar inquiridos estatísticos e leis reguladoras, estimuladoras, fiscais ou repressivas, conforme os aspectos que assume a sua penetração nas sociedades modernas.

Sobre o cinema como meio de educação fazem-se, no Brasil, a partir dos primeiros anos do nosso século, algumas tentativas com a *lanterna mágica* e as projeções animadas. Em 1905 se começa a produzir películas cinematográficas, principalmente aspectos naturais, que correm o mundo, e há depois relativo e esporádico interesse pela indústria, aparecendo também, de quando em quando, algumas fitas brasileiras que transportam para a tela assuntos de relêvo na literatura do país. Em 1920, um entusiasta em cinematografia lança a idéia da formação de uma Câmara de Comércio Cinematográfico do Brasil. No Distrito Federal a reforma do ensino em 1928 institui o cinema escolar, salientando a sua utilidade prática. Em São Paulo essa atividade toma vulto em 1930. O professor LOURENÇO FILHO nomeia uma comissão e incumbem-a de apresentar um plano sobre a utilização do cinema na organização escolar paulista. Em muitos outros Estados da Federação o assunto atrai a atenção dos educadores e assinalam-se iniciativas animadoras. Dois livros empolgam os que se preocupam com o magno problema: *Cinema e Educação*, de JÔNATAS SERRANO e VENÂNCIO FILHO, e *Cinema contra Cinema*, de J. CANUTO MENDES DE ALMEIDA.

Em 1931 começam a chegar à Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação pedidos oriundos de várias instituições estrangeiras que desejam documentar-se sobre o movimento cinematográfico no Brasil. O Instituto Internacional de Cinematografia Educativa de Roma, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, solicita-lhe informações completas sobre a produção e legislação brasileiras

para organização de catálogos cinematográficos internacionais. Em 6 de Janeiro de 1932, realiza-se na capital da República a sessão inaugural da 1.<sup>a</sup> Convenção Nacional de Cinematografia, convocada para tratar de assuntos e teses que dizem respeito a essa indústria e às suas relações com o público e com o governo. São evidentes as finalidades técnicas e o caráter social dêsse certame, cujos trabalhos decorrem com intenso brilhantismo, durante três dias, sendo apresentado um memorial ao Chefe do Governo em que a Associação Cinematográfica Brasileira expõe as conclusões da Convenção. A Diretoria de Estatística, a cargo do sr. TEIXEIRA DE FREITAS, realiza inquéritos especiais afim de atender a pedidos e consultas do estrangeiro, utilizando os resultados de tais inquéritos também em seus próprios trabalhos. O ministro da Educação resolve submeter ao seu estudo sugestões, memoriais e exposições provenientes de pessoas ou instituições que se interessam pelo aspecto cultural da questão ou que pleiteiam nesse particular favores do fisco. Relacionados com a cinematografia, há outros problemas vitais de interesse dos industriais e da coletividade em geral. São questões de legislação e administração, de interesse profissional e cultural, de classificação técnica das atividades e controle da sua atuação social. A Associação Brasileira de Educação é chamada a pronunciar-se sobre a matéria e a Diretoria de Estatística sugere e projeta a criação do Serviço Nacional de Cinematografia Educativa e de um órgão técnico destinado a desenvolver e fiscalizar a difusão cultural. Apresenta-se então excelente oportunidade para empreender qualquer coisa de estável no sentido de coordenar, segundo um critério especialmente compreensivo as atividades que exploram entre nós o comércio e a indústria do cinematógrafo, promovendo o máximo aproveitamento do que elas tenham de útil e reduzindo ao mínimo as possibilidades de uma aplicação nociva ao interesse público.

O ministro da Educação nomeia uma comissão que se reúne sob a presidência do sr. ROQUETE PINTO e com o concurso dos srs. JÔNATAS SERRANO, TEIXEIRA DE FREITAS, LOURENÇO FILHO, FRANCISCO BHERING e VENÂNCIO FILHO, para estudar as medidas a serem adotadas pelo Governo. Coordenados os seus trabalhos, compulsada a legislação brasileira e estrangeira e ouvidas as classes interessadas, é finalmente, depois de largo debate e com o subsídio dos estudos procedidos pela Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, elaborado o projeto que se substancia depois no decreto n.º 21.240, de 4 de Abril de 1932.

Nas conclusões do projeto se baseiam as seguintes *consideranda* da lei: que o cinema, sobre ser um meio de diversão, de que o público já não precinde, oferece largas possibilidades de atuação em benefício da cultura popular, desde que convenientemente regulamentado; que os favores fiscais solicitados pelos interessados na indústria e no comércio cinematográficos, uma vez concedidos mediante compensações de ordem educativa, virão incrementar, de fato, a feição cultural que o cinema deve ter; que a redução dos direitos de importação dos filmes impressos virá permitir a reabertura de grande número de casas de

exibição, com o que lograrão trabalho numerosos desempregados; que a importação do filme virgem, negativo e positivo, deve ser facilitada, porque é matéria prima indispensável ao surto da indústria cinematográfica no país; que o filme documentário, seja de caráter científico, histórico, literário ou industrial, representa, na atualidade, um instrumento de inigualável vantagem para instrução do público e propaganda do país, dentro e fora das fronteiras; que os filmes educativos são material de ensino, visto permitirem assistência cultural, com vantagens especiais de atuação direta sobre as grandes massas populares e, mesmo, sobre analfabetos; que, a exemplo dos demais países, e no interesse da educação popular, a censura dos filmes cinematográficos deve ter cunho acentuadamente cultural; e, no sentido da própria unidade da Nação, com vantagens para o público, importadores e exibidores, deve a censura funcionar como um serviço único, centralizado na capital do país.

O decreto nº. 21.240 criou uma Comissão de Censura, estabelecendo, no art. 6.º, a sua constituição. A execução do aludido decreto deveria ser regulada em instruções expedidas pelo ministro da Educação e Saúde Pública (art. 21), as quais fixariam o modo de funcionamento da Comissão de Censura e de aplicação da taxa cinematográfica para a educação popular, instituída em virtude do art. 18 do decreto citado. As instruções previstas na lei foram baixadas em data de 22 de Abril, e, no seu art. 20, estipulam o seguinte:

“Até organizar-se o Instituto Cinematográfico Educativo, a taxa cinematográfica será recolhida à Tesouraria do Departamento Nacional do Ensino, que dela manterá escrituração especial, e empregada, pelo Museu Nacional, na manutenção da Filmoteca Nacional do Ministério da Educação e Saúde Pública, no Serviço de Cópias e Circulação de Filmes Técnicos a serem fornecidos, rotativamente, aos institutos de ensino oficiais e particulares, inscritos na linha de exibição cinematográfica do Ministério da Educação e Saúde Pública e na publicação de uma revista popular de vulgarização de ciências, letras e artes, sob o título *Revista Nacional de Educação*.”

Ao presidente da Comissão de Censura Cinematográfica, que era o próprio diretor do Museu Nacional, ficou assim praticamente conferida competência para prover à circulação dos filmes educativos nos casos oficialmente previstos.

O decreto n.º 21.240 previu ainda a realização de um Convênio Cinematográfico Educativo, cujas teses versariam sobre os seguintes assuntos: a instituição permanente de um cine-jornal, com versões tanto sonoras como silenciosas, filmado em todo o Brasil e com motivos brasileiros, e de reportagem em número suficiente, para inclusão quinzenal, de cada número, na programação dos exibidores; a instituição permanente de espetáculos públicos, em horas diversas das sessões populares; incentivos e facilidades econômicas às empresas nacionais produtoras de filmes e aos distribuidores e exibidores de filmes, em geral;

apoio ao cinema escolar; e obrigatoriedade de inclusão em cada programa de um filme considerado educativo pela Comissão de Censura. O convênio realizou-se de 3 a 6 de Janeiro de 1933 com a participação de numerosos educadores brasileiros. Dos trabalhos apresentados constou um estudo do diretor de Estatística da Educação, sugerindo medidas de caráter nacional e ressaltando a projeção do cinema educativo e suas extraordinárias possibilidades para um surto definitivo que atenderia às classes interessadas sem que se negligenciassem as reais necessidades do problema da cultura popular.

Em 1933, o Secretariado da Liga das Nações convidou o Brasil a participar dos trabalhos de uma comissão constituída em Genebra com o objetivo de promover uma Convenção para facilitar a circulação internacional de filmes de caráter educativo. O texto da Convenção, aberta à assinatura dos países interessados em Outubro do mesmo ano, e outros documentos ilustrativos do importante ato foram submetidos ao exame do Ministério da Educação pelo das Relações Exteriores, sendo o assunto estudado pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, que emitiu o seu parecer a respeito.

Ainda no ano de 1933 a Diretoria Geral de Instrução Municipal do Distrito Federal instituiu, por sua vez, no sistema escolar da Prefeitura, a Comissão de Censura e Seleção de Filmes, para atender a outras modalidades censoras de interesse educativo, que não teriam sido abrangidas pelo decreto n.º 21.240.

Por outro lado o decreto n.º 24.651, de 10 de Julho de 1934, criou, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, dando-lhe competência (letra b, do art. 2.º) para "estimular a produção, favorecer a circulação e intensificar e racionalizar a exibição, em todos os meios sociais, de filmes educativos".

Esse decreto modificou a Comissão de Censura, na qual o Ministério da Educação e Saúde Pública passou a ter um representante, em igualdade de condições com o Ministério da Justiça e com o Ministério das Relações Exteriores.

Por intermédio da nossa chancelaria, continuavam a chegar à Secretaria de Estado da Educação convites para que o Brasil se fizesse representar em congressos cinematográficos, aderisse a convenções internacionais sobre a circulação de filmes educativos ou colaborasse em movimentos dedicados a essas atividades. Entre outras comunicações de várias procedências, foi encaminhado diretamente ao sr. Presidente da República, um projeto de criação da União Cinematográfica das Repúblicas Ibero-Americanas. Na Diretoria de Estatística da Educação, a proposta para que o Brasil fizesse parte da dita União não logrou parecer favorável por diversos motivos e, principalmente, pelo fato de que o projeto cogitava da expansão do filme educativo somente em língua espanhola.

Essa documentação sobre assuntos cinematográficos, que vinha transitando pela Diretoria e que era submetida ao estudo da Comissão

Técnica do Ministério da Educação, a partir de 1934 passou a ser encaminhada também à Comissão de Censura do Ministério da Justiça, na conformidade do decreto n.º 24.651.

A lei n.º 378, de 13 de Janeiro de 1937, que reorganizou o Ministério da Educação e Saúde, criou o Instituto Nacional de Cinema Educativo, destinado a promover e orientar a utilização da cinematografia especialmente como processo auxiliar do ensino, e ainda como meio de educação popular em geral (art. 40), e instituiu também o Serviço da Radio-difusão Educativa, destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas de caráter educativo (art. 50).

O decreto que nacionalizou em 1932 o serviço de censura dos filmes cinematográficos já previa a criação legal do Instituto e, bem assim, de outros meios técnicos de educação e publicidade ao alcance e para uso do povo, a cargo do Museu Nacional ou que nele passaram a funcionar, sob a esclarecida orientação do diretor daquele antigo centro de pesquisas científicas e de aprendizagem pública.

São objetivos expressos do atual Instituto Nacional de Cinema Educativo: manter uma filмотeca educativa para servir aos institutos de ensino oficiais e particulares; organizar e editar filmes educativos brasileiros; permutar cópias dos filmes editados ou de outros, que sejam de sua propriedade, com estabelecimentos congêneres municipais, estaduais e estrangeiros; editar discos ou filmes sonoros; com aulas, conferências e palestras de professores e artistas notáveis, para venda avulsa ou aluguel; permutar discos ou filmes sonoros; publicar uma revista consagrada à educação pelos modernos processos técnicos.

Vejam agora, por alto, com o auxílio da estatística, alguns aspectos numéricos do panorama da cinematografia no Brasil num período relativamente recente.

Cômputos diversos realizados para o ano de 1931 davam cêrca de 1.300 cinemas em funcionamento no país. Calculava-se também em quase 600.000:000\$000 o capital total empregado na montagem e imóveis dessa indústria, ocupando cêrca de 21.000 pessoas, as quais recebiam quantia superior a 57.000:000\$000 a título de ordenados e honorários. O imposto de diversões, com que contribuíam os exibidores, ia além de 20.000:000\$000, e o pêsso total de filmes importados oscilava entre 20.000 a 40.000 quilos, anualmente.

As estatísticas oficiais acusaram: 1.439 casas de espetáculos arroladas em 1932 e 1.262 em 1933, compreendendo teatros, cine-teatros e cinematógrafos. A censura de filmes pela Comissão do Ministério da Educação, de 1.º de Maio de 1932 a 30 de Abril de 1934, apresentou os seguintes resultados: filmes examinados, 2.833; aprovados, 2.250; educativos, 205; impróprios para menores, 203; impróprios para crianças, 168; interditados, 7. Nessa mesma ordem, a censura feita em 1935, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural do Ministério da Justiça, assim se expressou: 2.069, 1.854, 92, 46, 74 e 3.

Segundo estatísticas recentemente apuradas, porém, sujeitas ainda a uma revisão final no Serviço de Estatística do Ministério da Educação, em 1937, dos 1.489 municípios brasileiros existiam 911 que possuíam, ao todo, 2.178 casas de diversão em que figuravam 1.401 cinemas e cine-teatros, tendo havido um total de 353.820 sessões cinematográficas com a assistência de 66.708.759 pessoas, dando em média, 253 sessões por estabelecimento e 189 espectadores por sessão cinematográfica.

Se dêssemos totais extrairmos os da capital da República, representados por 94 cinemas e cine-teatros, 91.591 sessões, uma assistência de 23.408.687 pessoas e as médias de 975 sessões por estabelecimento e 256 espectadores por sessão, teremos para o resto do Brasil 1.307 cinemas e cine-teatros, 262.229 sessões, uma assistência de 43.300.072, e as médias de 201 sessões por estabelecimento e 166 espectadores por sessão.

Considerando a população de 43.246.931 em 31 de Dezembro de 1937 (1.801.784 no Distrito Federal e 41.445.147 nos Estados e no Território do Acre), temos que havia em funcionamento naquele ano um cinema ou cine-teatro para 30.869 habitantes no Brasil, sendo um para 19.168 habitantes no Distrito Federal e um para 31.711 habitantes no resto do país.

E' também interessante mostrar o aparelhamento escolar para projeção luminosa, fixa ou animada, segundo os resultados da estatística educacional. Com um pequeno quadro estatístico podemos traduzir essa atividade que apresenta entre nós gradual crescimento no sexênio abrangido pelo respectivo inquérito:

ANOS	ESTABELECEMENTOS DE ENSINO											
	PRIMÁRIO				NÃO PRIMÁRIO				EM GERAL			
	Total	Que possuíam aparelhamento para projeção luminosa			Total	Que possuíam aparelhamento para projeção luminosa			Total	Que possuíam aparelhamento para projeção luminosa		
		Fixa	Ani-mada	Total		Fixa	Ani-mada	Total		Fixa	Ani-mada	Total
1933.....	28.779	220	277	497	1.777	213	255	468	30.556	433	532	965
1934.....	29.649	219	475	694	1.828	253	273	526	31.477	472	748	1.220
1935.....	32.122	229	482	711	1.937	265	297	562	34.050	494	770	1.273
1936.....	34.089	322	492	814	1.959	230	265	495	36.048	552	757	1.309
1937.....	37.011	351	542	893	2.064	345	286	631	39.075	696	828	1.524
1938.....	37.711	366	552	918	2.160	459	338	797	39.871	825	890	1.715

Eis ainda o número de municípios onde havia em 1938 estabelecimentos escolares dotados de equipamento para demonstrações luminosas de fins didáticos:

Número de municípios	{	Com aparelhamento, no ensino primário geral, para projeção..	Fixa.....	133
			Animada.....	170
			Fixa e animada..	71
	{	Com aparelhamento, no ensino não primário, para projeção...	Fixa.....	126
		Animada.....	76	
		Fixa e animada..	73	

E quanto ao movimento do Instituto Nacional do Cinema Educativo, de Março de 1936 a Novembro de 1940, segundo informações fornecidas para o *Anuário Estatístico do Brasil*, os resultados se resumem da seguinte forma: filmes editados 158, sendo 21 de 35 mm (*standard*) e 137 de 16 mm, dos quais 43 sonoros e 94 silenciosos; filmes adquiridos por compra, por doação ou permuta 284. Diafilmes para conferências e aulas: 13 editados e 80 adquiridos. O Instituto atendeu a 573 escolas e 251 associações culturais, tendo realizado 301 projeções externas com o seu próprio aparelhamento. No período a que se referem os dados, foram realizadas em todo o território nacional 1.840 exibições de filmes escolares fornecidos pelo Instituto.

5 — RADIODIFUSÃO

Ninguém ignora que a história do Rádio começa na última década do século passado, quando MARCONI, utilizando o trabalho científico de HERTZ, BRANLY, LODGE e outros, realiza suas primeiras experiências com o telégrafo sem fio. Em 1907, DE FOREST instala em alguns navios aparelhos radiotelefônicos. Anos depois BERLINER aperfeiçoa o microfone e em 1920 a companhia Westinghouse inaugura nos Estados Unidos a primeira estação radiodifusora, existindo então apenas alguns milhares de aparelhos receptores prontos a funcionar.

No Brasil, em 1923, um grupo de professores — HENRIQUE MORIZE à frente — funda a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com fins puramente educativos, sem qualquer apoio oficial, a não ser a isenção de direitos alfandegários para o material de importação necessário à montagem da estação. Vemos, assim, a iniciativa privada abrir caminho ao grande empreendimento da radiocultura.

Em Novembro de 1924 surge um regulamento de serviços civis de radiotelegrafia e radiotelegrafia, baixado pelo Governo da República, que, pela primeira vez entre nós, cogita de estações radiodifusoras. E' também em 1924 que a Grã-Bretanha institue um departamento emissor de programas educativos em seu formidável sistema de radiodifusão oficial. Inicia-se em outros países a irradiação de programas com idêntica finalidade e a seguir vão aparecendo as primeiras revistas especializadas na técnica do *broadcasting*. A radiobibliografia atinge em pouco tempo proporções relativamente consideráveis, quer em obras, quer em periódicos.

No ano de 1926, assinala-se em nossa capital novo surto de iniciativas ligadas ao desenvolvimento da radiodifusão, como meio de educar, divertindo o público. E' seu principal orientador o professor ROQUETTE

PINTO, grande animador do cinema e rádio educativos, que prossegue anos afora no seu patriótico esforço de integrar e prolongar a obra da educação nacional com êsses magníficos processos técnicos. A União Internacional de Radiodifusão, criada em 1925 pelas próprias empresas de rádio, inicia na Europa suas atividades no domínio das questões de organização técnica e de colaboração em matéria de programas. Promovem-se conferências e convenções para tratar da radiofonia e criam-se novos organismos que se dedicam à radiodifusão e ao estudo de seus problemas de ordem moral e jurídica. O Instituto Internacional de Cooperação Intelectual preocupa-se particularmente com a intercomunicação cultural e entra em entendimentos com vários países interessados nesse e noutros aspectos relacionados com o movimento de radioexpansão mundial.

As experiências e os resultados até então obtidos pelas grandes organizações radiodifusoras do mundo emprestam um relêvo excepcional ao *broadcasting* como instrumento das mais universais aplicações. Seria ocioso, porém, descrever em toda a sua extensão os serviços que essa invenção presta à humanidade, hoje que as próprias emissoras de toda a parte o fazem com muito mais eficiência pelas suas ondas que contornam o mundo em um décimo de segundo. Qual a cinematografia, sôbre ser um possante meio de interpenetração mútua no campo internacional, tem na vida particular de cada povo o papel de vulgarizar conhecimentos úteis e de manter a unidade espiritual, cultivando também o respeito pelas instituições nacionais.

Não sendo, pois, um mero elemento de distração ou um simples agente de publicidade, a sua ação faz-se valer com vantagem nos domínios da ciência, da higiene, da educação cívica, moral, física e estética, e adquire lugar destacado na vida política.

Observações feitas há poucos anos pelo dr. W. F. OGBURN, da Universidade de Chicago, apresentam entre outros os seguintes resultados positivos quanto à influência da radiodifusão sôbre a sociedade:

#### I — Ação unificadora

Aumenta a cooperação mútua entre as multidões por estímulos comuns.

As quêrelas regionais no domínio da cultura tendem a desaparecer.

A cultura artística e musical das cidades penetra nas aldeias e no campo.

As classes sociais e os grupos econômicos tendem a aproximar-se.

Os habitantes das regiões afastadas são informados sôbre acontecimentos mundiais.

O horizonte dos iletrados transforma-se de modo singular.

Desenvolve o conhecimento da língua pátria.

Favorece a pronúncia correta das palavras, a dicção normaliza-se e os dialetos diminuem.

## II — *Divertimento e recreio*

Constitue novo elemento de recreio e de divertimento.

Favorece grandemente o gosto pela música.

Oferece ensejos muito mais frequentes à prática do bem.

Anima a produção de melhores discos fonográficos.

Precinde da necessidade de vozes possantes, pelos meios que oferece de ampliar a sonoridade vocal.

Anima a produção de radiodramas, o **teatro pelos ares**, nos quais não figuram senão alguns caracteres e comportando apenas poucos atores.

Torna mais apreciável o caráter internacional da música.

Proporciona distração aos inválidos, aos cegos, às pessoas atacadas de surdez parcial e aos habitantes das regiões isoladas.

Mantém o contacto espiritual dos prisioneiros com a vida exterior.

Aumenta o interesse pelos desportos.

Anima consideravelmente a dança e as reuniões familiares.

Fornece meios de distração às pessoas que viajam por estradas de ferro, a bordo ou em automóvel.

## III — *Ação educativa*

Dá lugar à realização de cursos regulares.

Favorece a educação dos adultos.

Proporciona o ensino de línguas a um sem número de alunos.

Incentiva a aquisição de livros.

Constitue um meio auxiliar do ensino primário.

Concorre para melhorar as condições de vida higiênica dos lares.

Serve para transmitir as disposições sobre acontecimentos quotidianos.

Favorece a discussão de problemas que interessam as relações internacionais.

Contribue para que sejam promovidas certas reformas.

Serve para divulgar a atividade das autoridades públicas.

Aumenta as palavras dirigidas às mães sobre as artes domésticas, os cuidados a serem dispensados aos filhos, etc.

Desperta o interesse dos adultos pela leitura, devido à crítica das obras publicadas.

Aproxima os meios universitários das outras classes sociais.

Proporciona assuntos de discussão para os estudiosos.

Apresenta novos métodos pedagógicos: palestras e conferências, feitas por pessoas de renome.

E novas e mais amplas observações em sentidos diferentes haveriam de ser acrescentadas às do professor OGBURN nos anos que se sucederiam, com resultados utilíssimos para a prática cada vez mais racionalizada da radiodifusão em todas as sociedades cultas.

Felizmente, o regime instituído no Brasil em 1930 inspira-se no afã de bem cuidar dos prementes problemas sociais, e os centros radiofônicos do país, que representavam uma grande soma de esforços particulares, passam a ter melhor situação no quadro das iniciativas governamentais.

No que diz respeito à esfera de ação cultural do Ministério da Educação e Saúde, o decreto n.º 20.047, de 27 de Maio de 1931, é o primeiro ato da Revolução Brasileira que considera a radiodifusão de interesse nacional e de finalidade educativa. Provendo à unificação desse serviço numa rede nacional, o art. 12 do referido decreto estabelece normas para a instalação e o tráfego das estações respectivas, por iniciativa, ou da própria União, ou de empresas civis brasileiras, mediante concessão, subentendida a conformação com as exigências educacionais e técnicas fixadas, estas pelo Ministério da Viação e aquelas pelo Ministério da Educação. Seria organizada uma rede difusora, cujas estações irradiariam, simultaneamente, programas nacionais.

O regulamento aprovado pelo decreto n.º 21.111, de 1.º de Março de 1933, para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional, mostrou a nova orientação do Governo Federal no sentido de dotar o país de um serviço de radiodifusão que correspondesse às suas imperiosas necessidades de cultura e de educação, e estabeleceu que a rede nacional de radiodifusão, convenientemente unificada em seus serviços sob o controle do Ministério da Viação, fôsse utilizada como instrumento de cultura popular. O mesmo regulamento também previu a orientação educacional dos serviços a cargo do Ministério da Educação e dispôs sobre a transmissão e retransmissão do programa nacional de radiocultura "destinado a ser ouvido, ao mesmo tempo, em todo o território do país, em horas determinadas, e versando sobre assuntos educacionais, de ordem pública, social, religiosa, econômica, financeira, científica e artística".

A consideração do Chefe do Governo Provisório é submetido um projeto para o financiamento da rede nacional de radiodifusão, abordando um aspecto do problema que não consta do regulamento a que se refere o decreto n.º 21.111. O autor do projeto, sr. ALOÍSIO JOSÉ DA ROCHA, admitindo, preliminarmente, que a rede deveria consistir de duas estações de 50 kwts, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo, e de 24 estações regionais de fôrças de poder diferente, destinadas à retransmissão dos programas nacionais, sugere, para o seu financiamento, a organização de um sindicato de classe, constituído de todos os fabricantes, importadores, agentes e negociantes de material de radiocomunicação, o qual sindicato se incumbiria da realização do serviço nacional de radiodifusão "mediante reforma da tarifação aduaneira para o dito material, sendo esta a única contribuição do Governo Federal". O plano

proposto visa, entre outras vantagens para o funcionamento de uma eficiente aparelhagem, para o que poderia ser levantado o fundo de 15.000:000\$000 entre as classes interessadas, auxiliar as temporadas de arte e tornar acessível a todas as escolas e à quase totalidade dos lares brasileiros a posse de receptores radiofônicos.

A Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, que fica incumbida de estudar esse projeto e propostas e consultas várias encaminhadas ao Ministério da Educação sobre a radiodifusão em geral, propõe a designação de uma comissão especial de técnicos para assentar as medidas preparatórias executivas previstas no regulamento, adiantando desde logo alguns alvitre para solver a momentosa questão. Aludindo, ora a projetos em que já havia colaborado, ora a processos submetidos ao seu exame, a Diretoria propugna nos seus pareceres a criação definitiva do Instituto de Cultura Popular, em o qual, dentro das linhas gerais sugeridas, se incluiriam diversas instituições científicas, departamentos e serviços técnico-educativos coordenados em um sistema de vasta projeção nacional.

No conjunto dos serviços de radiotransmissão, os problemas apresentam-se complexos e variados. Há numerosos interesses em jôgo; exigências legais a cumprir no terreno técnico e no educacional. Algumas empresas, por iniciativa própria, organizam programas, dando curso a uma ação educativa que se traduz em relevantes serviços na falta do organismo ideal que a primeira Comissão de Rádio apenas consegue delinear. A Confederação Brasileira de Radiodifusão coopera no que está ao seu alcance para coordenar os serviços. Em 1933 funda-se no Rio de Janeiro a Rede Brasileira de Rádio Amadores, associação destinada a cultivar as boas práticas do radioamadorismo e a colaborar no seu desenvolvimento e na propaganda do Brasil. Em Roma a Comissão da Conferência Parlamentar Internacional de Comércio estuda o projeto de uma convenção internacional de radiodifusão que ajuste o direito internacional e público, pois que a própria existência da radiodifusão depende de um acôrdo entre as nações sobre a matéria.

O decreto n.º 24.651, de 10 de Julho de 1934, cria o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural do Ministério da Justiça, e a Comissão Técnica do Rádio tem as suas atribuições definidas em o decreto n.º 24.655, de 11 de Julho de 1934.

O Governo Brasileiro faz-se representar na Conferência Sul Americana de Radiodifusão, realizada em Buenos Aires, de Março a Abril de 1935. Na distribuição das frequências utilizáveis entre os países signatários dessa conferência, cabe ao Brasil 13 canais de frequência exclusiva além das que podem ser usadas em comum. A Câmara dos Deputados e ao Senado são apresentados projetos de lei referentes à radiodifusão. Os debates processam-se em tórno de questões técnicas de ordem geral e também no sentido particular de incorporar o rádio educativo ao sistema educacional, de tal forma que toda a população do interior se possa beneficiar da sua ação cultural.

Ao Ministério da Educação e Saúde é doada em 1936 a Rádio Sociedade (PRA 2), a qual fica incorporada aos serviços do Instituto Nacional de Cinema Educativo até passar a estação oficial do Ministério. A Diretoria de Estatística, Informações e Divulgação colabora no serviço de informações e propaganda dessa estação, no que interessa aos fins do Ministério, fornecendo-lhe assiduamente curtos comunicados e notícias para a transmissão radiofônica.

A Constituição de Novembro de 1937 atribue privativamente à União explorar ou dar em concessão os serviços da radiocomunicação, bem como legislar sobre a matéria. Segundo o mesmo Estatuto, os Estados poderão vir a legislar sobre radiocomunicação para suprir as deficiências da lei federal ou atender às peculiaridades locais, desde que não dispensem ou diminuam as exigências da lei federal.

Em 13 de Dezembro de 1937, os governos do Canadá, Estados Unidos da América, Nicarágua, Chile, Guatemala, Panamá, Colômbia, Haiti, Perú, Cuba, México, Uruguai, República Dominicana e Venezuela, reconhecendo as vantagens da cooperação e mútuo entendimento que resultam do intercâmbio de pareceres com respeito às radiocomunicações, por seus plenipotenciários à primeira Conferência Interamericana de Radiocomunicações, reunida em Havana, de comum acôrdo e sob reserva de ratificação, firmam uma convenção, que se ajusta às estipulações da Convenção Internacional de Telecomunicações de Madri, de 1932.

Finalmente, o decreto-lei n.º 1.915, de 27 de Dezembro de 1937, cria o Departamento de Imprensa e Propaganda com seis Divisões, entre as quais a de Radiodifusão, e estabelece que o D. I. P. tem por fim centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos Ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional, cabendo-lhe ainda, entre outras importantes atribuições, fazer a censura intelectual e organizar e dirigir o programa de radiodifusão do Govêrno. O mesmo decreto extingue, na antiga repartição, os serviços de direção e controle das atividades públicas relacionadas com os dois principais setores (imprensa e propaganda) do novel Departamento e passa tudo para êste grandioso centro de coordenação espiritual e de irradiação das iniciativas oficiais nos múltiplos ramos da administração brasileira.

Essa criação tem como principal fito zelar pela manifestação do pensamento, pelos aspectos que melhor refletem o estadó social e intelectual de uma época, revelando o grau de civilização de um povo.

Confiada a direção dêsse Departamento a espíritos de escol, a atividade do D. I. P. é de molde a dar nítida impressão de haver atingido a sua finalidade de auscultação e orientação do meio pátrio. Em seu papel diuturno, adverte, como dizia JEREMIAS BENTHAM, que "as palavras devem ser pesadas como diamantes", incentivando o valor e afeiçoando o povo, como os indivíduos, às diretrizes do progresso, na evolução da vida nacional.

O sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em 20 de Dezembro de 1939, promulga (decreto n.º 5.040) a Convenção Interamericana de Radiocomunicações, de Havana, de 1937, e manda que a referida convenção, acôrdo e ata final, aprovados a 20 de Julho de 1939 e ratificados a 19 de Setembro do mesmo ano, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém.

A estatística internacional, que já vinha há anos se ocupando da radiodifusão, revelou em 1931 dados interessantes: 35.000.000 de aparelhos receptores no mundo inteiro, avaliados em cêrca de 11.000.000:000\$000, e 5.500 empregados nas emprêsas emissoras, as quais absorviam capitais no valor de 1.000.000:000\$000 e consumiam aproximadamente um e meio bilhões de kwts. de energia elétrica. As estações brasileiras eram 20 apenas, com 16.650 watts.

Pelas informações divulgadas em o último *Anuário Estatístico do Brasil*, tendo-se aproveitado, em dois casos, os dados de 1937, e, em um os de 1936, obtivemos para 1938 o total de 69.252.125 aparelhos receptores em 30 países da Europa, 13 da Ásia e Oceania, 12 da Africa e 8 da América. Nesse total o Brasil figura com 88.810 aparelhos, cifra que representa apenas o número de registros feitos no Departamento dos Correios e Telégrafos, tendo havido provavelmente grande evasão de possuidores de rádios. Em 1939, os registros de aparelhos, somente no Distrito Federal, subiram a 143.301, importando em 716:505\$000 o global das taxas arrecadadas.

Em 31 de Dezembro de 1937, as estações difusoras do Brasil somavam 63, sendo uma do Govêrno Federal, quatro dos governos estaduais e 58 de emprêsas particulares. Localizavam-se 13 no Distrito Federal, 25 nas capitais regionas e 25 em cidades do interior. Tínhamos em São Paulo 28, no Distrito Federal 13, em Minas Gerais 6, no Rio Grande do Sul 4, no Rio de Janeiro 4, e uma em cada um dos seguintes Estados: Amazonas, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Baía, Paraná e Santa Catarina.

Quanto ao aparelhamento de radiorecepção nas escolas públicas e particulares, graças à propaganda desenvolvida pelo Ministério da Educação a favor da criação e desenvolvimento dos serviços que visassem a utilização dêsse meio auxiliar do ensino, assinalam-se resultados práticos em numerosos Estados. As estatísticas educacionais, de 1934 em diante, registram no ensino não primário o número de estabelecimentos que possuíam equipamento radiofônico para os programas educativos. Dessas estatísticas obtiveram-se os seguintes dados gerais: 1934, 274 educandários aparelhados (15% do total); 1935, 299 (15,4%); 1936, 328 (16,7%); 1937, 416 (20,2%); 1938, 478 (22,1%).

Nos dois quadros seguintes podemos apreciar a organização e as atividades das estações radiodifusoras da capital da República, no ano de 1939:

I — PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS ESTAÇÕES

Prefixo	DESIGNAÇÃO	Ano de inauguração	ENTIDADE MANTENEDORA		CARACTERIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES EMISSORAS					
			DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL	Nacionalidade da empresa fabricante	Potência		Frequência de onda		Horas de transmissão diária, em média
						Alimentadora (kW)	Na antena (W)	Quilômetros	Metros	
PRA 2	Serviço de Rádio-Difusão Educativa...	1923	Ministério da Educ. e Saúde.....	—	Inglesa....	6,0	1.000	800	375,0	8
PRA 3	Rádio Clube do Brasil	1924	Rádio Clube do Brasil, S. A.....	1.000.000\$	Brasileira..	40,0	10.000	860	348,8	13
PRA 9	Rádio Soc. Mayrink Veiga.....	1926	Rádio Soc. A. Mayrink Veiga.....	2.000.000\$	Holandesa	120,0	20.000	1.220	245,9	12
PRB 7	Rádio Educadora do Brasil.....	1927	Rádio Educadora do Brasil, S. A.....	120.000\$	Brasileira..	27,0	5.000	900	333,3	12
PRC 8	Rádio Soc. Guanabara	1933	Rádio Soc. Guanabara	800.000\$	Brasileira..	30,0	5.000	1.360	220,6	15
PRD 2	Rádio Cruzeiro do Sul	1934	Rádio Cruzeiro do Sul, S. A.....	1.200.000\$	Brasileira..	40,0	10.000	1.060	283,0	12
PRD 5	Rádio Difusora do D. Federal.....	1934	Prefeitura do D. Federal.....	—	U. S. A....	6,5	1.000	1.400	214,4	5
PRF 4	Rádio Jornal do Brasil	1935	Soc. Anônima Publicidade <i>Jornal do Brasil</i>	4.000.000\$	Inglesa....	60,0	10.000	940	319,0	12
PRG 3	Rádio Tupi.....	1935	Rádio Tupi, S. A.....	1.000.000\$	Inglesa....	72,0	10.000	1.280	234,4	12
PRH 8	Rádio Ipanema.....	1935	Rádio Ipanema, S. A.	400.000\$	Brasileira..	17,0	5.000	1.130	265,5	14 1/2
PRE 3	Rádio Transmissora Brasileira	1935	Soc. Rádio Transmissora Brasileira.....	1.250.000\$	U. S. A....	40,0	10.000	1.180	245,9	13
FRE 8	Rádio Nacional.....	1936	Empresas "A Noite"	—	Holandesa	200,0	20.000	980	306,0	17 1/2
PRE 2	Rádio Vera Cruz.....	1937	Rádio Vera Cruz, S. A.	500.000\$	Brasileira..	25,0	5.000	1.430	209,8	13

II — ATIVIDADES

ESPECIFICAÇÃO		Dados numéricos	ESPECIFICAÇÃO		Dados numéricos	
Total anual de horas de transmissão e retransmissão		57.554				
Segundo o local	Transmissões	Do próprio estúdio....	50.878	Segundo o assunto (concl.)	Representações teatrais.....	1.676
		De teatros e outras casas de espetáculos.....	345		Humorismo.....	1.024
		De logradouros públicos	877		Conferências e palestras literárias....	711
		De assembleias parlamentares.....	—		Solenidades cívicas.....	652
		De institutos culturais	418		Solenidades religiosas.....	215
		De outros lugares.....	1.037		Assuntos pedagógicos.....	985
		Retransmissões	De estações nacionais..		3.931	Cursos... {
De estações estrangeiras	68	De línguas.....	40			
		De ginástica.....	620			
		De música.....	103			
Segundo o assunto	Música (1)...	Clássica {	Lírica.....	1.262	Transmissões para crianças.....	548
		Concertos....	820	Assuntos médico-sanitários.....	410	
		De câmara..	831	Notícias jornalísticas.....	1.879	
		Sacra e litúrgica.....	124	Transmissões de discos.....	26.333	
		Canto (solista) e coral..	1.036	Propaganda comercial.....	5.960	
Ligeira (comum).....	8.513	Outros assuntos.....	3.585			

1 Computados unicamente os programas de "música viva", isto é, com exclusão da música fonográfica.

## 6 — REVISTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Instituída com recursos provenientes da taxa cinematográfica para a educação popular, a revista, sob a orientação do seu ilustre idealizador, seria editada em linguagem fácil, amplamente ilustrada e com tiragem suficiente para que o Ministério da Educação pudesse distribuí-la gratuitamente por todos os estabelecimentos de ensino federais, estaduais e municipais, além de imprimir-se um certo número de exemplares para venda ao público a preço módico.

Na hora em que medidas importantes começavam a ser postas em prática no supremo interesse da educação, sai a revista e torna-se famosa como um aspecto inédito da consciência intelectual ao serviço do bem coletivo. A sua divisa é: “em todos os lares do Brasil, o conforto moral da Ciência e da Arte”.

A respeito desse periódico assim se manifestou em 1932 o sr. ministro dr. FRANCISCO CAMPOS: “Até agora a União nada havia realizado em benefício da cultura popular. Esta revista representa a primeira contribuição federal à obra de educação do povo brasileiro, constituindo um notável empreendimento, destinado a ter uma larga e proveitosa repercussão no país. Ao sr. ROQUETE PINTO se deve a iniciativa de editá-la e a sua competência e tenacidade representam uma segura garantia de que a *Revista Nacional de Educação* é uma obra destinada a viver e a vencer.”

A emoção e o interesse nas apreciações a que deu causa a distribuição da revista pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, que também teve a seu cargo a correspondência respectiva, bem definem a índole da gente brasileira sempre ansiosa por alguma coisa que alimente o espírito, despertando os sentimentos artísticos e estéticos; algo que seja pedagogicamente simples e assimilável por qualquer das suas camadas. Missivas aos milhares vieram de todos os municípios do país com francos aplausos do administrador, do professor, do sacerdote, do estudante e do chefe de família, compenetrados todos do valor dessa dádiva oriunda de nobres propósitos que permitiram florescessem durante o decênio as mais virtuosas obras de finalidade construtiva. O eminente cientista e pioneiro do cinema educativo no Brasil, sr. ROQUETE PINTO, a propósito de mais essa iniciativa, declarava que a publicação de uma revista com semelhante caráter constituía um velho sonho que ele tinha a ventura de ver plasmado em realidade, depois de tantos anos de labores científicos e campanhas em prol da educação popular.

Quando, por motivos alheios à vontade dos realizadores da revista, cessou a sua circulação, já em o n.º 21, a tiragem havia atingido cerca de 15.000 exemplares. Hoje, o reaparecimento da *Revista Nacional de Educação* ainda é insistentemente reclamado por todas as classes sociais que a desejam ver de novo entre os instrumentos de vulgarização que educam e formam o espírito público e incentivam o progresso da civilização nacional.

## 7 — PLANETARIO

Eis-nos entre os magos resplendores de uma excursão a remotas regiões sidéreas. Infinito o panorama, o olhar vai longe. Aqui, uma festa de fúlgidas legiões; ali, um derrame de lágrimas cintilantes; além, um manto espectral de filandras luminosas.

Súbito, precípito corpo cadente golpeia ermo espaço. Peregrinos crisólitos descrevem órbitas elípticas em eterna translação, e, de vez em quando, errantes meteoros passam flamejando. Miríades de rútilos diamantes aglomeram-se em penachos gigantescos, e sôbre um límpido fundo de negro veludo três anéis laminados circundam fantástico globo alaranjado.

Na algidez hiperbórea vivo e dominador clarão percorre a linha do horizonte; depois, somente tênue claridade na penumbra da grande noite hibernal.

Surge plena de argênteo brilho a deusa Selene que veloz se afasta para dar lugar ao arrebol de majestoso orto. Difunde-se a claridade rosicler pela amplidão distante: é o alvorecer, e a natureza sorri à volta triunfante do radioso astro da vida.

A ciência moderna pôs ao alcance de todos admiráveis visões dos céus projetados na cúpula de um Planetário com o cromatismo animado, segundo o aspecto a ser demonstrado em espetáculos de caráter popular. Merecem, assim, especial relêvo as iniciativas que visaram proporcionar também ao povo brasileiro essas deslumbrantes excursões celestiais, que servem a um só tempo de instrução e recreio.

Interessando-se pela realização de tais objetivos, em 1931, a Diretoria de Estatística do Ministério da Educação propôs, como um dos complementos do Instituto de Cultura Popular, a instalação de um Planetário semelhante aos que já funcionavam nas principais cidades do mundo, e divulgou também do mesmo passo informações sôbre o funcionamento e o alcance dessa importante instituição de ensino da astronomia e cosmografia.

Eis alguns trechos transcritos em um comunicado de propaganda relativo à iniciação astronômica e às maravilhas do Planetário:

“Nos grandes e populosos centros, onde a orgia das luzes artificiais ofusca, o tumulto das ruas atordoa e o forte dinamismo da labuta quotidiana tolhe e embota a sensibilidade ante as magnificências da natureza que só falam à alma nos ambientes tranquilos e silenciosos, ninguém se lembra das maravilhas que existem sôbre nossas cabeças. Em verdade, e em detrimento da educação popular, é grande o desinteresse do homem moderno pelos fenômenos astronômicos. Apesar do muito que na antiguidade se procurou aprender acêrca dos enigmas celestes,

em nossos dias ninguém se ocupa com isso, e a criança, objeto embora dos nossos maiores cuidados educativos, deixa a escola primária ou o ginásio, nada ou muito pouco sabendo acerca do nosso próprio sistema solar.

A astronomia, entretanto, é um dos mais interessantes ramos do conhecimento humano, e o seu cultivo, ainda que rudimentar, contém esplêndidas virtudes educativas, porisso que essa ciência, como nenhuma outra talvez, põe em evidência, de impressionante maneira, a harmonia do universo, a fatalidade das leis naturais, o poder de previsão do conhecimento científico e a profunda poesia e religiosidade que derrama sobre o espírito humano a contemplação da natureza.

Não precisa ser encarecida, portanto, a conveniência de despertar a atenção das massas populares, e especialmente a da adolescência, para os fenômenos celestes. Se o rudimentarismo do ensino da astronomia em todos os colégios do mundo não permitia alcançar-se aquele objetivo, forçoso era que se descobrisse um meio pelo qual a contemplação do céu tivesse para o povo um particular interesse e se pudesse fazer em condições de permitir a êste penetrar um pouco nos feéricos mistérios do firmamento.

A solução desse problema constituiu obra da indústria e ciência alemãs, representadas, nesse particular, pela fábrica Karl Zeiss, com sede na cidade de Iena, e um dos mais reputados estabelecimentos de ótica de todo o mundo. E essa solução se consubstanciou num admirável aparelho — o Planetário.

O Planetário nada mais é do que um conjunto maravilhoso onde se congregam mais de 100 projetores, variadas engrenagens delicadíssimas e dispositivos de alta mecânica e eletro-motores. Com êle representam-se todos os planetas e estrêlas, até 6,2 de grandeza, que perambulam pela abóbada celeste, e tais como aparecem aos nossos olhos, numa admirável imitação da natureza.

O aparelho é colocado no meio de uma vasta sala em forma circular, cujo teto deve ser uma cúpula semi-esférica forrada de tela branca. Nesse ambiente, com pouca luz e posto em funcionamento o Planetário, ter-se-á a ilusão completa de que se observa o próprio firmamento. Aí, então, podemos viver, em poucos minutos, dias e anos; transportar-nos a milênios de distância no passado ou no futuro; contemplar panoramas celestes até então sempre ocultos aos nossos olhos; admirar o sol da meia noite nas regiões polares; passar uma noite em pleno polo, ou então, numa rápida viagem de polo a polo, ver a Estrêla Polar suceder no zênite ao Cruzeiro do Sul; em suma, ter uma visão grandiosa do espaço, impossível mesmo de se descrever, porque as grandes sensações são indescritíveis. O Planetário, numa palavra, é um verdadeiro teatro que tem como cenário o espaço infinito, e como artistas os próprios

astros. Constitue, sem dúvida, uma obra prima de ótica, mecânica e eletricidade, e nenhum povo civilizado, dentro em pouco, se dispensará de possuí-lo, ao menos no seu centro de maior cultura.”

Finalmente, a execução dessa iniciativa, que virá dotar a metrópole brasileira de um melhoramento de inestimável valor para a instrução prática e recreio popular, constituirá também marcante realização cultural do Governo GETÚLIO VARGAS. E' que a idéia lançada pela antiga Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação no sentido de ser construído, sem onus para o Tesouro, mediante engenhoso financiamento, o Palácio da Educação e Cultura, no local em que se acha o Silogeu Brasileiro, mas com finalidades muito mais amplas, foi definitivamente aceita pelo sr. Presidente da República, que aprovou o decreto n.º 2.326, de 20 de Junho de 1940, dispondo sôbre a construção desse monumental palácio para abrigar a sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com seus órgãos executivos centrais, e bem assim numerosas instituições culturais e administrativas. Além do Planetário que aí será mantido em regular funcionamento nas condições que o Conselho Nacional de Geografia estabelecer, já em sessões públicas, já em programas especiais dedicados a estabelecimento de ensino, haverá, também, com acesso facilitado à assistência das sessões astronômicas e ao público em geral, uma Exposição Permanente de Educação e Cultura. Essa Exposição, que tornará também vitorioso um antigo projeto da repartição de estatística do Ministério da Educação, será organizada sob os auspícios do Conselho Nacional de Estatística e com a colaboração dos Ministérios interessados e dos governos regionais, nela se representando as realizações brasileiras em matéria de educação, cultura, saúde e assistência médico-social, por meio de documentação adequada (fotografias, maquetes, esquemas, publicações, mapas e gráficos diversos).

#### 8 — BIBLIOTECAS, MUSEUS E ARQUIVOS PÚBLICOS

A necessidade de promover a autocultura pela disseminação de instituições acessíveis a todas as camadas da população tem merecido a devida compreensão dos responsáveis pela ação construtiva e civilizadora desenvolvida nesse setor durante o último decênio.

Do seu principal centro de iniciativa e propulsão da cultura nacional — o Ministério da Educação e Saúde — teem partido, desde os primeiros dias da instalação desse organismo de administração e controle, medidas que bem veiculam o interesse do Governo da República em concretizar objetivos de aperfeiçoamento das condições da instrução popular.

Não podendo resolver de uma feita todo esse grande problema de tantas e tão complexas ramificações, cuja gravidade se vinha acentuan-

do com o adiamento indefinido das medidas de correção e reorganização que se impunham, começou a administração pública por ampliar paulatinamente os recursos de estímulo e de assistência moral e intelectual ao povo brasileiro, cooperando e conjugando esforços e possibilidades no propósito deliberado de assim preservar e aumentar o patrimônio cultural do país.

Das iniciativas levadas pela Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação à consideração do sr. ministro da Educação, iniciativas essas que coincidiram com a orientação geral do programa traçado para as atividades ministeriais, cabe também assinalar a que visou coordenar a ação dos Governos da União, dos Estados e dos Municípios, no sentido de instalar bibliotecas, museus e arquivos públicos. De acôrdo com uma promoção da referida Diretoria, em Dezembro de 1932, o sr. ministro WASHINGTON PIRES dirigiu ao presidente de Minas Gerais, ao govêrno militar de São Paulo e aos interventores federais nos Estados e no Território do Acre o seguinte aviso-circular, cujo teor foi amplamente divulgado na imprensa do país:

“Entre as atribuições do Ministério da Educação e Saúde Pública inscreve-se a de promover a coordenação das atividades e recursos governamentais — sejam dos diferentes órgãos da própria União, das suas unidades políticas ou dos Municípios — em benefício da cultura nacional.

No campo dessa competência, e sob as vistas e a orientação — deve-se frisar — do Chefe do Govêrno, que repetidamente tem entendido de fazer intervir de modo direto a sua autoridade em prol das iniciativas tomadas com aquele fim, várias realizações de notável significação já registra a fôlha de serviços dêste departamento ministerial.

Nesse sentido é de lembrar, particularmente, o patrocínio da IV Conferência Nacional de Educação e a realização, por ocasião dêsse certame, do Convênio Estatístico, do qual já se podem esperar os melhores resultados, graças ao empenho com que todas as entidades convencionantes o estão procurando cumprir. E merece ainda referência a solícita colaboração obtida das administrações estaduais em vários empreendimentos de fins culturais, tais como: a elaboração do Anuário do Ministério com desenvolvida matéria sôbre os nossos monumentos históricos e artísticos e trabalhos mais ou menos completos sôbre a situação educacional e médico-sanitária do país; a constituição e o regular funcionamento, em benefício dos serviços do Ministério, do corpo de correspondentes regionais; o encaminhamento da organização do corpo de informantes municipais, que com aquele vai colaborar; e o início das providências para o preparo da grande e preciosa coletânea que se destina a ser o *Anuário da Legislação e Administração Municipal*.

Uma outra iniciativa, parece-me agora oportuna qual a de promover-se, sob os auspícios do Govêrno Federal, a conjugação dos esforços das administrações regionais e municipais no sentido de

se integrar, ainda que em moldes os mais modestos, de acôrdo com as premências financeiras do momento, o sistema nacional de bibliotecas, arquivos e museus públicos.

O elenco dessas instituições na esfera administrativa federal já é praticamente completo, correspondendo a organizações técnicas modelares, que veem preenchendo plenamente os seus fins.

Muitos Estados já contam, também, excelentemente organizados, os três aludidos serviços. Outros, porém, só possuem um ou dois dentre êles, geralmente o arquivo, e algumas vèzes o arquivo e a biblioteca.

Quanto aos Municípios, não se falando nos pequenos depósitos de papéis das secretarias das câmaras municipais, em regra sem organização nem caráter de **arquivo público**, pode dizer-se que raríssimos são os que possuem uma ou outra das aludidas organizações, e ainda mais raros — se é que algum exista — os que possuam como instituições franqueadas ao público um **arquivo**, uma **biblioteca** e um **museu**.

Ora, tais instituições devem existir, como serviços verdadeiramente **públicos**, isto é, mantidos pelo Poder Público e para o público, em todas as circunscções administrativas ou políticas do país, pois, constituindo, como constituem, um índice de civilização, consideradas como patrimônios culturais, são ainda instrumentos de utilidade universalmente reconhecida para a instrução e a educação do povo. E, especialmente no caso brasileiro, a presença delas é indispensável e urgente, pois só assim se resguardará de uma dispersão ou destruição, que infelizmente se tem processado quase que sistematicamente, excelentes acervos bibliográficos, preciosíssimos elementos de museu, principalmente de valor artístico ou histórico, e até a documentação de caráter mais essencial da história administrativa e social das coletividades comunais e estaduais.

Sentindo-se tão claramente, portanto, esta grande lacuna no aparelhamento cultural da Nação, e uma vez que a êste Ministério cabe, como deixei assinalado, estimular de todas as maneiras o progresso da nossa civilização, não pode êle ficar alheio a tal situação, antes lhe corre o dever de concitar e patrocinar um movimento simultâneo, generalizado e uniforme quanto às suas diretivas essenciais, nos Estados e Municípios, com o objetivo de se organizarem quanto antes aqueles serviços, dentro das possibilidades atuais das respectivas administrações, e, por conseguinte, segundo planos bastante singelos, mas práticos e capazes de bem atingir os seus propósitos. E êsse dever se torna tanto mais imperioso quanto os governos revolucionários ora à testa da vida nacional teem precisamente por missão realizar obra de renovação e integração das atividades do Poder Público, para tal fim achando-se êles armados de excepcional autoridade, que os habilita com um potencial de cooperação e latitude de movimentos, ainda não verificados em tempo algum da vida nacional.

Por todos êsses motivos, pois, sinto-me à vontade para submeter à esclarecida apreciação dos dignos chefes dos governos que presidem a administração das unidades federativas as seguintes sugestões, que formularei apenas em tese, afim de que sejam tomadas na conside-

ração que merecem, tendo em vista a situação especial que se deparar, no respectivo âmbito de autoridade, a cada um dos seus ilustres destinatários.

Alvitrarei em primeiro lugar a iniciativa direta dos aludidos governos em ordem a se instituírem imediatamente, aqueles, dos serviços culturais considerados, ainda não existentes nos seus aparelhos administrativos, mas não como entidades autônomas, que seriam excessivamente onerosas para o momento, e sim simples desenvolvimentos ou ampliações dos porventura já em funcionamento. Essa medida se justifica plenamente — e consagra-a a prática de alguns Estados, dadas as estreitas afinidades entre os serviços de biblioteca, museu e arquivo, e acarreta a vantagem de permitir que os objetivos em vista se concretizem por meio de providências muito simples e pouco onerosas, utilizando-se a sede do serviço que fôsse ampliado e com o recurso da transferência para êle de funcionários de outras dependências, que oferecerem condições de fácil especialização.

Será de prever-se que, em comêço, os novos serviços assim organizados não venham a ter largas condições de expansão nem se vistam logo de uma técnica perfeita. Mas deles devem originar-se providências que pela sua continuidade não de conseguir, com o tempo, apreciável acervo daqueles elementos que se destinam a colecionar e conservar. Além do que os respectivos serventuários poderiam fazer um curto estágio de especialização na repartição federal congênere, e esta, por sua vez, cederia oportunamente, em condições que seriam cuidadosamente fixadas no intuito de facilitar a medida, os técnicos que fôssem orientar *in loco* os incipientes serviços estaduais.

E como iniciativa complementar à que acabo de expor, sugiro a determinação, pelos governos regionais, aos chefes das administrações municipais, que são hoje seus delegados e, portanto, excepcionalmente acessíveis à sua influência, para que instale cada um deles, quanto antes, no próprio edifício da secretaria da câmara, aos cuidados do respectivo diretor, auxiliado por um zelador, os serviços de biblioteca, museu e arquivo públicos.

Criado o conjunto de tais serviços, e desde que se lhes faça inteligente propaganda, estou certo de que não tardarão a afluir para êles apreciáveis contingentes de donativos, os quais se irão colecionando metodicamente e entrarão a proporcionar desde logo, ainda que em forma rudimentar, os benefícios culturais a que se destinam. E para orientar os esforços do pessoal, naturalmente sem nenhuma especialização, que for utilizado para tal fim, se recomendará que os serviços assim organizados mantenham contacto e intercâmbio com os serviços estaduais congêneres, o que evidentemente resultará em recíprocos benefícios. Mas a *Revista Nacional de Educação*, que já é distribuída gratuitamente às câmaras municipais, se incumbirá ainda de vulgarizar para uso de tais serviços a técnica elementar a utilizar pelos seus encarregados, afim de dar ordem e apresentação adequada ao material que for sendo coligido; juntando-se a isto ainda o possível concurso do Ministério expresso na oferta de coleções didáticas ou outras, de objetos de museu e biblioteca, para tal fim especialmente preparados.

Pelo desenvolvimento dessas secções municipais de biblioteca, museu e arquivo se poderia ainda interessar a iniciativa particular, tra-

duzida especialmente no amparo do professorado local ou das associações culturais, quicá de sociedades surgidas para protegê-las e torná-las condignas expressões do espírito de progresso e da cultura das coletividades comunais a que servissem.

Uma pequena verba anual votada pelo município permitirá, ainda, a aquisição progressiva para a biblioteca municipal, das principais obras de literatura, história, etc., bem como as de vulgarização científica ou técnica, que puderem contribuir para despertar o hábito e o gosto da leitura na população local, alteando aos poucos o seu nível mental e a sua cultura, ao mesmo tempo que permitindo a revelação de muitas vocações obliteradas ou desviadas por falta de oportunidade para se tornarem concientes da própria força.

Se o arquivo teria reduzido movimento, limitando-se à boa guarda da documentação da vida municipal, já ao museu caberia função mais extensa e mais dinâmica. Constituí-lo-iam naturalmente várias secções — ainda que pequena cada uma delas — de modo a ficarem representados os principais tipos das coleções que os institutos dessa espécie costumam possuir, e a se conseguir para a formação de cada qual uma colaboração especial. O professorado local, por exemplo, com o auxílio dos seus alunos, muito poderá fazer pela secção de história natural. Para a secção econômica e comercial, a lavoura e a indústria locais, satisfazendo os seus próprios interesses de propaganda, forneceriam os mostruários. E para a secção de objetos artísticos e históricos, não faltariam também donativos.

Mediante o esforço assim previsto em suas linhas mais gerais, creio bem que haveríamos de formar em pouco tempo, graças aos admiráveis frutos do espírito de cooperação, quando bem conduzido, e do entusiasmo com que a nossa gente sabe corresponder às iniciativas que visam o bem público ou uma conquista cultural, um sistema inteligentemente engrenado, de bibliotecas, arquivos e museus públicos, distribuídos, como é lógico, em numerosidade crescente e importância decrescente, pelos planos administrativos — da União, dos Estados e dos Municípios. E de tal sistema poderemos esperar não só a formação e o resguardo de um preciosíssimo cabedal para o estudo das coisas brasileiras, senão ainda uma intensa projeção civilizadora sobre nossas populações.

Com essa prefiguração do quadro a que nos poderá levar a idéia que ora estou lançando, dirijo-me com vivo empenho a V. Exc., solicitando o seu interesse pelo aproveitamento das sugestões formuladas, na medida do que, nessa unidade da Federação, ainda estiver por fazer e for possível realizar no sentido delas, ainda que porventura sob moldes algum tanto diferentes.

Das providências do seu governo que esta circular venha motivar, e dos resultados em que elas se forem traduzindo, rogo a V. Exc. que se digne de dar ciência a este Ministério, não só para fins dos registros, aqui feitos, das ocorrências culturais que se verificam no país, mas ainda para a útil divulgação e propaganda que o assunto comporta e o encaminhamento de medidas que lhes possam traduzir praticamente, sob a inspiração da própria experiência, o patrocínio, o estímulo e a cooperação da administração federal."

Como útil consequência dessa circular várias municipalidades iniciaram o estabelecimento de bibliotecas que tiveram o amparo do Ministério dentro dos recursos orçamentários atribuídos para esse mister. A Diretoria de Estatística promoveu a doação de publicações disponíveis e atendeu a numerosas consultas do interior sobre a instalação das instituições a que se referiu o aviso-circular, mantendo a sua cooperação na medida do possível até ser dada nova organização aos serviços ministeriais pela lei n.º 378, de 13 de Janeiro de 1937.

O Instituto Cairú, criado por essa mesma lei, com a finalidade de publicar a *Enciclopédia Brasileira*, alargou depois o campo de suas atividades, sob a inspiração do ministro GUSTAVO CAPANEMA, e, transformado pelo decreto-lei n.º 93, de 21 de Dezembro de 1937, em Instituto Nacional do Livro, prosseguiu na tarefa de "incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional", já tendo favorecido o estabelecimento de cerca de 100 dessas instituições, distribuindo para mais de 20.000 livros, segundo dados fornecidos pelo referido Instituto.

#### 9 — CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E OUTRAS INICIATIVAS CULTURAIS

Uma política progressista assenta necessariamente na perfectibilidade do sistema administrativo e dos processos de cultura material e espiritual. A orientação de uma época, tanto no domínio da teoria, como no terreno da prática, depende do conceito que se faça dessa perfectibilidade, como causa e fundamento precípua da civilização. Grande e nobre, pois, é a função do Estado quando no melhor sentido dêsse conceito promove os meios e a proteção de que o homem precisa para que feliz nos seus labores com eles auxilie a causa comum do progresso econômico e do bem-estar social.

Assim no alargamento dos limites da ciência, em cada ciclo histórico, como na expansão das experiências e pesquisas visando adquirir conhecimentos, treinar capacidades, guiar e estimular a educação, como, ainda, na cultura social dos cidadãos procurando formá-los também numa mentalidade de iniciativa, de honestidade, de reflexão e vontade a bem da comunidade, importa muitas vezes debater, ventilar, esclarecer e demonstrar, em particular e no conjunto, as condições e as tendências do que ocorre em todos os setores de ação humana, pelas assembléias de estudo e investigação e pelas exhibições públicas.

A começar pela série de conferências periódicas promovidas pela Associação Brasileira de Educação, sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde, com o fim de focalizar e pesquisar soluções genuinamente nacionais para os problemas da instrução no Brasil, coube à Diretoria prestar uma ativa colaboração nos trabalhos preliminares e cooperar por todos os meios ao seu alcance para o êxito desses certames.

As *Conferências Nacionais de Educação*, criadas pelo aludido sodalício em 1925, dada a significação das conclusões técnicas e sugestões úteis às atividades que se dedicam à obra do ensino, teem tido o apoio entusiástico do Governo, principalmente depois que se instituiu no país a nova ordem de coisas, cujo decênio está sendo agora comemorado. Realizaram-se êsses conclaves em 1931 (4.<sup>a</sup> Conferência, no Rio de Janeiro); 1932 (5.<sup>a</sup> Conferência, em Niterói); 1934 (6.<sup>a</sup> Conferência, em Fortaleza); 1935 (7.<sup>a</sup> Conferência, no Rio de Janeiro).

A cooperação da estatística na ação informativa e educadora do Governo verificou-se também em outros movimentos culturais assinalados desde 1931 através do território pátrio. Graças ao patrocínio oficial, tanto as demonstrações de ordem literária e científica, como as diferentes missões, articuladas ou conduzidas no sentido de elevar o nível social da massa sertaneja e de incentivar, pela vulgarização e pelo disciplinamento, a renovação de aspectos outros da vida nacional, alcançaram resultados práticos que se refletem agora em realizações de maior raio de influência, realizações essas devidas à atual organização do Ministério.

As iniciativas que a seguir mencionamos, adotando a fórmula sintética da resenha anteriormente divulgada pelo órgão estatístico da Educação e Saúde, com relação ao sexênio 1931-1936, foram as primeiras que se inscreveram no ativo das realizações ministeriais e no das instituições dedicadas à obra cultural do Governo.

I — Além do apoio dado às conferências promovidas pela Associação Brasileira de Educação a partir de 1931, o Ministério colaborou nas atividades do Congresso Panamericano de Geografia e História, reunido no Rio de Janeiro em 1932, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; do I Congresso Brasileiro de Ensino Regional, reunido na Baía em 1935, por iniciativa da Sociedade dos Amigos de Alberto Tórres; do Congresso da Associação Médica Panamericana, no Rio e em São Paulo, em 1935; e de outras conferências e exposições culturais realizadas sob os auspícios do Governo.

II — Teve início em 1931 a publicação de comunicados oficiais destinados a manter o público a par das questões relativas à educação, cultura e saúde pública, logrando êsses comunicados acolhida gratuita nos principais órgãos de publicidade e nas revistas técnicas. A série relativa às estatísticas do ensino primário foi editada em volume especial (vol. XXI da Biblioteca de Educação) pela Companhia Melhoramentos de São Paulo e a série sobre a organização dos serviços de saúde pública nos Estados foi reproduzida no Boletim da Repartição Sanitária Panamericana, de Washington. Elevou-se a 209 o número de comunicados distribuídos pela Diretoria de Estatística até 1938. O recurso da vulgarização dos resultados estatísticos, por meio de comunicados de

imprensa, redigidos de maneira a tornar acessível à mentalidade popular, de modo impressionante, o significado dos números, é hoje utilizado em larga escala pelas repartições federais e regionais da administração pública.

III — Concorreu-se para a realização em todo o Brasil dos atos comemorativos da Semana da Educação, e para que a Sociedade dos Amigos de Alberto Tórres publicasse um jornal instrutivo — *O Educador Rural* — destinado à distribuição gratuita entre as populações do interior com intuito principal de melhorar a cultura das referidas populações, orientando-as num sentido predominantemente ruralista. Prestou-se também todo o concurso possível à obra da Cruzada Nacional de Educação, facilitando-se a distribuição do material de ensino e propaganda.

IV — Foi feita intensa propaganda, aqui e nos Estados, mas principalmente por ocasião das 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Conferências Nacionais de Educação, em favor das Vilas Escolares, ou sejam grandes educandários rurais em regime especial de internato ou semi-internato. Também se fez publicidade acérca da Semana dos Fazendeiros na Escola Agrícola de Viçosa e, depois, do Mês Feminino, no mesmo educandário, tendo-se lançado também o alvitre da Quinzena Universitária destinada a proporcionar úteis períodos de férias a alunos de escolas superiores nos estabelecimentos de ensino agrícola.

V — Auxiliou-se diretamente, com o oferecimento de publicações e a remessa gratuita do material apropriado, a benemérita campanha levantada pela Sociedade dos Amigos de Alberto Tórres em prol dos Clubes Agrícolas Escolares. Lançou-se com o concurso da mesma sociedade o plano de fundação de uma Colônia-Escola modelo, no Vale do São Francisco, onde seriam internadas famílias sertanejas do mais baixo teor de vida sob os pontos de vista sanitário, social e econômico, as quais, em um estágio de um ou dois anos, receberiam, como colonos, a mais ampla assistência social e educativa, para depois serem localizadas a título efetivo como pequenos proprietários, na zona de influência da colônia. Uma tese nesse sentido foi levada ao Congresso de Ensino Regional da Baía, onde o tema mereceu o aplauso de grupo numeroso de provectoros educadores. Essa tese foi reproduzida, com apreciações encomiásticas, em o n.º 28, vol. IV (Julho de 1933), da *Revista de Organización Científica*, órgão do *Comité Nacional de Organización Científica del Trabajo* — Barcelona — Madri.

VI — Divulgaram-se repetidamente sugestões sôbre o envio de missões culturais ao interior do país. Depois não somente se fez publicidade de apoio às Semanas Ruralistas que a Sociedade dos Amigos de Alberto Tórres lançara com os mais brilhantes resultados, mais ainda se colaborou diretamente na organização de algumas delas, como, por exem-

plo, a de Ponte Nova, onde, além dos cursos, palestras e exposições realizadas, se inaugurou uma bela Exposição Regional e se deixaram lançadas as bases do movimento em prol da construção de um leprosário e onde foi também criada a Biblioteca das Moças de Ponte Nova.

VII — Secundando idéias lançadas por educadores brasileiros, o Ministério iniciou a propaganda relativa à criação das escolas normais rurais, tendo, assim, contribuído para a criação da Escola Normal Rural de Juazeiro do Ceará e colaborado na campanha de que resultou, como consequência do Congresso de Ensino Regional da Baía, a criação da Escola Normal Rural de Feira de Santana. Nestes últimos anos, porém, o Ministério tem levado muito mais adiante as suas próprias iniciativas de criação e instalação de estabelecimentos modelares oficiais destinados ao ensino profissional rural e outras modalidades úteis à educação do interior brasileiro.

VIII — Formou-se um ambiente propício à colaboração das Forças Armadas na grande obra da organização e educação nacional. Essa iniciativa provocou uma aproximação, que deu apreciáveis resultados, entre o Estado Maior do Exército e os dois sodalícios culturais — a Associação Brasileira de Educação e a Sociedade dos Amigos de Alberto Tórres. Dessa tentativa resultou ainda a organização de uma comissão de representantes daquelas duas sociedades e da Liga da Defesa Nacional, para elaboração de um ideário cívico de organização e defesa nacional.

IX — Foi feita intensa propaganda relativamente à organização regular, pelos governos municipais, do *Anuário de Legislação e Administração dos Municípios*. A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em sua sessão inaugural, fez sua essa campanha, votando a resolução n.º 13, de 30 de Dezembro de 1936, à qual foi apenso o texto da circular ministerial sobre o assunto.

X — O Ministério da Educação insistiu junto aos governos regionais e municipais, no sentido de ser levantada, ainda que em comêço precariamente, a cartografia corográfica dos municípios. Essa tentativa conseguiu a elaboração de grande número de cartas municipais, físicas e políticas, e focalizou o assunto de tal modo que constitue êle hoje um dos objetivos principais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E a êsse objetivo referiu-se expressamente o sr. Presidente GERÚLIO VARGAS na memorável mensagem telegráfica que dirigiu aos governos regionais, salientando a importância capital de sua solidariedade às atividades do mesmo Instituto. Com a lei n.º 311, de 2 de Março de 1938, denominada *Lei Geográfica do Estado Novo*, consolidou o Governo os princípios fundamentais da sistematização do quadro territorial da República e deu definitivo impulso à campanha da cartografia municipal que se viu coroada de êxito na exposição dos 1.574 mapas de todos

os municípios do país, exposição essa franqueada ao público em 29 de Maio de 1940 e que constituiu “a mais ampla e completa documentação cartográfica já reunida no Brasil”. Prestigiando com a sua presença a abertura desse certame comemorativo do 4.º aniversário do Instituto, o sr. Presidente da República expressou mais uma vez o seu interesse pelas grandes realizações culturais e, dirigindo-se aos técnicos presentes à solenidade, concluiu a sua oração inaugural com as seguintes palavras:

“Deve-se isto à reconhecida operosidade e ao desinteresse patriótico do embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES que, supervisando o trabalho geral, emprega aquela tenacidade e aquela atividade, tão próprias do seu temperamento, para conseguir ótimos resultados em todas as empresas em que os seus esforços e a sua direção se fazem sentir.

Apreciando tais fatos e antes de encerrar esta sessão, para irmos, então, examinar o resultado consignado na exposição dos mapas municipais que servirão de base ao levantamento da carta geral do Brasil, quero apresentar a esses dedicados servidores do país, com a declaração de que eles bem corresponderam à expectativa do Governo e às necessidades nacionais, as minhas felicitações e os meus agradecimentos.”

XI — No intuito de facilitar o ensino da língua vernácula, a Diretoria de Estatística do Ministério da Educação e Saúde Pública sugeriu, por promoção dirigida ao ministro, a simplificação ortográfica, que foi objeto do decreto n.º 20.108, de 15 de Julho de 1931, e procedeu mais tarde a um interessante inquérito, cujos resultados revelaram que, em quase unanimidade, os nossos educadores e educacionistas eram decididamente favoráveis à reforma.

XII — Como meio de resolver em termos amplos os problemas educacionais, com o pleno concurso dos técnicos e segundo um critério verdadeiramente nacional, foi proposta a realização de uma Convenção de Educação, cujas bases foram fixadas pelo decreto federal n.º 24.787, de 14 de Julho de 1934, tendo a Diretoria de Estatística elaborado o projeto dessa Convenção.

XIII — Trabalhou-se no sentido de esclarecer a opinião pública no tocante ao tema do ensino religioso, procurando salientar o sentido de respeito à verdadeira liberdade espiritual, o que determinou o ato do Governo Provisório, permitindo tal ensino nos educandários oficiais.

Essas e ainda outras iniciativas, tomadas pelo Ministério da Educação com objetivo de racionalização dos serviços departamentais, de incentivo às atividades educacionais e de cooperação e intercâmbio com os meios orientadores da cultura brasileira, tiveram como resultado movimentos firmes e criações mais amplas, que aí estão, num imenso campo de trabalho, a cimentar a solidariedade e a harmonia da ação

comum em que as tradições e as aspirações são: a ordem e o progresso num monumento imperecível de unidade nacional.

Segundo estatísticas para 1936 já publicadas no *Anuário Estatístico do Brasil* — Ano IV — 1938, e informações especiais que já obtivemos para 1940 (até Novembro), registraram-se os certames e as missões que constam do quadro seguinte:

## EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E MISSÕES

ESPECIFICAÇÃO		ANOS			
		1936	1940		
Exposições...	Municípios onde se realizaram exposições.....	43	42		
	Exposições rea- lizadas	Quanto ao objeto	Gerais.....	10	34
			Especializadas	37	36
	Exposições rea- lizadas	Quanto ao âmbito	De finalidade econômica.....	30	111
			De finalidade cultural.....	1	1
			Regionais, municipais ou locais.....	13	10
		Total.....	63	170	
	Total.....	77	181		
Congressos e conferências	Municípios onde se realizaram congressos ou conferências.....	29	25		
	Conferências e congressos rea- lizados	De assuntos econômicos.....	15	17	
		De assuntos sociais.....	19	30	
		De assuntos científicos.....	14	25	
		De assuntos literários e artísticos.....	4	4	
		De assuntos educacionais.....	32	9	
	Total.....	84	85		
Missões leigas	Municípios onde se realizaram missões.....	42	...		
	Missões rea- lizadas	Econômicas.....	1	...	
		Científicas.....	13	...	
		Cívicas.....	4	...	
		Culturais.....	71	...	
	Total.....	89	...		

No desenvolvimento de algumas das atividades culturais, a que se refere o presente capítulo, a cartografia do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, embora lutando com dificuldade de aparelhamento, trabalhou sempre com o máximo proveito, cooperando com diversas instituições da administração pública no preparo de material gráfico para ilustrar trabalhos descritivos e outros de divulgação estatística ou educacional e também na organização de várias mostras cartográficas em certames nacionais. De suas contribuições especializadas podemos salientar as que destinaram a exposições de estatística e educação, promovidas pela A. B. E. de colaboração com o Ministério da Educação e Saúde, o material que está sendo elaborado para o próximo congresso cultural de Goiânia, e ainda o que o espaço concedido permitiu expor, sobre os assuntos de alçada do Ministério, na atual Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro.

## INTERCAMBIO BIBLIOGRÁFICO E COOPERAÇÃO INTELECTUAL

Mudaram-se os tempos em todas as regiões do orbe. Antigos costumes e hábitos, diretrizes do pensamento, doutrinas políticas e econômicas, crenças religiosas — tudo se submeteu a um processo de transmutação que prossegue em um sentido de finalidade ainda obscura. A geração atual acha-se entre dois mundos — o passado, em desintegração rápida, e o futuro, que se apresenta sombrio ante o que poderá advir do conflito tremendo de forças antagônicas com princípios políticos, econômicos e sociais divergentes. Nações admiravelmente civilizadas organizaram-se para a destruição mútua e iniciaram uma época de incríveis paradoxos, jogando com o destino da própria humanidade.

Internacionalistas contemporâneos atribuem o fervor bélico, em vias de generalizar-se pelo mundo inteiro, à falta de um reajustamento social compatível com o vasto fenômeno das transformações universais. A sociedade — dizem eles — é um instrumento destinado a servir à humanidade e por isso precisa ser mantida perfeitamente identificada com as necessidades crescentes do homem. Mas, o que se vê em certos países é a sociedade alheando-se da humanidade. Aquela não atende mais a esta, e, mutuamente contraditórias, hostis mesmo, caminham para um caos onde a liberdade, o sentimento e a razão contrastam com uma utópica mística incongruente, na prática, como a própria teoria que lhe deu origem.

E' preciso — insistem — edificar os planos nacionais no quadro de uma estrutura universal que satisfaça a uns e a outros; valorizar as teorias úteis, desprezando as que não passam de meros resíduos do passado sem aplicação no presente ou no futuro; e construir a teoria do porvir pelo estudo científico do fenômeno universal, nela baseando as regras práticas indispensáveis aos reajustamentos que se façam mister para que a civilização continue suas gloriosas criações somente para o bem da humanidade.

Para servir êsse princípio moral fundamental; manter a possibilidade de uma nova e maior era de progresso humano; acelerar o ritmo da fé e dar substância às esperanças de uma paz indestrutível, impõe-se o estudo profundo das ciências sociais e a aplicação dos seus mais puros princípios, como base das relações humanas elevadas a um sentimento espiritual que consagre instituições e tradições seculares e crie um ambiente de compreensão entre as nações, fazendo confluir os propósitos econômicos e culturais, para o interesse comum. Em suma, promover o acôrdo das inteligências, acôrdo universal que sobreponha a ordem do Direito e da Justiça às forças nefastas do esbulho e da anarquia.

Aproximar os povos pelo espírito e pela inteligência tem sido no Brasil uma política tradicional de ação prática que sempre correu paralela aos ideais de harmonia e concórdia. Desde o século passado que a diplomacia brasileira se projeta além fronteiras na defesa dos postulados da justiça internacional e nas campanhas em prol das soluções amistosas. Entretanto, a solução de alguns problemas, a bem do renome do nosso país e do progresso moral e intelectual do nosso povo, dependia ainda de modificação da ambiência em certos meios administrativos manifestamente indiferentes à cruzada de educação dos espíritos. Nesse aspecto, porém, o decênio derradeiro caracteriza-se por uma atividade intensa e abrangente em que se empenhou o Itamarati com a colaboração de novos organismos oficiais.

Assim, além de assegurar dentro do próprio país o equilíbrio das energias civilizadoras, o atual Governo tem podido levar com êxito a intervenção esclarecida da inteligência ao terreno internacional, fornecendo ao mundo um exemplo vivo de solidariedade e de consciência humanitária.

De vários pontos de vista, podemos apreciar numerosas contribuições prestadas ao conagraçamento de idéias no campo, não só, das relações jurídicas, como no das relações econômicas, sociais e intelectuais, nos últimos 10 anos. Salientemos, porém, sob êste último aspecto, algumas realizações em que, ainda na incipiência do novo regime, tomou parte ativa o Ministério da Educação por intermédio do seu órgão técnico de estatística e informações.

Prestigiosas e cultas entidades, integradas em organização de caráter internacional, criaram instrumentos e processos de aproximação universal e de formação espiritual, cujo desenvolvimento, entretanto, passou a depender da realização dos ideais de mútuo entendimento e de cooperação ativa. Para a consecução dessa bela obra sucederam-se as conferências, os convênios e os tratados que versaram atividades desinteressadas e altruísticas e afagaram aspirações sentimentais em generosos empreendimentos que, todavia, e não obstante o fatalismo das convulsões que irrompem periodicamente e tudo esfacelam quando falha a procedência ou deserta o senso da compreensão, hão de continuar em sua faina de restaurar, repor, reconstruir o patrimônio comum, e, utilizando prodigiosas reservas de ponderação e sabedoria, hão de rehumanizar a sociedade. Será esta a grande causa do futuro, a depender sobretudo dos intelectuais que, para alcançar o fim almejado, devem prosseguir na heroica tarefa *"d'amener le plus grand nombre possible d'hommes à reconnaître, non seulement en paroles, mais par leurs actes mêmes, l'importance fondamentale de cette chose qui prime tout, et pourtant est constamment oublié: la vérité"* — conforme o sr. MIGUEL OSORIO DE ALMEIDA se expressou em correspondência com os srs. PAUL VALÉRI e HENRI FOCILLON sôbre uma *"Société des Esprits"*.

No continente americano os primeiros passos para o aplainamento das divergências pelo arbitramento foram dados sob a inspiração dos princípios advogados por SIMÃO BOLÍVAR. Hoje, as mais lídimas iniciativas de amizade e de estreitamento das relações humanas no hemisfério ocidental florescem à sombra de bela e frondosa árvore plantada precisamente há 50 anos: a União Panamericana. Segundo as palavras do sr. secretário de Estado CORDELL HULL, "a União Panamericana constituiu-se um elemento indispensável às nossas relações interamericanas. A sua atividade nas conferências periódicas das nações americanas tem contribuído poderosamente para eliminar suspeitas e temores, criando simpatias e confiança entre as nações deste continente". Os interesses culturais tem merecido da União desveladas atenções e, além de múltiplas atribuições regulamentares em outros importantes setores de intercâmbio econômico-social, vasto é o programa da sua Divisão de Cooperação Intelectual.

O Brasil, país desde longos anos signatário de várias convenções internacionais de ordem cultural, tendo mesmo estabelecido precedentes magníficos de aproximação e a conhecida **diplomacia universitária** para o estreitamento das relações entre os intelectuais, em 1909 ainda não se desobrigara integralmente dos compromissos assumidos nesse particular. Precárias as contribuições obtidas com semelhante finalidade, o Ministério das Relações Exteriores insistentemente solicitado a prestar suplementos informativos sobre este ou aquele aspecto da vida intelectual brasileira, as improvisações de emergência não asseguravam uma documentação no estrangeiro, útil ao conhecimento da nossa civilização. Por outro lado, a Biblioteca Nacional não dispunha de recursos para a aquisição de obras destinadas a manter eficiente serviço de permutações internacionais, faltando-lhe também para esse fim a colaboração de outros centros bibliográficos do país.

A nova política inaugurada pelo Presidente GETÚLIO VARGAS em 1930 proporcionou o desejado ensêjo de aperfeiçoamento das relações entre o nosso país e outros, deste e dos demais continentes. Um dos primeiros atos legislativos da Revolução, relativo ao intercâmbio cultural, teve por origem uma solicitação da União Panamericana sobre a qual a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação assim se manifestou, na promoção dirigida ao sr. ministro da Educação e Saúde Pública em 29 de Julho de 1931:

Sr. ministro.

O Ministério do Exterior, pelo aviso que dá origem a este processo, remeteu a V. Ex., por cópia, e acompanhada dos respectivos anexos, uma carta dirigida pelo professor L. S. ROWE, diretor geral da União Panamericana, à nossa Embaixada em Washington, solicitando que o Governo do Brasil baixe um decreto, semelhante ao que já foi baixado por várias repúblicas americanas, pelo qual se insti-

tua a secção brasileira da biblioteca da dita União como depositária oficial de um exemplar de todos os livros, documentos, informes, mapas e quaisquer outras publicações oficiais brasileiras, mas ficando logo designada a dependência governamental no Rio de Janeiro a quem caiba o encargo da remessa solicitada. E o pedido acrescenta que um dos resultados da medida proposta seria proporcionar um conhecimento melhor do Brasil aos estudantes, escritores, viajantes e homens de negócios que constantemente procuram na Biblioteca da União Panamericana dados e informes sobre o Brasil.

A medida é, sem dúvida, de grande utilidade e alcance. Parece, porém, que a oportunidade da sua decretação deverá ser aproveitada para o estabelecimento de um conjunto de providências, com as quais, corrigida grave lacuna em nossa legislação, se assegure:

I — a exequibilidade integral, não só da medida proposta, como dos compromissos assumidos pelo Brasil como país aderente à Convenção de Bruxelas, de 15 de Março de 1886, relativa ao intercâmbio de publicações entre os países signatários da Convenção;

II — a instituição de depósitos oficiais da bibliografia oficial brasileira nas sedes das principais instituições, tanto nacionais como estrangeiras, ou internacionais, cuja natureza justificar tal medida, aí compreendida, especialmente, a Sociedade das Nações, além da União Panamericana, e as grandes bibliotecas, museus, institutos científicos, repartições de estatística geral, etc.;

III — a intensa permuta de publicações oficiais entre as repartições brasileiras editoras e as suas congêneres estrangeiras, visando simultaneamente o conhecimento e o depósito, no país, das publicações oficiais estrangeiras, e a vulgarização, no estrangeiro, da bibliografia brasileira.

Dadas, porém, as condições financeiras do país, os objetivos expostos se deverão conseguir sem aumento de despesa, isto é, inteiramente dentro dos recursos orçamentários de nossa administração. E, por outro lado, a organização a dar-se a um tal serviço deverá ser muito simples, para que não lhe falte a requerida eficiência.

Para tanto, parece-me que o decreto a ser baixado deverá instituir um mecanismo suficientemente prático, obedecendo às seguintes normas:

1.<sup>a</sup>, que as requisições de publicações para o serviço de intercâmbio bibliográfico brasileiro se façam diretamente entre as repartições interessadas;

2.<sup>a</sup>, que o fornecimento dessas publicações independa não só de pagamento direto mais ainda de qualquer movimentação de verbas, sendo levadas as respectivas importâncias (preço do custo ou de venda) ao débito de uma conta especial, na escrituração das repartições cedentes, sob rubrica serviço de intercâmbio bibliográfico brasileiro;

3.<sup>a</sup>, que se criem os necessários registros, nas repartições interessadas, da distribuição de publicações, feita pelo serviço de intercâmbio bibliográfico brasileiro, permitindo o perfeito controle da legalidade da sua execução e da eficiência da obra de vulgarização e propaganda que o referido serviço objetiva.

Tudo isto considerando, pois, submeto à consideração de V. Ex. o projeto de decreto junto, que já sofreu o exame do sr. diretor da Biblioteca Nacional, o qual concordou plenamente com todas as suas disposições."

Colimando os objetivos do projeto apresentado, foi instituído o Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico e regulada a sua execução pelo decreto n.º 20.529, de 16 de Outubro de 1931.

Esse ato legislativo, contendo disposições várias sobre as finalidades, a competência e as atividades de intercâmbio, em seu art. 2.º, atribuiu o Serviço às repartições dos ministérios que editassem publicações, à Biblioteca Nacional, onde já funcionava o Serviço de permutações internacionais, e à Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, cabendo a esta, entre outras atribuições, a de angariar os recursos bibliográficos requeridos para o desenvolvimento da cooperação intelectual, a de remeter a bibliografia completa do Governo Federal às repartições estaduais de estatística geral, e a de enviar informações ou documentos e trabalhos sobre os assuntos de sua alçada às repartições de estatística, documentação ou publicidade estrangeiras, com as quais mantivesse relações culturais.

De conformidade com o decreto n.º 20.529, a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação procedeu à execução da parte que lhe coube e propôs várias medidas complementares no sentido de obter sem aumento de despesa, com a cooperação dos editores, os elementos da bibliografia brasileira que se faziam necessários para atender a numerosos pedidos das instituições de cultura, nacionais e estrangeiras. Diminuindo, assim, as dificuldades causadas pela falta de numerário para manter o serviço de intercâmbio, e prestando o possível concurso à Biblioteca Nacional, pôde a repartição conduzir durante alguns anos regular permuta de publicações, do que resultou expandirem-se as suas relações culturais com numerosas instituições científicas e literárias desejosas de possuir determinadas obras, ou coleções de obras, da nossa produção bibliográfica.

No intuito de concorrer para o desenvolvimento dessa produção e também para que houvesse trabalhos oficialmente editados e capazes de vulgarizar aspectos intelectuais e realizações administrativas do Brasil, numa larga distribuição dentro e fora do país, a Diretoria tomou ainda as seguintes disposições:

1.ª, iniciou a publicação do Boletim trimestral do Ministério da Educação e Saúde Pública, conseguindo que fôsem distribuídos quatro números, em dois volumes, contendo estatísticas, informações diversas, artigos doutrinários e toda a legislação referendada pelo titular desta pasta ou que interessava aos serviços a ela subordinados;

2.ª, iniciou a elaboração e a publicação dos Relatórios Gerais do Ministério. Publicado o primeiro, providenciou sobre o preparo dos se-

guintes, não tendo tido continuidade êsse trabalho em virtude de haverem sido requisitados pelo Gabinete do ministro os relatórios parciais;

3.<sup>a</sup>, promoveu a publicação de outros trabalhos relativos a assuntos educacionais, como, por exemplo, o relatório de uma missão que foi confiada nos Estados Unidos ao professor ISAIAS ALVES;

4.<sup>a</sup>, influiu indiretamente para o aparecimento de trabalhos uteis sobre a educação e outros assuntos relacionados com o programa ministerial, como o do professor CRAVEIRO COSTA, sobre o ensino em Alagoas, o do professor ANÍBAL DE MATOS, sobre os monumentos de Minas Gerais, o do professor SUD MENVUCCI, sobre o histórico da imprensa oficial de São Paulo, além de outros sobre a organização dos serviços de saúde dos Estados;

5.<sup>a</sup>, propôs a impressão de vários trabalhos de valor sobre assuntos educacionais e culturais, como, por exemplo, o do professor PRIMITIVO MOACIR, sobre a instrução no Império, e a *Cartilha da Probidade*, do professor FERNANDO MAGALHÃES. Sugeriu também a reimpressão dos célebres pareceres de RUI BARBOSA sobre o ensino;

6.<sup>a</sup>, lançou a idéia de editar o Ministério revistas técnicas de educação, encarregando-se cada órgão de fiscalização do ensino de editar a que cuidasse do ramo didático de sua especialidade. Algumas providências práticas foram tomadas nesse sentido pela Inspeção do Ensino Secundário;

7.<sup>a</sup>, lançou a iniciativa, que não pôde continuar por falta de recursos, da organização de edições padronizadas de gravuras avulsas, relativas a todos os aspectos brasileiros merecedores de vulgarização, para o fim de se poder improvisar facilmente as coleções especializadas que a cada instante são pedidas ao Ministério por pessoas ou instituições estrangeiras, que desejam conhecer documentadamente certas particularidades da vida brasileira.

Além de assegurar, mediante a sua intervenção direta junto às organizações educacionais dos Estados, a satisfação de grande número de pedidos formulados por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, para atender a embaixadas e às nossas missões diplomáticas acreditadas junto às nações amigas, a Diretoria também prestou apreciáveis serviços informativos diretamente a importantes organismos internacionais. Com referência às solicitações desses organismos, registraram-se diversos trabalhos de vulto especialmente elaborados com base em inquéritos e estudos extraordinários, com o desdobramento de pesquisas e análises não compreendidas no programa estatístico regulamentar, em um expressivo movimento de cooperação com as seguintes instituições: *Bureau International d'Education* (Genebra); União Pan-Americana (Washington); *World Federation of Education Associations* (Washington); *Bureau International du Travail* (Genebra); *Comisión de Protección Internamericana de la Propiedad Intelectual* (Montevideu); *International Friendship League* (Boston); *Office Permanent de*

*l'Institut International de Statistique* (Haia); *Carnegie Endowment for International Peace* (Nova York); *Commission Royale Belge des Echanges Internationaux* (Bruxelas); *American Association of University* (Nova Orleans); *Ligue Internationale pour l'Education Nouvelle* (Paris); *Société de Statistique de Paris*; *Office of Education* (Washington); e dezenas de outras instituições destinadas ao estudo científico das relações internacionais e outros centros de investigações sociológicas.

Particularmente quanto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, de Paris, centro de documentação e pesquisas educacionais, literárias, artísticas e científicas, abrangendo o preparo de certames culturais e múltiplos aspectos de intercâmbio nos diversos domínios do trabalho intelectual, as contribuições da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, constantes de artigos, memórias, notícias, *surveys* e monografias especiais foram grandemente apreciadas e transcritas em publicações de circulação universal. O nome do comandante ELISEU MONTARROYOS, que em Paris foi delegado do Brasil junto ao Instituto, ficou intimamente ligado ao desenvolvimento dessa cooperação entre nós, de cujas atividades êle participou anos seguidos, animando também a coordenação dos esforços de várias instituições com o formoso desígnio de ampliar no estrangeiro o conhecimento da vida social brasileira e firmar definitivamente o respeito pela nossa civilização. A morte colheu, não há muito, êsse ilustre oficial que, nos privilégios da inteligência, como no sentido das aspirações patrióticas, prestou reais serviços ao Brasil.

A Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, fundada no Brasil pelo dr. ALOÍSIO DE CASTRO, reorganizada em 1936 sob a presidência do professor MIGUEL OSORIO DE ALMEIDA, coube também papel relevante nos trabalhos realizados durante o decênio, no propósito de efetivar o intercâmbio cultural. Em harmonia com o Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores manteve essa comissão contacto direto com o Instituto de Paris, seguindo-lhe as diretivas e coadjuvando-o em seu admirável labor, mercê principalmente do prestígio e da assistência decisiva que lhe emprestaram os ilustres chanceleres do Itamarati e outras personalidades na diplomacia e nos meios intelectuais brasileiros. As atividades abrangeram a recepção oficial de missões culturais, o apoio à organização de embaixadas universitárias, conferências de vultos eminentes nas letras, nas ciências e nas artes, participação em congressos e exposições, edições de obras literárias para tradução no estrangeiro, contribuições para altos estudos internacionais, sendo sobretudo notável a sua atuação no movimento panamericano e em prol da instalação de Institutos de cultura, visando promover ainda maior aproximação intelectual entre o Brasil e outros países.

Graças às comunicações recebidas do comandante MONTARROYOS, com quem a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação manteve larga correspondência, foi possível trazer o público intelectual bra-

sileiro sempre informado sobre interessantíssimos aspectos das diferentes atividades do Instituto de Cooperação Internacional, de Paris.

Atendendo às solicitações do delegado brasileiro na capital francesa e às da própria Comissão de Cooperação Intelectual, de Genebra, foram encaminhados a um regular número de instituições européias de alta cultura estudos e trabalhos especiais, expressamente elaborados pela Diretoria de Estatística do Ministério da Educação. Essas contribuições, bem como as que se destinaram a organizações nacionais, a autoridades e a repartições e entidades diversas deste e de outros países, que as solicitaram, serão examinadas no capítulo "Estatísticas regulamentares e estudos especiais".

E no que tange particularmente a conferências e congressos realizados no estrangeiro no decorrer dos anos em que a Diretoria era, por assim dizer, o único órgão cooperador do Ministério, em matéria de intercâmbio cultural, as iniciativas tomadas tiveram uma expressão acima do que a rigor permitiam os recursos orçamentários disponíveis, quer para a constituição de delegações oficiais, quer para a documentação destinada à representação condigna do Brasil, quando isso se fizesse mister. Entretanto, como as condições financeiras quase geralmente não permitiam a participação dispendiosa por meio de qualquer dos dois processos, a repartição contribuía com trabalhos de sua própria elaboração, promovia intensa publicidade em torno do alcance e objetivos das reuniões convocadas, apelava para a colaboração de pessoas autorizadas, obtendo memórias especialmente escritas ou obras já impressas e, quando era o caso, coletava e expedia às comissões organizadoras material didático selecionado para as exposições culturais. Quanto a este último aspecto, há a assinalar o material obtido de educandários particulares e das administrações de ensino nos principais Estados para a exposição de Setembro de 1933, promovida pela instituição de cultura e de caridade de Santiago, *El Bando de Piedad de Chile*, reconhecida oficialmente como "cooperador da função educacional do Estado". O certame inaugurar-se-ia na data nacional da república andina, tendo, entre outros fins, o de fomentar o conhecimento recíproco das escolas americanas, seus métodos e trabalhos e dar a conhecer suas atividades e seus textos de estudos. O material enviado ao Chile, constante de livros, revistas, mapas e diferentes trabalhos de arte decorativa executados por escolares brasileiros, despertou referências elogiosas da imprensa daquele país e pronunciamentos endereçados pela autoridades competentes ao Governo Brasileiro, em os quais se salientava o apoio decisivo à iniciativa de cordialidade internacional que muito concorreu para maior e mútua compreensão espiritual de ambos os países.

Expressiva foi também a contribuição preparada para o Congresso Internacional de Ensino Técnico, realizado em Barcelona em 1934, para o qual, de acordo com as sugestões que a Diretoria apresentou ao sr. ministro da Educação, se obtiveram trabalhos interessantes, inclusive algumas memórias e estudos estatísticos completos sobre o ensino téc-

nico no Brasil. A diretoria cooperou ainda com as comunicações executivas de numerosas outras reuniões internacionais que se realizaram de 1931 a 1938.

Em Abril de 1932, o ministro das Relações Exteriores submeteu à apreciação do titular da pasta da Educação um ofício do delegado brasileiro na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, com o qual foram transmitidos ao Governo Brasileiro o relatório e resolução do *comité* técnico organizado pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual “para examinar o problema da coordenação internacional dos centros nacionais de documentação e estudos pedagógicos”. O principal objetivo da comunicação era o estabelecimento no Brasil de um centro nacional de documentação pedagógica capaz de prestar informações fidedignas ao Instituto de Paris e à Comissão de Genebra sobre: bibliografia brasileira; material de ensino; experiências e iniciativas nacionais em matéria de instrução pública; e documentação acerca das melhores condições para se realizarem viagens de estudo, coletivas ou individuais, etc. O centro tomaria parte também nas atividades de coordenação internacional da documentação pedagógica dos demais países cooperadores.

Solicitado o parecer da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação que, a despeito das dificuldades com que lutava por falta de pessoal e de material, vinha-se desdobrando também em trabalhos de documentação e pesquisas pedagógicas, manifestou-se ela favorável à criação do referido centro de estudos, o qual poderia constituir um dos departamentos técnicos do Instituto Nacional de Cultura Popular, cujo projeto havia sido proposto anteriormente. Não tendo tido, porém, realização a iniciativa quanto a esse Instituto, a Diretoria propôs a transferência de parte do programa de intercâmbio, para cuja execução integral lhe faltavam elementos, para uma Diretoria de Educação a ser criada como órgão novo na Secretaria de Estado em substituição ao Departamento Nacional de Educação. O decreto n.º 22.084 criou essa Diretoria Geral de Educação, mas o alvitre sobre o centro pedagógico só foi devidamente atendido pelo decreto n.º 24.439, de 21 de Junho de 1934, que, extinguindo aquela Diretoria, organizou a Diretoria Nacional de Educação, dando-lhe, entre as diversas atribuições, a de “constituir-se um Centro Nacional de Documentação Pedagógica, destinado a manter o intercâmbio de informações com o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, da Sociedade das Nações, e com os demais centros dos países filiados ao mesmo Instituto”. O novo órgão não chegou a funcionar com semelhantes atribuições e a Diretoria de Estatística continuou, como dantes, a informar os processos e a preparar a documentação referente ao intercâmbio cultural da Secretaria de Estado. O decreto n.º 580, de 30 de Julho de 1938, transformando o Instituto Nacional de Pedagogia, criado pela lei n.º 378, de 13 de Janeiro de 1937, em Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, facultou a instalação definitiva desse “centro de estudos de todas as ques-

tões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação” e de intercâmbio com as instituições culturais nacionais e estrangeiras.

Durante os seus sete anos de atividade não estatística, a Diretoria colaborou com as organizações de **Paz pela Escola**, tendo promovido entendimentos com a Casa do Estudante do Brasil e com outras instituições culturais para o estabelecimento da correspondência escolar internacional, procurando também interessar numerosas instituições nas solenidades do **Dia Panamericano**, do **Dia da Boa Vontade**, ao mesmo tempo que contribuiu com iniciativas ao seu alcance para o desenvolvimento, em nossos centros de cultura, da **Política de Boa Vizinhaça** instituída pelo grande Presidente **FRANKLIN ROOSEVELT**.

Sendo demasiado extensa a lista dos congressos, conferências e convenções internacionais, sôbre cuja organização ou trabalhos a Diretoria deu parecer, elaborou teses especiais ou lhes submeteu à apreciação projetos e estudos técnicos, apresentamos apenas o movimento numérico dêsses certames, que agrupamos, segundo o objeto, no esquema a seguir:

## CERTAMES REALIZADOS

	Número
Científicos.....	{ Em cidades européias..... 30
	{ Em cidades americanas..... 15
Educaçãois.....	{ Em cidades européias..... 14
	{ Em cidades americanas..... 4
	{ Em cidades asiáticas..... 2
Sociais.....	{ Em cidades européias..... 15
	{ Em cidades americanas..... 4
Literários e artísticos.....	{ Em cidades européias..... 6
	{ Em cidades americanas..... 2
De cooperação intelectual.....	{ Em cidades européias..... 4
	{ Em cidades americanas..... 2
De outros assuntos culturais.....	{ Em cidades européias..... 3
	{ Em cidades americanas..... 2
<b>Total.....</b>	<b>103</b>

Até o comêço de 1937, a Diretoria distribuiu gratuitamente, no país e no estrangeiro, cerca de 500.000 publicações diversas, beneficiando não só a particulares, mas também, e principalmente, a bibliotecas, universidades, institutos científicos e outras instituições culturais. A partir da execução da lei n.º 378, de 13 de Janeiro de 1937, que, na organização geral dos serviços do Ministério da Educação, instituiu o Serviço de Publicidade e outras organizações de estudo dos problemas da educação escolar e extra-escolar, das quais algumas também em certas funções de difusão e intercâmbio cultural, funções que a

Diretoria acumulava, abriram-se novas perspectivas à publicidade do Ministério. A Diretoria de Estatística passou a ocupar-se unicamente das elaborações técnicas e da distribuição dos resultados de seus inquéritos estatísticos; o Serviço de Publicidade passou a divulgar, “de modo circunstanciado, os projetos, os atos, as iniciativas, as obras, numa palavra, todas as realizações que o Governo Federal promove para dar solução aos dois problemas nacionais da educação e da saúde”, e o I. N. E. P. incumbiu-se do estudo das questões educacionais específicas e da interpretação analítica dos levantamentos da estatística cultural, constando o movimento dos seus serviços de intercâmbio e cooperação intelectual, anteriormente a cargo da Diretoria, de extensos registros expressos sob várias rubricas no último relatório (1938-39) do diretor do mesmo Instituto.

O Serviço de Permutações Internacionais da Biblioteca Nacional tem mantido com certa regularidade o intercâmbio bibliográfico da sua competência. Pelo seu relatório para 1938, verifica-se que naquele ano remeteu publicações a 204 bibliotecas e outras instituições estrangeiras, bem como a 107 bibliotecas e repartições nacionais. Aos destinatários do exterior do país enviou 34.956 exemplares de publicações brasileiras, em 3.774 pacotes.

Esse quadro, por sua eloquência numérica, bem revela interessantes aspectos das realizações governamentais na ordem política internacional, sendo fácil inferir as vantagens decorrentes do intercâmbio bibliográfico e da mútua cooperação intelectual na matéria.

A proficuidade dessa ação manifesta-se na continuidade persistente que, sofrendo a influência do espírito novo e orientada na direção dos acontecimentos sociais, demonstrará que os princípios abstratos, concretizados pelo método estatístico, refletem a vida político-econômica do Estado e permitem ainda fazer o diagnóstico do seu porvir.

#### CONVÊNIO INTERADMINISTRATIVO DAS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS E CONEXAS

Ao iniciar este capítulo, não será ocioso, embora bastante conhecido, aludir ao ponderado conceito que, à guisa de aforismo, foi emitido pelo belo espírito de RUI BARBOSA, em 1882, com referência ao projeto da Comissão de Instrução Pública sobre a reforma do ensino primário: “não há progresso inteligente e firme em instrução pública, sem uma boa estatística escolar, que incuta profundamente no espírito do povo o sentimento das suas necessidades e dos sacrifícios impreteríveis”.

O levantamento de **uma boa estatística escolar** não é, porém, tarefa de fácil execução. Ela só atinge essa qualidade quando se firma em seguras condições de continuidade e em moldes que lhe permitam apresentar-se ao mesmo tempo **suficiente, geral, completa, exata, atual e uniforme** num sistema nitidamente adequado à vida cultural da sociedade a cujos ideais serve.

Em o memorável *Credo Pedagógico*, bastante conhecido dos educadores do mundo inteiro, disse JOHN DEWEY que se deve conceber a educação como uma contínua reconstrução da experiência. Outros ilustres pedagogos se tem referido também a essa **reconstrução** e, de uma maneira ou de outra, suas apreciações insistem em que a representação numérica é o melhor meio para determinar a experiência com que se elaboram os processos educativos.

Estatística e educação tem sido objeto de considerações magistrais dos técnicos estatísticos e dos educadores contemporâneos e numerosos são os conceitos por eles expendidos em torno do assunto. No momento, ocorre-nos que, em 1935, por ocasião da inauguração da 2.<sup>a</sup> Exposição Nacional de Organização e Estatística do Ensino, promovida pela Associação Brasileira de Educação, com o apoio e o concurso integral do Ministério da Educação, uma das mais autorizadas figuras no cenário educacional do país, o professor LOURENÇO FILHO, disse:

“Só a verificação estatística, desde que bem conduzida, poderá esclarecer dúvidas e hipóteses, conceitos empíricos e conclusões arbitrárias.” Mais recentemente, porém, nas conclusões de uma conferência proferida no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o eminente pedagogo patricio se expressou da seguinte forma:

“E’ certo que não se deve pensar que todos os problemas de educação sejam de natureza técnica, e possam resolver-se, afinal, no domínio do **quantitativo**. Ao lado de uma técnica, deverá haver sempre uma política e uma filosofia de educação. Mas, mesmo a estas, a estatística pode e deve servir, no esclarecimento de muitos de seus problemas e na proposição de novas questões a serem cada dia consideradas.”

De nossa parte, estamos convencidos de que de todos os elementos de que dispõem os Estados modernos para ilustrar os fenômenos da instrução geral e da cultura intelectual, nenhum sobrepõe ao método estatístico que, aplicado, objetiva ou cientificamente, à grande massa de manifestações da vida do espírito, traduz e explica os pormenores e o mecanismo, o jôgo das forças, as causas e os efeitos que incidem diretamente sobre as gerações em formação. Em suma, de uma **boa estatística escolar** é que se precisa para dominar a um tempo todo o complexo conjunto do aparelhamento educacional, nas suas bases científicas, no seu sentido social e no aproveitamento de todas as suas fases ativas.

A necessidade imediata e imperiosa de orientar a ação do Governo Federal na etapa histórica de ataque decisivo aos grandes problemas nacionais, com a aplicação sistemática do princípio de cooperação das administrações públicas regionais, e da iniciativa privada, não ficaram no mero truismo dos discursos inaugurais do decênio. Condicionado o progresso, como a organização do país, à observação exata das suas realidades, as medidas alvitradas nesse sentido desde logo contaram com a providente solicitude do sr. GETÚLIO VARGAS.

Sendo a educação do povo o mais urgente dos problemas a resolver, sobrepondo-se então, como ainda agora, a todos os deveres de ordem administrativa, resolveu o Governo patrocinar a reunião da IV Conferência Nacional de Educação, com a qual também se encaminharia a celebração de um Convênio entre a União e as unidades federativas, para fim de aperfeiçoamento e padronização das estatísticas escolares.

A realização do Convênio é autorizada pelo decreto n.º 20.772, de 11 de Dezembro de 1931, e nesse mesmo mês a Conferência, convocada pela Associação Brasileira de Educação, inscreve-se nos fastos da nossa vida cultural com o tema geral: *As grandes diretrizes da educação popular*, e as seguintes teses especiais:

1.<sup>a</sup> Como deverá a futura Constituição Brasileira outorgar à União, dentro das prescrições consagradas pela pedagogia moderna, a faculdade de intervir na difusão do ensino primário, base indiscutível da prosperidade imediata do país?

2.<sup>a</sup> Como organizar, na capital e nos Estados, o ensino profissional de forma a garantir (sem transformar as oficinas em meros departamentos industriais) a inteira eficácia do trabalho escolar, elemento criador da riqueza futura da Nação?

3.<sup>a</sup> Como estabelecer o ensino normal, em seus vários graus, fator decisivo na educação dos povos que encontram na ascendência moral e intelectual dos mestres, força emancipadora das nacionalidades verdadeiramente constituídas?

4.<sup>a</sup> Como se devem constituir os padrões brasileiros para as estatísticas do ensino, tanto particular como oficial, em todos os seus ramos?

5.<sup>a</sup> Que registros devem ser criados, em que moldes e em que condições, para que as estatísticas escolares brasileiras possam ser levantadas nas requeridas condições de compreensão, veracidade e rapidez?

6.<sup>a</sup> Que bases são aconselháveis para um convênio entre a União e as unidades políticas do país afim de que as nossas estatísticas escolares se organizem e se divulguem com a necessária oportunidade e perfeita uniformidade de modelos e de resultados, em publicações de detalhe e de conjunto, ficando aquelas a cargo dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, e cabendo as segundas à iniciativa federal?

A sessão inaugural da Conferência foi prestigiada com a presença do Chefe do Governo, que proferiu breve alocução. Dirigindo-se aos delegados presentes à solenidade, disse o sr. GETÚLIO VARGAS:

“Buscai por todos os meios a fórmula feliz que venha estabelecer em todo o nosso grande território a unidade da educação nacional, porque tereis assim contribuído, com esforço maior do que se poderia avaliar, para tornar mais fortes, mais vivos e mais duradouros os vínculos da solidariedade nacional.”

Muitos foram os participantes da assembléia e muitas as teses apresentadas, de caráter essencialmente prático, proporcionando cabal de-

monstração do entusiasmo despertado em nossos centros culturais, graças ao magnífico esforço dos organizadores e colaboradores da Conferência, compenetrados do seu alcance e perfeitamente identificados com as necessidades do sistema educacional brasileiro. E, no árduo labor das comissões de estudo, como no intenso e proveitoso trabalho das sessões realizadas, congregaram-se aspirações e ideais em buscas da **fórmula feliz** de que falou o sr. Presidente da República.

Depois dessa Conferência, em 1931, outras se têm realizado e não de perseverar na obra que a A. B. E. colima com o seu programa de colaboração intelectual nas iniciativas governamentais, porque, vasto e complexo como é, o problema exige continuadas experiências, estudos seriados e conclusões repetidas até se alcançar a **grande fórmula** que há de plasmar definitivamente a cultura das gerações vindouras.

Com respeito às três teses finais do programa atrás transcrito, constituiu ponto manso e pacífico o articular convenientemente os esforços dos poderes públicos estaduais para resolverem em comum o problema do conhecimento objetivo, preciso, quantificado, da realidade educacional. Em síntese, eis como, nesse propósito, se processaram as primeiras atividades, segundo o relato de eminente estatístico:

“As bases teóricas do movimento foram estudadas e fixadas nas primeiras sessões da Conferência. A seguir, os 23 embaixadores — o da União, os dos 20 Estados, o do Distrito Federal e o do Território do Acre, devidamente credenciados em virtude de decretos-leis que lhes outorgaram poderes bastantes, iniciaram seus trabalhos em reunião solene presidida pelo ministro FRANCISCO CAMPOS, que lhes deu as boas vindas, pondo em sugestivo relêvo a grande experiência político-administrativa que iam tentar. Os trabalhos prosseguiram afanosos, difíceis, por seis longas sessões, duas cada dia. O mais metuculoso, o mais sólido plano ia surgindo, não só de ação comum, mas de objetivos. E foi aprovado unanimemente o texto convencional, que recebeu assinaturas dos 23 governos compactuantes, representados pelos seus delegados bastantes, em sessão também solene, ainda presidida pelo ministro FRANCISCO CAMPOS. E êste mandou ler, e referendou no mesmo ato o decreto com que o Govêrno, querendo significar o aprêço e a confiança que lhe merecia o trabalho realizado pelos delegados signatários, ao mesmo tempo que o empenho em ver quanto antes em caminho de realização a matéria convencional, ratificou e mandou cumprir o instrumento da convenção.

Os demais governos o imitaram. O trabalho interadministrativo que se tinha em vista foi iniciado imediatamente. Um esforço preliminar é tentado para já se levantar em comum a estatística educacional de 1931, o que foi feito, mas naturalmente em condições precárias. Seguiu-se o grande esforço que foi ao fundo do problema, sem lhe esquecer nenhum aspecto, sem descurar nenhum dos seus objetivos, mobilizando e dirigindo todas as potentes virtualidades da solidariedade político-administrativa estabelecida em tórno dele, em propósitos cons-

tantemente inspirados pelo ideal de uma construção imperecível e de uma conquista definitiva da civilização brasileira.”

O termo do Convênio, aprovado pelo decreto n.º 20.826, de 20 de Dezembro de 1931, e que fixou em 27 cláusulas as normas para a sua execução, dispôs sobre os encargos dos órgãos interessados quanto ao levantamento das estatísticas em um plano bastante desenvolvido. Os inquéritos, padronizados segundo conclusões técnicas que consagraram estudos do estatístico brasileiro OZIEL BORDEAUX RÊGO, tomaram em consideração também, dentro das nossas peculiaridades, as recomendações da Comissão Mista do Instituto de Cooperação Intelectual, e do Instituto Internacional de Estatística, de forma a tornar viável o confronto dos resultados estatísticos do Brasil com os dos outros países.

A organização das estatísticas escolares brasileiras passou, portanto, a obedecer a uma bem assentada diferenciação de atribuições entre a União e as unidades federadas, tendente a que melhor se aproveitassem os esforços das repartições por elas responsáveis e se conseguissem, em toda a República, resultados não só homogêneos, mas também perfeitamente coerentes, capazes de exprimir, com minúcia e verdade, as condições gerais do país e de cada unidade federada; quanto a todos os ramos de ensino e aos vários aspectos apreciáveis do aperfeiçoamento e da cultura nacional.

A União incumbiu a realização, pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, dos inquéritos necessários ao levantamento da estatística do ensino profissional (especializado e não especializado, em todos os graus e categorias) e do ensino geral, com exclusão do pre-primário e do primário, compreendendo a totalidade dos estabelecimentos de instrução referentes a esses ramos didáticos, quer, portanto, os federais, estaduais ou municipais, quer os particulares, subvencionados ou não. Aos Estados, ao Distrito Federal e ao Território do Acre coube, com igual generalidade e quanto aos respectivos territórios, a estatística do ensino geral pre-primário e primário, ficando a sua execução a cargo das repartições designadas pelos competentes governos no ato de ratificação do Convênio.

Por força da cláusula 15.<sup>a</sup> do Convênio, a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, com o concurso das repartições regionais suas partes na execução do mesmo instrumento, promoveria a regular elaboração, tanto quanto possível, também de acordo com as conclusões do Instituto Internacional de Estatística, dos inquéritos relativos a assuntos culturais não compreendidos na estatística do ensino propriamente dita.

Na elaboração e publicação das estatísticas escolares, em que seria uniformemente observada a classificação do ensino estabelecida pelo órgão estatístico do Ministério da Educação, ter-se-iam em vista os seguintes aspectos gerais: organização administrativa do sistema educacional; efetivo dos estabelecimentos de ensino e o respectivo aparelhamento; e o movimento didático.

Acompanhando muito de perto a execução do Convênio Estatístico de 1931, o sr. GETÚLIO VARGAS, em Novembro de 1932, entendeu de indagar do Ministério da Educação em que condições estavam correndo os respectivos trabalhos e se se achavam plenamente assegurados os fins visados por aquela iniciativa do governo provisório. Foram então levadas ao conhecimento de S. Ex. as dificuldades e deficiências com que lutavam as repartições regionais compartes na responsabilidade da convenção interadministrativa. A vista do que lhe foi exposto, achando preferível uma medida de caráter geral, da qual pudesse resultar em cada unidade federativa o afastamento definitivo dos embarços, quaisquer que fôssem, que porventura estivessem fazendo periclitar o êxito do Convênio, deliberou o Chefe do Governo expedir aos seus delegados, à testa das vinte e duas administrações regionais da República, o seguinte telegrama circular:

“Trouxe para o governo, e os fatos me teem confirmado, a convicção de que todo esforço de reerguimento da nacionalidade depende fundamentalmente dos rumos e da intensidade que assumir nossa política educacional, pois que, sem o levantamento do nível da cultura intelectual e moral do povo, toda obra de civilização fracassará ou terá resultados insignificantes e sem profundidade. E' óbvio, porém, que o assentamento de um plano orgânico e suficientemente amplo, de medidas governamentais, em que estreitamente cooperem as três linhas de força de nossa estrutura política, não será possível enquanto o país não conhecer exatamente, isto é, com atualidade, minúcia e verdade, o alcance da obra educacional que já se realiza, suas falhas, suas possibilidades e toda a extensão do esforço que ainda precisa empregar tendo em vista nossas profundas diferenças geográficas e sociais. E porque êsse conhecimento só possa ser obtido através de estatísticas rigorosas e suficientemente compreensivas, que até agora não tínhamos ainda podido organizar, devido principalmente à falta de cooperação entre o Governo Federal e os governos regionais, estabeleci como um dos meus principais objetivos administrativos conseguir, graças aos excepcionais poderes do governo revolucionário, a eficaz colaboração que se faz mister e por meio dela a integral execução das estatísticas educacionais brasileiras. Para êsse fim, promoveu o meu governo o Convênio Estatístico de 21 de Dezembro de 1931, que tive a satisfação de ratificar no mesmo dia da sua assinatura, e tenho tomado todas as providências dependentes da administração federal para assegurar o êxito daquela convenção interadministrativa, entre elas a concessão aos governos regionais da especial e ampla franquia postal e telegráfica de que trata o decreto n.º 21.645, de 18 de Julho do corrente ano.

Entretanto, estou informado de que muitas das repartições regionais compartes na execução do Convênio ou ainda não se articularam convenientemente com a repartição federal que superintende os trabalhos estatísticos em aprêço, ou alegam impossibilidade de fazer face às suas responsabilidades devido ora à insuficiência ou incapacidade do seu pessoal, ora à falta de recursos materiais, tais como máquinas de escrever ou calcular, etc.

Assim, e porque considero o êxito do Convênio um dos pontos capitais do programa revolucionário, pois que só êle permitirá o desenvolvimento de um programa sistemático e intensivo de educação popular, deliberei dirigir a todos os dignos chefes dos governos

que subscreveram o Convênio um cordial e encarecido apêlo para que, como tais e também como delegados diretos do meu governo, do qual são os principais agentes, dediquem o seu maior interesse em remover todas as dificuldades que porventura estiverem embaraçando os órgãos executivos do Convênio nas administrações que superintendem, provendo de logo tais órgãos, com largo espírito de previdência e moderna organização, dos elementos indispensáveis para garantir, sem possibilidade de fracasso, pleno sucesso às diretrizes revolucionárias no que respeita à elaboração das estatísticas educacionais. Estou certo de que, dadas a unidade de vista, a solidariedade e a coordenação de iniciativas atualmente existentes entre os governos da União e das unidades da federação, este meu apêlo terá resultados definitivos, contribuindo para sanar todos os embaraços e atrasos, onde quer que eles estejam ocorrendo, e tornar ainda mais eficiente a atuação mesmo daqueles órgãos do Convênio cujas atividades se estiverem desenvolvendo com regularidade. E com esta providência espero que as estatísticas educacionais de 1931 sejam publicadas em breve e quanto possível já adaptadas ao plano do Convênio, devendo, porém, as de 1932 obedecer rigorosamente, sem qualquer falha ou discrepância, aos novos e modernos padrões que o Brasil adotou pela forma mais solene possível e que não podem ser abandonados sem afetar gravemente nossos foros de civilização e cultura. Convirá que esta circular tenha larga divulgação aí para que toda a nação tenha conhecimento do elevado e sincero interesse com que o Governo Federal encara este importante assunto. Agradeceria, outrossim, algumas palavras de V. Ex. tranquilizando-me sobre a marcha dos trabalhos do Convênio na parte cuja responsabilidade cabe ao seu digno governo."

Essa proclamação, que aprofundou e alargou o sentido da ação sistemática que havia de ser exercida com entusiasmo e dedicação pelos colaboradores do Governo, afim de que o sistema instituído pelo Convênio se integrasse definitivamente em sua patriótica função, foi bem o manifesto número um da atitude vigilante e alerta do Presidente quanto ao seu grande interesse pelo progresso da estatística nacional. As diretrizes como as recomendações expressas foram as de uma política que, segura de seus fins e dos meios de realizá-los, faria vibrar, em unísono, consciências dispersas mas, sob a influência da autoridade superior, sempre dispostas à **unidade de orientação** que beneficia a comunidade em seus interesses materiais e espirituais.

E o milagre se realiza. O pacto entre os poderes públicos apresenta-se desde então com uma potência e uma grandeza que empolgam, subalternizando tendências que não correspondiam aos elevados desígnios dos que o firmaram. Criaram-se novas repartições de estatística e aparelharam-se melhor as já existentes; selecionou-se e especializou-se o pessoal; estimulou-se o mérito e despertaram-se entusiasmos sinceros; interessou-se o público; e o órgão central de execução do Convênio, não obstante a pouquidade dos seus recursos, prestou desde o início das atividades a possível assistência aos seus colaboradores regionais, a qual foi anos mais tarde ampliada com os recursos técnicos e financeiros que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tornou acessíveis a todo o sistema estatístico.

O sistema estatuído pelo Convênio mereceu no Brasil aplausos de numerosas autoridades em estatística e educação. Também no estrangeiro eminentes especialistas louvaram com entusiasmo o plano adotado. O sr. CARLOS KELLER, diretor geral da estatística do Chile, um dos que receberam o opúsculo em que o Ministério da Educação divulgou o texto do Convênio, assim se manifestou: "É-me grato comunicar que a publicação em questão me serviu grandemente para propor ao sr. ministro a realização de uma estatística anual de Educação. Vão em apenso os quatro modelos que se empregarão para a estatística mencionada e cuja confecção está precisamente baseada no Convênio que V. Ex. teve a gentileza de enviar-me." O sr. A. BARRIOL, secretário geral da *Société de Statistique* de Paris, declarou textualmente: "Tenho a impressão nítida de que nada foi omitido e de que, se os serviços de estatística receberem exatamente os documentos, será uma estatística absolutamente modelar que poderá ser divulgada." São conhecidos ainda depoimentos e apreciações de personalidades norteamericanas e europeias, encerrando expressões particularmente honrosas para a administração pública brasileira.

E, adaptando-se paulatinamente a máquina administrativa, pôde o Brasil contar com a **boa estatística** escolar por que clamaram RUI BARBOSA, há mais de meio século, e muitos outros desde então, estatística que passou do domínio das simples tabelas, para o das demonstrações gráficas e o dos trabalhos e publicações especializadas, além de periódicas exposições públicas dessa documentação, extensa e minuciosa, sobre a estrutura e o funcionamento dos aparelhos administrativos e escolares repostos à obra da educação nacional.

As primeiras estatísticas escolares completas, organizadas nos termos do Convênio de 1931, são as que se referem a 1932. Desde esse ano até 1937 (estando em vias de conclusão as estatísticas de 1938) elas já podem responder a todas as indagações que se lhes façam, quer na comparação qualitativa e quantitativa do ensino durante determinado período decorrido, quer em múltiplas distinções pelo desdobramento das principais classificações da instrução e segundo cada uma dessas classificações em função das demais. A análise minuciosa da evolução do ensino de cada grau pode ser feita por vários prismas e com diferentes efeitos, do mesmo passo em que se estabeleçam índices representativos dos valores interpretados em suas relações, quanto aos sistemas, à produção e à eficiência do trabalho escolar em geral.

Tendo feito publicar em 1933 estudos sintéticos sobre a situação do ensino público estadual (organização, condições de funcionamento, e dados estatísticos sumários referentes a 1931), a Diretoria de Estatística do Ministério da Educação lançou-se, em 1934, à publicidade dos resultados dos seus inquéritos educacionais de 1932. Depois de divulgar por meio de comunicados de imprensa os principais aspectos do aparelho educacional, a repartição passou nos anos seguintes a preparar as suas contribuições para o *Anuário Estatístico do Brasil* (Ns. II, III e IV, res-

pectivamente, de 1936, 1937 e 1938), abrangendo as estatísticas do ensino o período de 1932 a 1936, e editou igualmente as seguintes publicações especiais:

1. *Convênio das estatísticas educacionais e conexas.*
2. *Resumo da Estatística do Ensino Primário Geral no Brasil em 1931.*
3. *Resumo da Estatística Geral do Ensino no Brasil em 1931.*
4. *Resumo da Estatística Geral do Ensino no Brasil em 1932.*
5. *Caracterização dos Estabelecimentos de Ensino existentes em 1932 (não compreendidos os destinados, exclusivamente, ao ensino primário geral).*
6. *Resumo da Estatística do Ensino Primário Geral no Brasil em 1932.*
7. *Despesas Federais com a Assistência Cultural em 1932.*
8. *Estatística das Despesas Federais com a Assistência Cultural no Exercício de 1933 (Período de 15 meses).*
9. *Estatística das Despesas Estaduais com a Assistência Educacional em 1933.*
10. *Estatística das Despesas Municipais com a Assistência Educacional em 1933.*
11. *Estatística do Ensino — 1933.*
12. *O Ensino no Brasil — Ano I — 1932.*
13. *O ensino no Brasil em 1933.*
14. *O Ensino no Brasil em 1934 (Desta série, estão: no prelo, o volume de 1935; em via de conclusão, o de 1936; e em preparo, o de 1937).*

Além das suas contribuições regulares para o *Anuário Internacional de Educação* e para outros periódicos de instituições estrangeiras, a repartição elaborou diversos trabalhos solicitados pelo ministro da Educação sobre assuntos compreendidos em suas investigações específicas. Em alguns casos tornou possível também a interpretação dos elementos apurados sobre a organização e funcionamento do ensino através de conferências, palestras ou trabalhos avulsos em que se processaram análises estatísticas de considerável mérito em extensão e profundidade.

De sua documentação estatística passou a utilizar-se, a partir de 1938, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, “o qual, num dos setores de sua atividade, não representa mais que o prolongamento das indagações” do atual Serviço de Estatística de Educação e Saúde. Em o seu Boletim n.º 1, onde aparecem os resultados das suas primeiras investigações sobre a educação nacional, segundo as apurações do Serviço de Estatística para o quinquênio 1932-36, o Instituto oferece as seguintes conclusões:

- a) que o ensino brasileiro, no período aqui analisado, apresentou índices de crescimento, relativo e efetivo, ainda não verificados em períodos de igual duração;
- b) que o rendimento do ensino aumentou, no seu conjunto, também de maneira altamente significativa;
- c) que as despesas com os serviços de educação, de muito acrescidas no período, tiveram, assim, uma aplicação grandemente vantajosa para os interesses do país;
- d) que a juventude encontrou maiores e melhores oportunidades de desenvolvimento e de integração na comunhão nacional, pelo desenvolvimento, sem precedentes, que alcançou o ensino médio, secundário e profissional;
- e) que, enfim, os índices apurados revelam uma nova direção da política de educação, no sentido de dar ao ensino as diretrizes que lhe estavam e estão a exigir as necessidades da organização econômica e social do país.

Há, entretanto, do Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde trabalhos mais recentes de interpretação e análise sobre *Dispersão demográfica e escolaridade*, tese apresentada ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Santa Catarina em Setembro de 1940, e *A evasão escolar no ensino primário brasileiro*, lido na 1.<sup>a</sup> sessão pública, de Novembro último, da Sociedade Brasileira de Estatística.

Tanto as conclusões do Instituto como as do autor dos dois excelentes trabalhos demonstram, da maneira mais evidente, como já o fizeram também *O ensino primário no Brasil, O que dizem os números sobre o ensino* e outros estudos aparecidos nos últimos anos, que o Convênio nos deu de fato o instrumento que faltava para penetrar o íntimo de um dos aspectos fundamentais da vida social do país.

E mais. Não estará nessa elaboração matemática dos dados, ora fornecidos pela descrição quantitativa dos fenômenos de massa no campo educacional, a chave da célebre fórmula que há tanto tempo se busca para ensaiar a solução definitiva do grande problema da educação?

Aventuremos aqui uma resposta a essa pergunta. E' que, se não pudermos desde logo resolver, pela investigação numérica meticulosa, os aspectos imediatos da grave questão do ensino, podemos determinar largamente uma atmosfera propícia ao debate desses aspectos e levar aos homens do Govêrno diretrizes autorizadas sobre o que se torna imperioso fazer hoje, preocupando-os com a visão de problemas mais sérios que terão provavelmente de enfrentar amanhã se a voz dos números não for ouvida com atenção.

E' patriótico, em problema de tamanha importância para os destinos da República, que a prudência e o tato políticos não se sobreponham demasiado à realidade dos fatos. Em suas conclusões, otimistas ou pessimistas, deviam os técnicos procurar dar sempre o melhor sentido às expressões que geram a consciência política da opinião pública, tendo em mente a opinião de ilustre estadista (ZOLTÁN BENCS,

— *La statistique et l'ordre mysterieux de la vie*, conferência feita em 1937 na Sociedade Húngara de Estatística) de que a estatística é um amigo que ajuda a julgar com sangue frio as nossas forças e as nossas fraquezas, as nossas virtudes e os nossos pecados. “O amigo esclarecido — conclue o sr. BENCs — mostra à nação a verdadeira fonte de sua energia, faz-lhe ver se ela a tem usado bem ou mal, assinala-lhe as faltas cometidas como os enganos no julgamento da situação, indica-lhe os pontos onde ela tem sido pródiga e onde tem sido avara, concede-lhe louvores se ela os merece, e chama a sua atenção para as coisas a reparar ou a melhorar. Sigamos seus conselhos, não nos afastemos da linha por êle traçada, e poderemos razoavelmente crer que um dia a estatística prestará conta de feitos agradáveis.”

#### ESTATÍSTICAS REGULAMENTARES E ESTUDOS ESPECIAIS

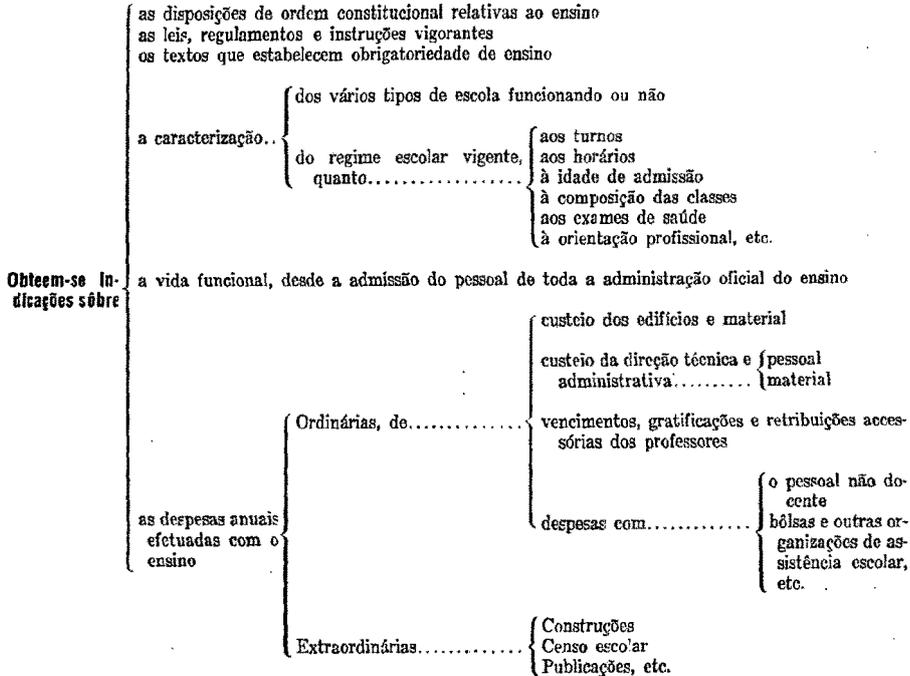
Como vimos nos capítulos anteriores, de acôrdo com o seu programa regulamentar, a antiga Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, como órgão cooperador do Ministério da Educação e Saúde, teve que desenvolver as suas atividades em quatro sentidos diferentes: a coleta direta e indireta de dados nas fontes primárias e secundárias para poder atender às funções técnicas e informativas da repartição; o aproveitamento do material assim coligido para aferir das condições reais da civilização brasileira e facilitar ao Governo elementos seguros às suas diretrizes administrativas; a exposição analítica, provendo a índices numéricos fidedignos, para satisfazer não só às necessidades particulares do Ministério em matéria estatística, como as consultas formuladas por entidades outras do país e do estrangeiro; e, finalmente, o preparo ou divulgação de toda a sorte de contribuições que, pelo seu valor educativo e alcance na propaganda de idéias, vulgarização de conhecimentos, experiências e iniciativas úteis ao progresso da coletividade, no ponto de vista da cultura e da saúde, merecessem a mais ampla publicidade.

Subordinada diretamente ao ministro da Educação e Saúde, a Diretoria — atualmente Serviço de Estatística da Educação e Saúde, também parte integrante do sistema de repartições centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — executa os trabalhos exclusivamente de natureza estatística e elabora os seus estudos especiais num plano que abrange, segundo a orientação técnica firmada pelos órgãos de direção superior do Instituto, quatro faces distintas da vida social: a educacional, a cultural, a urbanística e a médico-sanitária.

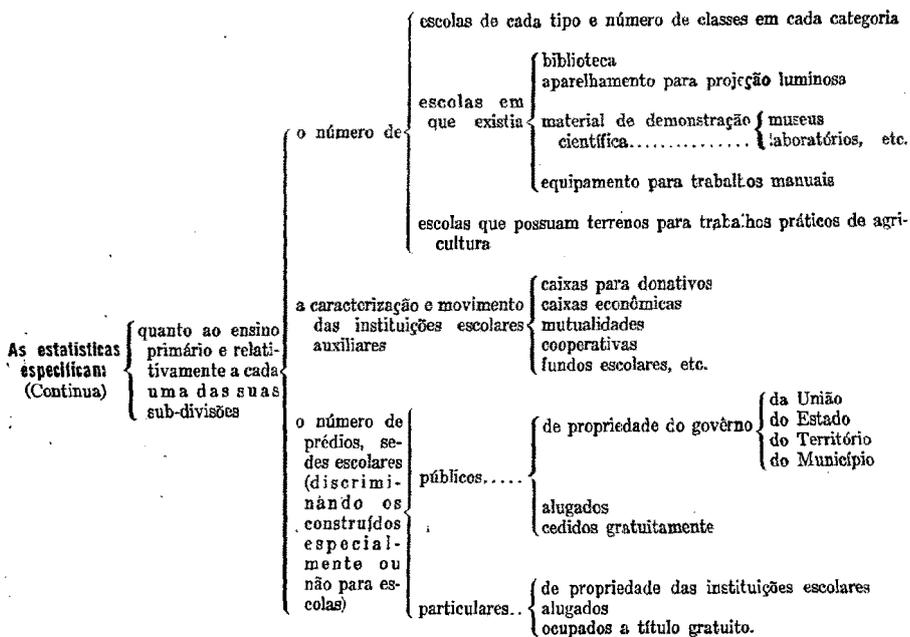
Afigura-se-nos interessante expor resumidamente, em esquemas seguidos de dados estatísticos gerais para alguns aspectos mais expressivos nos principais setores, o mecanismo desse plano que se reflete em benefícios reais à medida que melhor e mais profundamente é explorado nas múltiplas variações que oferece à análise dos técnicos.

**I — INQUÉRITOS EDUCACIONAIS**

**A) ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO SISTEMA EDUCACIONAL**



**B) ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E RESPECTIVO APARELHAMENTO**



As estatísticas especificam (Concl.)	{ quanto aos demais ramos do ensino e relativamente a cada estabelecimento	a entidade mantenedora	{ o pessoal não docente, discriminado por sexos, etc. a nominata dos professores, com indicações diversas o efetivo do corpo discente total (matrícula geral) os cursos que ministra e suas características
		as condições de funcionamento, especificando.....	{ as instituições extra-escolares..... { associações clubes revistas, etc.  o prédio e as instalações, o aparelhamento e o equipamento para as atividades escolares e extra-escolares, internas e externas, etc.
		o movimento econômico e financeiro, especificando....	{ a receita a despesa o patrimônio

**C) MOVIMENTO DIDÁTICO**

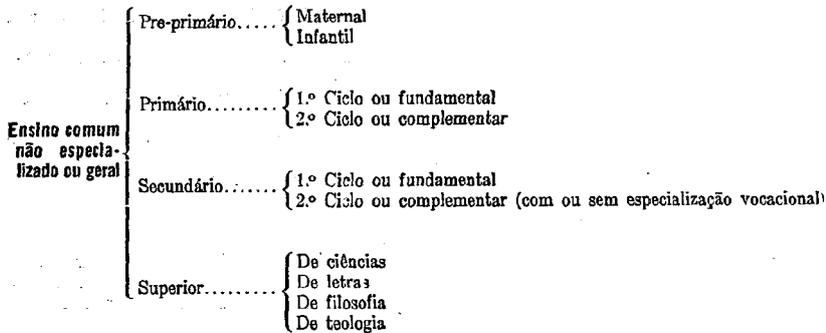
A estatística fornece informações	{ de cada modalidade de ensino que não o primário geral, excluindo o ensino post-escolar, segundo as categorias didáticas, especificadamente para cada curso, com indicação	{ das cadeiras distintas que o programa comporta do corpo docente em exercício, discriminados os sexos da matrícula geral e efetiva ou real no encerramento do ano letivo	{ do número, por sexos, dos alunos..... { que houverem tido a frequência regulamentar promovidos de cada ano do curso para o superior que concluíram o curso durante o ano, e com os seus nomes e as especificações da naturalidade, da nacionalidade e dos diplomas outros porventura obtidos anteriormente	
		{ de cada categoria de ensino geral pre-primário e primário e segundo as circunstâncias territoriais, discriminadamente para o ensino federal, o estadual, o municipal e o particular	{ a matrícula por sexos, idades, classes e anos do curso, com a discriminação dos repetentes	{ no começo do ano letivo no correr do ano letivo efetiva (deduzidas as matrículas canceladas) no fim do ano
		{ de cada categoria do ensino post-escolar, com a especificação para cada instituição	{ a frequência por sexos e por ano do curso, por meses e anual, segundo	{ o critério a que obedecer cada sistema o número dos alunos que forem considerados frequentes a média dos comparecimentos durante o ano letivo
		{ as promoções a cada ano do curso, por sexos as conclusões de curso, por sexos		
	{ das entidades mantenedoras dos cursos realizados do pessoal docente e discente, por sexos, e as demais discriminações requeridas pela feição do ensino ministrado			

**D) DIVISÃO GERAL DO ENSINO**

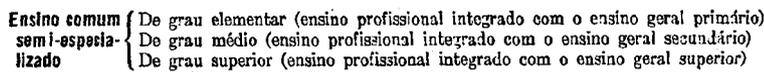
Ensino.....	{ Comum.....	{ Não especializado ou geral (de enriquecimento cultural e pre-adaptação profissional)
		{ Semi-especializado (de enriquecimento cultural e adaptação profissional genérica ou pluri-formal) Especializado (de adaptação profissional restrita ou uni-formal)
	{ Especial.....	{ Emendativo Supletivo

Essa divisão geral compreende cerca de 300 modalidades específicas do ensino, as quais se distribuem pelas cinco sub-divisões seguintes:

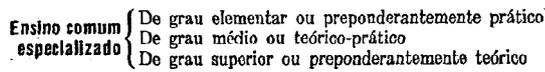
1.ª sub-divisão



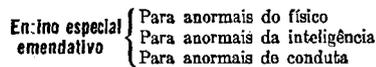
2.ª sub-divisão



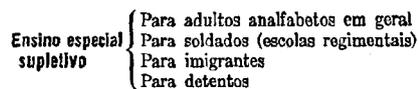
3.ª sub-divisão



4.ª sub-divisão



5.ª sub-divisão



Nesses esquemas delinea-se o que, em matéria de inquéritos estatísticos, se pode chamar de **plano ideal**, porquanto abrange descritivamente toda a linha de fatos que o determina no conjunto da multiplicidade de aspectos que ela apresenta. O plano da estatística educacional, extenso e profundo como é, obviamente coloca o técnico à vontade para pesquisar nos fatos registrados não só as relações aparentes, mas também as relações implícitas.

No quadro abaixo estão apenas totalizados, segundo a distribuição sintética mais em uso, alguns resultados principais da vida escolar brasileira no septênio 1932-1938. Trata-se apenas de valores gerais, que apresentamos sem qualquer análise dos diferentes tipos que esses valores representam.

A MISSÃO DO ÓRGÃO ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

1109

CATEGORIAS DO ENSINO (1)	Anos	Unidades escolares	Corpo docente	Matricula geral	Frequência	Conclusões de curso
Ensino primário .....	1932	27.662	56.320	2.071.437	1.422.631	121.379
	1933	29.553	57.645	2.221.904	1.411.595	139.596
	1934	30.733	60.186	2.408.446	1.602.837	148.493
	1935	33.251	65.708	2.574.751	1.744.414	154.581
	1936	35.561	68.896	2.749.090	1.850.842	172.514
	1937	38.829	74.527	2.910.441	1.983.048	203.345
	(2) 1938	39.650	77.188	3.109.784	2.072.562	221.171
Ensino secundário .....	1932	394	5.173	56.208	51.244	5.827
	1933	417	5.864	66.420	60.586	8.080
	1934	474	6.819	79.055	70.177	9.269
	1935	520	7.496	93.829	82.631	8.092
	1936	552	8.136	107.649	94.621	10.562
	1937	629	9.276	123.590	108.462	12.716
	1938	718	10.292	143.289	122.297	16.330
Ensino doméstico .....	1932	184	890	15.714	13.755	1.913
	1933	332	1.245	24.677	21.537	6.948
	1934	416	1.353	26.411	21.150	6.623
	1935	462	1.320	28.397	21.930	7.351
	1936	440	1.396	27.936	21.901	6.504
	1937	491	1.624	31.183	24.700	7.251
	1938	561	1.888	34.796	27.034	8.661
Ensino industrial .....	1932	108	877	14.638	11.709	303
	1933	133	919	14.693	11.114	825
	1934	137	1.028	16.186	11.505	1.472
	1935	143	974	15.034	10.691	1.187
	1936	154	1.034	14.541	11.136	1.368
	1937	157	1.123	13.928	10.812	1.459
	1938	153	1.207	14.540	10.676	1.580
Ensino comercial .....	1932	401	3.186	19.268	16.758	3.371
	1933	416	3.234	20.343	17.705	3.816
	1934	466	3.544	23.084	19.350	4.632
	1935	512	3.811	26.569	22.959	4.419
	1936	534	4.016	31.665	26.916	5.746
	1937	543	4.099	35.678	30.080	7.139
	1938	564	4.222	40.537	33.546	8.161
Ensino artístico .....	1932	213	928	7.132	6.591	613
	1933	325	877	8.834	7.825	1.753
	1934	409	1.019	11.130	9.706	3.310
	1935	459	1.081	10.740	9.523	3.204
	1936	512	1.298	13.570	11.443	3.579
	1937	532	1.223	13.936	11.771	3.583
	1938	610	1.349	14.161	11.633	3.180
Ensino pedagógico .....	1932	258	3.056	27.243	25.246	5.825
	1933	328	3.765	32.664	29.883	7.182
	1934	366	3.803	30.877	28.028	7.250
	1935	373	3.785	28.316	25.699	7.572
	1936	425	4.103	29.937	26.693	8.137
	1937	445	4.242	30.603	27.268	7.756
	1938	451	4.031	29.443	26.551	8.226
Ensino superior .....	1932	190	2.838	21.526	18.837	3.058
	1933	248	3.220	24.166	22.062	3.497
	1934	251	3.657	26.263	23.484	3.041
	1935	248	3.898	27.501	23.760	4.125
	1936	217	3.760	26.732	23.353	4.341
	1937	217	3.506	25.461	21.996	4.361
	1938	213	3.454	22.300	19.824	4.822

CATEGORIAS DO ENSINO (1)	Anos	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula geral	Frequência	Conclusões de curso
Outros ensinos.....	1932	538	2.757	41.047	39.108	6.156
	1933	678	2.976	52.391	46.329	7.928
	1934	700	3.270	55.304	42.787	10.195
	1935	694	3.469	57.479	42.827	11.661
	1936	715	3.528	62.402	47.444	13.452
	1937	784	3.470	65.476	51.544	15.896
Total.....	1938	885	3.840	70.586	52.747	16.505
	1932	29.948	76.025	2.274.213	1.605.879	148.445
	1933	32.430	79.745	2.466.092	1.628.656	179.625
	1934	33.952	84.729	2.676.756	1.829.024	194.285
	1935	36.662	91.542	2.862.616	1.984.434	202.192
	1936	39.110	96.167	3.083.522	2.114.349	226.203
	1937	42.827	103.090	3.250.296	2.269.681	263.506
	1938	43.805	107.471	3.479.436	2.376.870	288.636

<sup>1</sup> Os ramos didáticos referidos neste quadro agrupam genericamente as diferentes modalidades específicas do ensino. Tem êles a seguinte compreensão:  
 — Ensino Primário, — o ensino pre-primário (maternal e infantil), o ensino primário geral fundamental (comum e supletivo), o ensino primário geral complementar.  
 — Ensino Secundário, — o ensino secundário geral comum (fundamental e complementar).  
 — Ensino Doméstico, — todos os cursos de ensino comum de artes domésticas nos graus elementar ou médio e nos tipos semi-especializado ou especializado.  
 — Ensino Industrial, — todas as modalidades do ensino comum industrial nos graus elementar ou médio e nos tipos semi-especializado ou especializado.  
 — Ensino Comercial, — as diversas modalidades do ensino comercial comum nos graus elementar, médio ou superior e nos tipos semi-especializado e especializado.  
 — Ensino Artístico, — todos os cursos de ensino artístico comum (plástico, musical, coreográfico ou dramático), nos graus elementar, médio ou superior, do tipo especializado.  
 — Ensino Pedagógico, — todos os cursos do ensino comum para formação, aperfeiçoamento ou especialização de professores, nos graus elementar, médio ou superior e nos tipos semi-especializado ou especializado.  
 — Ensino Superior, — todos os cursos do ensino comum (geral, semi-especializado ou especializado), do grau superior, excetuados os já incluídos em categorias especiais, a saber, de ensino comercial, artístico e pedagógico. O ensino militar igualmente excluído desta coluna, figura em "outros ensinos".  
 — Outros Ensinos, — todos os cursos de ensino comum e supletivo não compreendidos nas demais categorias, bem como a totalidade dos cursos de ensino emendativo.

<sup>2</sup> Dados sujeitos a pequenas retificações.

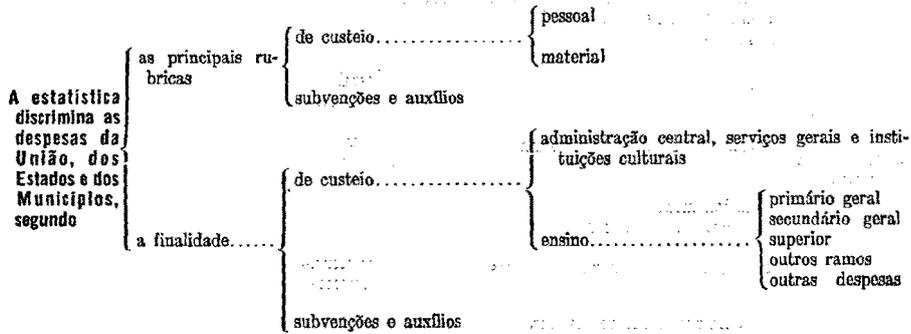
2 — INQUÉRITOS CULTURAIS

A) BIBLIOTECAS

A estatística registra	a designação, a localização e a data de organização	
	a entidade mantenedora.....	{ oficial particular
	o tipo.....	{ geral especializado
	a utilização.....	{ se privativa de classe ou corporação se franqueada ao público
	o funcionamento	
	o sistema de catalogação	
	o sistema de iluminação	
	volumes.....	{ catalogados a catalogar
	o número de	{ consulentes, segundo..... { os assuntos os idiomas
	obras consultadas, segundo..	{ os assuntos os idiomas
o pessoal em serviço, segundo o sexo		
as despesas de custeio		



F) DESPESAS PÚBLICAS COM O ENSINO E A CULTURA



G) OUTRAS ESTATÍSTICAS CULTURAIS

No programa do Serviço de Estatística da Educação e Saúde figuram ainda os inquéritos a seguir discriminados, os quais fornecem indicações estatísticas sobre os aspectos mais representativos dos assuntos investigados:

- a) Difusão bibliográfica (indústrias do livro ou poligráficas, etc.).
- b) Institutos científicos e técnico-científicos.
- c) Cinematografia (aspectos culturais da produção e circulação de filmes).
- d) Arquivos públicos.
- e) Monumentos históricos e artísticos.
- f) Exposições e feiras.
- g) Congressos, conferências públicas e outros certames do gênero.
- h) Sessões cívicas e festividades sociais de caráter público.
- i) Cultura física.
- j) Belas artes.
- l) Radiodifusão.
- m) Aspectos culturais da indústria fonográfica.
- n) Invenções.
- o) Escotismo.
- p) Propriedade intelectual (literária, científica e artística).
- q) Registros das profissões liberais.
- r) Pesquisas e missões científicas e culturais.
- s) Excursionismo.

Uma grande parte desses assuntos já foi objeto de inquéritos estatísticos, cujos resultados tem sido divulgados em avulso e em publicações especializadas. O número de 1938 do *Anuário Estatístico do Brasil* apresenta numerosos aspectos de tais estatísticas, algumas até então inéditas entre nós, ocupando as respectivas tabelas 66 páginas da *Secção Cultural* da mesma publicação.

Na impossibilidade de analisarmos aqui todos os inquéritos realizados, sintetizamos na tabela abaixo apenas alguns aspectos gerais das despesas com a assistência cultural no Brasil no quinquênio 1933-37:

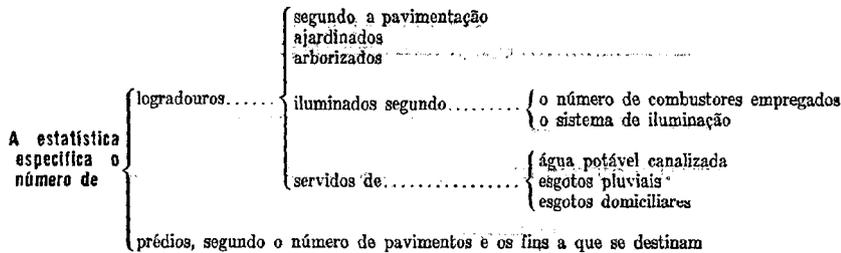
**DESPESAS PÚBLICAS COM O ENSINO E A CULTURA NO BRASIL**

ANOS	DESPESES			
	Da União (1)	Dos Estados	Dos Municípios	Em geral
1933.....	78.914:829\$	196.650:079\$	55.313:732\$	330.878:640\$
1934.....	46.371:022\$	217.343:149\$	75.205:979\$	338.925:150\$
1935.....	81.261:189\$	241.013:414\$	87.940:073\$	410.214:676\$
1936.....	82.658:059\$	257.289:947\$	95.286:036\$	435.234:642\$
1937.....	113.741:269\$	297.276:355\$	113.731:008\$	524.748:632\$

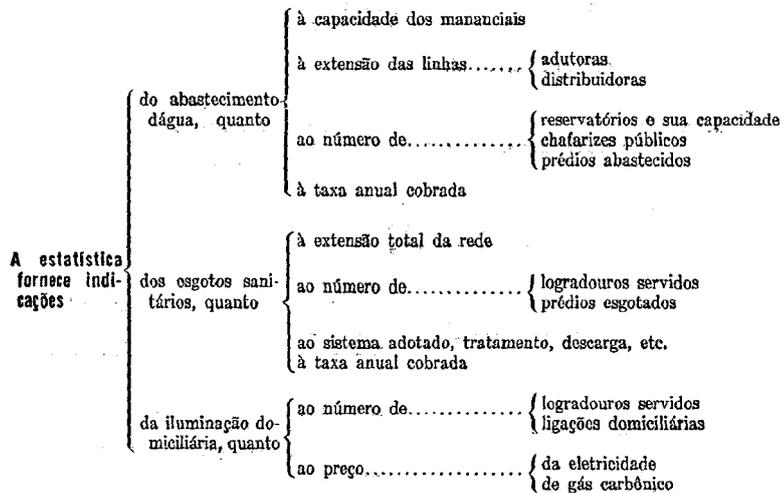
1. Os exercícios financeiros de 1933 e 1934 foram, respectivamente, de 15 e 9 meses.

**3 — INQUÉRITOS URBANÍSTICOS**

**A) LOGRADOUROS PÚBLICOS E EDIFICAÇÕES NOS MUNICÍPIOS**



**B) ABASTECIMENTO D'ÁGUA, ESGOTOS E ILUMINAÇÃO DOMICILIÁRIA NOS MUNICÍPIOS**



**C) OUTRAS ESTATÍSTICAS URBANÍSTICAS**

As estatísticas classificadas na série urbanística completam-se com o levantamento dos seguintes inquéritos:

- a) Cemitérios.
- b) Balneários.
- c) Piscinas.
- d) Canais e lagoas artificiais.
- e) Açudes, represas e outros melhoramentos urbanos e rurais.

Vejamos alguns resultados da estatística dos serviços públicos locais compreendidos nos inquéritos urbanísticos realizados em 1936 nos 1.478 municípios existentes no Brasil:

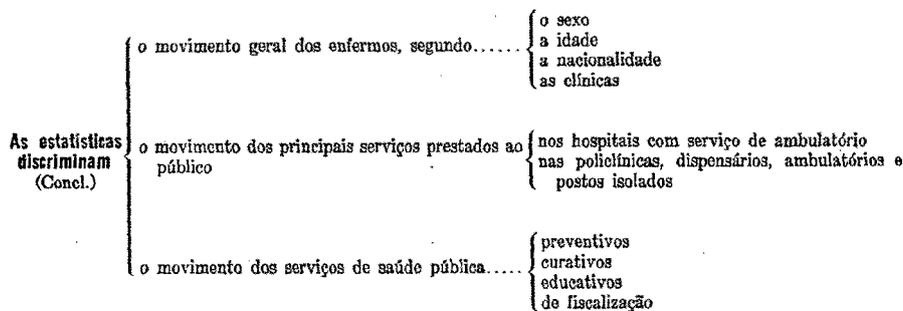
Abastecimento d'água	{	municípios que não informaram.....	97
		municípios informantes.....	{ que não possuíam abastecimento d'água..... 783 que possuíam abastecimento d'água..... 598
Esgotos sanitários	{	municípios que não informaram.....	97
		municípios informantes.....	{ que não possuíam esgotos sanitários..... 1.136 que possuíam esgotos sanitários..... 245
Iluminação pública e domiciliar	{	municípios que não informaram.....	89
		municípios informantes.....	{ que não possuíam iluminação pública e domiciliar..... 226 que possuíam iluminação pública e domiciliar... 1.163

4 — INQUÉRITOS MÉDICO-SANITÁRIOS

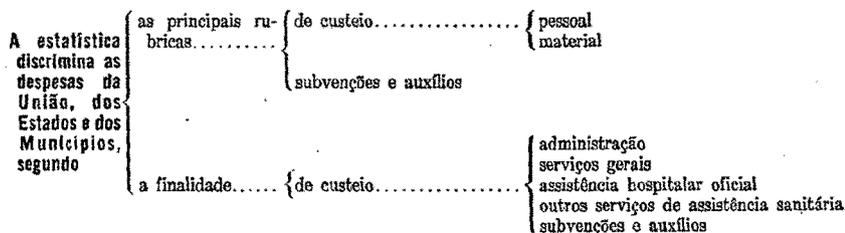
A) HOSPITAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE E ASSISTENCIA

As estatísticas discriminam (Continua)	{	o tipo da construção	
		a localização	
		a entidade mantenedora.....	{ oficial particular
		o destino da assistência	
		o número de estabelecimentos, segundo	
		a modalidade da assistência	{ somente com internamento com e sem internamento somente sem internamento
		a especialidade da assistência	
		a idade e o sexo dos enfermos	
		o culto dos socorros prestados	
		os meios de manutenção.....	{ se oficiais se mantidos com recursos próprios se mantidos com o auxílio do Poder Público
a capacidade dos estabelecimentos	{	com internamento.....	{ enfermarias quartos para doentes pavilhões de observação ou isolamento leitos
		sem internamento.....	{ compartimentos para estada provisória dos doentes leitos
as principais instalações dos estabelecimentos de assistência			
os efetivos em pessoal	{	no corpo clínico.....	{ médicos especialistas médicos de clínica geral
		no corpo de colaboradores e auxiliares dos serviços clínicos	

**A) HOSPITAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA**



**B) DESPESAS PÚBLICAS COM A ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA**



Quanto à estatística vital, no campo atribuído às atividades de saúde pública, compete ela ao Serviço Federal de Bio-Estatística, o qual baseia suas elaborações específicas nas contribuições das repartições oficiais, incumbidas dos registros demográficos, e nos inquéritos dos técnicos sanitaristas, abrangendo tanto a fixação quantitativa dos nascimentos, casamentos e óbitos como o estudo comparativo — nacional e internacional — dos respectivos coeficientes. Além de outros aspectos relativos ao estado e movimento da população, essa estatística específica, quanto aos nascimentos, o sexo e a cor dos nascidos vivos ou mortos, bem assim a nacionalidade dos pais; quanto aos casamentos, o estado civil anterior, a profissão, a idade e a nacionalidade dos nubentes; e, quanto aos óbitos, a idade, a nacionalidade, a cor, o estado civil, a profissão e a *causa mortis*.

Eis agora alguns totais gerais da estatística da assistência médico-sanitária que, como as do ensino e conexas, tão úteis à verificação da instrução e da cultura, também oferece uma infinidade de aspectos, cada qual de fácil exame em múltiplas direções, com várias finalidades de uso corrente do clínico, do sanitarista, do administrador e das instituições que proveem esses meios de proteção ao bem estar público. Qualquer de suas tabelas é um manancial enorme de conhecimentos variados sobre muitos problemas técnicos e científicos. Uma simples coluna, muitas vezes, submetidos os algarismos aos cálculos para determinação objetiva das proporções, tendo em vista a população, as condições geográficas, os recursos materiais, etc., adverte perigos ou clama urgentes reformas de vital importância para a sociedade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA

ANOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS										Capacidade dos estabelecimentos com internamento incluídos na estatística	Movimento dos estabelecimentos, incluídos na estatística		
	Total	Não incluídos na estatística	INCLUÍDOS NA ESTATÍSTICA									Número de leitos	Enfermos socorridos nos estabelecimentos com internamento, durante o ano	Enfermos socorridos nos estabelecimentos sem internamento, durante o ano
			Segundo a entidade mantenedora		Segundo a localização		Segundo a modalidade de assistência							
			Oficiais	Particulares	Nas capitais	No interior	Somente com internamento	Somente sem internamento	Com e sem internamento					
1934.	1.109	65	447	597	366	678	413	321	310	67.153	489.807	3.977.187		
1935.	1.358	96	500	662	380	782	441	383	331	73.973	541.876	3.758.372		
1936.	1.372	174	511	687	406	792	448	394	356	81.888	573.236	3.454.311		
1937.	1.335	111	505	719	409	815	445	386	393	85.841	612.275	4.077.212		
1938.	1.637	157	665	815	466	1.014	427	557	496	90.597	649.285	6.064.711		

RESUMO GERAL DAS DESPESAS COM OS SERVIÇOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA MÉDICA

ANOS	DESPESAS			
	Da União (1)	Dos Estados	Dos Municípios	Em geral
1933.....	118.082:085\$	59.182:694\$	19.195:373\$	196.460:152\$
1934.....	84.327:553\$	70.347:883\$	33.892:451\$	188.567:887\$
1935.....	110.923:492\$	77.557:441\$	30.385:976\$	218.866:909\$
1936.....	112.884:692\$	100.250:630\$	39.431:746\$	252.067:068\$
1937.....	159.486:396\$	116.262:281\$	55.514:692\$	331.263:369\$

1 Os exercícios financeiros de 1933 e 1934 foram, respectivamente, de 15 e 9 meses.

Os dados estatísticos gerais contidos nessas tabelas, como em outras que as precederam, foram extraídos das últimas estatísticas oficiais organizadas pelas competentes secções do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, onde estão bem adiantadas certas apurações nacionais relativas a 1938, já havendo também farta documentação para o ano de 1939. Em alguns casos preferiu-se apresentar resultados definitivos publicados no último *Anuário Estatístico do Brasil* (1938) a dar simples estimativas para períodos mais recentes; em outros casos, os dados são oriundos de pesquisas feitas pelo autor diretamente em fontes autorizadas ou referem-se a estatísticas, também oficiais, mas ainda sujeitas a pequenas retificações.

5 — INQUÉRITOS E ESTUDOS ESPECIAIS

A extensão e a profundidade dos trabalhos técnicos especiais dependem do fim a que êles se destinem. Dada a diversidade de assuntos que podem ser tratados, a execução de semelhantes trabalhos orienta-se segundo o relêvo que se deseje imprimir a determinado aspecto dos campos de investigação e estudo do Serviço de Estatística, levando-se em conta as contingências de tempo e de espaço.

Para alguns estudos desta natureza, basta pesquisar cientificamente os resultados das estatísticas comuns já elaboradas ou coligir material informativo disperso e sintetizá-lo em determinada forma descritiva; para outros, é preciso lançar mão de inquéritos extraordinários, especialmente traçados, para que, através dos elementos numéricos supridos, se possam apreciar e traduzir com fidelidade certos problemas específicos.

A exiguidade de recursos, a que já nos referimos alhures, e a imperiosa necessidade de realizar em primeiro lugar os dois grandes inquéritos regulamentares — o educacional e o médico-sanitário —, o que tem sido feito com continuidade e uniformidade no compreensivo plano a que obedecem, não permitiram que o Serviço desenvolvesse com a mesma perfeição todas as estatísticas culturais e urbanísticas. Assim é que, ao se processar a reorganização das atividades estatísticas, houve um hiato no levantamento de alguns destes inquéritos, tendo-se iniciado outros somente depois de lançadas as campanhas estatísticas padronizadas para todo o Brasil pelo I. B. G. E.

Contudo, sem embargo da execução dos demais trabalhos já mencionados, a partir de 1931 pôde a repartição levar a efeito numerosos e variados inquéritos e estudos especiais para fins diversos, como podemos ver pelo quadro seguinte:

Inquéritos e estudos especiais sobre	{	Organização e atividades do Ministério da Educação e Saúde.....	7
		Organização e atividades estatísticas.....	14
		Organização administrativa do sistema educacional.....	8
		Educação em geral.....	43
		Legislação do ensino.....	6
		Saúde e assistência.....	5
		População.....	4
		Instituições culturais.....	7
		Outros assuntos.....	11
		Total.....	105

Dêses trabalhos foram redigidos dezesseis em francês e quatro em inglês.

A matéria de que tratam as páginas retro diz respeito a realizações de natureza especializada, com fundamento direto no meio cultural do país e irradiação em diversos setores das atividades administrativas, havendo no decênio do Governo do sr. GETÚLIO VARGAS atingido desenvolvimento máximo como órgão capaz, que é hoje o Sistema Geo-Estatístico do Brasil, de traduzir o aperfeiçoamento da nossa máquina administrativa e da cultura material, que, aliás, assentava em bases bastante precárias nos primeiros anos desta década.

A uma revista de mostra do quanto pode o esforço do Governo, quando colima o bem público, não nos seria lícito, ao lado do desenvolvimento de todos os serviços públicos no Brasil nestes 10 anos, deixar de pôr em evidência as iniciativas que, em assuntos de estatística e educação, como medida nacional, puseram em prática os atuais dirigentes, adotando também sugestões e alvitres propostos aos órgãos respectivos e discutidos em congressos e instituições dessa natureza.

Deparou-se-nos propício ensêjo de, nos limites da tarefa que nos impusemos, render culto à evolução e ao aparelhamento estatístico já existente entre nós; e assim, sem atavios de linguagem, procurámos, no curto prazo de Outubro e Novembro, sem prejuízo de nossas atribuições funcionais, confeccionar o presente trabalho, como modesta contribuição às justas comemorações do decênio do atual Governo, pondo em destaque uma das suas principais obras administrativas.

Certo, é jubiloso consignar que as repartições de estatística dos diversos ministérios e também as regionais teem preenchido os seus fins com o mais perfeito conhecimento da missão que lhes incumbe, e teem mesmo, quase todas, alcançado um grau de eficiência verdadeiramente notável, como colaboradoras de perto atentas à orientação do Governo Federal. Sob êsse ponto, nada mais admirável do que observar, na opulência das atribuições dêsses órgãos, o concurso que êles devem prestar aos grandes empreendimentos governamentais, às soluções com uniformidade. Dispondo de elementos especializados no campo das atividades que executam, indicando e promovendo as medidas de alcance prático, as repartições de estatística e geografia federais, estaduais e municipais e o serviço do censo penetram os segredos da estrutura e do espírito da sociedade e constituem um vasto sistema de articulação e dinamismo nacional.

Não há uma só fase das atividades que descrevemos nos diferentes capítulos desta memória que não esteja a documentar a elevada intenção, de parte do Governo, de empenhar-se pela solução dos problemas, e em tudo e sempre essa atitude preside à sua ação construtiva e civilizadora, empreendida com profundas e extensas repercussões sobre os destinos da nacionalidade. E as medidas de cunho prático, racional, sistematizado na valorização educativa do povo brasileiro apresentam, no seu conjunto, um quadro em que as primeiras iniciativas no interesse da educação e da cultura se desdobram e continuam cada vez mais intensas e extensas na fase de realizações com que o ministro GUSTAVO CAPANEMA concretiza o pensamento do Chefe do Governo, repetidas vêzes manifestado de acôrdo com os princípios dos que procuram resolver os grandes problemas nacionais e pesquisam as necessidades brasileiras.

Convinha prestar-se no Brasil essa homenagem sincera ao atual gestor dos destinos do país, cuja ação profícua será consignada na história das instituições nacionais pela observação das transformações sociais e do desenvolvimento progressivo, o que se verificará com o ajustamento de reformas às necessidades reais do povo, ao nível do seu adiantamento material, intelectual e moral, sob a influência do critério científico, e com as metamorfoses que se operarem no futuro, como reflexo de uma época em que a ação governamental se fez sentir sob múltiplos aspectos.

---

**O órgão de estatística do Ministério da  
Educação e Saúde, antes e depois do  
IBGE**

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O órgão de estatística do Ministério da Educação e Saúde, antes e depois do IBGE. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 14, p. 235-248, abr./jun. 1943.

M A TEIXEIRA DE FREITAS  
(Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde)

## O ÓRGÃO DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, ANTES E DEPOIS DO I. B. G. E.

**A** HISTÓRIA do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, só de três anos mais longa do que a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem-se desenvolvido, por assim dizer, paralelamente à do órgão centralizador da Estatística Brasileira e muitas vezes com ela se confunde, tanto na semelhança dos objetivos, como na consecução prática de determinados planos de trabalho. Veja-se nisso a decorrência natural do fato de terem essas instituições identidade de origem: duas iniciativas inspiradas pelo mesmo pensamento de governo do Ministro FRANCISCO CAMPOS, o fundador do Ministério da Educação.

Em memorável mensagem dirigida, em Novembro de 1932, aos chefes dos Governos Regionais, sobre a execução do Convênio Nacional de Estatísticas Educacionais e Conexas, o Presidente GETÚLIO VARGAS acentuava que havia trazido para o Governo, e os fatos a estavam confirmando, a convicção de que “todo esforço de reerguimento da nacionalidade depende fundamentalmente dos rumos e da intensidade que assumir nossa política educacional, pois que, sem o levantamento do nível da cultura intelectual e moral do povo, toda obra de civilização fracassará ou terá resultados insignificantes e sem profundidade”.

Esse interesse pela valorização cultural das novas gerações brasileiras, de tantas outras maneiras também demonstrado, terá constituído, sem dúvida, um dos fatores básicos para que fôsse justamente a criação do Ministério da Educação e Saúde, ainda em Novembro de 1930, uma das primeiras medidas a assinalar a fase de profunda reconstrução político-administrativa do país iniciada naquele mês, com o advento do governo revolucionário. Mas, conforme ressaltava no mesmo documento, com a sua lúcida visão das necessidades brasileiras, o eminente Chefe da Nação, “o assentamento de um plano orgânico e suficientemente amplo, de medidas governamentais, em que estreitamente cooperem as três linhas de força de nossa estrutura política, não será possível enquanto o país não conhecer exatamente, isto é, com atualidade, minúcia e verdade, o alcance da obra educacional que já se realiza, suas falhas, suas possibilidades e toda a extensão do esforço que ainda precisa empregar, tendo em vista nossas profundas diferenciações geográficas e sociais”. E esse conhecimento — está ainda na mensagem presidencial — só poderia ser obtido mediante estatísticas rigorosas e suficientemente compreensivas, que não tínhamos até então podido organizar, a despeito, como é de justiça reconhecer, de todos os esforços empreendidos, através de tentativas como, por exemplo, a que o Brasil ficou a dever ao escrúpulo profissional, à cultura técnica e à inexcedível capacidade de realização de OZIEL BORDEAUX Rêgo.

Por isso mesmo, o pensamento inspirador da criação do Ministério somente veio a ter atendidas de modo integral suas magníficas virtualidades quando, regulamentada a estrutura do novo órgão, pelo Decreto n.º

19 560, de 5 de Janeiro de 1931, dela constava uma Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, ou seja o atual Serviço de Estatística de Educação e Saúde, segundo a denominação que passou a prevalecer desde 8 de Setembro de 1939, em cumprimento às normas padronizadoras baixadas pelo Conselho Nacional de Estatística.

**Itens de um programa** No primeiro comunicado distribuído à imprensa, ainda em princípios de 1931, e com o qual deu início a um largo plano de divulgação cultural, cujos resultados foram os mais auspiciosos, a própria Diretoria enumerava em termos de síntese os pontos principais do vasto programa que lhe fôra cometido, na estrutura do novo Ministério. Esse programa assim era resumido, em linhas gerais:

I — realizar a coleta dos fatos que melhor possam exprimir as condições da coletividade brasileira no que respeita ao estado cultural e físico;

II — levantar o quadro dos recursos que, para torná-las mais favoráveis, oferece o Estado ou a iniciativa particular, pela multiplicação de centros de cultura, instituições de assistência médica e de estabelecimentos destinados a recrear o espírito, aumentando o cabedal científico e elevando o nível estético das populações,

III — traduzir numéricamente, para maior facilidade da análise e dos confrontos, os resultados de suas indagações;

IV — proporcionar ao exame dos técnicos os elementos indispensáveis para aferição dos progressos verificados ou possíveis de se verificar;

V — exhibir, pela apresentação gráfica, a gênese e as tendências dos fenômenos que indicam a situação do país no que concerne à saúde física dos seus habitantes e ao desenvolvimento educacional;

VI — coligir quaisquer elementos de elucidação esparsos nas publicações estrangeiras e que contenham subsídios úteis, sugerindo a adaptação ao nosso meio de medidas eficazes sancionadas pela experiência dos povos mais adiantados;

VII — instruir as autoridades e o público em geral pela propaganda, baseada em cifras convincentes, de iniciativas já realizadas e consagradas pelo êxito, em matéria de instrução e saúde pública, no interior do país ou fora de suas fronteiras.

**Súmula de iniciativas e realizações** O que tem sido a ação desenvolvida, dentro dessa ordem de objetivos, está demonstrado em documentos de origem e data diversas, a traduzir um permanente esforço de realização, no qual o devotamento e a capacidade de trabalho de abnegados colaboradores operaram, por assim dizer, verdadeiros milagres, para suprir as deficiências resultantes não só da falta de recursos correspondentes à importância da missão a cumprir, como do reduzido quadro de pessoal.<sup>1</sup>

Dentre êsses documentos, cumpre destacar, por exemplo, a resenha retrospectiva do Serviço de Informações e Publicidade, a cargo da Diretoria, e que, "como repositório útil de sugestões aos vários depar-

<sup>1</sup> O Decreto n.º 19 560, de 5 de Janeiro de 1931, que regulamentou a Secretaria de Estado, atribuiu à Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação o seguinte quadro, que permaneceu sem alteração durante quase todo o período anterior à lei do reajustamento do funcionalismo público: 1 diretor geral; 2 diretores de seção; 2 primeiros oficiais; 2 segundos oficiais; 5 terceiros oficiais; 2 datilógrafos.

tamentos do Instituto”, foi anexada à Resolução n.º 45, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística; as peças que a Resolução n.º 119, da mesma Assembléia, mandou incluir nos Anais do Instituto, pela sua significação para o conhecimento dos fatos que deram origem à criação da entidade e influíram em sua estrutura definitiva; a obra *A Administração Pública e a Estatística*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda em 1941, e cuja segunda parte, intitulada “A missão do órgão estatístico da Educação e Saúde”, foi divulgada na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, ano II, número 8.

A resenha retrospectiva, sobretudo, constitui uma síntese altamente expressiva do empenho com que a Diretoria, a despeito da falta de recursos especiais, procurou executar o seu programa de ação, mediante não apenas o levantamento das estatísticas do ensino e da assistência médico-sanitária, segundo um plano nacional sistematicamente delineado, senão também de uma campanha publicitária do mais largo alcance educativo e, por isso mesmo, útil ao progresso da comunidade social.

Vejam, em rápidas indicações, o que se contém nessa breve sùmula, como realizações da Diretoria, enquanto a seu cargo estiveram, ou seja de 1931 a 1936, os Serviços de Informações e Publicidade do Ministério: organizou o primeiro *Anuário de Educação e Saúde Pública*, entregue à circulação vários anos depois e cujo segundo número chegou a ter a sua elaboração muito adiantada, havendo sido sustados os respectivos trabalhos, pela evidente inutilidade de tal esforço, uma vez que a sua edição seria, senão impossível, pelo menos excessivamente retardada; iniciou a publicação do Boletim trimestral do Ministério, dele distribuindo quatro números, em dois volumes; deu início à elaboração e publicação dos Relatórios Gerais do Ministério; promoveu a publicação de outros trabalhos relativos a assuntos educacionais e culturais, contribuindo mesmo, algumas vezes, para a sua elaboração; prestou intensa cooperação, devidamente apreciada pelas instituições interessadas, a diversos organismos internacionais, como sejam o Instituto Intelectual da Liga das Nações, a Repartição Internacional do Trabalho, a Repartição Internacional de Educação, de Genebra, a União Panamericana, de Washington, e várias outras; elaborou artigos, notícias, memórias e outros elementos informativos, para que o Brasil figurasse em publicações de circulação internacional; colaborou ativamente para o êxito de vários congressos, entre os quais o Congresso Panamericano de Geografia e História, reunido no Rio de Janeiro em 1932, os sucessivos Congressos de Educação, promovidos pela Associação Brasileira de Educação a partir de 1931, e o Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Regional, reunido na Baía em 1935, sob os auspícios da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; contribuiu com trabalhos de sua própria elaboração, ou com memórias obtidas de pessoas autorizadas, para importantes certames internacionais; participou diretamente dos trabalhos de organização de diversas exposições de administração, educação e estatística, promovidas pela A.B.E., entre as quais a Primeira Exposição Nacional de Educação e Estatística, realizada nesta capital, com inesperado êxito, em 1936, — iniciativa a que deu vitoriosa continuidade o importante certame levado a efeito em Julho último na cidade de Goiânia, como parte do “batismo cultural” da mais jovem das capitais brasileiras; sugeriu, em promoção ao Ministro, a simplificação ortográfica, em ordem a facilitar o ensino da língua vernácula, e participou ativamente da campanha em favor desse objetivo, por meio, principalmente, de um inquérito especial nos meios educacionais e cul-

turais, para demonstrar a tendência favorável ao prevalecimento da reforma, sugeriu a colaboração de certos serviços públicos de finalidades científicas nas atividades do ensino superior; procedeu aos estudos que serviram de subsídio à decretação de medidas concernentes ao aproveitamento da cinematografia para fins educativos, sugerindo e projetando ainda a criação do Serviço Nacional de Cinematografia Educativa; alvitrou aos governos regionais a criação de serviços especializados de estatística e inspirou o aviso do Ministério, concitando êsses mesmos governos a promoverem a sistematização dos serviços de bibliotecas, arquivos e museus; teve a iniciativa da circular ministerial e da propaganda subsequente, relativas à organização regular, pelos governos municipais, do *Anuário de Legislação e Administração dos Municípios*; prestou todo o concurso possível à Associação Brasileira de Educação, auxiliando, em particular, o útil serviço de publicidade que êsse sodalício manteve, durante longo tempo, em forma de "comunicados à imprensa"; contribuiu para a realização, em todo o Brasil, dos atos comemorativos da Semana de Educação; cooperou com a Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, para que, conforme lhe sugerira, publicasse um jornal instrutivo — *O Educador Rural* — destinado a distribuição gratuita entre as populações do interior; prestou todo o concurso ao seu alcance à obra da Cruzada Nacional de Educação; sugeriu a criação do Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico, e bem assim, em várias promoções, a instituição de um órgão técnico destinado a velar pelo desenvolvimento e fiscalização da difusão cultural, idéia consagrada depois pelo artigo 22 do Decreto n.º 21 240, de 4 de Abril de 1943, que nacionalizou o serviço de censura cinematográfica e criou a "taxa cinematográfica" para a educação popular; assumiu o encargo de distribuir a *Revista Nacional de Educação*, acolhida com vivo interesse em todo o país, propôs constituísse uma das finalidades do Instituto de Cultura Popular (projetado com o seu concurso) a instalação de um Planetário, como centro de recreio útil à instrução popular; inspirou a campanha, coroada de êxito em vários Estados, tendente a tornar reciprocamente válidos os diplomas concedidos pelas Escolas Normais das diversas Unidades da Federação; conseguiu a criação do Corpo de Correspondentes do Ministério nos Estados, visando, principalmente, o intercâmbio de informações; promoveu a organização de um Corpo de Informantes Municipais que, como o de Correspondentes, cooperava gratuitamente com a Diretoria, orientou e coordenou os debates da Quarta Conferência Nacional de Educação, reunida em 1931, e de cujas deliberações resultou o Convênio para a uniformização das estatísticas educacionais e conexas, celebrado ainda naquele ano, normalizou o serviço de informações estatísticas sobre o ensino no Brasil, destinadas aos anuários internacionais, assegurando ainda a satisfação de grande número de pedidos formulados por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, para atender a Embaixadas ou instituições estrangeiras ou às nossas missões diplomáticas, no Exterior; distribuiu gratuitamente, no país e no estrangeiro, cerca de meio milhão de publicações diversas; favoreceu, no que esteve ao seu alcance, o desenvolvimento do estudo do Esperanto, no país; promoveu, em Dezembro de 1931, a reorganização da Sociedade Brasileira de Estatística; realizou intensa propaganda em favor das "Vilas Escolares", ou sejam grandes educandários rurais em regime especial de internato ou semi-internato, lançou, com a colaboração da Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, o plano para a fundação de uma Colônia Agrícola Modelo, no vale do São Francisco, animando ainda, pelos seus comunicados, e auxiliando diretamente, com o oferecimento de publicações e a remessa gratuita de material apropriado, a benemérita campanha realizada pela mesma

Sociedade, em prol dos Clubes Agrícolas Escolares; provocou sugestões insistentes do Ministério, junto aos governos regionais e municipais, no sentido de ser levantada, ainda que em começo precariamente, a cartografia corográfica dos Municípios; encaminhou uma aproximação, que deu apreciáveis resultados, entre o Estado Maior do Exército e dois sodalícios culturais — a Associação Brasileira de Educação e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres — daí resultando a constituição de uma comissão de representantes dos mesmos sodalícios e da Liga de Defesa Nacional, para o fim de elaboração, infelizmente interrompida, de um ideário cívico de organização, educação e defesa nacional; atuou insistentemente, de várias formas, no sentido de provocar medidas governativas dos Estados, visando o desdobramento e a racionalização das atividades das diretorias ou departamentos regionais de educação; lançou a idéia, depois adotada pelo Instituto, da construção, sem onus para o Tesouro, do “Palácio do Silogeu Brasileiro”; propôs ao Governo, como recurso adequado à solução, em termos amplos, dos problemas educacionais, a realização de uma Convenção Nacional de Educação, cujas bases chegaram a ser fixadas em Decreto de 1934, tendo ainda elaborado o projeto dessa Convenção e dirigido os entendimentos com os Governos Regionais, deles obtendo plena aquiescência quanto à sua participação na competente Assembléia convencional; realizou inquéritos sôbre os vencimentos do magistério primário e, em tôrno dos resultados obtidos, fêz tenaz propaganda a favor da melhor remuneração dos mestres brasileiros, sôbre a base de aumentos automáticos em função do tempo e do merecimento, com gratificações especiais de função; lançou a inovação da criação de um corpo de funcionários técnicos nos serviços de estatística; tomou a iniciativa de reiteradas sugestões aos Governos Regionais, no sentido de serem criadas revistas especializadas de educação, editadas pelas respectivas diretorias de ensino; fêz insistente propaganda da “Semana dos Fazendeiros”, na Escola Agrícola de Viçosa, e, depois, do “Mês Feminino”, no mesmo estabelecimento, tendo lançado também o alvitre da “Quinzena Universitária” e desenvolvido apreciável propaganda em favor da criação de Escolas Normais Rurais; divulgou repetidamente sugestões sôbre o envio de Missões Culturais ao interior do país e dentro dessa ordem de objetivos cooperou ativamente com a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres para o êxito das suas Semanas Ruralistas; propagou a idéia de editar o Ministério revistas técnicas de educação e efetuou vitoriosa propaganda a favor da criação e desenvolvimento dos serviços que visassem a larga utilização escolar do fonógrafo, do cinema e do rádio; lançou a iniciativa, que não pôde continuar por falta de recursos, da organização de edições padronizadas de gravuras avulsas, relativas a todos os aspectos brasileiros merecedores de vulgarização; tentou repetidamente, embora sem resultado prático, fazer vitoriosa a idéia da organização, a seu cargo, de uma Exposição Permanente, complemento da Biblioteca Central do Ministério, onde fôssem documentadas, por meio de elementos adequados (fotografias, *maquettes*, esquemas, mapas, gráficos diversos), as realizações brasileiras, em matéria de educação, cultura, saúde pública e assistência médico-social; prestou o concurso ao seu alcance à propaganda em benefício da educação física e das Colônias de Férias; lançou, na administração federal, a prática da vulgarização dos resultados estatísticos por meio de comunicados à imprensa, redigidos de maneira a tornar acessíveis à mentalidade popular as conclusões que os números possibilitam.

Dois volumes há pouco editados pelo I. B. G. E., *Educação e Saúde e Instruindo e Divulgando*, estão intimamente ligados às atividades do Serviço de Estatística da Educação e Saúde. O primeiro reúne duzentos e doze comunicados distribuídos pela própria repartição de 1931 a 1941, e o segundo, duzentos comunicados da A. B. E., elaborados em grande número com a colaboração dos técnicos do Serviço. Aliás, a divulgação sistemática, em notas de imprensa, das estatísticas que iam sendo elaboradas, foi um dos recursos de publicidade de que se valeu a repartição, nos primeiros anos de seu funcionamento.

Em face das dificuldades com que lutava para a edição tipográfica, não só dos trabalhos estatísticos, como de outros, cuja ampla circulação consultaria o interesse público, apelou ainda a então Diretoria para o *Diário Oficial*, como veículo de divulgação dos trabalhos que realizava, e fez distribuir numerosos opúsculos mimeografados, nos quais apresentava também estudos culturais e sociais, antes de lhe ser possível executar, pelo menos com relativa regularidade, como ora o faz, o plano de publicações que esteve desde cedo nas cogitações de sua chefia. Dentre essas publicações, merece relêvo especial a série *O Ensino no Brasil*, já em seu quinto volume, e na qual veem sendo sistematicamente apresentados os elementos numéricos relativos à estrutura e funcionamento de nosso aparelho educacional, obtidos com a execução do Convênio de 1931.

#### **O S. E. E. S. em face do Instituto**

Dessa breve resenha retrospectiva já emergem, com a poderosa objetividade dos fatos, testemunhos bastante eloquentes sobre os numerosos pontos de referência em que, tanto em seu conteúdo político e ideológico, como nos próprios recursos de execução prática, a obra do órgão estatístico do Ministério da Educação confunde-se e identifica-se com o admirável plano de realizações a que o Instituto se propôs. A História, todavia, reconhecerá ainda outros subsídios inestimáveis, através dos quais melhor se assinala essa concordância de objetivos e propósitos, uns e outros colocados sob o signo do mesmo pensamento de organização e unidade nacional.

Tenha-se em vista, antes de tudo, que a impressionante experiência de cooperação inter-administrativa das três órbitas do governo, de cujas virtualidades é o Instituto concretização magnífica, teve a sua gênese vitoriosa no Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, celebrado em Dezembro de 1931, já como fruto do ambiente criado pela atuação da Diretoria. No seu permanente contacto com os meios administrativos, técnicos e culturais brasileiros, o atual Serviço de Estatística da Educação e Saúde não se limitava a defender e propagar idéias que se incorporaram depois ao "ideário cívico" do Instituto realizava ativa e tenaz propaganda em favor da própria criação do Instituto e, uma vez triunfante a campanha, já se apressava em propor ao Governo a convocação da Convenção Nacional de Estatística, visando "aproveitar, para a racionalização da estatística geral brasileira, as experiências resultantes do Convênio de 1931, relativo às estatísticas educacionais".

Além do que, foi um dos diretores de secção da D. G. I. E. D. quem sugeriu a promulgação, em Maio de 1931, de uma "lei de estatística", destinada a abrir novos rumos às atividades estatísticas do país. Posteriormente, valeu-se dessa proposta o diretor do atual Serviço de Estatística da Educação e Saúde, para, em cumprimento ao despacho ministerial e fixando mais uma vez certas idéias por que se batera desde o

início de sua vida pública, indicar a federação dos serviços estatísticos brasileiros em um sistema *sui generis* — o Instituto Nacional de Estatística e Cartografia — como a única solução conveniente, em face dos atordoantes problemas que dificultavam a normalização, em termos sistemáticos, das nossas pesquisas estatísticas e cartográficas.

Como se vê, tendo concorrido, na órbita de suas possibilidades, para estabelecer, no tocante à estatística, um regime de perfeita solidariedade entre a administração federal e as administrações regionais, até a fixação das disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos respectivos serviços (Decreto n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Estatística), a repartição continuou a prestar sua colaboração às iniciativas que culminaram na instalação da nova entidade e na realização da Convenção Nacional de Estatística, em Julho de 1936, vindo a integrar-se, finalmente, no sistema estatístico brasileiro, como um dos órgãos executivos centrais da ala federal.

Proclamemos, todavia, que os esforços com que o órgão estatístico do Ministério da Educação contribuiu para que a idéia da criação do Instituto se impusesse aos meios técnicos e administrativos do país, e ainda para que o prestígio da nova organização cedo se consolidasse, através de realizações concretas, tiveram a melhor das compensações. Foram contribuições desinteressadas para uma obra de mais alta brasilidade e cujos resultados, beneficiando decisivamente tanto a nossa ordem administrativa como a própria comunhão social, vieram assegurar novos fatores de êxito à própria repartição que neles modestamente cooperou.

**O S.E.E.S. e o Conselho Nacional de Estatística**

As finalidades e as realizações do S.E.E.S. foram objeto de vários pronunciamentos do Conselho Nacional de Estatística nas suas reuniões plenárias anuais, dos quais resultaram providências benéficas, seja para o aperfeiçoamento dos trabalhos, seja para melhor aproveitamento da cooperação inter-administrativa, seja, finalmente, para estímulo dos servidores da estatística e do Brasil, nesse setor.

Cumprê destacar, inicialmente, a Resolução n.º 7, da Assembléa Geral de 1936, que definiu, conforme adiante se verá, o campo de competência do Serviço, no plano geral de levantamento das estatísticas brasileiras.

Na reunião de 1937, a Assembléa teve um pronunciamento altamente lisonjeiro em relação ao S.E.E.S. Consignando, pela Resolução n.º 45, particular aprêço aos serviços de publicidade mantidos por diferentes órgãos do Instituto, e encarecendo a conveniência de se valorizarem êsses serviços quanto possível, o C.N.E. aplaudiu o esforço realizado, durante o sexênio em que existiu, pelo Serviço de Informações e Publicidade a cargo da Diretoria de Estatística do Ministério da Educação e Saúde, e fêz votos por que, segundo expressões textuais, fôsse imitado aquele patriótico esforço. Para registro nos Anais da entidade, "como repositório útil de sugestões aos vários departamentos do Instituto", foi anexado à Resolução em causa o relatório referente aos trabalhos do aludido órgão.

Visando a delimitação da competência e das responsabilidades das três repartições de âmbito nacional diretamente interessadas no

levantamento da bio-estatística, a Resolução n.º 54, de 1937, dispôs sobre a conveniência de um acôrdo entre as repartições centrais de estatística dos Ministérios da Justiça e da Educação e o Departamento Nacional de Saúde.

Ainda no mesmo ano de 1937, que foi o de sua primeira sessão ordinária, a Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística dirigiu, na Resolução n.º 62, votos congratulatórios ao Governo Federal e especialmente “ao Ministério da Educação e Saúde — pelo labor persistente da sua Diretoria de Estatística, não só na fiel execução do Convênio Inter-administrativo de 1931 para a organização das estatísticas sanitárias e de assistência médico-social, mas ainda pelo êxito que alcançaram seus serviços de informações, propaganda e publicidade cultural durante o sexênio em que estiveram a cargo da mesma Diretoria.” A aludida Resolução conteve caloroso apêlo ao Governo da República, no que se refere ao M.E.S., objetivando “a rápida integração do quadro e o conveniente aparelhamento da sua Diretoria de Estatística.”

De grande importância para as atividades da repartição foi a Resolução n.º 76, de 18 de Julho de 1938, pela qual foi aprovada para todos os efeitos da estatística geral brasileira, *ad-referendum* da segunda reunião do Convênio Inter-administrativo de Estatísticas Educacionais e Conexas, a classificação do ensino adotada pela então Diretoria de Estatística do M.E.S. Da mesma data, aliás, é uma recomendação do alto colégio dirigente do Instituto aos órgãos regionais incumbidos de colaborar no levantamento da estatística educacional, no sentido de uma participação mais desdobrada nos respectivos trabalhos, na forma já prevista no Convênio de 20 de Dezembro de 1931.

A revisão desse Convênio, cujo texto se anexou à Resolução n.º 115, para estudo dos funcionários da estatística, foi objeto de providências da Assembléa, em sua sessão de 1939.

Para os fins de padronização dos respectivos serviços, como previu o Decreto-lei n.º 1 360, de 20 de Junho de 1939, ao Serviço de Estatística da Cultura e Assistência Médico-Social (denominação fixada pelo referido diploma legislativo) foi sugerida, pela Resolução n.º 116, também de 1939, a seguinte composição: 1.ª Divisão — Estudos e publicidade; 2.ª Divisão — Estatística do ensino primário; 3.ª Divisão — Estatística do ensino não primário; 4.ª Divisão — Estatística cultural; 5.ª Divisão — Estatística do serviço social.

A Resolução que mandou incorporar nos anais do Instituto os principais documentos referentes às primeiras iniciativas em prol da criação efetiva do sistema estatístico brasileiro, e que teve o n.º 119, incluiu entre êsses documentos os seguintes: a exposição de 22 de Maio de 1931, do Sr. HEITOR ELOY ALVIM PESSOA, assistente-técnico da antiga Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, sugerindo a promulgação de uma “lei de estatística”, destinada a ser o estatuto orgânico da estatística brasileira; a promoção de 31 de Julho, da mesma Diretoria, ao então Ministro da Educação, apoiando a sugestão acima citada e pedindo para ela a atenção do Governo da República; o relatório da mencionada repartição, datado de 5 de Fevereiro de 1932, apresentando o projeto mandado organizar por despacho ministerial de 1.º de Agosto do ano precedente.

Igual honra mereceram do C.N.E., para estudo recomendado aos profissionais da estatística brasileira, as sugestões contidas no memorial dirigido, em 1937, pelo diretor do órgão de estatística do Ministério da

Educação ao Conselho Nacional de Educação, atribuindo-lhes a Resolução n.º 139, o caráter de “exemplo das úteis contribuições que a observação estatística pode oferecer ao Poder Público, e tendo em vista ao mesmo tempo o seu relevante alcance prático, mesmo sob o ponto de vista dos interesses diretos do sistema estatístico educacional”.

Muito expressivo foi o gesto do C.N.E., na reunião de 1941 da sua Assembléa Geral, autorizando a Presidência do Instituto, pela Resolução n.º 188, a fazer editar, em volume, nas oficinas gráficas da entidade, a coleção dos “comunicados” distribuídos à imprensa pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, nome que passou a ter a repartição em virtude do Decreto-lei n.º 1 585, de 8 de Setembro de 1939.

E largamente estimuladora foi ainda a Resolução n.º 205, aprovada na mesma sessão, que louvou o Estatístico Classe K, do Ministério da Educação e Saúde, GERMANO G. JARDIM, pela elaboração da monografia *A Administração Pública e a Estatística*, na qual foram reunidos interessantes informes sobre as finalidades e o programa do S.E.E.S.

Particularmente proveitosa às finalidades da repartição foi a Resolução n.º 215, de 24 de Julho de 1941, na qual o Conselho de Estatística dirigiu encarecido apêlo aos governos federal, estaduais e municipais, no sentido de ser tornada efetiva, por parte dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares, sob sua jurisdição, a obrigatoriedade para o fornecimento de informações destinadas aos levantamentos estatísticos, mediante adoção dos seguintes preceitos:

I — A remessa de informações em questionários devidamente preenchidos, para os levantamentos estatísticos do ensino primário geral, deverá ser feita pelos dirigentes dos respectivos estabelecimentos, públicos e particulares, em boletins mensais, dentro da primeira quinzena subsequente ao mês a que se referirem.

II — Para os levantamentos estatísticos do ensino não primário, a remessa de informações será feita apenas em um boletim anual até 15 dias após o encerramento do ano letivo.

III — Verificada a falta de cumprimento das obrigações constantes dos itens anteriores, as repartições pagadoras, mediante comunicação do órgão competente, suspenderão o pagamento de vencimentos, gratificações, auxílios e subvenções aos responsáveis pelos estabelecimentos faltosos, até que satisfaçam as aludidas obrigações.

**Campo de competência da repartição** Ao estabelecer as normas gerais para a colaboração dos sistemas estatísticos regionais com o federal, a Resolução n.º 7, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, de 30 de Dezembro de 1936, atribuiu à repartição central de estatística do Ministério da Educação o quinto setor de investigações, cadastros e levantamentos, assim constituído:

*Situação econômica* — 1 — Propriedade intelectual (científica, literária e artística).

*Situação social* — 1 — Logradouros públicos (vias públicas, praças, parques, bosques, hortos, jardins, cemitérios, etc.); 2 — Pavimentação; 3 — Arborização e ajardinamento; 4 — Iluminação; 5 — Abastecimento d'água; 6 — Esgotos sanitários; 7 — Limpeza pública; 8 — Balneários, piscinas, lagos artificiais, canais, estádiuns e outros me-

lhoramentos urbanos; 9 — Serviços preventivos de saúde pública; 10 — Campanhas sanitárias; 11 — Assistência médica hospitalar; 12 — Assistência médica em ambulatórios; 13 — Assistência escolar.

*Situação cultural* — 1 — Ensino e educação; 2 — Bibliotecas; 3 — Museus; 4 — Monumentos históricos e artísticos; 5 — Belas artes; 6 — Teatros e outras casas de diversões; 7 — Associações culturais (científicas, literárias, artísticas, educativas, cívicas, recreativas e desportivas); 8 — Institutos científicos; 9 — Arquivos públicos; 10 — Imprensa periódica; 11 — Rádio-difusão; 12 — Aspectos culturais das indústrias bibliográfica, fonográfica e cinematográfica; 13 — Exposições, congressos e conferências; 14 — Missões científicas e culturais; 15 — Excursionismo.

Alargara-se, com essa distribuição de assuntos, o âmbito das atividades indagadoras da repartição. Mas, teria sido praticamente infrutífero pôr o novo esquema em ação com o exíguo quadro de que então dispunha a Diretoria, se em boa hora não houvesse o Governo atendido à representação do Conselho Nacional de Estatística, no sentido de ser relotada a repartição com alguns novos elementos de trabalho, o que se efetivou pela Lei n.º 284, de 28 de Outubro de 1936. Apesar disso, — e não obstante a Lei n.º 378, de 13 de Janeiro de 1937, que, ao dar nova organização à Secretaria de Estado, determinou a transferência de certas atividades de informação e divulgação para novo Serviço de Publicidade do Ministério —, não foram poucas as dificuldades a vencer, na execução de tarefas mais extensas, implícitas no setor da Educação e Saúde, de conformidade com o esquema geral dos assuntos estatísticos

**Estrutura e pessoal** Tendo em vista a reforma ministerial de 1937, que dispôs sobre o funcionamento da então Diretoria, dando-lhe funções exclusivamente estatísticas, distribuíram-se as responsabilidades técnicas da repartição por quatro sub-divisões.

Conveniências de ordem interna sugeriram que as duas secções técnicas primitivas e os demais serviços fôsem desdobrados na seguinte organização, cuja efetivação, em regimento especialmente elaborado, aguarda decisão superior: I — Secção de Estatística do Ensino em Geral; II — Secção de Estatística do Ensino Primário, III — Secção de Estatística das Atividades Culturais; IV — Secção de Estatística do Bem-estar Social; V — Secção de Estudos e Documentação; VI — Secção de Contrôle e Administração.

E' essa, atualmente, a estrutura do S.E.E.S., que opera com o pessoal constante do esquema abaixo, compreendendo-se no quadro respectivo os funcionários do Ministério e os elementos postos à disposição do Serviço pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

(Distribuição segundo a procedência)	}	Do quadro do Ministério	45
		Efetivos	45
		Interinos	6
		Extranumerários mensalistas	3
		Contratados pelo I B G E	22
		<b>Total</b>	<b>76</b>

**Atividades técnicas** Graças ao auxílio proporcionado pelo Instituto, desde que o Conselho Nacional de Estatística voltou as suas vistas para o reaparelhamento dos órgãos executivos centrais, foi possível dar maior desenvolvimento às investigações estatísticas, no campo de competência da repartição, bem como realizar inquéritos que antes não puderam ser iniciados sequer.

Com efeito, o ano de 1936 — em que se verificou a instalação do Instituto, criado dois anos antes — assinalou-se na história do Serviço pela colaboração com as demais repartições integradas no sistema da entidade central, quando esta encaminhava providências de grande alcance para harmonização das atividades estatísticas nas três ordens autônomas da administração do país. Dêsse trabalho cooperativo resultaram, naquele ano, duas realizações da maior importância para a fase que então se iniciava na estatística brasileira: o preparo e publicação do *Anuário Estatístico do Brasil*, Ano II, 1936, e a Primeira Exposição Nacional de Educação e Estatística.

Em 1937, prosseguindo em seus esforços para auxiliar o encaminhamento definitivo das atividades da nova organização, o Serviço ainda contribuiu para o preparo dos contingentes numéricos que figuraram no *Anuário Estatístico*, Ano III, e respectivas separatas, e, posteriormente, estendeu a sua colaboração a outras publicações e trabalhos diversos do Instituto, confiados ao seu pessoal técnico.

No campo de indagações afeto à repartição, novos rumos foram traçados às respectivas atividades, uma vez asseguradas maior extensão e profundidade e melhores garantias de êxito aos trabalhos dos órgãos federais e regionais, pelas diretrizes fixadas na Convenção Nacional de Estatística.

Quando o processo de coleta de informações passou a obedecer às normas estabelecidas nas primeiras Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, reunida em Dezembro de 1936, o Serviço preparava e distribuía, anualmente, quase cem mil questionários sobre diversos aspectos da vida escolar, cultural e médico-sanitária do Brasil, para elaboração das respectivas estatísticas. Com exceção das estatísticas relativas ao ensino, à assistência aos enfermos e às despesas públicas com a cultura e a saúde, que continuaram no regime antigo, todos os demais inquéritos se submeteram ao plano estabelecido na Resolução n.º 14 para a Campanha Estatística de 1937 e início da atuação do Instituto. Os cadastros passaram a ser organizados tendo por base as fórmulas do Caderno A editado e distribuído por este último e preenchido pelas Agências Municipais de Estatística. Do Caderno B extraíam-se os elementos informativos para as estatísticas sem regime especial de coleta, referentes a todos os Municípios do Brasil. Posteriormente, algumas pesquisas passaram a ser feitas também mediante as folhas do Caderno C, preenchido pelas próprias repartições centrais regionais, de conformidade com as instruções do Conselho Nacional de Estatística.

Dentre os inquéritos que não sofreram alteração em seu processo de coleta, destacava-se o da estatística educacional, executada desde 1932 dentro de um plano coerente e de grande extensão, estabelecido no Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, de modo a permitir a mais circunstanciada análise do movimento educacional brasileiro. Nos termos dêsse Convênio, ficou incumbida a União, pelo órgão da Diretoria, de realizar os inquéritos necessários ao levantamento da estatística do ensino profissional (especializado e não especializado, em todos os graus e categorias) e do ensino geral, com exclusão do pré-primário e do primário, compreendendo a totalidade dos estabelecimentos de instrução referentes a êsses ramos didáticos; a cargo das Unidades Federadas, com igual generalidade e quanto aos respectivos territórios, ficou a organização da estatística do ensino geral pré-primário e primário. Estava dado assim um passo de inestimável alcance para a sistematização definitiva das nossas estatísticas educacio-

nais, mediante compromissos formais assumidos reciprocamente e pelos quais se diferenciavam atribuições e responsabilidades, canalizando todos os esforços no sentido de um único objetivo: o conhecimento exato, completo e atual da realidade educacional do país, compreendida sob os múltiplos aspectos em que se desdobra.

Pela síntese do quadro seguinte pode-se ter uma idéia do que seriam as responsabilidades da repartição e o pêso dos encargos decorrentes do já considerável vulto das atividades escolares em 1936:

ESPECIFICAÇÃO		Número	
Organização didática	Unidades escolares	39 110	
	Corpo docente	98 167	
Movimento escolar	Matrícula	{ Geral	3 068 522
		{ Efetiva	2 589 345
	Frequência	2 114 349	
	Aprovações em geral	1 372 506	
	Conclusões de curso	226 206	

Em numerosas tabelas, contendo os dados apurados sôbre a organização administrativa do sistema educacional, o efetivo dos estabelecimentos de ensino, o respectivo aparelhamento e o movimento didático, de conformidade com os compromissos assumidos por força do Convênio, essas estatísticas já nos fornecem os seguintes resultados gerais para 1941:

ESPECIFICAÇÃO		Número	
Organização didática	Unidades escolares	47 779	
	Corpo docente	119 537	
Movimento escolar	Matrícula	{ Geral	3 786 089
		{ Efetiva	3 173 304
	Frequência	2 050 794	
	Aprovações em geral	1 770 582	
	Conclusões de curso	334 460	

NOTA — Estes dados ainda estão sujeitos a ratificações

Bastará o confronto dêsse quadro com o anterior para se ter uma idéia do desdobramento do trabalho estatístico que o aumento, de ano para ano, de milhares de unidades escolares e suas atividades didáticas acarreta ao S.E.E.S.. No que lhe compete privativamente nesse setor, como nos demais, onde também se tem verificado grande ampliação nos diferentes grupos de instituições e serviços, a repartição se vem desobrigando dos encargos com a eficiência desejável, utilizados os meios de ação ao seu dispôr, muito embora estejam tais meios ainda aquém do necessário para o completo aproveitamento das possibilidades estatísticas na esfera da educação e saúde.

E' possível, todavia, fazer ainda expressivo confronto das atividades do Serviço, antes e depois do I.B.G.E.

Até 1936, das estatísticas culturais compreendidas no programa da repartição, afora as do ensino, haviam sido coletadas e apuradas, ou simplesmente compiladas apenas, as dos seguintes assuntos: diplomas profissionais (1923 a 1935); registro de professores (1935); bibliotecas (1934); museus (1933); exposições de belas artes (1934); diversões

(1933); associações culturais (1933); escotismo (1933); arquivos públicos centrais (1933); imprensa periódica (1933); rádio-difusão (1935); despesas públicas com a assistência cultural (1933). No que concerne às estatísticas da situação social pertinentes ao setor de competência da repartição, haviam sido levantadas as de assistência médico-sanitária (1933 e 1934) e as das despesas públicas com essa mesma assistência em 1933. Em 1936 arrolaram-se 1 372 estabelecimentos de assistência hospitalar e outros serviços de saúde. Na parte relativa aos melhoramentos urbanos, mais não fôra possível obter além da simples compilação de alguns dados do recenseamento de 1920, em tabelas que se destinaram ao *Anuário Estatístico do Brasil* correspondente a 1936.

A partir de 1937, desobrigado da responsabilidade que lhe cabia, em relação aos serviços de informações, biblioteca e publicidade do Ministério, pôde o S.E.E.S. consagrar suas atividades ao maior desenvolvimento das investigações estatísticas, como órgão cooperador do Instituto. Assim, por exemplo, a série de assuntos urbanísticos passou a ser levantada, com aperfeiçoamento progressivo, abrangendo informações sobre melhoramentos e serviços locais, em todos os Municípios brasileiros, tais como: logradouros públicos, segundo a espécie e seus melhoramentos; iluminação pública e domiciliária; prédios, abastecimento d'água, exgotos domiciliários, calçamento, arborização, ajardinamento, limpeza das vias públicas e remoção domiciliária do lixo, cemitérios, balneários, bosques, hortos e parques públicos. As últimas apurações desses inquéritos, levantados segundo os elementos dos Cadernos A e B, referem-se aos anos de 1939 e 1940.

As estatísticas sobre as despesas públicas da União, dos Estados e dos Municípios com a assistência cultural e médico-sanitária continuaram no regime de coleta direta, e os últimos inquéritos para 1940 e 1941 acham-se na fase de revisão final. Os levantamentos sobre os registros profissionais foram concluídos com referência ao ano de 1942. Também está sendo feito um levantamento especial sobre as condições da bibliografia didática, atualmente adotada no ensino secundário, e completam-se as pesquisas sobre a produção literária e artística em geral. Apura-se, igualmente, o movimento de missões leigas, congressos, conferências, exposições e escotismo.

A estatística médico-sanitária, completa em tôdas as fases e modalidades de investigação das atividades nosocomiais do país, tal como a do ensino, vem sendo mantida com regularidade de 1933 até agora, mediante coleta de informações feita diretamente pela repartição.

Quanto aos demais assuntos a cargo do Serviço, está sendo concluída a apuração dos levantamentos referentes a 1941, achando-se em fase de coleta e crítica os resultados dos inquéritos relativos ao ano de 1942.

**Conclusão** Encerrada esta breve sùmula, em que apenas falaram os fatos, há de haver lugar, ainda, para duas palavras finais, que bem podem ser de justiça e confiança.

Acentui-se, antes de tudo, que, se mérito houve no trabalho realizado, êsse é devido ao ambiente criado às atividades estatísticas pela atuação do Instituto e à dedicação invariável do corpo de funcionários do Serviço de Estatística da Educação e Saúde.

Entregando-se com inextinguível devotamento à carreira estatística — na qual a paciência, perseverança e espírito de sacrifício constituem virtudes imprescindíveis — tudo tem dado de si, esses funcionários, para que a obra empreendida com o objetivo de medir a extensão e intensidade dos esforços do país, nos setores da Educação e Saúde, alcance os seus nobres fins, contribuindo para a valorização física e moral do homem brasileiro.

A realização do programa do S. E. E. S. encontra ainda os melhores fatores de êxito na cooperação inestimável que lhe prestam os órgãos das administrações regionais, sobretudo os que, pela natureza das respectivas atribuições, com ele mantêm contacto direto e permanente. Sem o concurso prestimoso e diligente dos responsáveis por esses órgãos — dentre os quais é de justiça ressaltar os diretores dos Departamentos Regionais de Estatística e dos serviços especializados de estatística educacional — longe estaria a repartição central de estatística do Ministério da Educação e Saúde de corresponder ao vulto e responsabilidade das tarefas que lhe cabem.

A nacionalização das Agências Municipais de Estatística, em boa hora levada a efeito através dos Convênios já realizados em todo o país entre o Instituto e os governos regionais e locais, abre perspectivas novas à atuação das oficinas estatísticas brasileiras. Tudo nos induz a esperar confiantemente que decorram, do regime a que serão submetidos os serviços estatísticos municipais, condições de êxito e eficiência capazes de assegurar aos seus levantamentos as características de amplitude, profundidade e atualidade necessárias ao crescente aperfeiçoamento do trabalho admirável que o Instituto vem realizando, nessa vitoriosa arrancada em prol da auto-revelação do Brasil.

---

## A estatística educacional no Brasil

FRANCA, José Quadros. A estatística educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30/31, p. 624-634, abr./set. 1947. De ontem e de hoje.

## A ESTATÍSTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

**SUMÁRIO: I — Breve histórico II — O Convênio Nacional de Estatísticas Educacionais e Conexas III — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e as Estatísticas Educacionais IV — O Serviço de Estatística da Educação e Saúde V — Apreciação final**

## I — BREVE HISTÓRICO

**A**S estatísticas educacionais no Brasil só tiveram início, como elementos que pudessem servir para rudimentares estudos científicos, a partir do século passado.

Na época colonial, a estatística, de modo geral, era a mais elementar possível, se é que, ao que então se fazia, se pode chamar de estatística. Pela maneira por que era verificado, por exemplo, o desenvolvimento de nossa população, podemos inferir a inexistência de tão valioso e indispensável fator de boa administração. O número de habitantes era avaliado quase empiricamente, baseado em listas de desobriga das paróquias. Até quase à libertação do domínio português, nenhuma avaliação se baseou em dados seguros. Diz-nos WAPPENUS o seguinte: "Nos tempos coloniais os vigários mandavam listas de desobriga, pelas quais eram feitas as avaliações. Essas listas possuíam o grave defeito de só se referirem à população conungante, deixando de parte a população infantil. Por outro lado, vigários e capitães-mores tinham interesse em diminuir o número para obstar ao desmembramento das freguesias".

Em 1797, procurou a Córte Portuguesa conhecer melhor os dados estatísticos sobre sua colônia, segundo se depreende da carta que, em nome da Rainha D. MARIA I, dirigiu D. Rodrigo de Sousa Coutinho a Fernando Delgado Freire de Carvalho, governador da capitania de Paraíba (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Vol. VI — pág. 456). Nesse documento lê-se o seguinte:

"Desejando Sua Majestade que a esta Córte cheguem anualmente notícias mui exatas e individuais de cada uma das capitanias do Brasil: Foi servida ordenar que se preparassem os mapas que acompanham esta carta e que os remetesse a V. Mc., a fim de que se principie um trabalho por meio do qual se possa chegar ao conhecimento: 1º, dos habitantes que existem na capitania; 2º, das ocupações dos mesmos habitantes; 3º, dos casamentos anuais, nascimentos e mortes; 4º, da importação; 5º, da exportação; 6º, das produções da capitania, consumo e exportação das mesmas produções; 7º, dos preços correntes dos gêneros; 8º, do número dos navios que entram e saem."

É fácil verificar que essa carta não deu atenção ao estado em que se encontrava a instrução na colônia, interessando-se apenas pelos fatos econômicos.

Diversas providências foram tomadas no sentido de se conhecer melhor a situação do Brasil no Império, destacando-se entre elas o aviso circular de 8 de agosto de 1826, que recomendou que em todas as Províncias os conselhos da Presidência, aos quais cabia o encargo dos trabalhos estatísticos pela Lei de

20 de outubro de 1823, procedessem ao arrolamento, pela formação de tábuas estatísticas, de modo que ficasse ele pronto à época da abertura da Assembléa-Geral de 1827. Os trabalhos, porém, não se concluíam dentro do exíguo prazo que lhes foi determinado, e nem sequer prosseguiram. Em 1829, conferia-se a uma comissão de cinco membros, da qual fazia parte como diretor Joaquim de Oliveira Álvares, a incumbência de organizar a estatística do Império, mas, após cinco anos de existência, tal comissão foi dissolvida.

A estatística continuava, assim, em estado embrionário, à espera de quem removesse os empecilhos que obstavam o seu desenvolvimento.

Sobre o conhecimento da situação cultural do Império, vamos encontrar referência no Regulamento baixado com o Decreto nº 4 676, de 14 de janeiro de 1871, pela Diretoria-Geral de Estatística, criada pelo Decreto nº 1 829, de 9 de setembro de 1870, o que dizia respeito à população, ao território, ao estado político, intelectual e moral e ao agrícola, comercial e industrial. Infelizmente, essa repartição teve, como principal escopo, realizar apenas o recenseamento de 1872. Uma vez pronto esse levantamento, e com sacrifício mesmo do importante trabalho estatístico a realizar no país, perdeu a repartição o seu prestígio, conforme se depreende das reformas por que passou extinta pela Lei nº 2 792, de 20 de outubro de 1879, e reduzida apenas a uma seção da Secretaria do Império, ficou impossibilitada de preencher os seus elevados fins, isto é, de assegurar à Nação a estatística necessária ao conhecimento dos seus recursos.

Dêse modo, só com a realização do segundo recenseamento, em 1890, por iniciativa já do governo republicano, é que a estatística mereceu novamente a atenção do poder público. Um dos primeiros atos do Governo Provisório foi restabelecer a Diretoria-Geral de Estatística, pelo Decreto nº 113-D, de 2 de janeiro de 1890, referendado por Aristides Lobo, sendo instalada a 11 do mesmo mês e regida pelo novo regulamento, que baixou três meses depois, em 12 de abril. Trouxe esse regulamento grandes vantagens para o serviço, pela sua divisão racional por quatro seções: a 1ª, com o encargo de todo o expediente da repartição e correspondência com as associações congêneres estrangeiras; a 2ª, com a estatística industrial e comercial, justiça, finanças, associações de beneficência, etc.; a 3ª, com o encargo da viação em geral, administração e serviços públicos, instrução, correios e telégrafos, defesa nacional; e, finalmente, a 4ª, com a parte da demografia, cataquese, etc.

A distribuição da matéria desse programa não determinou, com precisão, os pontos que deveriam ser investigados. Restringiu-se ape-

nas a especificar as atribuições da 4ª seção, dando maior atenção à demografia. Posteriormente, por força do Decreto n.º 2768, de 24 de dezembro de 1897, as seções da Diretoria-Geral de Estatística foram reduzidas apenas a duas e uma nova distribuição de encargos foi determinada pelo Decreto n.º 2768, de 27 do mesmo mês. Dessa forma tornava-se praticamente impossível realizar, apenas com duas seções, o vasto programa da Diretoria.

Observa-se, portanto, que não tinha a estatística educacional lugar de destaque, como seria de esperar, dada sua grande importância. Ademais, nos seus primeiros anos, a República, como também já sucedera à Monarquia, ainda estava por cuidar, com o interesse necessário, do serviço de estatística.

Quem quer que se dedicasse a analisar o problema educacional brasileiro, tropeçaria invariavelmente com grave obstáculo: a falta do instrumento de aferição — a estatística. Toda a nossa administração, até bem pouco, se ressentia da falta desse elemento básico. Inúmeros foram os depoimentos de nossos homens públicos, que clamavam, com expressões de verdadeira angústia, pela imprescindibilidade de uma boa estatística.

Vejam, para citar apenas um exemplo, a crítica que fez o nosso insigne patriota RUI BARBOSA, a respeito dos dados estatísticos que apresentou no célebre parecer da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, da qual fazia parte e foi relator, para mostrar a deplorável situação em que se achava a instrução pública brasileira no tempo do Império.

Recorrendo a tais dados para melhor conclusão de sua tese, faz sérias advertências quanto ao seu valor em geral, e passa a criticar mais severamente o seu valor técnico, considerando a insuficiência dos elementos de que podia dispor: apenas o número de escolas e a matrícula. Do referido parecer, consta o seguinte:

"Muito intencionalmente evitamos, até aqui, uma expressão técnica nestes assuntos, referindo-nos sempre à matrícula ou inscrição escolar, e abstendo-nos sistematicamente de falar em frequência. Entretanto, o que nós denominamos inscrição, ou matrícula, para sermos fiéis à realidade, é o que os nossos documentos oficiais intitulam de frequência, confundindo vocábulos diferenciados por significações absolutamente distintas; abuso indesculpável e de mais séria gravidade, nestas questões, cujo resultado é trazer enleado o público num engano acerca de noções fundamentais. Todas as estatísticas brasileiras organizadas oficialmente o que de fato consignam, é o número de alunos alistados na escola, e não o dos que efetivamente a povoam. É fácil conceber que entre essas duas ordens de algarismos necessariamente medeia uma distância imensa.

Ora, é à custa dessa falaz sinonímia, dessa equivalência impossível entre duas expressões cuja exatidão técnica importa guardar escrupulosamente; é envolvendo a quase insignificância da inscrição sob o pomposo designativo de frequência escolar; é à custa desta vitória oficial, certamente involuntário, oriundo provavelmente da frouxa, distraída e mal avisada atenção, de que têm sido objeto entre nós os

interesses do ensino; é graças a esse defeito radical das nossas estatísticas educativas, que se tem nutrido no país uma ilusão de péssimos resultados neste ramo do serviço nacional.

A matrícula é o acidental, o efêmero, o instantâneo, a expressão de uma formalidade ilusória; a frequência é a duração, a continuidade, a perseverança, a expressão significativa de uma realidade séria e difícil."

Analisa em seguida as dificuldades do problema, na França, e prossegue:

"É fácil imaginar, pois, o que, em circunstâncias incomparavelmente mais desfavoráveis, não sucederá no Brasil, e qualificar a inocência desse enlévo, que apascenta nos algarismos de inscrição as nossas presunções de importância nos quadros contemporâneos do progresso escolar.

Certamente não é possível que as nossas pesquisas oficiais obtenham ao menos aproximar-se de um juízo fidedigno a respeito da população real e estável das nossas escolas.

Antes de mais nada, é óbvio que a estatística escolar, nas verdadeiras condições de segurança e clareza impostas a esse serviço pelas exigências da verdade, está por criar neste país, onde, até hoje, os resultados obtidos nesse ramo da administração, se ressentem de uma grosseria, de uma obscuridade, de uma confusão, de uma incongruência difíceis de fazer sentir a quem não os tenha examinado com a paciência minuciosa com que os esquadrimos. Entretanto, não há progresso inteligente e firme em instrução pública, sem uma boa estatística escolar, que incuta profundamente no espírito do povo o sentimento das suas necessidades e dos sacrifícios impreteríveis."

Podemos dizer que esse estado primitivo em que se encontrava a nossa estatística no Império se manteve quase imodificado até o começo do século.

Todavia, os reclamos dos nossos homens mais esclarecidos vinham-se fazendo ouvir insistentemente. Em virtude dessas constantes advertências e da necessidade de se resolver o problema, inúmeras foram as tentativas que se fizeram nesse sentido.

E, assim, a situação se caracterizava pela alternância de períodos de atividade renovadora e de fases de estagnação e mesmo de decadência.

Não se pode afirmar, por isso, que não se tivesse tido a preocupação de cuidar da estatística. Entretanto, o que se havia feito carecia de ordem, clareza, uniformidade. Havia, enfim, elementos, ora de alguns Estados, ora de outros e nunca uma estatística completa de todo o país.

Urgia, portanto, que se tratasse de uma completa e imediata remodelação no arcabouço do nosso sistema estatístico. Foi o que procurou realizar o regulamento de 1907, a que se refere o Decreto n.º 6628, de 5 de setembro do mesmo ano.

O plano nele esboçado, não obstante as lacunas que continha, contribuiu para melhorar consideravelmente o serviço de estatística no Brasil. Por isso, merece consideração mais detidamente, embora em suas linhas gerais

De acôrdo com o referido ato do govêrno, ficou assim definida a repartição de estatística:

"A Diretoria-Geral de Estatística é a repartição central incumbida de receber e coordenar tôdas as informações que se relacionem com o estado físico, político, administrativo, demográfico, econômico, moral e intelectual da República."

A matéria ficava, então, distribuída por quatro secções, da seguinte forma:

- 1ª a) estrutura geológica, topografia, hidrografia, orografia e climatologia;
- b) divisões política e eleitoral, estatística eleitoral, representação nacional e defesa nacional;
- c) divisões administrativa e judiciária, administração, estatística judiciária civil e comercial, colonização e obras públicas;
- 2ª a) recenseamento, densidade e composição da população;
- b) registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, imigração e emigração;
- c) tábuas de sobrevivência, tábuas de mortalidade, vida média e vida provável;
- d) estatística sanitária;
- 3ª a) produção agrícola, zootécnica, industrial e comercial;
- b) vias e meios de comunicação, moeda metálica e fiduciária, títulos mobiliários, bancos e estabelecimentos de crédito;
- c) salários, juros, arrendamentos e alugueiros, emolumentos, impostos e dividendos;
- d) alimentação, vestuário, móveis, outros artigos de consumo, e divertimentos;
- e) incêndios, chuvas de pedra, geadas, secas, inundações, terremotos, naufrágios, explosões e epizootias;
- 4ª a) instrução pública e particular, bibliotecas e arquivos, museus e exposições, sociedades científicas, literárias e artísticas, imprensa periódica, teatros e belas artes;
- b) criminalidade, penalidade, suicídios, mendicância, previdência, beneficência, culto religioso, hospitais, hospícios, recolhimentos e asilos, polícia civil, penitenciárias e estabelecimentos de repressão, socorros públicos e catequese

Os encargos assim distribuídos condizem, mais ou menos, com a esquematização dos grupos em que se reparte o campo da estatística, segundo as mais lógicas sugestões que têm sido formuladas.

Não cabe aqui o exame dêsse aspecto geral. Salientamos apenas o seu cunho científico. Convém lembrar, entretanto, que o assunto foi magistralmente tratado por OZIEL BORDEAU Rêgo no seu parecer sobre as modificações que se deviam fazer no plano dos serviços daquela Diretoria-Geral, apresentado ao seu diretor, em 1910.

Vimos, pela discriminação das atribuições, que cabia à 4ª secção a organização do serviço de estatística da instrução. Para julgarmos da eficiência do plano, no que tange à esta-

tística educacional, devemos atentar na forma como foi delimitado o campo do inquérito.

No que respecta à extensão, o inquérito deveria abranger não só o ensino primário, que constituía sua parte principal, como todos os demais ramos da cultura intelectual, considerando o seu destino segundo os três graus.

Restava então precisar o que seria indispensável apurar. Nesse particular, distingue-se a obra meritória do esclarecido chefe da Secção, OZIEL BORDEAU Rêgo.

Para melhor exame do que foi feito pelo incansável obreiro da estatística brasileira, transcrevemos um trecho do estudo que elaborou para a apresentação dos primeiros resultados publicados no volume *Estatística Escolar*. Do capítulo IV — "Organização da estatística da instrução pela Diretoria-Geral de Estatística" — consta o seguinte:

"Ora, para serem de veras proveitosas as investigações sobre a matéria que nos ocupa, cumpre que elas se estendam, ao mesmo tempo, aos recursos didáticos, à população a que esses aproveitem e, por fim, aos resultados obtidos.

Os meios de instrução resumem-se, essencialmente, em escolas e professores e, subsidiariamente, em bibliotecas, museus, imprensa e instituições científicas, artísticas e literárias. É claro que, em se tratando de todos esses elementos, prepostos à disseminação e ao progresso do ensino, não é lícito elidir o exame das somas pecuniárias, sem cujo dispêndio elles não existiriam.

Quanto às escolas, pondo-se de lado as distinções que apenas num caso ou noutro possam ter utilidade, convém, em regra, dividi-las conforme o sexo das pessoas a que se destinem. Relativamente ao professorado, além da discriminação, segundo as categorias, que é de vantagem quando há vários graus na docência, como, por exemplo, no ensino superior, importa, em geral, fazer o grupamento por sexo. O mesmo, enfim, se há de dizer do pessoal discente, quaisquer que sejam as outras classificações de que ele, porventura, venha a ser objeto.

Os resultados do ensino avaliam-se direta ou indirectamente, isto é, ou pelos sucessos verificados no próprio período escolar, ou pelos efeitos da aplicação durante esse tempo, vistos na vida ulterior do indivíduo. Os meios desta última espécie consistem, entre outros, nos recenseamentos demográficos, na averiguação do preparo intelectual dos nubentes e na do grau de cultura dos recrutas.

Postos, porém, de parte esses processos, por inaplicáveis ou sem maior alcance entre nós, restam os da primeira espécie, ou, por outra, a directa perquirição dos avanços escolares estimados pela passagem de série, ou, ao menos, pela ultimateção dos cursos. É óbvio que, no interesse dos confrontos a fazer, os alunos que concluem os estudos hão de ser também divididos por sexo, na estatística, do mesmo modo que a totalidade dos que povoam os estabelecimentos educativos.

Não há negar que todos esses institutos se devam distinguir conforme a administração a que estejam sujeitos. Cumpre, logo, antes de tudo separar das escolas oficiais as particula-

res. Aquelas ainda se terão de repartir em federais, estaduais e municipais. E, como as outras podem ser ou não ser subsidiadas pelos cofres públicos, quando o forem, ocorrerá agrupá-las segundo a origem dos subsídios.

Todas essas distinções, feitas do ponto de vista administrativo, quanto às casas de ensino, importa estendê-las aos demais elementos da estatística escolar propriamente dita, isto é, ao professorado e ao pessoal discente, em todas as modalidades em que este pode ser encarado, inclusive a conclusão de estudos.

Do exposto, já se vê quais eram os pormenores a considerar, na investigação a que tinha de proceder a Diretoria de Estatística

Nêles nada há de inútil ou de excessivo, porquanto de si mesmas se justificam tais pesquisas, não contraindo de maneira alguma à sua utilidade a circunstância de nunca as ter empreendido a administração brasileira, ou de só fugazmente as haver ensaiado em época remota.

De fato, sem o conhecimento do pessoal docente, é impossível avaliar a suficiência do aparelho didático, oficial e privado, para atender as necessidades da população a que tem de servir; visto como a correspondência entre os reclamos públicos, a este respeito, e os recursos prepostos a satisfazê-los dependem muito mais da quantidade de professores do que do simples número de escolas

Quanto aos alunos prontos nos cursos, forçoso é reconhecer a inevitabilidade dessa inquirição, quando se trata de averiguar até onde chega a impersistência nos estudos de cada grau; porquanto outro meio não há de saber qual a fração dos discentes que, de fato, esgota o programa das escolas.

Relativamente às despesas com os serviços desta ordem, enfim, não se vê também como recusar a vantagem de conhecê-las, quer para a apuração da precisa responsabilidade que a manutenção do ensino, sobretudo primário, impõe a cada habitante do país, quer para se poder calcular o ônus que à massa geral dos contribuintes acarreta cada unidade da população que, efetivamente, se beneficia das aulas públicas "

Para justificar o acerto de seu plano de ação, recorre ao exemplo estrangeiro, citando farta bibliografia internacional, no intuito de estabelecer tanto quanto possível o seu caráter essencialmente científico.

Corroborando, também, conceitos de técnicos estrangeiros, numa erudição de esgotar o assunto, passa a tratar da necessidade de se averiguar a frequência, sobretudo em se tratando do ensino primário. Aponta a maneira como obtê-la ou como transpor os obstáculos que porventura se opusessem à sua consecução, e conclui, afirmando: "Fôssem, pois, quais fôssem, as previsíveis dificuldades dessa investigação num país onde, a bem dizer, ela nunca se fizera, não assistia à Diretoria-Geral de Estatística o direito de contentar-se com a simples cifra do alistamento escolar, em vez de inquirir da efetiva assistência aos institutos de ensino primário. Aquela, já de há muito era sabido, só de longe e precariamente habilita a julgar o aproveitamento do aparelho didático; tanto oficial como privado". E, citando RUI BARBOSA no seu parecer de 1882: "A

matrícula é o acidental, o efêmero; o instantâneo, a expressão de uma formalidade ilusória; a frequência é a duração, a continuidade; a perseverança, a expressão significativa dum realidade séria e difícil "

Além desses itens tecnicamente justificados, procurou estabelecer ainda as seguintes distinções: os dados relativos ao curso secundário deveriam ser separados dos de grau elementar, quando se tratasse de estabelecimentos que ministrassem os dois graus do ensino; no ensino primário, atendendo-se as recomendações do Instituto Internacional de Estatística, consideravam-se separadamente os estabelecimentos ordinários ou comuns, os de regime especial, os de curso noturno, e nestes os que se destinavam a adultos, a menores e ainda a pessoas de qualquer idade. Quanto aos estabelecimentos de ensino secundário, recomendava também a sua classificação, segundo fôssem internatos, externatos ou de ambos os regimes. E, finalmente, cogitou do idioma em que eram ministradas as aulas

Estava, dessa forma, tecnicamente esboçado o plano do inquérito. Cumpria, pois, assentar o modo segundo o qual deveria ser executado.

Chegamos agora a um problema de suma importância e que vem sendo ainda hoje motivo de acesos debates. Trata-se da condição político-administrativa, que em outras palavras se resume na centralização ou descentralização administrativa, conforme o regime constitucional do país seja unitário ou federativo. Desse fator dependia, certamente, o bom êxito do empreendimento, que então se projetava. E o nosso preclaro mestre bem o sabia. Foi atendendo a essa circunstância que se deteve em minuciosa análise da questão, demonstrando, com seu superior preparo, domínio absoluto do assunto.

Reportando-nos, ainda, à introdução do trabalho de OZML, vejamos como focalizara as premissas do problema:

"Assunto largamente debatido, nos meios profissionais, é o do princípio por que se deva pautar a sistematização das estatísticas oficiais.

Encarado abstratamente, o problema resolve-se no sentido da centralização administrativa, porque este sistema tem por si as vantagens da unidade, da rapidez e da economia. Afianga melhor a unidade, porque esta se torna, sem dúvida, muito mais fácil de conseguir, quando os dados elementares vêm ter a um centro único, onde sofrem todas as elaborações necessárias, ao invés de passarem por sucessivos trâmites, em órgãos, que, às vezes, nem sequer dependem do aparelho central, a que competem a análise e a unificação dos resultados parciais. Assegura a rapidez, porque, com o suprimir as fases intermediárias, ou antes, concentrá-las num órgão único, forçosamente apressa a marcha do trabalho, eliminando, quando mais não seja, os intervalos, doutro modo impossíveis de evitar, entre operações consecutivas, entregues a departamentos vários, separados, às vezes, por enormes distâncias. Garante, enfim, a economia, porque da reunião de todo o serviço numa só Diretoria por certo resultará menor dispêndio que do funcionamento dele por estações diversas "

Citando palavras do autor francês BERTILON, objeta: "Mas se a organização centralista tem a vantagem de ser econômica, apresenta, infelizmente, como contrapêso, o grave defeito de *parecer dispendiosa*. Exige ela, de fato, na Repartição central, grande número de empregados, que logo se percebe quanto custam ao Tesouro; ao passo que a ninguém ocorrerá somar todas as parcelas da despesa que, em arranjo diverso desse, porventura reclamem as necessidades do serviço estatístico, nas prefeituras, sub-prefeituras e outras administrações inferiores".

Ponderando as palavras do técnico, prossegue: "Pôsto, porém, de parte esse motivo de ordem econômica, deve-se atender a que o próprio regime político e administrativo de cada país impõe, por vezes, aos serviços oficiais, de que ora tratamos, um feitio bem diverso daquele que, teóricamente, seria preferível.

E, sem dúvida, o conjunto dessas razões que explica as grandes diferenças, notadas dum lugar a outro, quanto ao modo de resolver o problema em causa, ainda quando se não trouxer a o círculo dos países em que a estatística é alvo de solícitos e persistentes cuidados dos poderes públicos"

Colocando dessa forma a questão, passa, depois, revista aos sistemas adotados em vários países, analisando minuciosamente até que ponto tendem para maior centralização ou para completa descentralização, as suas vantagens e desvantagens, considerando sobretudo o meio em que essas variações se processam.

"São, portanto" — conclui OZIEL —, "os sistemas estatísticos obra de adaptação, e como tais, não podem ser integralmente transplantados sem prévios arranjos, impostos pelas circunstâncias peculiares a cada caso"

Diante de tal conclusão, desnecessário seria dizer qual teria sido a forma por que se orientaram os trabalhos no Brasil. Atendendo ao que evidenciara o exaustivo exame dos tratadistas especializados, procurou o nosso incansável mestre estabelecer um sistema que melhor se ajustasse às condições especiais do nosso meio.

No capítulo III — "Processo adotado nas pesquisas", — do parecer a que anteriormente nos referimos, OZIEL diz-nos o seguinte:

"Para conseguir os elementos de que careceu, na parte relativa a cada localidade, a Diretoria vale-se, em geral, das Municipalidades, ou pedindo-lhes os próprios dados estatísticos que os seus trabalhos exigem, ou solicitando apontamentos das pessoas a que deva recorrer para alcançá-los. Esse concurso é, porém, *voluntário* e não obrigatório; donde resulta que muitas vezes não é prestado. Nem isso se deve estranhar, porque os próprios Governos Estaduais têm deixado sem resposta repetidas requisições nossas, a que é de supor estejam no caso de atender prontamente."

Tendo em vista as dificuldades que nos apresentava o caso brasileiro, salientava aquele técnico a necessidade de se encontrar uma fórmula que atendesse a maior centralização dos serviços, dispoendo a Diretoria de fontes mais seguras de informação, nas Capitais dos Estados e nos Municípios, sem o que conti-

nuaríamos de frontando as mesmas dificuldades que até então obstavam o seu desenvolvimento

O regulamento de 1907 instituiu, também, o Conselho Superior de Estatística, recomendado já por diversos congressos internacionais, como necessário à uniformização dos serviços nos diversos ramos que a estatística abrange e que, desde 1841, quando pela primeira vez se instalou na Bélgica, veio sendo adotado por grande número de países europeus. No Brasil o Conselho deveria ser composto de cinquenta membros, representantes de cada um dos governos estaduais, do Congresso Nacional, das mais importantes repartições públicas, das associações científicas, e teria por fim auxiliar o diretor-geral, propor medidas tendentes à uniformização das estatísticas nos diferentes ramos da administração, dar parecer sobre os métodos a seguir e sobre a publicação uniforme dos resultados obtidos, instituir novas estatísticas e tudo quanto pudesse ser de utilidade para o serviço que ele deveria auxiliar

O Conselho Superior era, por conseguinte, o instrumento mais propício à realização do que almejava OZIEL BORDEAUX Rêgo. Ele mesmo no-lo afirma, quando, analisando, naquele valioso parecer, a composição do Conselho, assim se manifesta: "Se o constante acôrdo entre os chefes dos serviços estatísticos *dependentes de uma mesma administração* é indispensável a fim de que os trabalhos por eles dirigidos sejam todos harmônicos e convirjam para o mesmo fim, *sob pena de se tornar literalmente impossível a feitura de uma estatística geral do país, que se não dirá quando esse país é composto, como o nosso, de muitos Estados, diferentemente organizados, em cuja quase totalidade, no que diz respeito ao assunto que nos ocupa, tudo, absolutamente tudo, ainda se acha por fazer?*"

Os representantes desses Estados no Conselho Superior poderiam tornar-se preciosos colaboradores do Governo Federal e, especialmente, da Diretoria de Estatística, a fim de facilitar a esta a enorme tarefa que lhe incumbia. Por que, de feito, não concorreriam eles eficazmente para se uniformizarem os serviços já existentes, consoantes as normas adotadas pela nossa Repartição, e também para que os Governos Estaduais, ainda despreocupados, na sua grande maioria, do estabelecimento da estatística oficial, dedicassem a essa obra meritória assíduos cuidados e alguns recursos do erário público?"

E' lamentável que não se instalasse definitivamente o Conselho Superior, que muito poderia ter contribuído para o progresso da estatística em geral e particularmente para a execução completa do grandioso plano, traçado por OZIEL BORDEAUX Rêgo.

Não obstante todas essas dificuldades, que prejudicavam seriamente o desenvolvimento sistemático dos trabalhos estatísticos, conseguiu aquele laborioso técnico mensurar a realidade brasileira, em matéria educacional, com perfeição que até ali nunca fora alcançada

Pelo reconhecido valor que se estriba na ampla justificação dos conceitos, nas inúmeras comparações internacionais, nas exaustivas considerações históricas, enfim, no seu cunho essencialmente científico, a obra de OZIEL, con-

densada no volume I de *Estatística da Instrução*, constitui hoje verdadeiro compêndio de ensinamentos e advertências a todos quantos, no Brasil, enveredam pelo espinhoso campo da estatística.

Vários têm sido os artigos e monografias que àquela obra fazem referências precisas ou a analisam mais detidamente. Exemplo disso é o trabalho de ALVIM PASSO — “A Estatística Escolar em 1907” — publicado na *REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA*, número 8, no qual, como conhecedor mais autorizado do assunto, focaliza, em feliz síntese, toda a matéria tratada por OZIEL, naquele volume, salientando-lhe os aspectos mais importantes com a maior clareza e precisão.

De qualquer forma, não erramos em afirmar que os ingentes esforços de OZIEL, concretizados em sua notável obra, o tornaram o precursor dos grandes empreendimentos que vieram a ser realizados anos depois, no que se refere não só à estatística educacional como à estatística em geral. A esse objetivo também servira o grande estatístico, não para satisfazer a simples vaidade, mas porque, além de cónscio de sua grande responsabilidade, sobrava nele ardente patriotismo. Essa preocupação se depreende de suas próprias palavras, quando tratava do sério problema de como obter as informações para o fim que o ocupava: “Se o alcance desse “desideratum” tem de ser obra para muitos anos de esforços contínuos, razão de mais é, sem dúvida, para começarmos, tão cedo quanto possível, os tentâmens de que porventura resultará para os que nos sucederem na penosa e obscura tarefa que herdamos, uma situação menos desfavorável do que esta, em que nos debatemos”.

## II — O CONVÊNIO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS E CONEXAS

A necessidade de maior unidade de vistas, para a solução do problema da nossa estatística, de há muito já se vinha fazendo sentir. A partir de 1907, a questão foi alvo de maior atenção dos nossos técnicos, que procuraram concretizar as acertadas conclusões a que chegaram, conforme tivemos oportunidade de ver anteriormente. Já se tinha traçado com muita precisão o plano, em parte executado, que viria dar solução àquela inadiável necessidade.

Qual teria sido, então, o motivo por que não lograram êxito completo os exaustivos esforços despendidos?

A resposta a tal pergunta encontra-se nas condições políticas do país. A errônea interpretação da autonomia político-administrativa dos Estados, decorrentes do regime federativo, tinha como corolário os excessos de descentralização. Em virtude dessa circunstância, todo plano, por mais bem concebido que fôsse, tornava-se inoperante pela falta de unidade de compreensão, que o isolava, não permitindo estender-se ao âmbito nacional. A campanha a realizar consistiria, pois, em quebrar aquele tabu, que se traduzia no medo da intromissão do Governo Federal na órbita estadual ou municipal. Foi, certamente, esse o obstáculo que os esforçados colaboradores da antiga Diretoria-Geral de Estatística não puderam transpor.

O trabalho mais árduo dos que continuaram labutando era, justamente, promover a colaboração de todas as Unidades da Federação no sentido de se uniformizarem as nossas estatísticas.

Ocorre lembrar, nesse particular, o valioso concurso do incansável mestre BULLIÕES CARVALHO, que nas suas notáveis conferências, proferidas durante a propaganda dos recenseamentos de 1920 e 1930, se batia, firmado em abalizados conceitos, pela realização daquele ideal que o preocupava desde quando orientou pela primeira vez a Diretoria-Geral de Estatística. Permanecendo na direção desse órgão até 1931, tendo sempre presente a realização daquele objetivo, houve por bem convocar para outubro de 1930 a primeira Conferência Nacional de Estatística, na qual a questão seria largamente ventilada. Todavia, os acontecimentos políticos de então não permitiram a sua realização.

A idéia vinha assim criando corpo e já se sentia a sua influência em vários setores de atividade pública. A Associação Brasileira de Educação, já em 1924, sob a orientação de um grupo de ilustres brasileiros, tendo à frente HÉTOR LIRA, punha em primeiro lugar, entre os quatorze objetivos de seu plano de ação, o de “organizar permanentemente a estatística da instrução no Brasil”.

Depois da revolução de 1930, o Governo assegurava inteiro apoio às medidas preconizadas no sentido de se racionalizarem os nossos registros numéricos. Constituíram indício da compreensão dessa necessidade as reformas que logo iniciara. Criou-se o Ministério da Educação, em cuja Secretaria de Estado foi incluída a Diretoria-Geral de Informações, Estatística e Divulgação; e fazendo-se a fusão das repartições de Estatística dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho, instituiu-se, neste último, o Departamento Nacional de Estatística.

A solicitude do Governo e o fato de estar o mesmo munido de poderes excepcionais propiciavam o terreno para que também se processasse a revolução nos sistemas de nossa estatística educacional, objetivando-se assim o ideal daqueles sinceros patriotas.

A Diretoria-Geral de Informações, Estatística e Divulgação, aproveitando a oportunidade de haver sido convocada a IV Conferência Nacional de Educação, entrou em entendimento com a Associação Brasileira de Educação, promotora daquela reunião de educadores, no sentido de firmar-se, nessa ocasião, tomando por base as sugestões da Conferência, um Convênio entre a União e as Unidades Políticas do país, para a uniformização e elaboração em comum, sob plano satisfatório, das estatísticas do ensino.

Pelo Decreto n.º 20 772, de 11 de dezembro de 1931, era autorizada a convocação dos Governos das Unidades Federadas para a conferência, na qual seriam postos em discussão os termos do Convênio a ser firmado entre elas e a União Federal.

Inaugurada a Conferência, iniciaram-se logo os trabalhos com a discussão das várias teses apresentadas sobre o assunto. O anteprojeto do Convênio, organizado de acordo

com as conclusões da Conferência, foi submetido, em seguida, a prolongados debates entre os delegados credenciados para firmá-lo. Procedeu-se, dessa forma, a modificações e supressões de artigos, levando-se sempre em consideração as necessidades e as circunstâncias peculiares a cada Unidade da Federação. Patenteava-se, assim, o espírito democrático daquela magna assembléa, onde a cooperação e o interesse nacional eram a finalidade precípua. Forjava-se ali nova mentalidade, baseada na compreensão de que os diferentes governos poderiam cooperar em benefício da Nação sem comprometer as respectivas autonomias.

No dia 20 daquele mesmo mês, em sessão solene, concluíam-se os exaustivos trabalhos e era unânimemente aprovado o texto do Convênio, mediante a assinatura de todos os delegados dos governos compactuantes. Na mesma data o Governo Federal, demonstrando sua plena aprovação ao deliberado, ratificava pelo Decreto nº 20.826, e mandava cumprir no que dele dependia, as cláusulas convencionadas, sendo nisto acompanhado por todos os Governos participantes da Conferência.

O valor e o alcance daquele histórico congresso são hoje unânimemente reconhecidos por todos quantos, no Brasil, meditam um pouco sobre os graves problemas da educação nacional. Obra inteligentemente planejada, o Convênio de 1931 constitui o alicerce no qual se fundamenta a realização daquilo de que tanto necessitava o Brasil: uma estatística educacional em condições de colocá-lo em lugar condecorante entre as nações que encaram com seriedade as cousas da educação.

Podemos dizer que nada foi esquecido, naquele importante documento; a todos os aspectos do ensino, aos mínimos detalhes, dedicou-se especial atenção, para que ficasse, de uma vez por todas, estabelecida a forma segundo a qual se registrariam os movimentos de toda a obra educacional brasileira. Desde a sua primeira cláusula até a última, encontramos o espírito metódico e previdente com que foram elaboradas, a denotar verdadeiro e sincero patriotismo.

Para que se tenha uma idéia de como ficou organizada a nossa estatística educacional, vejamos em linhas gerais a matéria abordada pelo Convênio.

O seu objetivo, como reza a primeira cláusula, é "uniformizar e coordenar todos os trabalhos oficiais de estatística educacional e conexos, de modo que seja possível conhecer e divulgar rapidamente, com segurança, as condições gerais do Brasil, de cada Estado, do Distrito Federal e do Território do Acre, em um determinado ano, quanto a todos os ramos de ensino, bem como os vários aspectos apreciáveis do aperfeiçoamento da educação e da cultura nacional".

Uma vez determinados os seus objetivos, passa a indicar a maneira de realizá-los. Os encargos são distribuídos entre as "Altas Partes Convencionantes", cabendo à União, por intermédio da Diretoria-Geral de Informações, Estatística e Divulgação, o levantamento da estatística do ensino não-primário, e às Unidades Federadas, por intermédio das repartições determinadas pelos competentes governos

no ato da ratificação do Convênio, a organização da estatística do ensino geral pré-primário, primário e complementar. Salienta, todavia, a possibilidade de se discutir e assentar, em casos particulares, uma distribuição de encargos diferente da deliberada pelo Convênio. Admite-o a "título provisório ou definitivo, desde que isto corresponda melhor às conveniências do serviço e assegure mais perfeito resultado às respectivas atividades, tendo por objeto o levantamento das estatísticas educacionais". Nota-se aqui, entre outras características, o espírito liberal e compreensivo, que lhe facilitaria, por certo, o êxito desejado.

Institui um registro obrigatório dos estabelecimentos de ensino, pelo qual se observem o aparecimento e o desaparecimento dessas instituições, de modo que os órgãos competentes conhecessem a situação real de cada estabelecimento, levando em conta sua perfeita caracterização.

Quanto à classificação do ensino, foi observada a estabelecida pela Diretoria-Geral de Informações, Estatística e Divulgação: *Ensino Comum*, compreendendo o não especializado ou geral (de enriquecimento cultural e pré-adaptação profissional), o semi-especializado (de enriquecimento cultural e adaptação profissional genérica ou pluriformal) e o especializado (de adaptação profissional restrita ou uniformal); *Ensino Especial*, compreendendo o ensino emendativo e o supletivo. Tem essa classificação subdivisões, considerando-se os graus — elementar, médio e superior, do ensino, bem assim sua dependência administrativa e seu destino social.

No que tange à matéria a ser pesquisada, o Convênio estabelece os seguintes aspectos: "a organização administrativa do sistema educacional", "o efetivo dos estabelecimentos de ensino e o respectivo aparelhamento" e "o movimento didático". Para cada um dos títulos acima, determina minuciosamente todos os itens a ser perquiridos. Constituem essas especificações o conteúdo dos boletins de coleta organizados uniformemente para todos os Estados e distribuídos diretamente pelo órgão federal. Cumpre notar que, para a organização dos inquéritos padronizados, foram levadas em conta as conclusões técnicas a que chegara OZIEL BORDAUX Rêco em seus valiosos estudos sobre a matéria e as recomendações do Instituto Internacional de Estatística e do Instituto de Cooperação Intelectual, da Sociedade das Nações.

Passa depois a esclarecer a nomenclatura dos termos "curso" e "escola"; como "curso" entendendo-se "toda seqüência de preleções sobre determinada matéria, ou sobre um conjunto orgânico de matérias, formando um sistema de cultura geral ou especializada de finalidade autônoma"; e como "escola", o estabelecimento ou a casa de ensino.

Outra medida assentada foi a observação, sempre que possível, dos padrões internacionais, recomendando que fosse distribuído pela Diretoria-Geral de Informações, Estatística e Divulgação às repartições competentes na execução do Convênio, um impresso contendo os modelos necessários.

Atendendo ainda às recomendações dos citados Institutos Internacionais, determina que a Repartição Federal, com o concurso das Repartições Regionais, promova a elaboração das estatísticas que se relacionem com todos os aspectos da cultura nacional, que são desenvolvidamente especificados.

Estabelece, em seguida, o prazo, dentro do qual seriam elaboradas e divulgadas as estatísticas. Das publicações deveriam constar desenvolvidas análises e comparações internacionais. Aconselha, outrossim, a sua distribuição no estrangeiro, mas já com as adaptações aos modelos fixados pelo Instituto Internacional de Estatística. Quanto às repartições regionais, determina as mesmas condições para sua publicação com discriminação por Distritos e Municípios, e sugere o intercâmbio de dados, informações e estudos sobre o movimento educacional e cultural entre as repartições interessadas.

Considerando as condições de ordem técnica e administrativa de cada repartição regional, o Convênio estatui as medidas necessárias à perfeita execução dos trabalhos estatísticos e a sua constante aperfeiçoamento. Assim, ficou prevista a utilização de funcionários de qualquer das repartições encarregadas de executar o Convênio, sempre que se fizesse necessário à coleta de dados para o levantamento das estatísticas educacionais, bem como o estreito entendimento com a Repartição Federal por meio de correspondência postal ou telegráfica, para a qual se promoveriam as facilidades previstas em lei, e por intermédio de representantes ou emissários do Ministério da Educação. Atribuiu-se, também, à Repartição Federal, o encargo de auxiliar as repartições regionais executoras, não só no que diz respeito à melhoria do seu aparelhamento, como no que se refere ao pessoal técnico.

Outra medida digna de nota e que mais uma vez confirma o mútuo entendimento e a cooperação em que se congraçavam as diversas administrações para aquele significativo empreendimento, é a que se refere à possível revisão do Convênio para atender às modificações que porventura viessem a ser sugeridas por qualquer das "Altas Partes Convencionantes".

Determinou-se que os primeiros trabalhos a serem executados sob as diretrizes do Convênio seriam os relativos ao ano de 1932, sendo que, para 1931, se aconselhava envidar todos os esforços no sentido de proceder-se à adaptação dos inquéritos em andamento às normas que então se estabeleciam. E foi realmente o que se fez. Os inquéritos foram imediatamente iniciados, e graças a essa providência podemos, hoje, contar com farto material, sistematizado sob os mesmos moldes, para qualquer estudo sobre as condições de nossa vida cultural, desde 1932.

Para se fazer o levantamento das estatísticas educacionais, segundo o plano preconizado, organizaram-se os boletins de coleta que são empregados uniformemente por todas as repartições regionais encarregadas daquele mister. Para o ensino primário é hoje usado o formulário "modelo B" do Convênio, que consta de um boletim geral com o questionário A e mais cinco questionários avulsos identificados

pelas letras B, C, D, E e F. O boletim geral destina-se à obtenção de informações de todos os estabelecimentos de ensino primário, isto é, os que mantêm qualquer um dos cursos de ensino geral — pré-primário, primário ou complementar. O seu questionário A tem por finalidade a coleta de informes sobre a caracterização geral desses estabelecimentos. Dê-lo deve constar o seguinte: o Estado e ano a que se refere a informação; a designação do estabelecimento ("escola", "colégio", "instituto" ou o que for); a localização, referindo-se ao endereço, Distrito e Município; a data e assinatura da pessoa responsável que autentique o documento. A organização do estabelecimento é investigada sob os seguintes quesitos: entidade mantenedora, onde se deve declarar se é governo, sociedade, fundação, ordem religiosa, instituição ou pessoa particular a entidade a quem pertence o estabelecimento; subvensão e auxílio que recebe; tipo da escola, quanto à especificação de zona (rural, distrital ou urbana) e ao sexo dos alunos a que se destina (masculina, feminina ou mista); cursos do ensino primário geral que mantém, onde se designam os cursos que constituem a subdivisão do ensino primário; outros ramos de ensino que o estabelecimento mantém, onde se devem indicar quais os cursos; indicação do curso que deve ser considerado principal no estabelecimento; informações sobre as taxas e mensalidades, cobradas no ensino primário, ou se o mesmo é ministrado gratuitamente; caracterização do prédio escolar, se pertence à entidade mantenedora ou a outrem, se é alugado ou cedido gratuitamente, e ainda se é total ou parcialmente ocupado pela escola; pessoal empregado, subdividindo-se em pessoal docente e não docente, especificando-se o sexo e sua categoria; quanto ao pessoal docente, discriminando-se os professores catedráticos e os professores auxiliares (normalistas e não normalistas de ambas as categorias); quanto ao pessoal não docente, desdobrando-se o pessoal administrativo de nível superior (diretores, subdiretores, secretários, amanuenses, etc.) e o de nível inferior (porteiros, serventes, guardas, zeladores, etc.). Pedem-se ainda informações sobre a pessoa que exerce a diretoria do estabelecimento (sexo, grau de cultura e atividades no estabelecimento, isto é, se além de diretor é também professor); sobre o aparelhamento escolar (bibliotecas para professores, para alunos, equipamento de projeção luminosa, elementos de demonstração científica de que dispõe, laboratórios, gabinetes, museus, etc., "ateliers" para trabalhos manuais, terreno para trabalhos práticos de agricultura, aparelhamento para educação física); sobre as instituições escolares ou peri-escolares.

Os questionários avulsos B, C, D, E e F destinam-se ao levantamento do "pessoal docente" e do "movimento didático" de cada um dos ramos em que se subdivide o ensino primário geral, a saber: pré-primário maternal, pré-primário infantil — (jardins de infância), primário fundamental comum, primário fundamental supletivo (para categorias especiais de discentes) e primário complementar.

Além desses dois elementos principais que investigam os questionários avulsos, consta de

cada um deles uma parte destinada a indicações que autenticuem o documento, e informações sobre a individualização do estabelecimento, o ano a que se referem as informações e a organização do ensino, devendo figurar nesse último quesito: o número de "anos", "períodos" ou "séries" de que consta o "curso", o número de "turnos" em que funciona, o horário de cada turno e a distribuição das "classes" com que o "curso" funciona pelos seus "anos" ou "períodos" e por "turnos".

No que diz respeito ao "pessoal docente", os questionários avulsos pedem o número de professores que o estabelecimento emprega nos "cursos" a que cada um deles se refere, segundo a categoria (professores "catedráticos" ou "auxiliares"), a formação (normalista e não normalista) e o sexo.

Quanto ao "movimento didático", os alunos questionários investigam sobre os seguintes aspectos: matrícula, onde se especificam as que se efetuam no começo do ano letivo, no correr do ano, as que foram canceladas durante o ano e as que vigoravam no encerramento do ano, destas separando-se as que se referem a alunos repetentes e a alunos de nacionalidade estrangeira. Os formulários distinguem ainda o "ano" ou "período" do curso, a idade e o sexo dos alunos matriculados; a "frequência média", discriminada por mês e ano, segundo os "anos" ou "períodos" do curso e também por sexo; o aproveitamento, em que se distinguem as promoções referentes à passagem de alunos de um "ano" ou "período" para outro, e as "conclusões de curso", fazendo-se igualmente, em ambos os casos, a discriminação segundo o sexo.

O levantamento das estatísticas dos demais ramos do ensino é feito através do competente "Boletim de Informações". Esse levantamento, conforme ficou determinado pelo Convênio, está a cargo da Repartição Federal. Devem preencher esse questionário todas as instituições que não sejam exclusivamente destinadas ao ensino primário geral. A sua organização inclui de modo adequado todos aqueles quesitos abordados no formulário do ensino primário. Todavia, em virtude da grande diversidade dos estabelecimentos que devem ser objeto de sua pesquisa, desce a certos detalhes e investiga minuciosamente todos os aspectos que caracterizam qualquer estabelecimento de ensino. Na sua fôlha I devem ser lançadas as indicações que identifiquem o estabelecimento quanto à sua localização, denominação, ano a que se referem as informações e assinatura da pessoa responsável pelas mesmas. A fôlha II registra a caracterização do estabelecimento, onde se inquirir sobre a entidade mantenedora, suas finalidades, a administração, o professorado nominalmente, efetivos globais de alunos, cursos ministrados, atividades culturais, condições do prédio, aparelhamento, condições financeiras, etc.

A "organização e o movimento" de cada "curso" são registrados nas fôlhas de números III a VI, que atendem à possibilidade de manter o estabelecimento mais de um curso. No que tange à organização dos cursos, figura em cada uma daquelas fôlhas quesitos sobre

a designação do curso, períodos de que consta o mesmo, as disciplinas ou matérias ministradas, o corpo docente com minuciosa caracterização, o regime (internato, semi-internato e externato), as taxas ou mensalidades cobradas, os diplomas que confere e o seu valor; com respeito ao movimento didático, a matrícula geral e a efetiva, alunos repetentes, alunos estrangeiros, frequência, e as aprovações em geral, de primeira e segunda época separadamente, sempre segundo as séries. Sobre a conclusão do curso figura, também, no verso de cada fôlha, um quadro destinado à nominata dos alunos que concluem o curso, discriminando-se o sexo, idade, nacionalidade, naturalidade e os diplomas que porventura hajam obtido anteriormente.

Para julgarmos dos auspiciosos resultados obtidos com a execução do plano do Convênio, atentemos para os inúmeros trabalhos que se puderam realizar com os elementos que fornecem as densas séries e detalhadas discriminações ano a ano apresentadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, que substituiu a antiga Diretoria-Geral de Informações, Estatística e Divulgação. Merecem destaque, nesse particular, os estudos de interpretação e análise de M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, diretor daquele Serviço. Observamos que as suas surpreendentes conclusões só foram possíveis porque tiveram como fundamento uma documentação estatística uniforme e coerente, retratando fielmente as verdadeiras condições de nossa educação primária em todos os seus aspectos susceptíveis de investigação.

Graças, pois, a tais elementos e a trabalhos dessa natureza, pode hoje a administração brasileira assentar previsões positivas e noitear suas atividades em benefício da nossa educação e da nossa cultura.

### III — O I B G E E AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

Apesar de nosso regime federativo, que confere autonomia a Estados e Municípios, conseguimos, numa tentativa vitoriosa, como já vimos, estabelecer aquela cooperação, tão necessária aos grandes empreendimentos, por meio do Convênio Interadministrativo para a Uniformização das Estatísticas Educacionais e Conexas, celebrado no ano de 1931, em que todas as Unidades Políticas voluntariamente firmaram com a União Federal um acordo, visando levar a efeito tais levantamentos, em comum, sob planos racionais e uniformes, de que resultariam as melhores vantagens para o sistema educacional do país. Os resultados dessa experiência foram tão positivos que evidenciavam a possibilidade de se estender a racionalização de nossas estatísticas, mediante aquela forma de mútuo entendimento, aos demais setores de atividade.

Animada, certamente, com as auspiciosas realizações permitidas pelo plano daquele Convênio, a Diretoria-Geral de Informações, Estatística e Divulgação organizou um projeto para a criação de um órgão que coordenasse todas as estatísticas do país, e o submeteu à apreciação do Governo. Depois de examinado por técnicos, foi o anteprojeto estudado por uma comissão constituída de elementos dos

vários Ministérios, para em seguida ser transformado no Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Estatística. A Convenção Nacional de Estatística, prevista naquele Decreto e realizada em 11 de agosto de 1933, permitiu a estruturação desse magnífico sistema de serviços de estatística que é hoje o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ao Instituto compete promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, os levantamentos de todas as estatísticas brasileiras, como também incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país. É integrado ainda pelo sistema dos serviços censitários, de organização periódica, para atender à realização dos recenseamentos decenais. Seu vasto programa se executa mediante a articulação e cooperação das três ordens administrativas da República, a federal, a regional e a municipal, e bem assim da iniciativa particular, pela filiação dos órgãos adequados de entidades privadas.

Desfrutando de grande autoridade, advinda não só de sua estrutura, como também, e principalmente, da amplitude e elevação com que desenvolve seus esforços, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística já tem realizado uma obra bastante extensa e proveitosa. A consolidação de métodos de trabalho que se vem processando, em favor das estatísticas educacionais, é uma decorrência lógica da própria finalidade do Instituto, que, além do mais, teve sua criação inspirada no Convênio de 1931. Os inestimáveis benefícios que outrora a esclarecida inteligência de OZIEL BORDEAUX RÊGO preconizara para nossas estatísticas, com o funcionamento do Conselho Superior de Estatística, são, no presente, uma realidade consubstanciada na existência do I.B.G.E. e na atuação coordenadora do seu órgão dirigente, na ala estatística — o Conselho Nacional de Estatística.

A garantia e o apoio que hoje o Instituto representa para as estatísticas educacionais se concretizam nas inúmeras Resoluções que o Conselho Nacional de Estatística tem baixado, visando sempre fomentar o aperfeiçoamento de processos e a conjugação de esforços no sentido de se objetivar todos os empreendimentos que têm em vista o registro daquele aspecto social. Cumpre lembrar, nesse particular, uma medida importante promovida pelo Instituto, que também veio beneficiar os serviços da estatística educacional; foi a celebração dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, ratificados pelo Decreto-lei federal n.º 5 981, de 10 de novembro de 1943, a qual assegurou a coleta regular de dados em cada uma das comunas brasileiras, por meio de Agências subordinadas diretamente ao Instituto, que as orienta e mantém.

Constituem, outrossim, valiosa contribuição daquela entidade à nossa cultura em geral, suas numerosas publicações, entre as quais merece especial destaque *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação*. Nos dois grossos volumes de que está constituída são incluídos valiosos estudos e documentos que abordam, sob variadíssimos aspectos, os problemas de nossa vida cultural. Salientam-

se, no 2.º volume, as Resoluções da Assembléia-Geral do Conselho que mais diretamente dizem respeito aos assuntos educacionais.

Considerando os antecedentes de nossa estatística, verificamos que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística outra coisa não é senão a realização do ideal daqueles incansáveis patriotas que, como OZIEL BORDEAUX RÊGO, BULHÕES CARVALHO e muitos outros, lutaram para dotar o país da "boa estatística" de que nos falava RUI BARBOSA. A gratidão que devemos a essa plêiade de homens verdadeiramente devotados a esse mister é hoje justamente reconhecida pelo Instituto, que, em sua REVISTA, habitualmente destaca os "Vultos da Estatística Brasileira", com o intuito não só de os homenagear, como de apontá-los como exemplos dignos de ser seguidos pelos que hoje têm sob sua responsabilidade a continuação da grande obra que iniciaram.

#### IV — O SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

O S.E.E.S. está subordinado, administrativamente, ao Ministério da Educação e Saúde e, tecnicamente, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como um dos seus "órgãos centrais federais". Em dependência direta ao titular da pasta, é órgão cooperador em relação a todos os setores do Ministério.

Teve originariamente, como já dissemos, a denominação de Diretoria-Geral de Informações, Estatística e Divulgação, pelo Decreto n.º 19 560, de 5 de janeiro de 1931, que aprovou o regulamento da Secretaria de Estado do Ministério da Educação e Saúde Pública. A coerência, coordenação e maior amplitude das estatísticas de cunho nacional, que lhe estão afetas, foram asseguradas pelo Decreto n.º 20 828, de 20 de dezembro de 1931, que aprovou e ratificou o Convênio entre a União e as Unidades Políticas da Federação para o desenvolvimento e a uniformização das estatísticas educacionais e conexas.

Foi o comprovado êxito desse Convênio, como ficou exposto, que abriu caminho para um novo acordo interadministrativo, de sentido mais amplo, qual seja a Convenção Nacional de Estatística.

Compete ao Serviço levantar e coordenar a estatística geral das atividades educacionais, culturais e médico-sanitárias do país, bem como prover à respectiva divulgação. Os trabalhos do S.E.E.S., no triplice aspecto de sua finalidade — elaboração das estatísticas, prestação de informes expressamente solicitados por autoridades interessadas nesses levantamentos, e preparo de contribuição para o *Anuário Estatístico do Brasil* e outras publicações especializadas — visam a garantir o máximo aproveitamento de informações úteis à coletividade, atendendo ao critério técnico do I.B.G.E. e às determinações dos órgãos da alta administração pública do Brasil.

Quanto à publicidade, cumpre esclarecer que as publicações periódicas *Boletim, Relatório e Anuário do Ministério*, organizadas em começo pelo S.E.E.S., estão interrompidas, o que é deveras lamentável, dada a

soma de benefícios que tais publicações apresentariam aos estudiosos do assunto.

Entretanto, a eficiência do Serviço se afirma através de sua excelente e farta contribuição ao preparo de diversas publicações editadas pelo IBGE, entre as quais merecem destaque o *Anuário Estatístico do Brasil*, o *Boletim Estatístico* e a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, além do *O Ensino no Brasil*, publicado anualmente, e outras publicações não periódicas do Ministério.

Convém acrescentar que o S.E.E.S. tem, à disposição dos interessados, enorme repertório de informações utilíssimas, colhidas nos extensos e profundos inquéritos que realiza

#### V — APRECIÇÃO FINAL

O plano do Convênio de 1931, organizado nos moldes dos melhores padrões internacionais, permite a distribuição dos serviços entre a União e Unidades Políticas. Cabe a estas o levantamento do ensino primário geral, e aquela — representada pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde — a elaboração estatística dos demais ramos educativos, estando assim estabelecido o regime de cooperação. Não ficou, porém, vedado aos órgãos regionais chamar à sua responsabilidade o levantamento completo das estatísticas sobre educação, desde que o órgão elaborador estivesse em condições de assegurar a perfectibilidade do serviço, conforme as diretrizes traçadas pelo acordo interadministrativo.

Com a criação dos Departamentos Regionais de Estatística, como entidades centrais de cada uma das Unidades da Federação, surgiram opiniões no sentido de que se deveriam incluir obrigatoriamente no seu programa os levantamentos dos ramos de ensino a cargo da repartição federal, para que esta passasse a incumbir-se apenas da coordenação dos resultados. Alegava-se que, desse modo, seriam aliviados os encargos do órgão federal, o qual, assim, poderia promover mais prontamente a divulgação dos dados nacionais.

Devemos, entretanto, considerar os inconvenientes que adviriam da adoção de tal medida. A prática vem demonstrando que, se se procedesse à modificação pretendida, a uniformidade das estatísticas, visada pelo Convênio, ficaria prejudicada. Tomemos para exemplo apenas a questão de classificação do ensino não-primário. O critério para a classificação de um determinado curso em cada região, variaria consideravelmente, pois faltaria à repartição regional o conhecimento do que ocorre de semelhante nos demais Estados. Ao passo que à repartição federal isto é mais fácil porque possui ela o conhecimento do todo. Tendo presentes as informações dos cursos das várias regiões, o órgão federal poderá, com mais facilidade, encontrar suas características comuns e fazer uma generalização mais segura, o que constitui trabalho extremamente difícil para as repartições regionais.

Há, todavia, outros aspectos que merecem ser apreciados. Um deles é o que diz respeito à frequência escolar. Para sua verificação, as fórmulas nacionais lançam mão da média dos comparecimentos diários, do que decorrerá

uma frequência anual superior à matrícula efetiva ou em vigor no fim do exercício, sempre que a alta da frequência dos primeiros meses letivos contrastar com sua redução já no fim do ano, quando cai a matrícula, o que ocorre normalmente. Parece conveniente completar a observação, interpretando-se a frequência também por uma taxa, deduzida do cotejo entre o número real dos comparecimentos e o seu número virtual, decorrente das matrículas em vigor, o que melhor dá da maior ou menor regularidade da presença às aulas. E' assunto que já está em estudo. O novo critério prevalecerá provavelmente logo estejam em vigor os novos modelos padronizados para os registros escolares.

Interessa, ainda, observar que a estatística educacional, para produzir todos os seus benefícios, deveria, no decorrer do ano, com oportunidade portanto, indicar ao Poder Público as deficiências deste ou daquele estabelecimento, e, assim, sugerir as medidas necessárias a corrigir-lhes os desvios. Um boletim mensal, de cada estabelecimento didático, contendo informações muito sumárias, poderia prestar serviço de tão relevante alcance, desde que a sua consulta ficasse, em cada órgão central da administração do ensino, facilmente ao alcance das autoridades competentes. Todavia, é de justiça salientar que a estatística do ensino como está organizada, visando à apuração anual, por zonas, por Municípios e por Unidades Políticas, do trabalho realizado, corresponde aos seus fins administrativos, sociais e culturais.

Aperfeiçoamentos sobrevirão, sem dúvida. A Assembléa-Geral do Conselho Nacional de Estatística, aliás, já se pronunciou, pela Resolução n.º 115, no sentido de submeter a Presidência do Instituto à apreciação do Sr. Ministro da Educação a conveniência de ser revisto o Convênio de 1931, "considerada a experiência desse serviço, tanto nas administrações regionais, como na federal". E enquanto isso não for feito de modo sistemático, o Conselho Nacional de Estatística tem autoridade para promover os aperfeiçoamentos que se forem tornando oportunos. Agora mesmo, por feliz iniciativa do Conselho, está o Instituto distribuindo por todos os sistemas regionais do ensino primário os livros e demais impressos necessários à perfeita padronização dos registros escolares e respectivos levantamentos, conforme os minuciosos modelos aprovados pela Resolução n.º 330, de 25 de julho de 1946.

O trabalho a realizar para conseguir-se, nesse terreno, uma relativa perfeição, ainda será muito árduo e demorado. Inspiram confiança, todavia, os resultados que já se conseguiram. Eles demonstram que só a cooperação interadministrativa firmemente estabelecida pode resolver satisfatoriamente os difíceis problemas sociais que afetam ao mesmo tempo as diferentes órbitas do governo. O esforço, pois, que se vem desenvolvendo no Brasil, para organizar a estatística do ensino, tem, além de seu alcance próprio, um sentido pioneiro, de profunda repercussão política.

JOSÉ QUADROS FRANCA

## O Brasil e as estatísticas educacionais e culturais

MARTINS, Alberto. O Brasil e as estatísticas educacionais e culturais. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 55, p. 238-243, jul./set. 1953. De ontem e de hoje.

## De Ontem e de Hoje

ALBERTO MARTINS  
(Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde)

# O BRASIL E AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS\*

EM 1931, a estatística brasileira conseguiu dar um grande passo no sentido do seu aperfeiçoamento, especialmente no que tange aos levantamentos de aspectos intelectuais. A criação, nesse ano, do Ministério da Educação e Saúde, e a conseqüente instalação do seu órgão central de estatística constituíram, sem dúvida, o marco inicial e definitivo de uma nova era, assinalado com a celebração, a 20 de dezembro daquele ano, de um Convênio, entre o Governo Federal e os Governos regionais, com o objetivo de uniformizar as estatísticas educacionais e conexas.

Essa experiência, feliz sob todos os pontos-de-vista, além de comprovar a vitalidade do regime de cooperação interadministrativa, inspirou a realização de empreendimento de maior amplitude, porque extensivo a tôdas as atividades estatísticas do Brasil: a Convenção Nacional de Estatística, de 1936, pacto êsse que proporcionou ao País a possibilidade de elaborar, em condições de eficiência, as suas estatísticas gerais, coordenadas e supervisionadas, a partir de então, pelo Conselho Nacional de Estatística, órgão que, através dos seus colégios deliberativos, instituiu métodos uniformes de disciplina e sistemática dos respectivos levantamentos.

A fim de ficar, porém, assegurada a organicidade do sistema estatístico brasileiro, assim implantado — notadamente no que se referia às fontes primárias de informação, antes com existência e funcionamento bastante precários — foram firmados, em 1942, os "Convênios Nacionais de Estatística Municipal", pelos quais as municipalidades concordaram, livremente, em confiar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a administração das respectivas agências de estatística.

Em, em virtude dessas bem inspiradas iniciativas, pôde o Brasil aparelhar-se melhor, daí por diante, para as indagações estatísticas de cujos resultados, unos e concordantes, tanto necessitava.

O Serviço de Estatística da Educação e Saúde, subordinado administrativamente ao Ministério da Educação e Saúde e obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de

Estatística constitui um dos órgãos executivos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e tem por finalidade levantar as estatísticas referentes às atividades educacionais, culturais, urbanísticas e médico-sanitárias do País, bem como promover, em publicações próprias, ou por intermédio do referido Conselho, a divulgação dessas estatísticas.

Conquanto o Serviço de Estatística da Educação e Saúde também apure regularmente, sob os mesmos princípios e métodos, as estatísticas das atividades urbanísticas e médico-sanitárias do País, a presente comunicação versará apenas sobre o *modus faciendi* das estatísticas do ensino e da cultura.

## ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

### I — ESTATÍSTICA DO ENSINO PRIMÁRIO

A partir de 1932, a apuração da estatística do ensino primário do País passou a obedecer aos padrões fixados pelo Convênio Interadministrativo de Estatísticas Educacionais e Conexas, celebrado em 20 de dezembro de 1931, entre as várias Unidades da Federação.

As repartições regionais dos Estados, Distrito Federal e Territórios responsáveis pela execução daquele Convênio no que diz respeito ao ensino primário foram, pouco a pouco, vencendo as dificuldades que se opunham à implantação desse novo sistema, até cumprirem em todos os seus detalhes o plano aprovado em 1931.

Ficou, assim, uniformizada em todo o território nacional a estatística do ensino primário.

A esta repartição cabia, primitivamente, fornecer às repartições regionais o material de coleta e os quadros destinados à apresentação da referida estatística, facultada, entretanto, aos órgãos apurados a adoção de questionários próprios, em que fôssem também atendidos os interesses daqueles órgãos.

Mas a partir de 1951, em virtude da Resolução n.º 330, de 25-7-1946, da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tomou a si a incumbência de fornecer o material de coleta, cujos boletins passaram a obedecer a novos modelos. Foram então previstos questionários para dois tipos de coleta: a anual

\* Comunicação à XXVIII Sessão do Instituto Internacional de Estatística, em Roma.

e a mensal, ficando a critério dos órgãos regionais a escolha de uma delas.

Visando a tornar mais eficiente a pesquisa dos dados referentes ao ensino primário foram ainda aprovados pela referida Resolução os livros de "Registro Escolar", para serem usados por todos os estabelecimentos que ministrassem o ensino primário.

A seguir, a Resolução n.º 486, de 11-9-951, determinou aperfeiçoamentos no plano de apresentação tabular da estatística em apêço, tendo em vista os novos elementos proporcionados pelo "Registro Escolar".

No ano imediato, a Resolução n.º 530 estabeleceu um regime de transição e experiência para o levantamento da estatística do ensino primário segundo o novo plano, admitindo que, relativamente aos levantamentos de 1951 a 1953, as repartições regionais tivessem a faculdade de adotar parcialmente, mas de forma progressiva, as alterações introduzidas na citada estatística pela Resolução n.º 486.

O plano de tabulação aprovado pela citada Resolução, e que já se acha parcialmente em prática na apuração da estatística de 1951, apresenta os seguintes aspectos do ensino primário:

#### *Resultados com discriminação municipal*

##### *Parte Preliminar*

**Estabelecimentos escolares:** A apresentação é feita segundo a entidade mantenedora, a finalidade exclusiva ou principalmente didática do estabelecimento, destacando-se ainda os estabelecimentos que têm, simultaneamente, cursos pré-primário e fundamental, fundamental e complementar, e pré-primário, fundamental e complementar, além dos que mantêm conjuntamente ensino secundário, pedagógico, técnico, superior geral e de outros ramos

**Prédios escolares:** Os registros relativos a prédios estão distribuídos em dois quadros: o 1.º apresenta os prédios segundo a propriedade dos mesmos combinadamente com a dependência administrativa dos estabelecimentos que neles funcionaram; o 2.º destaca do total os prédios construídos para fins escolares, além daqueles que são dotados de água encanada, iluminação elétrica e instalação de esgotos; registra ainda os dados segundo o material de construção das paredes, piso e cobertura, bem como segundo o número de salas de aula neles existentes.

**Pessoal escolar:** Em dois quadros são apresentados, respectivamente, os resultados do "pessoal docente" do "pessoal não docente", os quais são discriminados segundo a dependência administrativa do ensino, especificando-se com relação aos "docentes", quantos são do sexo masculino, normalistas e catedráticos, e com referência aos "não docentes" o número daqueles que são do sexo masculino e os de categoria superior.

**Aparelhamento escolar:** Foram destinados dois modelos para o registro, segundo a dependência administrativa, dos estabelecimentos escolares possuidores do seguinte aparelhamento:

1) — bibliotecas: a) para os professores; b) para os alunos. 2) — laboratórios e gabinetes 3) — gabinetes dentários. 4) — equipamento: a) para projeção luminosa: fixas e animadas; b) para trabalhos práticos de agricultura; c) para outros trabalhos manuais; d) para educação física.

**Instituições peri-escolares:** As instituições especificadas na estatística, segundo a dependência administrativa do ensino, são as seguintes: assistência dentária; associações de pais e professores; caixas escolares; clubes agrícolas; clubes de leitura; clubes desportivos; conselhos escolares; cooperativas escolares; fundo escolar; grupo teatral; jornal infantil; ligas de bondade; merenda escolar; orfeão; organizações de escotismo; pelotões de saúde.

São ainda reservadas colunas em branco para o lançamento de instituições não previstas no quadro.

##### *Parte Geral*

**Unidades escolares:** A apresentação das unidades escolares obedece à seguinte discriminação: Segundo a entidade mantenedora: a localização; o tipo; as condições de funcionamento; os turnos; o custo do ensino; a natureza do ensino; a extensão do ensino; o sexo dos alunos; a idade dos alunos; o sexo e a especialização pedagógica dos diretores

**Turnos e classes:** Em um mesmo quadro são registrados os resultados referentes a turnos e classes, os quais são discriminados segundo a entidade mantenedora e a natureza do ensino

**Corpo docente:** Além do quadro relativo ao "pessoal docente", já referido, no qual o cômputo de docentes é feito segundo o número de pessoas que constituem o professorado de cada estabelecimento arrolado, apresenta ainda a estatística os resultados do "corpo docente", em que os professores são computados em razão da função que exercem, isto é, tantas vezes quantos forem os cursos de ensino primário em que houverem lecionado em um mesmo estabelecimento escolar

**Matrícula geral:** Os alunos constantes da matrícula foram agrupados nas seguintes especificações: segundo a entidade mantenedora do ensino; a natureza do ensino (discriminadamente por sexo); a localização do ensino (discriminadamente por sexo)

##### *Matrícula efetiva*

##### *Frequência média*

##### *Aprovação em geral*

##### *Conclusões de curso*

Os quadros que apresentam esses aspectos do ensino são idênticos ao da matrícula geral.

#### *Resultados sem discriminação municipal*

##### *Parte Especial*

Depois de apresentar, com as discriminações previstas, os resultados do ensino primário geral, por Municípios, passa a estatística a registrar o movimento escolar verificado no "Município da Capital" e nos "Municípios do Inte-

rior", separadamente para cada modalidade do ensino primário, como sejam: o ensino maternal, infantil, fundamental comum, fundamental supletivo e complementar

Os mesmos aspectos focalizados na apresentação por Municípios são estudados com maior detalhes nessa última parte do trabalho, como se verá a seguir:

*Unidades escolares, Turnos e Classes:* Na "parte especial" da citada estatística a apresentação das unidades escolares, dos turnos e das classes, obedece ao mesmo plano já exposto relativamente aos dados com discriminação municipal, sendo que os resultados, ao invés de serem apurados englobadamente, são computados — separadamente para cada modalidade do ensino — segundo a dependência administrativa.

*Corpo docente:* De maneira bastante detalhada são expostos os resultados do corpo docente, que são apurados combinadamente segundo a dependência administrativa e a localização do ensino. O professorado aparece com a seguinte discriminação: 1) — catedráticos: a) normalistas: sexo masculino e feminino; b) não normalistas: sexo masculino e feminino 2) — auxiliares: a) normalistas: sexo masculino e feminino; b) não normalistas: sexo masculino e feminino

*Matrícula:* São adotados dois modelos para a matrícula. Um é destinado a registrar os resultados, por sexo, da matrícula geral — total e inicial — bem como da matrícula efetiva, segundo a dependência e a localização do ensino. O outro inclui — apresentando os mesmos aspectos da matrícula, e também com a discriminação por sexo — os alunos inscritos em cada ano ou período do curso, com a especificação das respectivas idades

Com referência ao ensino fundamental comum, o primeiro modelo registra com maiores pormenores a matrícula inicial, em que é declarado o número de alunos "repetentes" e "filhos de estrangeiros", tanto do sexo masculino como do feminino. No segundo modelo, também na matrícula inicial, é feita a distinção dos alunos em "novos" e "repetentes", destacando-se com referência a êsses últimos, o número daqueles que estão cursando a série pela 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> ou mais vezes

*Frequência média:* Também a frequência (mensal e anual) é apresentada em dois quadros. O primeiro contém a discriminação dos dados segundo a dependência e a localização do ensino, e o último se reporta à frequência média verificada nas várias séries do curso, relativa aos alunos do sexo masculino e feminino separadamente

No ensino fundamental comum e supletivo, foi previsto, ainda, para o primeiro modelo, o cômputo dos comparecimentos verificados no ano, bem como dos dias letivos, equivalente êsse último à soma dos dias letivos de tôdas as unidades escolares consideradas

*Aproveitamento:* As "promoções" e as "conclusões de curso" verificadas em cada série,

desdobradas segundo o sexo dos alunos, são registradas por dependência administrativa e localização do ensino, conjugadamente

Interessando conhecer com relação ao ensino fundamental comum, dados mais minuciosos a respeito do aproveitamento, foram ainda previstos mais dois quadros para êsse ensino: um, registra — por dependência e localização do ensino, e ainda segundo a condição dos alunos como "novos" e "repetentes" — o movimento geral em cada série discriminando o número de alunos "aprovados", "reprovados" e "não comparecentes"; e outro, apresenta — também conjugadamente por dependência e localização do ensino — os alunos do sexo masculino e feminino que concluíram o curso segundo o tempo de permanência no mesmo

\* \* \*

Periódicamente, os resultados do ensino primário, quer isoladamente, quer combinados com os do ensino em geral, são publicados, em seus mais interessantes aspectos, no *Anuário Estatístico do Brasil*, editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e em *O Ensino no Brasil*, em que o Serviço de Estatística da Educação e Saúde vem divulgando desde 1932 o movimento educacional do País

\* \* \*

## II — ESTATÍSTICA DO ENSINO EM GERAL

(excluído o ensino primário)

Graças ainda ao Convênio Interadministrativo de Estatísticas Educacionais e Conexas, a que nos referimos mais atrás, e, em cuja execução têm cooperado tôdas as Unidades da Federação, sob a supervisão do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, tornou-se possível o levantamento anual, sistemático e uniforme, das estatísticas educacionais brasileiras.

Assim, pode-se afirmar com segurança que o Brasil possui, hoje, um repositório de dados bastante minuciosos sobre estatísticas do ensino, levantadas, ano a ano, desde 1932, e cujo conteúdo permite a análise e o conhecimento de como funciona o complexo sistema educacional do País

A Estatística do "Ensino em Geral", de que trata êste capítulo, abrange os estabelecimentos e cursos elementares semi-especializados (de enriquecimento cultural e adaptação profissional genérica e pluriformal) e os especializados (de adaptação profissional restrita ou uniformal), bem assim, quaisquer estabelecimentos ou cursos de grau médio ou superior

Desta forma, os inquéritos abrangem os asilos, abrigos e recolhimentos destinados a administrar juntamente com o ensino primário certa aprendizagem profissional; patronatos e aprendizados agrícolas; escolas para débeis físicos e mentais; escolas para surdos-mudos e para cegos; escolas de preservação e reforma; cursos de artes domésticas em geral; escolas profissionais e liceus de artes e ofícios; cursos avulsos de desenho, pintura, escultura e arte aplicada; escolas de enfermagem; cursos de educação física; cursos de dactilografia e de

taquigrafia; cursos de motoristas; cursos de aviação civil; cursos de extensão e especialização; cursos de autocultura (por correspondência e pela radiodifusão); cursos comerciais seriados e avulsos; cursos secundários seriados e avulsos ou de madureza; cursos para formação de professores; cursos de línguas; cursos de música (vocal e instrumental); cursos dramáticos e coreográficos; cursos de declamação; cursos religiosos de formação eclesialística e ministerial; cursos de jornalismo e cursos superiores de qualquer natureza

O instrumento de coleta dos dados para a elaboração da estatística do ensino não primário é um boletim único distribuído e recolhido por intermédio das Agências Municipais de Estatística mantidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O "Boletim" anteriormente referido consta de duas partes

A primeira destina-se à caracterização geral do estabelecimento Seus 29 itens referem-se aos seguintes pontos: 1 — Entidade mantenedora; 2 — Se o estabelecimento é filiado a uma Universidade; 3 — Se é estabelecimento oficial e não o sendo se sofre o controle do Governo; 4 — Data da inauguração; 5 — Se ministria ensino religioso e de que confissão; 6 — Se ministria educação física; 7 — Se mantém instrução militar; 8 — Se recebe subvenção ou auxílios do Poder Público; 9 — Pessoal não docente empregado pelo estabelecimento; 10 — Nominata do corpo docente, em exercício ou não, com indicação do sexo, da idade, nacionalidade, naturalidade, categoria, situação e diplomas que possui; 11 — Número total de alunos matriculados no ano letivo segundo os sexos; 12 — Cursos ministrados; 13 — Instituições escolares em funcionamento; 14 — Áreas ocupadas (total e da parte edificada); 15 — Prédios ocupados (parte de um, um ou mais de um); 16 — Informações sobre o principal prédio ocupado (entidade a que pertence, número de pavimentos, salas de aula, dependências sanitárias); 17 — Tipo de iluminação artificial adotada; 18 — Informações sobre a biblioteca; 19 — idem, sobre aparelhos de projeção luminosa; 20 — Se possui aparelho receptor de radiofonia; 21 — Se possui fonógrafo e discoteca; 22 — Informações sobre os museus; 23 — Idem, sobre os laboratórios; 24 — Idem, sobre o aparelhamento escolar; 25 — Idem, sobre instalações para educação física; 26 e 27 — Idem, sobre outras instalações de que possa dispor; 28 — Movimento financeiro; 29 — Patrimônio

A segunda parte destina-se às informações didáticas propriamente ditas sobre cada curso de ensino não primário Seus itens são os seguintes: 1 — Datas em que se inicia e em que termina o ano letivo e quando se realizam os exames de primeira e de segunda época; 2 — Duração do curso e disciplinas ministradas; 3 — Corpo docente, segundo os sexos; 4 — Turnos e horários de funcionamento; 5 — Taxas cobradas; 6 — Mensalidades cobradas; 7 — Se confere diploma e se esse diploma é reconhecido oficialmente; 8 — Dados estatísticos referentes ao movimento escolar (matricula, freqüência e aprovações); 9 — Nominata dos alunos que concluíram cada

curso com as especificações de sexo, idade, nacionalidade, naturalidade e diplomas anteriormente obtidos

O "Boletim" mencionado, logo que criticado e codificado é apurado mecanicamente pelo sistema Hollerith e enviado à Secção especializada que prepara um volume com os resultados de cada Unidade da Federação (Estados, Distrito Federal e Territórios), sob os seguintes aspectos:

A — *Resultados gerais*: 1 — Natureza do ensino (comum, supletivo, emendativo); 2 — Entidade mantenedora (federal, estadual, municipal, particular); 3 — Padronização (oficial ou reconhecido e não reconhecido); 4 — Grau (elementar, médio, superior); 5 — Tipo (geral, semi-especializado, especializado); 6 — Sexo; 7 — Categorias (secundário, agrícola, industrial, artístico, pedagógico, comercial, superior, outros ensinos); 8 — Anos do curso; 9 — Modalidades específicas (segundo as discriminações citadas e a duração do curso)

Os resultados do ensino em geral são fundidos com os do "Ensino Primário" e divulgados em publicações oficiais, dentre as quais se destacam o *Anuário Estatístico do Brasil* e *O Ensino no Brasil*, esta editada pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde

Aos estudiosos dos problemas educacionais brasileiros, quer em missão oficial, quer em caráter particular, é, assim, oferecido satisfatório e copioso material informativo

#### ESTATÍSTICAS CULTURAIS

O esquema estabelecido para os levantamentos estatísticos do movimento intelectual do País teve em vista pôr em prática, de modo geral, as recomendações contidas no relatório apresentado, em 1928, ao Instituto Internacional de Estatística, por Lucien March, Presidente da Comissão Mista de Estatística Intelectual Realmente, o Serviço de Estatística da Educação e Saúde, introduzindo-o em 1932, no seu programa de atividades regulamentares, tornou-o imediatamente objeto dos seus primeiros inquéritos E, já em 1933, a repartição logiava publicar os primeiros resultados Ao que consta, bem poucos países, a este respeito, seguiram o exemplo do Brasil

Confrontando-se o esquema estatístico das atividades intelectuais sob a responsabilidade do Serviço de Estatística da Educação e Saúde com o do citado relatório de March, verifica-se que o Brasil seguiu de perto, efetivamente, a orientação que esse eminente estatístico traçou com o propósito de proporcionar padrões estáveis mediante os quais se tornasse possível aos diversos países a divulgação sistemática dos seus resultados estatísticos, em grau de comparabilidade internacional

Eis os assuntos que constituem o atual repertório estatístico da vida intelectual brasileira, dela excluída a parte relativa ao ensino: I — Bibliotecas e Museus; II — Institutos científicos e técnico-científicos; III — Arquivos públicos; IV — Associações culturais (científicas, artísticas, literárias, educativas, recreativas, cívicas e desportivas); V — Congressos e conferências públicas e outros certames do mesmo gênero; VI — Sessões cívicas e festividades sociais de caráter público; VII — Exposi-

ções e feiras; VIII — Monumentos históricos e artísticos; IX — Difusão bibliográfica; X — Imprensa em geral; XI — Radiodifusão; XII — Aspectos culturais da indústria fonográfica; XIII — Cinematografia; XIV — Diversões públicas; XV — Belas-artes; XVI — Cultura Física; XVII — Propriedade intelectual (literária, artística e científica); XVIII — Invenções; XIX — Pesquisas e missões científicas e culturais; XX — Registro das profissões liberais; XXI — Excursionismo e turismo; XXII — Escotismo; XXIII — Subvenções e auxílios relacionados com o movimento cultural; XXIV — Despesas públicas com a cultura.

Com poucas omissões, tais assuntos têm sido incluídos, regularmente, nos inquéritos anuais desta repartição, extensivos, quase sempre, à totalidade dos Municípios e realizados mediante formulários elaborados de acordo com os critérios fixados pelo Conselho Nacional de Estatística. Fazem parte das chamadas "campanhas estatísticas", de âmbito nacional, movimentadas por intermédio de uma rede de agências municipais mantidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou sejam os órgãos informativos primários do sistema estatístico brasileiro.

Referida, assim, de maneira singela e em linhas gerais, a situação de tais estatísticas, cumpre descrever, agora, também sucintamente, como se processa sua elaboração, quer na fase de coleta dos informes, quer na apuração dos resultados, segundo os planos pré-estabelecidos. Examinemo-las, pois, assunto por assunto:

**Bibliotecas:** O questionário está dividido em quatro partes, a saber: I — Caracterização do estabelecimento, com 20 itens formulados; II — Catalogação de volumes e movimento de consultas durante o ano; III — Horário de funcionamento; IV — Pessoal empregado. Na apuração dos resultados são considerados os seguintes elementos: 1 — Classificação dos estabelecimentos, segundo o ano da inauguração, a especialização, a entidade mantenedora, a localização, o horário de funcionamento, as condições de consulta e os efetivos bibliográficos; 2 — Movimento de obras consultadas, segundo o local das consultas (se na biblioteca, se a domicílio), o assunto das obras e o idioma.

**Museus:** O questionário compreende três partes: I — Caracterização, com 20 itens; II — Horário de funcionamento; III — Pessoal empregado. A apuração dos informes inclui os seguintes elementos: 1 — Classificação dos museus, segundo o ano da inauguração, a especialização, a entidade mantenedora, a localização, o horário de funcionamento, as condições de visita e o número de visitantes durante o ano; 2 — Movimento de visitantes durante o ano.

**Institutos técnico-científicos:** O formulário consigna informes que permitem a classificação desses estabelecimentos segundo a entidade mantenedora, a localização, e a espécie de pesquisas a que se dedicam. A apuração reporta-se apenas ao caráter e ao movimento das pesquisas realizadas durante o ano.

**Arquivos públicos centrais:** O questionário compõe-se de 4 partes, assim enumeradas: I — Caracterização, compreendendo 18 itens; II — Número de peças inventariadas; III — Pessoal empregado; IV — Verba orçamentária. A apuração dos resultados reporta-se aos seguintes elementos: 1 — Classificação, segundo o ano de inauguração, a entidade mantenedora, a localização, o horário de funcionamento e as condições de consulta dos documentos; 2 — Movimento de peças inventariadas, segundo a espécie, e número de certidões expedidas durante o ano.

**Associações culturais:** O questionário divide-se em 5 partes, a saber: I — Caracterização, contendo 11 itens; II — Número de associados em geral em 31 de dezembro; III — Número de associados que praticam esporte; IV — Atividades sociais durante o ano; V — Locais para a prática de esportes e instalações correspondentes. A apuração permite os seguintes cálculos: 1 — Classificação, segundo o ano de fundação, a finalidade principal, a localização, a natureza das atividades sociais e a existência de instalações para a prática de esportes; 2 — Número de associados, segundo as categorias estatutárias, o sexo e a nacionalidade; movimento das atividades sociais, por espécie.

**Monumentos Históricos e Artísticos:** O formulário permite o arrolamento, segundo a localização, a iniciativa da construção, o ano de inauguração, a natureza do material empregado, o nome e nacionalidade do autor, e a espécie de monumento.

**Difusão bibliotecária:** Os formulários compreendem o arrolamento de casas editoras, tipografias e livrarias e permitem a classificação desses estabelecimentos, segundo a entidade proprietária e a localização.

**Imprensa periódica:** O questionário está dividido em 6 partes: I — Caracterização, com 10 itens; II — Periodicidade; III — Preços do exemplar e da assinatura; IV — Suplemento ilustrado; V — Oficinas (em 31-XII); VI — Pessoal empregado. A apuração dos resultados inclui os seguintes informes: 1 — Classificação dos periódicos, segundo o ano de aparecimento, a entidade mantenedora, a localização, o gênero, o idioma em que são escritos, o número habitual de páginas, a tiragem média, a periodicidade, os preços de exemplar e de assinatura e as condições de impressão (se em oficinas próprias ou não); 2. Número de pessoas empregadas, segundo o sexo e a nacionalidade (na administração, redação, revisão e oficinas).

**Radiodifusão:** O questionário compõe-se de 5 partes: I — Caracterização da estação radiodifusora, contendo 21 itens; II — Características das ondas de transmissões; III — Efetivo da discoteca existente; IV — Pessoal empregado; V — Programação anual. A apuração dos informes consigna os seguintes elementos: 1 — Classificação, segundo o ano de inauguração, a entidade mantenedora, as instalações existentes, o horário de funcionamento e o número de horas de irradiação; 2 — Número de discos fo-

nográficos existentes, segundo a espécie; número de pessoas empregadas segundo a função, o sexo e a nacionalidade; número de horas de irradiação, segundo o local e assunto das transmissões

*Aspectos culturais da indústria fonográfica:*

O questionário está dividido em 4 partes, a saber: I — Caracterização da empresa; II — Pessoal empregado; III — Despesas com o pessoal empregado; IV — Número de gravações. A apuração dos resultados permite a inclusão dos seguintes informes: 1. Classificação da empresa, segundo o ano de inauguração e as instalações existentes. 2. Número de gravações durante o ano, segundo a espécie; número de pessoas empregadas, segundo a função, o sexo e a nacionalidade.

*Aspectos culturais da cinematografia:*

O questionário divide-se em 4 partes: I — Caracterização do estúdio ou laboratório; II — Pessoal empregado; III — Despesas anuais com o pessoal; IV — Filmes editados durante o ano. A apuração inclui os seguintes elementos: 1. Classificação do estúdio ou laboratório, segundo o ano de inauguração, a localização, a entidade mantenedora, as instalações existentes e o pessoal empregado. 2. Filmes editados durante o ano, segundo o gênero; pessoal empregado — artístico, técnico e administrativo —, segundo o sexo e a nacionalidade.

*Diversões públicas:*

O questionário constitui-se de 4 partes, assim discriminadas: I — Caracterização do estabelecimento com 16 itens; II — Pessoal empregado no estabelecimento; III — Espetáculos realizados durante o ano; IV — Lotação (lugares existentes). A apuração consigna os seguintes elementos: 1. Classificação, segundo o ano de inauguração, a localização, as condições do prédio ocupado, o gênero de espetáculos realizados, a lotação e as instalações existentes; 2. Movimento de espetáculos e de espectadores, segundo o gênero de diversão; número de pessoas empregadas, segundo a função e o sexo; número de lugares segundo a espécie.

*Cultura física:*

Os formulários de coleta permitem o arrolamento das entidades que praticam esportes e contêm informes sobre a existência de estádios, campos e outros recintos destinados aos diversos gêneros de esporte. As respectivas apurações incluem os dados seguintes: 1. Classificação dos estádios, campos e outros recintos, segundo a entidade mantenedora, o ano de inauguração, as dimensões, as instalações existentes e o gênero de esporte a que se destinam; 2. Número de desportistas, segundo o sexo e o esporte praticado.

*Excursionismo e objetivos de turismo:*

Os formulários utilizados (Informações para o Guia do Viajante no Brasil. Objetivos de Turismo e Melos de Hospedagem) permitem a obtenção dos seguintes informes: a) sobre

itinerários e meios de transporte entre as sedes municipais e as capitais; b) sobre a existência, nas sedes municipais, de elementos de interesse turístico que suscitem excursões a localidades, picos, quedas d'água, florestas, monumentos etc; c) sobre a existência dos necessários meios de hospedagem.

*Outras estatísticas culturais:*

Em cuja elaboração não são utilizados formulários ou questionários. Os informes são conseguidos mediante o registro das ocorrências que interessam aos levantamentos previstos. Essas estatísticas referem-se aos seguintes assuntos: 1. Congressos, conferências e outros certames. Tais certames são arrolados, segundo a espécie, a entidade promotora, o local de sua instalação, o âmbito funcional e o objeto ou assunto de tratado; 2. Conferências públicas pronunciadas. O arrolamento é classificado segundo o sexo e nacionalidade dos conferencistas, o local e os idiomas em que foram proferidas as conferências e os temas ou assuntos dissertados; 3. Sessões cívicas e festividades sociais de caráter público. Não foram ainda objeto de cômputo; 4. Exposições e feiras de caráter cultural. O arrolamento classifica tais certames segundo a entidade promotora, o local de sua realização e a natureza dos mostruários ou trabalhos expostos; 5. Belas-artes. Os cômputos compreendem as exposições meramente artísticas, classificadas segundo a natureza e o local dos trabalhos expostos, o sexo e a nacionalidade dos expositores; 6. Propriedade intelectual (literária e artística). Os levantamentos são classificados segundo o sexo e a nacionalidade dos autores, e o gênero das obras registradas na repartição oficial competente; 7. Invenções. De acordo com os registros oficiais, o arrolamento permite classificar as invenções, segundo o sexo e a nacionalidade dos autores e o objeto ou finalidade; 8. Despesas públicas, subvenções e auxílios oficiais, relacionados com o movimento cultural. Os dados se referem às três órbitas governamentais (União Federal, Estados e Municípios) e são extraídos, ou das leis orçamentárias, ou dos livros de escrituração contábil; 9. Registros das profissões liberais. Os dados são extraídos de livros próprios existentes nas repartições oficiais competentes e se referem às inscrições de advogados, médicos, dentistas, farmacêuticos, parteiras, enfermeiros, engenheiros, arquitetos, veterinários, agrônomos, professores etc, discriminadamente, segundo as características individuais.

\* \* \*

Os repertórios estatísticos das atividades acima referidas vêm sendo divulgados, ininterruptamente, em publicações específicas e no *Anuário Estatístico do Brasil*, desde o seu primeiro número, referente a 1936.

Eis aí como se apresenta, em seus aspectos mais gerais e mais expressivos, o panorama estatístico da vida intelectual do Brasil.

## **Anexos**

**1 Lista de textos constantes do CD-ROM**

**2 Lista das correspondências constantes no CD-ROM**

**3 Painéis**

## 1 Lista de textos constantes do CD-ROM

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstron. Estatística e educação. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 66-86, jan./mar. 1940.

\_\_\_\_\_. Tendências da educação brasileira. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 2, p. 257-269, abr./jun. 1940.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Dispersão demográfica e escolaridade. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 3, p. 497-527, jul./set. 1940.

\_\_\_\_\_. Alguns aspectos da educação brasileira. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 4, p. 649-664, out./dez. 1940.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 4, p. 697-722, out./dez. 1940.

ASSIS, Ariosto Pacheco de. A evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 5, p. 139-144, jan./mar. 1941. Estudos e sugestões.

CARNEIRO, J. Felipe. A educação e a cultura no recenseamento geral de 1940. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 7, p. 439-444, jul./set. 1941.

I EXPOSIÇÃO Nacional de Educação e Estatística. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 7, p. 651-656, jul./set. 1941. De ontem e de hoje.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Ainda a evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 7, p. 553-642, jul./set. 1941.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstron. A evasão escolar no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 7, p. 539-552, jul./set. 1941.

PINTO, Zaíra. A estatística do ensino primário segundo o convênio de 1931. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 7, p. 657-665, jul./set. 1941. Estudos e sugestões.

TUMMINELLI, Mary M. E. Huggins. Ensino secundário fundamental. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 7, p. 666-670, jul./set. 1941. Estudos e sugestões.

JARDIM, Germano. A missão do órgão estatístico da educação e saúde. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 8, p. 1.045-1118, out./dez. 1941.

PENA, Belisário. Educação rural. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 8, p. 1175-1190, out./dez. 1941.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O órgão de estatística do Ministério da Educação e Saúde, antes e depois do IBGE. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 14, p. 235-248, abr./jun. 1943.

\_\_\_\_\_. Ainda em prol da educação rural. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 17, p. 126-142, jan./mar. 1944.

VULTOS da estatística brasileira: Zaíra Pinto. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 20, p. 597-600, out./dez. 1944.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstron. A educação, problema nacional. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 20, p. 634-643, out./dez. 1944. Estudos e sugestões.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Formação do homem brasileiro como trabalhador e cidadão da democracia” – “Flexibilidade dos cursos como fator da educação democrática. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 25, p. 83-114, jan./mar. 1946.

\_\_\_\_\_. A escolaridade média no ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30/31, p. 395-474, abr./set. 1947.

A ESTATÍSTICA educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30/31, p. 624-634, abr./set. 1947. De ontem e de hoje.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O Exército e a educação nacional. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 32, p. 920-937, out./dez. 1947.

MARTINS, Alberto. O Brasil e as estatísticas educacionais e culturais. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 55, p. 238-243, jul./set. 1953. De ontem e de hoje.

RIBEIRO, Sérgio Costa. Comentário ao artigo “A escolaridade média no ensino primário brasileiro”, de M. A Teixeira de Freitas (v. 8, n. 30/31, abr./set. 1947). *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, n. 194, p. 153-160, jul./dez. 1989. (Fac-símile de artigos).

## 2 Lista das correspondências constantes no CD-ROM

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. *Convênio Nacional do ensino primário*. Rio de Janeiro, 16 nov. de 1942. Correspondência enviada a Gustavo Capanema, em 16 nov. 1942. Documento integrante do Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, sob guarda do Arquivo Nacional, ainda não disponível para consulta pública.

\_\_\_\_\_. *Tradução da obra A cultura brasileira*. Rio de Janeiro, 1946. Correspondência enviada a Fernando de Azevedo em 15 abr. 1946. Documento integrante do Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, sob guarda do Arquivo Nacional, ainda não disponível para consulta pública.

\_\_\_\_\_. *Educação popular*. Rio de Janeiro, 1947b. Correspondência enviada a Anísio Teixeira em 18 abr. 1947. Documento integrante do Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, sob guarda do Arquivo Nacional, ainda não disponível para consulta pública.

\_\_\_\_\_. *Plano de educação de adultos*. Rio de Janeiro, 28 jan. 1947a. Correspondência enviada a Lourenço Filho em 28 jan. 1947. Documento integrante do Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, sob guarda do Arquivo Nacional, ainda não disponível para consulta pública.

# Cronologia (1890-1956)



## 31 de março de 1890

Nasce Mário Augusto Teixeira de Freitas, em São Francisco do Conde (BA).

## 1908

Ingressa na Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas, onde atua em pesquisas estatísticas inéditas no país.

## 1911

Gradua-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

## 1920

Em Minas Gerais, atua como Delegado Geral do Recenseamento, organiza a estatística estadual e lança o Anuário Estatístico do Estado, o Anuário Demográfico e o Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais.



## 1931

A convite do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, assume a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública. Concede um projeto para estruturar e unificar as estatísticas do ensino em todo o país.

## 1932

Viabiliza a criação da Revista Nacional de Educação, editada pelo Museu Nacional, financiada pela Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação.



## 1934

Cria o Instituto Nacional de Estatística que a partir de 1938 passa a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



# Cronologia (1890-1956)

Continuação



**1935**

Assume a presidência da Associação Brasileira de Educação (ABE).

**1937**

Indica Manoel Lourenço Filho, então diretor do Instituto de Educação, para ser o diretor-fundador do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

**1936 a 1948**

Planeja e consolida a organização estatística brasileira como Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, órgão do IBGE.



**1940**

Contrata Fernando de Azevedo para escrever a obra "A Cultura Brasileira", como introdução ao censo de 1940, o primeiro do IBGE.

**1941**

Participa em Washington da criação do Instituto Interamericano de Estatística, do qual foi o primeiro presidente.

**1943**

Seu nome é indicado por Luiz Simões Lopes, diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para integrar o Livro do Mérito. Anos mais tarde, Simões Lopes o consideraria "paradigma do servidor público" e também "funcionário público número 1".



**1948**

Assume a presidência da Sociedade Brasileira de Estatística.

**22 de fevereiro de 1956**

Morre, na cidade do Rio de Janeiro.



# Teixeira de Freitas:

## o “quarto cardeal” da educação no Brasil



“(...) um dos líderes autênticos da educação no Brasil, cuja autoridade era reconhecida por todos nós, a sua modéstia e o seu desprendimento pessoal sempre o levaram a considerar-se em segundo plano e a situar no primeiro aqueles educadores que ele se comprazia em chamar com reverência ‘os três cardeais da educação’”.

**Fernando de Azevedo (educador)**

“Teixeira de Freitas figura na galeria dos mais eminentes educadores do País (...) entre os que melhor compreenderam a sociologia e a política educacional de nosso tempo; entre os que mais se bateram pelas conquistas da educação popular (...) [e] mais a fundo penetraram no estudo dos fatores e circunstâncias de nossa formação cultural (...)”.

**M. B. Lourenço Filho (educador)**

“(...) quando nos conhecemos, senti que me havia encontrado com um desses espíritos que têm a força de alargar e elevar o meio em que vivem.”

**Anísio Teixeira (educador)**

“Todas as técnicas de investigação ao seu alcance e, particularmente, a estatística, ele as explorou e pôs a serviço da educação (...). Professor, não o era de profissão. Mas, na verdade, passou a vida ensinando, doutrinando e pregando, em discursos e conferências, por publicações de tipos diversos (...).

**Fernando de Azevedo (educador)**

“Dr. Teixeira de Freitas: o posto que passais a ocupar desde esse momento não é uma conquista ou um galardão para vós. É apenas um ato de justiça dos educadores do Brasil. Afirmamos, sem sombra de dúvida, que sua administração abrirá uma nova fase de desenvolvimento da Associação Brasileira de Educação (...).”

**M. B. Lourenço Filho (educador)**

\*Discurso de Lourenço Filho, presidente da ABE, ao transmitir o cargo para Teixeira de Freitas, no encerramento do VII Congresso Nacional de Educação (1935).

# O pensamento educacional de Teixeira de Freitas



“Urge, pois, que o Brasil se conheça a si mesmo. Mas esse conhecimento, através do qual se forma, e modela, e se sublima a consciência nacional, só lhe podem dar a estatística e a educação”.

**Estatística e Educação (1932)**

“Sem a plena utilização de ‘organizações auxiliares’ não poderemos ampliar a obra da alfabetização escolar. Só quando atuarem conjuntamente a escola, o livro e o jornal; o cinema e o rádio; poderemos contar com resultados apreciáveis, e principalmente duradouros”.

**A rádio-difusão educativa (1933)**

“O que é preciso, e sem isso nada se terá feito, é *povoar educando* ou *educar colonizando*, [...] pelo duplo propósito de se apoderar não de indivíduos, crianças ou adolescentes, de um ou de outro sexo, mas de células sociais, isto é, de famílias completas, e socializá-las em termos definitivos, *educando-as*”.

**A educação rural (1934)**

“A obra de redenção do Brasil se resume no binômio educar-povoar. A educação de que precisamos não é somente o ensino rudimentar, o dos infantes. É dar ao ‘homem’ do sertão, isto é, a *todos* os ‘indivíduos humanos’ dispersos nos desertos brasileiros, a capacidade de criar *no seu próprio meio* uma vida social digna desse nome, uma civilização agrária”.

**Ainda em prol da educação rural (1944)**

“O slogan que melhor exprimisse as reivindicações da infância brasileira em matéria de ensino primário teria que ser, a nosso ver, este: “antes de mais escolas, melhor Escola”. Entendida como tal, uma escola convidativa, que retenha, proteja, ensine e eduque verdadeiramente os infantes que lhe são confiados”.

**O ensino primário brasileiro no decênio 1932-41 (1946)**



## Seminário realizado em homenagem a Teixeira de Freitas no ano do cinquentenário de sua morte e em comemoração aos 70 anos do IBGE (22/02/2006)



Ângela Teixeira de Freitas descerrando o busto em homenagem ao seu avô.



Vitrine com objetos pessoais de Teixeira de Freitas.



Vitrine com objetos pessoais de Teixeira de Freitas



Exposição de painéis sobre a trajetória de Teixeira de Freitas.



Família de Teixeira de Freitas durante a execução do Hino Nacional, na abertura do seminário.



Mesa de abertura com (da esq. p/ dir.) Reynaldo Fernandes (INEP), Eduardo Pereira Nunes (IBGE) e Jaime Antunes da Silva (Arquivo Nacional).

# Equipe técnica

## **Centro de Documentação e Disseminação de Informações**

David Wu Tai

### **Projeto História das Estatísticas Brasileiras**

Nelson de Castro Senra

### **Projeto editorial**

#### **Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

#### **Gerência de Editoração**

##### **Estruturação textual**

Júlia Felipe

Katia Vaz Cavalcanti

##### **Diagramação textual**

Luiz Carlos Chagas Teixeira

##### **Programação visual da publicação**

Luiz Carlos Chagas Teixeira

##### **Produção de multimídia**

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

#### **Gerência de Documentação**

##### **Normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva

Solange de Oliveira Santos

#### **Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais**

##### **Digitalização e tratamento de imagens**

Alexandre Carlos da Silva

Antônio Carlos Rocha Ferreira

Josianne de Miranda Pangaio

Luiz Carlos Meirelles Carril

Paulo Roberto dos Santos Lindesay  
Sergio de Assis Barboza  
Vanderlei Martins Sabino

**Pesquisa bibliográfica**

Regina Maria Fucci

**Pesquisa iconográfica**

Vera Lucia Punzi Barcelos Capone  
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira  
Alessandra Schimite da Silva (Estagiária)  
Marcos Paulo da Silva Gomes (Estagiário)

**Gerência de Gráfica**

**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

**Gráfica Digital**

**Impressão**

Ednalva Maia do Monte

### **Série Documentos para Disseminação**

ISSN 0103-6335

- 1- O IBGE e o atendimento à sociedade: (prefácio ao projeto técnico CDDI), de Nelson de Castro Senra e Lídia Vales de Souza. ISBN 85-240-0329-4. 1990. 43 p.
- 2 – Projetos de disseminação: contribuição ao estabelecimento de uma metodologia, de Cláudio Alex Fagundes da Silva. ISBN 85-240-0355-3. 1990. 29 p.
- 3 – Pensando a disseminação de informações: (o caso do IBGE), de Nelson de Castro Senra. ISBN 85-240-0459-2. 1993. 39 p.
- 4 – Memória institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico, de Icléia Thiesen Magalhães Costa. ISBN 85-240-0446-0. 1992. 40 p.

### **Subsérie Memória Institucional**

ISSN 0103-6459

- 1 – Teixeira de Freitas: pensamento e ação, de Mario Augusto Teixeira de Freitas. Organizado pelo Setor de Memória Institucional. ISBN 85-240-0351-0. 1990. 140 p.
- 3 – Pró-censo: algumas notas sobre os recursos para o processamento de dados nos recenseamentos do Brasil, de Francisco Romero Feitosa Freire. ISBN 85-240-0460-6. 1993. 53 p.
- 4 – A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo, de Eli Alves Penha. ISBN 85-240-0463-0. 1993. 123 p.
- 5 – IBGE: um retrato histórico, de Jayci de Mattos Madeira Gonçalves. ISBN 85-240-0542-4. 1995. 61 p.
- 6 – Síntese histórica da formação dos Estados, Distrito Federal e Território da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil e divisas inter-estaduais, de Ildefonso Escobar. ISBN 85-240-0545-9. 1995. 144 p.
- 7 – O pensamento de Fábio de Macedo Soares Guimarães: uma seleção de textos. Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 85-240-3868-3. 2006. 282 p.
- 8 – Isaac Kerstenetzky: legado e perfil. Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 85-240-3900-0. 2006. 213 p.
- 9 – Giorgio Mortara: ampliando os horizontes da demografia brasileira. Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 85-240-3937-9. 2007. 105 p.
- 10 – A estatística brasileira e o Esperanto: uma história centenária: 1907-2007. Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 85-240-3944-7. 2007. 161 p.
- 11 – Bulhões Carvalho, um médico cuidando da estatística brasileira. Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 978-85-240-3982-9. 2007. 433 p.
- 12 – Embaixador Macedo Soares: um príncipe da conciliação: recordando o primeiro presidente do IBGE. Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 978-85-240-4008-5. 2008. 331 p.
- 13 - O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier. Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 978-85-240-4017-7. 2008. 432 p.
- 14 - Lyra Madeira, um mestre da demografia brasileira. Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 978-85-240-4032-0. 2008. 134 p.

### **Subsérie Fontes de Documentação**

ISSN 0103-6459

- 1 – A indexação do banco de metadados do IBGE, de Philippe Jean Damian, Marília de Almeida March e Vera Lucia Cortes Abrantes. ISBN 85-240-0475-4. 1993. 25 p.